

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ESTA TERRA É MINHA TERRA
MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Santa Catarina, para ob-
tenção do Grau de Mestre em Socio-
logia

VALMOR SCHIOCHET

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 1988.

ESTA TERRA É MINHA TERRA
MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos seguintes professores:

I. Scherer-Warren

Prof.^a Ilse Scherer-Warren (doutora)

(Orientadora)

Eduardo José Viola

Prof. Eduardo José Viola (doutor)

Prof. José de Souza Martins (doutor)

- Aos desapropriados/herdeiros de Papanduva sujeitos da ação luta analisada neste trabalho, pela acolhida e disponibilidade que me dispensaram ao longo da convivência que tivemos.

- A Profa. Ilse, pela séria e dedicada orientação.

- Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela partilha e discussão crítica do saber.

- Aos meus pais e irmãos, exemplos de coragem em suas práticas transformadoras.

- A Eva, pelo carinho, estímulo e compreensão.

- A todos que contribuíram de alguma forma na elaboração deste trabalho. Em especial: Chiquinho, Pe. Itamar, Prof. Dário pela revisão e Albertina pela datilografia.

"Caminante no hay camino
Se hace camino al andar.
Al andar se hace camino.
Y al volver la vista atrás,
Veras las huellas
Que nunca vas a volver a pisar"

(Antonio Machado)

Este trabalho analisa o Movimento dos Desapropriados de Papanduva, no período de 1985-1987, enquanto uma organização coletiva que se contrapôs ao exército e suas práticas autoritárias e até violentas, e, enquanto possibilidade de construção da cidadania.

O autor faz um estudo empírico do Movimento a partir da percepção da dialética: autoritarismo (destruidor da cidadania) x participação coletivamente organizada (construtor da cidadania).

Antes de analisar o Movimento, o autor faz uma análise do processo de desapropriação como interferência do Estado, através do exército, no cotidiano de uma comunidade de pequenos agricultores; das formas utilizadas pelo exército para conseguir retirar os agricultores da área; das formas de reivindicação dos desapropriados/herdeiros durante a década de 1970.

A compreensão do Movimento dos Desapropriados de Papanduva se dá a partir da análise: de sua base social, do processo de elaboração da identidade coletiva e participação de agentes externos, de sua organização e formas de ação/luta coletiva, da potencialidade de ruptura da tradição política e da capacidade de interferência nas decisões do Estado.

O autor procura ver o Movimento enquanto um processo aberto, sujeito a contradições internas, avanços e limites.

A hipótese básica da pesquisa é a de que o Movimento, dentro de suas características, possuiu um significativo potencial político para construção da cidadania enquanto mediação entre sociedade e Estado, além da capacidade de interferência nas decisões tomada pelo Estado/exército.

A B S T R A C T

This work analyses the Movement of the "Dispossessed" of Papanduva in the period 1985-1987, as a collective organization that rose against the military and their authoritarian or even violent practices, and its possibilities for the building of citizenship.

The author makes an empirical study of the Movement from a dialectical viewpoint: authoritarianism (destructive of citizenship) versus collectively organized participation (constructive of citizenship).

Before analysing the Movement itself the author analyses the process of dispossession as interference of the State through the use of troops, in the daily life of the community of small agriculturists; he also analyses the methods used by the military in achieving the withdrawal of the agriculturist from the area and the manner in which the dispossessed/inheritors went about claiming their rights in 1970's.

The author's understanding of the Movement of the "Dispossessed" of Papanduva begins with the analysis of the its social basis, the processes of elaboration of the collective identity and participation of exterior agents, its organization and manner of action/collective contest, the potentiality of rupturing the political tradition and the capacity for interference in the decisions of the State.

The author attempts to see Movement as an open process, subject to inner contradictions, advances and limits.

The basic conjecture of the research is that the Movement, within its specific peculiarities, had a significant poli-

tical potential for the building of citizenship in its mediation between the civil society and the State, in addition to a capacity for interference in the decisions taken by the State/military.

Í N D I C E

vii

APRESENTAÇÃO	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE	vii
LISTA DE SIGLAS	x
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	9
PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO	16
1. AUTORITARISMO: DESPOLITIZAÇÃO DO SOCIAL	19
2. MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE CIDADANIA	44
3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO BRASIL	64
PARTE II - PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO	69
1. AS FORMAS DE PRODUÇÃO E AS RELAÇÕES SOCIAIS ANTES DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO	70
2. DESTRUIÇÃO DO COTIDIANO E DOS DIREITOS	79
2.1 - O "Engameloamento": Para Desapropriar sem Resis- tência	79
2.2 - Desapropriação ou Expulsão	89
2.3 - Luta pela Sobrevivência. Privatização do Coti- diano	100

PARTE III - DA "ESPERANÇA A REIVINDICAÇÃO	107
PARTE IV - A AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA - O MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS	138
1. HISTÓRICO	140
2. BASE SOCIAL	165
3. A ELABORAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA	170
4. ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE AÇÃO/LUTA COLETIVA	181
4.1 - Autonomia e Independência	190
4.2 - Descentralização do Poder e Incentivo ao Exer- cício da Democracia Representativa	197
4.3 - Relações Comunitárias	202
4.4 - Presença de Elementos Simbólicos-Religiosos	205
4.5 - Ação/Luta Coletiva Não Violenta	208
5. IMPACTOS E LIMITES DO MOVIMENTO	215
CONCLUSÃO	232
BIBLIOGRAFIA	246
ANEXOS	
ANEXO I - ROTEIRO DE PESQUISA E QUESTIONÁRIO PARA AS ENTRE- VISTAS	
ANEXO II - DECRETO Nº 40.570, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1956	
ANEXO III - DECRETO Nº 44.458, DE 03 DE SETEMBRO DE 1958	
ANEXO IV - RELATÓRIO DISCRIMINATIVO DAS OCORRÊNCIAS COM A DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS PARA O CAMPO DE INSTRU- ÇÃO MARECHAL HERMES	

ANEXO V - POSIÇÃO PROCESSUAL NA JUSTIÇA FEDERAL DAS AÇÕES
DE DESAPROPRIAÇÃO DOS IMÓVEIS DO CAMPO DE INSTRU-
ÇÃO MARECHAL HERMES

ANEXO VI - TERMO DE COMPROMISSO

LISTA DE SIGLAS

- CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
- CIMH - Campo de Instrução Marechal Hermes
- CIMI - Conselho Indiginista Missionário
- CMS - Comando Militar Sul - Porto Alegre/RS
- CPE - Comissão Parlamentar Externa (Assembléia Legislativa de SC)
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DECOM - Serviço de Defesa Comunitária de Santa Catarina
- DSN - Doutrina de Segurança Nacional
- ESG - Escola Superior de Guerra
- IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- ICLB - Igreja de Confissão Luterana do Brasil
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPM - Inquérito Policial Militar
- ITR - Imposto Territorial Rural
- LSN - Lei de Segurança Nacional
- MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do PR
- MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra (RG)
- MEx - Ministério do Exército
- MIRAD - Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária
- MTRST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PDS - Partido Democrático Social
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
- PT - Partido dos Trabalhadores
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- SNI - Serviço Nacional de Informação
- SNRP - Sociedade Núcleo Rural Papuã
- STR - Supremo Tribunal de Recursos
- 5ª RM - 5ª Região Militar - Curitiba/PR
- 14ª BIM - 14ª Brigada de Infantaria Motorizada - Florianópolis /SC
- 3ª RCC - 3ª Regimento de Carros de Combate - Rio Negro/PR

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura se integrar ao conjunto da produção intelectual recente (a partir da década de 1970) tem introduzido discussões sociológicas a respeito dos movimentos sociais enquanto formas organizativas de contra-opressão e busca de libertação dos grupos sociais oprimidos, também considerados como explorados, dominados, populares, etc...

Considero que a compreensão dos movimentos sociais, em geral, ou o estudo de um movimento empírico, torna-se relevante no interior de determinada percepção da realidade social. Tal percepção ocorre a partir da dialética de autoritarismo (destruidor da cidadania) e participação coletivamente organizada (construtor da cidadania).

A preocupação particular desta pesquisa é analisar o Movimento dos Desapropriados de Papanduva, no período de 1985-1987, o qual se articulou/organizou para reivindicar do Estado/exército a restituição do direito de uso de uma área de terra que foi desapropriada em 1956. A desapropriação ocorreu de acordo com o Decreto nº 50.570, de 18 de dezembro de 1956, o qual declarou de utilidade pública uma área que compreendia 89 propriedades rurais.

As desapropriações de áreas por utilidade pública (esta definida de acordo com a concepção sócio-política das classes/grupos dominantes do país) têm frequentemente gerado processos conflituosos. Os mais conhecidos e recentes, ligados aos ideais desenvolvimentistas do regime militar, se referem à construção de hidrelétricas (no Rio São Francisco, a Itaipú Binacional e no Rio Uruguai, dentre outras). Essas desapropriações têm apresentado consequências sociais, as quais se constituíram em objeto de vá-

rias pesquisas.¹

A situação de Papanduva possui algumas peculiaridades, tais como: a longa duração do processo de desapropriação/conflito entre as partes (mais de três décadas); a participação direta do exército enquanto parte diretamente beneficiada com a desapropriação e que conflita seus interesses com os dos desapropriados/herdeiros; a separação temporal entre o processo de desapropriação/expulsão da área e a organização coletiva da reivindicação, período este intermediado pela constituição do Estado Burocrático-Autoritário.

Aqui me interessa particularmente o Movimento dos Desapropriados de Papanduva, enquanto organização coletiva que se contrapôs ao exército e suas práticas autoritárias e até violentas, e, enquanto possibilidade de construção da cidadania em contraposição à tradição autoritária brasileira.

A primeira parte do trabalho, que corresponde ao referencial teórico, constitui uma proposta de discussão dos movimentos sociais. Considero que a compreensão dos movimentos sociais implica na compreensão do autoritarismo e de sua dinâmica na realidade social.

Analisar o autoritarismo na realidade social-histórica brasileira não se limita ao significado e dinâmica da constitui-

¹ Alguns trabalhos que se desenvolveram nesta perspectiva: GERMANI, Guiomar. Os Expropriados de Itaipu. O Conflito: Itaipu X Colonos, 1982; NASCIMENTO, Eloisa Winter. Rumo da Terra: Rumo da Liberdade: Um Estudo de Caso dos Migrantes Rurais do Sul do Estado do Acre, 1985; SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho, 1986; SCHERER- WARREN, Ilse & REIS, Maria José. As Barragens do Uruguai: A Dinâmica de Um Movimento Social, 1986; WERNER, Dennis (coord.). As Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e Suas Consequências Sociais, 1987.

ção do Estado Burocrático-Autoritário do pós-64. Pois a tradição política autoritária no Brasil implica tanto na "ação sobre a realidade", quanto na "concepção sobre ela". Nesta perspectiva, a compreensão do autoritarismo conduz à percepção de uma cultura política autoritária que determina tanto as formas de compreensão da realidade quanto ao estilo das práticas políticas.

Nesta tradição política a corporação militar, particularmente o exército, constituiu-se em agente fundamental pelas suas concepções sobre a realidade brasileira e pelas suas práticas políticas. Historicamente isto tornou-se mais nítido com as concepções desenvolvidas pela ESG e pela atuação dos militares na constituição do Estado Burocrático-Autoritário.

Proponho como característica básica do autoritarismo a supressão da cidadania enquanto mediação entre a sociedade civil e o Estado. Não só a cidadania em sua concepção coletiva, como a cidadania em sua concepção liberal.

No entanto, a supressão da cidadania implica na própria contradição do autoritarismo, o qual passa a "viver" em constante tensão com a possibilidade de surgimento de organizações sociais, fora do seu controle, que procuram recriar esta mediação. A ação autoritária no sentido de suprimir estas organizações conduz à ilegitimidade.

Assim, os movimentos sociais são apresentados como possibilidades históricas para derrocada do autoritarismo e de construção da cidadania, conseqüentemente da democracia.

No entanto, este cenário novo, constituído pelo surgimento dos movimentos sociais, com seus avanços e contradições, se apresenta como um desafio intelectual, principalmente no que diz respeito a eles, enquanto processos sociais de transformação efe-

tiva.

É este desafio que procuro "encarar" nesta pesquisa. Analisar o significado e a potencialidade do Movimento dos Desapropriados de Papanduva frente a uma situação tipicamente adversa (a ele) pela presença do exército em quanto opositor direto.

Assim, o objeto central da pesquisa é a organização e as práticas dos desapropriados/herdeiros que representaram o esforço coletivo de lutar pelos seus direitos.

Para uma melhor compreensão do Movimento, farei uma breve análise histórica/cronológica dos principais acontecimentos e suas consequências. Isto permitirá uma constextualização mais adequada das discussões posteriores.

Neste sentido, a segunda parte do trabalho tem por objetivo analisar (reconstruir histórica e analiticamente) o processo de desapropriação, o qual representou a interferência do Estado, através do exército, no cotidiano de uma comunidade de pequenos agricultores e teve como principais consequências: a destruição dos direitos de uso das propriedades dos agricultores através da ação autoritária e mesmo violenta, a destruição de determinados aspectos do cotidiano existente, como as relações comunitárias, as trocas vicinais, o "pixirum", a destruição do "espaço vital", do qual retiravam os bens necessários para o suprimento das necessidades básicas.

Além de apresentar o fato, é significativo analisar a forma utilizada pelo exército para conseguir retirar os agricultores de suas propriedades, bem como os elementos explicativos para compreender a aceitação "passiva" por parte destes.

A expulsão das terras levou as famílias desapropriadas a se dispersarem e ocuparem posições diferenciadas na sociedade.

A compreensão da articulação/organização do movimento, exige também a explicitação dos vários processos empreendidos na "luta pela sobrevivência", enquanto um processo geral de privatização do cotidiano em detrimento da vida comunitária.

Na terceira parte, irei apresentar e analisar alguns elementos que considero significativos para a caracterização das formas de "reivindicação" dos desapropriados/ herdeiros durante a década de 1970. Pretendo demonstrar que as características apresentadas são diferentes das apresentadas após 1985, com a organização coletiva por estarem permeadas por elementos próprios de uma cultura política autoritária. Isto deve ser compreendido a partir da relação entre a situação concreta e localizada com a conjuntura política geral, num contexto de repressão. Arbítrio do Estado Burocrático-Autoritário, o qual conduziu ao "consenso tácito" ou alienação da sociedade.

Analisarei o Movimento a partir dos elementos discutidos no referencial teórico: sua base social, o processo de elaboração da identidade coletiva e a participação de agentes externos, sua organização e formas de luta/ação coletiva, potencialidade de ruptura da tradição política e capacidade de interferência nas decisões do Estado.

O objetivo geral da análise é compreender duas questões: o que levou determinado grupo de desapropriados/ herdeiros a se organizar para reivindicação de direitos, através de ações coletivas organizadas? Qual a capacidade de ruptura apresentada pelo Movimento em relação à tradição autoritária, no sentido de avançar na construção da cidadania, e para modificação das decisões tomadas pelo Estado/exército?

Esta preocupações gerais de análise serão demonstradas

a partir de questões mais específicas:

- a caracterização da base social (desapropriados/herdeiros);
- as razões que permitiram a identificação coletiva de determinado grupo de desapropriados/herdeiros dentro um grupo mais amplo com características situacionais semelhantes;
- a importância e o caráter da participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT/SC), como agente externo/mediador preponderante;
- o processo de articulação no qual ocorre a passagem da identificação coletiva para a organização/ação coletiva;
- as características da organização do Movimento;
- as formas de ação/luta empreendidas, suas razões e características;
- a potencialidade do Movimento em contrapor-se à cultura política autoritária;
- o Movimento enquanto construtor da cidadania (sob que concepção de cidadania ele tomou os direitos);
- o caráter das relações entre Movimento e Estado/exército;
- a capacidade e limites para alterar as decisões tomadas, particularmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Exército.

Na análise procurarei ver o Movimento enquanto um processo aberto, sujeito a contradições internas, avanços e limites.

Nesta perspectiva, a hipótese básica da pesquisa é a de que o Movimento, dentro de suas peculiaridades características, possuiu um significativo potencial político para construção da cidadania enquanto mediação entre a sociedade civil e o Estado,

além da capacidade de interferência nas decisões tomadas pelo Es-
tado/exército.

METODOLOGIA

A proposta de análise empírica da "questão de Papanduva" colocou-me diante de duas perspectivas possíveis: a primeira seria realizar uma análise empírica, enfatizando a participação da corporação militar, enquanto um processo de interferência desta na sociedade civil. A segunda, seria analisar a questão enfatizando o movimento social, ou seja, a organização/ação coletiva de quem sofreu o processo de interferência com a consequente perda de direitos.

Optei pela segunda perspectiva, por duas razões. O curso de mestrado oferecia melhores condições humanas, materiais e motivacionais para análise dos movimentos sociais. A coleta dos dados seria bastante dificultada, se fosse baseada a partir dos militares.

Assim, procurarei explicar a totalidade da realidade (o conflito) a partir do ponto de vista dos desapropriados/herdeiros.

Delimitada a perspectiva de análise, a tarefa seguinte foi a de encontrar meios para coleta de dados e informações sobre a realidade a ser compreendida.

Para elaborar o projeto de pesquisa, realizei uma primeira visita ao acampamento em Papanduva, durante dois (2) dias no final do mês de fevereiro de 1986.

Fude constatar a situação dos acampados, suas dificuldades de infra-estrutura, organização e luta; verificar a presença atenta e vigilante dos militares para controlar a "movimentação" no acampamento. O mais surpreendente e gratificante para a pesquisa foi a possibilidade de ter contato com uma das "armas" do Movimento: um conjunto expressivo de documentos, mapas, decretos, leis, notícias jornalísticas, relatórios utilizados para en-

frentar o poder do exército e justificar a prática do Movimento. Todas essas "armas" justapostas na "pasta preta do seu Ebraim" (liderança no Movimento).

O manuseio e análise deste material forneceu o substrato básico para a elaboração da pesquisa empírica sobre o Movimento, que foi realizada através dos seguintes dispositivos:

a) Coleta, leitura, análise dos documentos, relatórios, decretos e notícias jornalísticas referentes ao processo de desapropriação e ao Movimento. Tive acesso à uma fita de vídeo-cassete, que continha um debate realizado na TV-RBS de Joinville sobre o Movimento, com a participação de um representante do Movimento, o secretário geral da CPT/SC e o presidente da Comissão Parlamentar Externa (CPE).

As informações contidas nestes materiais foram fundamentais, tanto para reconstrução histórica do processo, quanto metodologicamente para elaboração do roteiro de possíveis tópicos para a pesquisa, o qual, por sua vez, orientou a elaboração do questionário para as entrevistas. Constituiu-se no único material escrito disponível sobre o caso.

b) coletas de dados através de um questionário elaborado com o objetivo de efetuar um levantamento numérico dos desapropriados/herdeiros existentes na época da pesquisa e que possibilitasse uma caracterização econômico-social do grupo (ver anexo).

A proposta era obter respostas referentes a 63 questionários, relativos às 63 famílias de desapropriados e adquirentes de terras no CIMH. Consegui realizar um levantamento de 36 famílias, restando portanto 27.

c) realização de entrevistas com o objetivo de obter determinadas informações do entrevistado a partir de um roteiro

previamente estabelecido de acordo com o problemas centrais a serem analisados. Referiam-se tanto ao processo de desapropriação/reivindicação quanto ao Movimento.

O critério de escolha dos entrevistados foi a possibilidade de uma quantidade significativa de informações, tanto do processo de desapropriação, das formas de reivindicação dos anos 70 e do próprio Movimento. A definição destes entrevistados ocorreu a partir de referências obtidas junto a representantes da CPT/SC, o padre da Paróquia de Papanduva e dos participantes do Movimento.

As entrevistas não pressupunham a participação no movimento, o que permitiu sua aplicação à desapropriados/herdeiros que não participaram do Movimento.

Foram realizadas 30 entrevistas, sendo que 4 delas com desapropriados/herdeiros não participantes, durante os meses de out/86 a jan/87. Das entrevistas realizadas, não gravei em fita cassete as respostas de apenas quatro delas, seja por problemas técnicos, ou por rejeição por parte do entrevistado.

A gravação das entrevistas apresentou aspectos importantes no sentido da obtenção de informações. Pela quantidade de perguntas-respostas, com entrevistas longas (média de 2:30 horas), o gravador tornou-se um instrumento que permitiu sua operacionalização, assim como a retenção completa dos dados fornecidos pelos entrevistados.

No entanto, a mediação do gravador comportou alguns inconvenientes na obtenção das respostas, pois ele facilmente inibia o entrevistado e facilitava a existência do "viés" na informação. Por exemplo, constatei que, durante as entrevistas gravadas, houve exclusão de informações que revelavam a existência de

conflitos entre os desapropriados/herdeiros. A exceção se apresentava nos casos em que já existia um "ambiente de informalidade" entre entrevistador e entrevistado.

No geral, a aplicação das entrevistas foi permeada por várias dificuldades.

Uma delas decorrente do próprio período em que realizei as entrevistas. Foi um período em que a articulação/organização do Movimento se caracterizava por um "refluxo". Havia apenas um pequeno grupo de desapropriados/herdeiros acampados em Florianópolis. Assim sendo, eles estavam dispersos geograficamente. Alguns, morando em locais de difícil acesso. Realizei entrevistas em Florianópolis (SC), Papanduva (SC), Canoíñas (SC), Três Barras (SC) e Curitiba (PR), através de uma verdadeira peregrinação, árdua e estafante, em busca de endereços, localizações, transportes, etc..

A aplicação da entrevista exigia uma situação-ambiente adequada e a possibilidade de disposição temporal do entrevistado (de duas a até quatro horas). Isto nem sempre era possível, pois alguns eram encontrados somente nos seus locais de trabalho. Assim, vários sujeitos que haviam sido escolhidos a partir das referências obtidas junto à CPT e participantes do Movimento, não foram encontrados ou não estavam em situações adequadas para as entrevistas. Por exemplo, encontrei um desapropriado, após tentar localizá-lo por mais de um dia, na lavoura trabalhando, em condições que impediam a entrevista, afinal, não era possível realizá-la "caminhando ao lado do arado".

Outra dificuldade esteve relacionada com a própria situação de conflito entre o Movimento e o Exército. Deste conflito fazia parte a existência de um "imaginário", no qual o desconhe-

cido representava a possibilidade real da presença do inimigo. Assim, havia certa desconfiança das pessoas, chegando a identificar-me como um possível "espião" do exército, a serviço deste, coletando informações sobre o Movimento.

Estas dificuldades acarretam três problemas: apresentação de informações distorcidas, não permitindo principalmente a visualização das situações contraditórias no interior do Movimento; a omissão de informações por falta de confiança do entrevistado; a não possibilidade de entrevistar determinados sujeitos como significativos para fornecimento de informações.

Procurei dar conta destes problemas através de alguns procedimentos.

Para atenuar a presença de informações distorcidas, procurei obter complementações através de conversas informais, "bate-papos" com os próprios entrevistados ou com outras pessoas. O caráter de informalidade da conversa permitia uma maior abertura para a visualização das contradições existentes. Considero que as informações permeadas pela visualização de contradições sobre a realidade eram mais próximas da verdade do que as que procuravam ocultá-las (que seriam mais ideológicas).

Para atenuar as consequências do meu possível caráter de "espião", utilizei a legitimidade tida junto aos desapropriados/herdeiros dos acampados em Florianópolis, dos representantes da CPT/SC e do padre de Papanduva. Eram pessoas com as quais eu possuía mais contatos informais e com as quais obtinha as referências para as entrevistas. Além disso, às vezes, me situava claramente diante do conflito entre o Movimento e o Exército, colocando-me favorável ao primeiro.

Quanto ao último problema, procurei atenuá-lo substitu-

indo os sujeitos referenciados por outros que aleatoriamente encontrava e se dispusessem a realizar a entrevista.

Além das entrevistas realizadas com desapropriados/herdeiros, entrevistei o secretário geral da CPT/SC e o padre da paróquia de Papanduva.

d) A pesquisa empírica foi complementada pela minha presença regular no acampamento, participação em reuniões e assembleias, participação nas manifestações públicas do Movimento. No acampamento, tomando chimarrão, discutindo questões político-sociais e econômicas do "dia a dia", conversando sobre as negociações, dando sugestões, foi possível obter uma quantidade significativa de informações, como também uma relação "amiga com os acampados, que facilitou em muito meu trabalho de campo.

Realizada a pesquisa de campo, transcrevi todas as informações gravadas em fita cassete para torná-las operacionalizáveis. Selecionei as informações obtidas de acordo com o roteiro temático proposto, o qual corresponde às divisões apresentadas neste trabalho.

O resultado reflexivo-analítico sobre os dados obtidos estão contidos na presente dissertação.

P A R T E I

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender o fenômeno dos movimentos sociais, no Brasil, implica em associá-lo à compreensão do significado do autoritarismo e sua dinâmica social. Não em uma perspectiva de autonomia do político sobre as demais esferas do social (como o econômico). Pois, analisar a sociedade brasileira a partir de um aspecto "mais político" não pode desprezar a percepção do Brasil enquanto uma "sociedade capitalista dependente".

A tradição política autoritária no Brasil não se limita ao autoritarismo ligado aos regimes políticos, mas se refere à existência de uma cultura política. Esta se expressa tanto nas formas de percepção da realidade (ideologias, teorias antropológicas...), quanto em práticas políticas e institucionais.

A proposição central que irei desenvolver é a de que, quando esta tradição política autoritária se concretiza em práticas institucionais, ela apresenta em seu bojo uma contradição fundamental. É a contradição que permite a compreensão dos movimentos sociais, enquanto organizações históricas da sociedade civil na luta por direitos, e, particularmente, a compreensão singular do Movimento dos Desapropriados de Papanduva em sua reivindicação de um direito que lhes foi retirado/negado pelo Estado.

Qual a contradição que me refiro? É a de que o autoritarismo implica, de um lado, na eliminação da cidadania como mediação entre a sociedade civil e o Estado. A cidadania compreendida tanto a partir de uma concepção mais liberal, individualista e representativa, quanto numa concepção coletiva e participativa. Por outro lado, o autoritarismo está em constante tensão com a possibilidade de que a percepção dele e de sua dinâmica pela sociedade leve ao aparecimento de organizações sociais ou movimen-

tos populares fora de seu controle. Estes poderiam conduzir à derrocada do autoritarismo e conseqüentemente à construção de uma sociedade democrática, cuja principal característica é a cidadania como mediação entre sociedade e Estado.

Nesta perspectiva, a preocupação será a de explicitar melhor os elementos chaves do argumento: o autoritarismo, interpretado a partir da dinâmica política da sociedade brasileira, o qual implica na análise de dois outros elementos fundamentais, a participação dos militares, enquanto aparelho repressivo no conjunto da sociedade e a cidadania, como elemento ausente nesta dinâmica; os movimentos sociais, enquanto um conceito sociológico para dar conta de várias organizações, manifestações da sociedade civil que não são possíveis de serem compreendidos a partir de referências tradicionais. Pois, surgem como um realidade "nova" dentre outras possibilidades (populismo, revolução socialista, guerrilhas, etc..), na busca da cidadania. Assim, os movimentos sociais são formas de a sociedade civil construir a cidadania, como forma de socialização e politização da sociedade. Junto dos movimentos sociais, farei uma particular referência aos movimentos sociais no campo do Sul do Brasil pela sua importância para contextualizar historicamente o objeto deste trabalho.

1. O AUTORITARISMO: DESPOLITIZAÇÃO DO SOCIAL

Pensar o autoritarismo no Brasil não se limita a uma análise sobre a dinâmica e significação da implantação da ditadura militar em 1964, nem se limita a uma análise do "Estado autoritário". O poder autoritário deve ser compreendido a partir da percepção e prática da política ou do poder pela sociedade, a qual tem ligações com a prática política institucionalizada por determinado regime político.¹ De maneira que a tradição política no Brasil tem sido autoritária não só a nível da sociedade civil, tendo entre ambas uma relação de reforço recíproco.

Michel Debrun tem sido o intelectual mais enfático, ou exagerado segundo alguns², em relação à tese do autoritarismo na sociedade brasileira. Chegou a propor arquétipos para caracterizá-la. A proposta de arquétipos implica na idéia de permanência e ressurgimento periódico das várias formas que a estrutura autoritária de poder assume ao longo da história. Esta estrutura de poder foi caracterizada por uma separação muito significativa entre dominantes e dominados e, "devido ao caráter de extremo rebaixamento de certos dominados, sempre houve a possibilidade, por parte dos dominantes, de utilizar e/ou neutralizar os dominados" (DEBRUN, 1983:122).

As formas hegemônicas desta estrutura autoritária, se-

¹ Entendo por regime político o modo, o tempo e a extensão em que determinado governo se apropria dos aparelhos do Estado.

² Ver: TRINDADE, Héglio. Bases da Democracia Brasileira: Lógica Liberal e Práxis Autoritária (1922-1945). In: ROUQUIÉ, A. (et alii.). Como Renascem as Democracias, 1985, pp.46-72.

gundo Debrun, foram: a conciliação e o autoritarismo desmobilizador. A conciliação como cooptação dos dominados pelos dominantes, mecanismo que, mediante certas vantagens concedidas aos dominados, consolidava o poder dos dominantes. O autoritarismo desmobilizador ocorreu, quando houve fracasso da conciliação e os dominantes passaram a utilizar a estrutura institucional coercitiva para desmobilizar os dominados (DEBRUN, 1983:123-124).³

A idéia de arquétipos, em Debrun, possui uma perspectiva importante, pois contém em si tanto elementos políticos, como ideológicos. São vistos como uma modalidade de percepção global da sociedade entrosada com um estilo de atuar sobre ela (DEBRUN, 1983:134).

Estes dois elementos ("compreensão da realidade" e "ação sobre ela") estão contidos em outro conceito fundamental para a compreensão do autoritarismo na sociedade brasileira: o conceito elaborado por Mainwaring e Viola de cultura política.⁴ Entendida enquanto valores políticos (orientações básicas) que determinam as formas de compreensão da realidade, estão incorporados ao discurso político e ao estilo da prática política. (VIOLA e MAINWARING, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987:107). Na tipolo-

3 Michel Debrun apresenta ainda outros arquétipos: o autoritarismo mobilizador (onde os dominantes mobilizam os dominados com projetos supra classistas), o messianismo (enquanto arquétipo dos dominados) e o liberal (que em nosso século serviu como referência apenas ideológica como "espaço político verbal").

4 O conceito de Cultura Política apresentado por Viola e Mainwaring é peculiar pela idéia de valores políticos que não podem serem confundidos como discurso e ideologia. Pois são valores que provêm a bases para estes. Ver: VIOLA, E. & MAINWARING, S. Novos Movimentos Sociais. Cultura Política e Democracia. Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, Uma Revolução no Cotidiano.. P. 107.

gia (tipos ideais, no sentido weberiano) elaborado por Viola e Mainwaring⁵, eles caracterizam genericamente a cultura política do Brasil como semi-democrática, cujos principais elementos são: atitude instrumental frente à democracia, democracia subordinada à preservação da sociedade capitalista, projeto sócio-econômico elitista, em momento de crise política tendem a favorecer um "estado forte" e políticas autoritárias.

Para melhor caracterizar este tese, da sociedade brasileira enquanto uma sociedade historicamente autoritária, apresento outras características:

a) A questão dos direitos. Os direitos sociais na sociedade brasileira têm se conservado historicamente como privilégio da classe dominante, ou instrumento de dominação. A classe dominante os possui enquanto propriedade privada e concede periodicamente às classes dominadas (cooptação) e os retira quando considera oportuno (períodos de maior "liberalização" e períodos de maior "fechamento").

b) A lei: É um mecanismo formal utilizado para a preservação do direito enquanto privilégio da classe dominante, ou

5 MAINWARING & VIOLA distinguem 5 tipos de culturas políticas tomando em consideração valores democráticos e autoritários, e secundariamente a divisão esquerda/direita. Alguns elementos característicos destes tipos: a) Autoritarismo de direita: combina o autoritarismo político com o elitismo social, a força é um instrumento político legítimo e necessário; b) Autoritarismo de esquerda: combina igualitarismo social e autoritarismo político; c) Semidemocrática: atitude instrumental frente a democracia, a democracia esta subordinada à preservação do sistema capitalista, inclina-se por baixos índices de participação; d) Democracia liberal: democracia representativa de um ponto de vista não instrumental, a questão da igualdade social é secundária; e) Democracia radical: combina democracia política com igualitarismo social, alta valorização da participação. Ver: MAINWARING & VIOLA, In: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, op cit... pp.117-124'

um instrumento que abre espaço para a repressão. Segundo Francisco Weffort " a lei significa pouco mais do que um pretexto para o arbítrio" (WEFFORT, 1985:44). Ela possui validade enquanto garantia dos interesses daqueles que a aplicam (dominantes e militares). Desta concepção cínica da lei pode-se compreender o provérbio popular : "para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei".

c) As instituições políticas são fracas. Ou seja, visualizam um Estado que não conseguiu desenvolver sua dimensão pública e a sociedade sem mecanismo eficazes de controle sobre o Estado. De um lado, o Estado incapaz de converter as exigências político-sociais da maioria da população em ações efetivas; de outro, uma sociedade civil sem capacidade (ou possibilidade) organizativa de transformar essas exigências em reivindicações de direitos.

d) Desigualdade sócio-econômica. Esta relação de dominantes e dominados tem por trás uma realidade de desigualdades sócio-econômicas que atingem a proporção de genocídio. A morte, cuja causa é a fome, é um fenômeno recorrente. Outro exemplo desta desigualdade, entre tantos é a estrutura fundiária que criou, de um lado, grandes complexos agroindustriais, e, de outro, um conjunto de novos grupos sociais marginalizados/explorados: os sem-terra, bóias-frias, diaristas, etc...

e) Hierarquia social. "Uma sociedade na qual as diferenças sociais e pessoais são transformadas de desigualdades e estas em relação de hierarquia, de mando e de obediência" (CHAUÍ, 1986:54). Todas as formas de relação social assumiram a forma de dependência, liberdade vigiada; da outorga e da prestação de favores. Formando um privilegiado espaço para a prática clientelista, onde os dominados estão sempre a dever favores concedidos pe-

los dominantes.

O autoritarismo enquanto uma forma de percepção da realidade pode se compreendido a partir da análise do pensamento autoritário brasileiro, que se formalizou na Escola Superior de Guerra (ESG). Foi ele tem sido, a partir da década de 30 a percepção hegemônica sobre a realidade nacional e tem-se constituído no elemento orientador de práticas políticas a nível nacional.

A partir dos anos trinta (30) deste século, a percepção hegemônica da realidade nacional tem passado pelo pensamento autoritário de pensadores como Oliveira Vianna, Azevedo de Amaral, Francisco Campos, e, principalmente, pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que acrescentou e inovou o pensamento autoritário, incorporando a ele elementos militarizados a partir de reflexões ocorridas com a experiência de participação das Forças Armadas na segunda guerra mundial.

O pensamento autoritário tornou-se dominante na década de 1930, servindo como catalizador do pensamento anti-liberal das elites culturais do Brasil.⁶ Ficou muito conhecido pelas suas propostas políticas que incluíam, basicamente, a necessidade de centralização do poder e a organização de um "Estado forte" capaz de organizar a nação brasileira. Estas propostas eram coerentes com a visão antro-po-social destes pensadores sobre a realidade nacional. Concebiam a sociedade civil como sendo incapaz de auto-organização pela índole privatista, individualista e regionalista do povo brasileiro (características advindas de sua formação his-

⁶ Sobre o Pensamento Autoritário dos Anos 30 ver artigo de DINIZ, Eli. O Pensamento Autoritário dos Anos 30. In: Ciência Hoje, vol. 5, nº 29, mar/87, pp. 60-65.

tórica). Para eles, a dispersão e desestruturação da população brasileira, devido a questões geográficas e à magnitude territorial do país, não permitiria a descentralização política, pois esta serviria de "álibi" para a sustentação do poder político das oligarquias regionais. Assim, a centralização e a necessidade de um "Estado forte" não eram apresentadas como o ideal para a sociedade, mas como uma necessidade histórico-pragmática. Pois, não só a população em geral, mas também as elites regionais, estavam despreparadas para promoverem uma política articulada e organizada a partir dos interesses nacionais.

O pensamento autoritário dos anos 30 era ao mesmo tempo conservador e reformista. Reformista por propor mudanças no modelo oligárquico de organização política, porém as mudanças deveriam ser desencadeadas e conduzidas pelas elites esclarecidas do país, que se identificassem com os interesses coletivos, tivessem sentimento do bem público e não particularista. Portanto, os "agentes históricos" estavam circunscritos às camadas superiores da sociedade. (DINIS, 1987:65).

O pensamento autoritário dos anos 30 se constituiu numa importante vertente do pensamento desenvolvido pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de 1984.⁷ Porém, o projeto de mudança nacional do pensamento autoritário vai ser adequado pela ESG a um projeto de desenvolvimento nacional, de acordo com a

7 "A ESG foi criada enquanto instrumento de relação orgânica entre setores militares e grupos dominantes com o objetivo de promover determinado tipo de desenvolvimento (capitalista) dirigido por um grupo específico (elites) dotado de uma ideologia (segurança e desenvolvimento) e uma opção estratégica (mundo ocidental) sob a hegemonia americana". Ver: OLIVEIRA, E.R.. A DSN: Pensamento e Projeto Estratégico. In: OLIVEIRA, Eliezer R.. Militares: Pensamento e Ação Política, 1987, p. 60.

percepção geopolítica, baseada na conjuntura internacional que caminhava para a divisão bipolar do mundo.⁸

Esta conjuntura internacional exigia, segundo a percepção da ESG, uma aceitação da direção hegemônica dos norte-americanos sobre o ocidente em contraposição ao poder dos soviéticos no "oriente". Esta hegemonia, por sua vez, implicava em que o projeto de desenvolvimento e os recursos do país fossem colocados à disposição dos fins hegemônicos que se resumiam no fortalecimento da ordem capitalista (OLIVEIRA: IN: OLIVEIRA, o., 1987a:59).

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁹ continha uma defesa intransigente da sociedade capitalista, sendo que os objetivos nacionais permanentes, preconizados por ela, deveriam estar voltados neste sentido. Com a percepção de que o corpo social, inclusive as elites civis (não só as regionais), estavam despreparadas para a concretização destes objetivos nacionais, a DSN se propunha a ser a ideologia que tornaria essas elites hábeis para exercerem tal tarefa. Dentro as elites, os militares se erigiram como a única elite capaz de tutelar os demais grupos sociais na concretização dos objetivos nacionais, colocados por eles. A per-

⁸ Ver: SILVA, Golbery do Couto e.. Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil, 1981.

⁹ A DSN não se trata apenas de uma forma de percepção da realidade, ela possui uma conotação pragmática. Segundo Maria Helena Moreira Alves "trata-se de um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes de infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais". ALVES, M.H.M.O Estado e a Oposição no Brasil (1964-1984), p. 35. Entre os livros que abordam especificamente a Doutrina de Segurança Nacional e sua ideologia, estão: OLIVEIRA, Eliezer R. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil, 1964-1969, 1976; COMBLIM, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina, 1977; OLIVEIRA, Eliezer R. A DSN: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: OLIVEIRA, E.R.. Militares: Pensamento e Ação Política, 1987.

manência da proposta da necessidade de um "Estado forte", como única instituição capaz de promover a organização da vontade coletiva e arbitrando entre os diversos interesses "privados", mostra a influência do pensamento autoritário dos anos 30. A inovação era, basicamente, a inclusão do componente militar (elite militar, geopolítica e ampliação do conceito de guerra) à concepção autoritária já existente.

A conjuntura internacional exigia, segundo a ESG, a ampliação/redefinição do conceito de guerra. Ao lado da guerra convencional, haveriam a guerra subversiva/ideológica e a guerra nuclear. Os militares brasileiros se redefiniram no sentido de uma preocupação com a guerra convencional através da necessidade de ampliação de seu poderio bélico, mas principalmente assumindo como sua função hegemônica a guerra subversiva.

Assim, a DSN incorporou ao pensamento autoritário o conceito de guerra subversiva. Isto implicou em uma redefinição da concepção da sociedade brasileira, ao lado de uma modificação substantiva do significado da corporação militar no interior desta sociedade.

Quanto ao primeiro aspecto, a percepção antropológico-social do pensamento autoritário foi acrescida da visão organicista da sociedade. O organicismo esguiano percebia a sociedade como um corpo onde cada parte tinha suas funções bem definidas, ordenadas hierarquicamente (DREIFUSS e DULCE, IN: SORG & ALMEIDA, 1984:91). Todo corpo social necessitaria de uma cabeça capaz de orientá-lo de forma harmônica. Assim, o pensamento esguiano generaliza o pensamento autoritário a qualquer realidade histórica. Pois, enquanto aquele via a necessidade de "uma cabeça" como um mal necessário exigido por uma conjuntura, ou determinada realidade (no

caso a realidade brasileira) este a percebia como necessidade válida para qualquer corpo social.

Na sua percepção da sociedade brasileira, esta lógica organicista dos militares apresentava uma agravante: a existência de organismos patológicos que comprometiam ainda mais a harmonia do todo. A sociedade brasileira possuía um inimigo que não mais estava somente fora dela, mas no seu interior. Um inimigo mortal, pepicaz, irreconciliável e obreiro de todos os males da sociedade (capitalista é lógico), destruidor dos interesses coletivos e da nação brasileira.

Esta concepção militar, da doença existente na sociedade, reforçava a idéia da necessidade de uma entidade superior, colocada acima da sociedade para ser capaz de distinguir o "trigo" do "joio". Esta entidade deveria ser o aparelho estatal (uma visão hegeliana). Porém, a realidade, que se manifestava em profunda crise social e a existência do inimigo imbricado em seu interior, exigia uma redução do aparelho de estado ao seu elemento coercitivo, ou seja, reduzido aos militares.

A corporação militar erigia-se como a "elite das elites", a elite iluminada que esclareceria a elite civil, pois esta nem sempre está preparada para as tarefas de direção dos interesses nacionais. Os militares assumem o seu papel tutelar no processo de desenvolvimento nacional com o objetivo de manter a ordem e garantir a segurança nacional. A segurança nacional implicava numa guerra total, permanente e implacável ao inimigo interno, definido como o "comunismo" e identificado nas massas, no movimento popular e nas classes trabalhadoras (OLIVEIRA, IN: OLIVEIRA, o., 1987).

Os militares substituíram seu papel prioritário de de-

fesa nacional, enquanto política global e societária. A segurança nacional implicou historicamente numa posição tutelar, seguida de uma posição dirigente assumidas pelas Forças Armadas no país.

Disto, pode-se dizer que os militares foram capazes de adequar a percepção social do pensamento autoritário à sua visão organicista, legitimando-se e sendo legitimados pelo corpo social (particularmente pelas elites), enquanto "cabeça" do conjunto social do país. De modo que, a compreensão desta forma de percepção sobre a realidade social, desenvolvida pelo pensamento autoritário, é importante para a compreensão das práticas políticas ocorridas nas últimas décadas no Brasil.

Além de uma forma de percepção da realidade, o autoritarismo implica em determinada forma de atuar politicamente. Neste sentido considero fundamental a análise da sociedade e do Estado e suas relações a partir da implantação do Estado Burocrático-Autoritário. Considerando que as práticas autoritárias fazem parte dos arquétipos políticos da tradição brasileira, poderia analisar outras práticas históricas também autoritárias: período getulhista, período da "democratização" de 1945-64, etc.. Mas há três razões para que eu delimite minha análise ao Estado Burocrático-Autoritário: a) a importância assumida pelas Forças Armadas neste contexto; b) por representar o contexto geral no que ocorreu o processo de desapropriação/indenização, base objetiva sob a qual se desenvolveu o Movimento de Papanduva; c) porque permite visualizar o surgimento dos movimentos sociais como possibilidade de reconstrução de uma sociedade democrática e de ruptura com a tradição autoritária.

O conceito "Burocrático-Autoritário" não tem sido uma referência para a compreensão somente do regime político implan-

tado no Brasil em 1964. Mas pretende ser uma resposta ao desafio de análise do autoritarismo de países que passaram por um processo de desenvolvimento econômico, mas que continuaram dirigidos por governos autoritários e militares. Esta realidade coloca sob suspeita a hipótese que sugeria uma associação positiva entre a modernização econômica e o desenvolvimento das instituições democráticas.¹⁰ Contudo, o regime político implantado em 1964 no Brasil serviu como fundamentação empírica importante para a aceitação do conceito (COLLIER, 1982).

A implantação de um Estado Burocrático-Autoritário decorre das tensões sócio-políticas surgidas de três processos históricos que o antecedem:

a) A industrialização, que implica numa modernização dos meios de produção e a pretensão de produção de bens que possam ser competitivos no mercado internacional. A preocupação é a promoção de uma industrialização avançada e a atração da participação do capital estrangeiro.

b) A ativação de setores populares, que tem poduzido, mesmo com a implantação de políticas populistas, uma constante

10 As discussões sobre o conceito de Estado Burocrático-Autoritário como referencial analítico para compreensão dos regimes políticos dos países da América Latina podem ser encontradas em: O'DONNELL, G. Contrapontos: Autoritarismo e Democratização, 1986. Textos de COLLIER, D. Resumo do Modelo Autoritário Burocrático: Síntese e Propostas Para Outras Pesquisas; CARDOSO, F.H. Da Caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina e O'DONNELL, G. Tensões do Estado Burocrático e a Questão da Democracia, na coletânea organizada por COLLIER, D. O Novo Autoritarismo na América Latina, 1982. Textos de: O'DONNELL, G. Desenvolvimento Político e Mudança Política (com comentários de Michel Debrum, Celso Lafer e Juan Linz); LINZ, J. Regimes Autoritários (com comentários de Wanderley G. Dos Santos, Malori Pompermayer e Francisco Weffort) no livro O'DONNELL, G. (et alii.). Estado Autoritário e Movimentos Populares, 1979.

tensão pela defasagem entre a demanda e a oferta de políticas que as supram através do aparelho do estado.

c) Aumento dos tecnocratas¹¹ no aparelho estatal, os quais têm baixo nível de tolerância às crises sócio-econômicas provocadas pelo ideal de participação e politização dos setores populares. Ao lado dos tecnocratas civis temos os militares com uma nova orientação, que implica na necessidade de sua intervenção na vida política interna para garantir a segurança interna necessária ao processo de desenvolvimento econômico (COLLIER, 1982:33)

Diante das crises e tensões produzidas pelo processo de industrialização, como pela crescente participação de setores populares, a aliança entre os tecnocratas e os militares é vista como elemento eficaz para propor saídas. Isto ocorre a partir do estabelecimento de um regime político repressivo, autoritário e burocratizado. Esta proposta de saída objetiva a implantação da "ordem" e "normalização" da economia. Tem o apoio entusiástico do centro hegemônico do ocidente capitalista, como também da burguesia local, por asseguram seus interesses, fundamentais: propriedade, direito de organizar o trabalho em suas empresas e decisões sobre o destino de sua acumulação. Tem apoio inicial, também, de setores médios, porém aos poucos com a implantação do regime, este vai se diluindo (O'DONNELL, 1986:46).

O Estado Burocrático-Autoritário é visto como um Estado capitalista, ou seja, uma instituição política que resguarda e

¹¹ Tecnocratas são políticos-administradores e funcionários do aparelho do Estado que procuram soluções meramente técnicas e pragmáticas aos problemas sociais, políticos e econômicos que se apresentam para serem enfrentados.

organiza a estrutura de classes, a qual reproduz as relações capitalistas.

Segundo O'Donnell as principais características do Estado Burocrático-Autoritário são as seguintes: tem por base social principal a grande burguesia; a nível institucional, adquirem peso decisivo as especializadas na coação; liquidação das instituições da democracia política e da cidadania; exclusão econômica do setor popular; promove uma maior internacionalização da estrutura produtiva; tende a "despolitizar" o tratamento das questões sociais; fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo (O'DONNELL, 1986:21-22).

A seguir desenvolverei, tomando como referência a experiência do Estado Burocrático-Autoritário brasileiro, estas características.

a) Organizador da dominação das frações superiores da burguesia interna oligopolizada e da burguesia internacional. O golpe de 1964 teve como principal objetivo a preservação e incremento da sociedade capitalista. Apresentou um programa global destinado a racionalizar a economia pela concentração de capital nas indústrias eficientes e estímulo á penetração do capital internacional (ALVES, 1984:74-76). Isto garantiu ao Estado a alta burguesia como base de sustentação.

b) A nível institucional, as organizações que adquirem maior importância são as especializadas na coação¹² (para impor a ordem) e as que tentam "normalizar" a economia. Nesta perspectiva

12 Uma referência importante para mostrar a capacidade e amplitude da ação dos aparelhos repressivos sobre a sociedade civil está na obra: Brasil: Nunca Mais, organizada pela Arquidiocese de São Paulo, 1986.

32

a profundidade da atividade militar não ficou restrita à estrutura do Estado, mas se expandiu a todos os setores da sociedade. (BRIGAGÃO, 1985 e MARTINS, 1984).

As forças Armadas coube o papel de supressão da "desordem", entendida como atividades e processos que denotavam inconformismo com a ordem capitalista ou vistos como empecilhos potenciais para a implantação da política nacional de desenvolvimento e segurança. Estas atividades eram considerada "subversivas" e "perigosas". Tal responsabilidade, de manutenção da "ordem", fez com que as Forças Armadas fossem dotadas de poderes praticamente ilimitados sobre a população (ALVES, 1984:40). Esta posição de destaque, ocupada pelos militares no sistema, foi tida como um direito adquirido por haver imposto a ruptura com o sistema anterior, por ser a instituição que iria garantir a ordem durante a implantação e aprofundamento do sistema imposto.

O golpe representou a materialização da ordem preconizada pela visão organicista da Doutrina de Segurança Nacional, na qual os militares, enquanto "elite das elites", teriam a função de ordenar e organizar todos os setores da sociedade, juntamente com a elite civil, embora não se possa negar a existência de tensões entre as elites militares e civis durante este processo.

c) Os setores populares ativos politicamente no momento anterior são excluídos do cenário político, com forte tendência à eliminá-los.

No Brasil, após o golpe de 64, uma das primeiras medidas institucionais (Ato Institucional nº 1) estava destinada a abrir caminho para o que ficou conhecido como "Operação Limpeza". A "operação limpeza" incluiu um conjunto de esforços destinados a ativar as forças coercitivas e dar ao Estado o controle sobre os

espaços políticos, militares e psicossociais. A estratégia política objetivava o enfraquecimento do poder legislativo, principalmente dos partidos políticos que apoiaram o "ancien régime". A estratégia militar destinava-se a eliminar todo o pessoal militar que estivessem estreitamente associado ao governo anterior. A estratégia psicossocial se concentrava especialmente sobre os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe (ALVES, 1984:56-71).

d) Na medida em que o Estado Burocrático-Autoritário promove um padrão de acumulação capitalista, que beneficia as grandes empresas nacionais e o capital transnacional, promove a exclusão dos setores populares da distribuição da riqueza.

e) Dentro de uma lógica tecnocrática e militarizada procura "despolitizar" o tratamento das questões sociais. No Brasil, o caso da questão agrária foi exemplar neste sentido. Segundo José de Souza Martins, "o governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos de segurança e desenvolvimento nacional, o que significava impedir ou dificultar o desdobramento político das lutas pela terra" (MARTINS, 1984:33).

f) Implantação de um regime político que implica no fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo. Este fica restrito à cúpula das grandes organizações, especialmente as Forças Armadas e os grandes oligopólios. A questão do acesso ao controle do aparelho do Estado sempre se constituiu em objeto de tensão interna das Forças Armadas brasileiras. Além de divergências sobre a dinâmica e aprofundamento do regime, havia a necessidade de garantir o alijamento dos civis neste processo. Porém, no caso brasileiro, os militares garantiram o controle do governo

de maneira direta de 1964 até 1985.

g) Promoção da internacionalização da estrutura econômica resultando numa desnacionalização maior da sociedade. A aliança entre a grande burguesia e a cúpula militar apresentou fortes tensões nesta questão. Pois, enquanto os primeiros, impulsionados pelos seus princípios "liberais" estavam propensos a uma maior abertura para a transnacionalização da economia, os segundos eram mais nacionalistas. Mas, mesmo com "certas relutâncias os militares abriram mão de sua iniciativa em favor de um complexo multinacional associado" (DREIFUSS e DULCI, IN: SORG & ALMEIDA, 1984:100).

h) Supressão das mediações entre sociedade civil e o Estado. Para O'Donnell, o Estado é uma relação social de dominação, pois organiza uma dominação de classe. O fundamento último do Estado é a coersão. Porém, além da coerção, o Estado é consenso. Este é elaborado através de mediações entre a sociedade civil e o Estado. As três mediações são: a nação, a cidadania e o povo.

"A Nação é o plano de identidades coletivas que se define como um 'nós' gerando um arco de solidariedade entre as frações da sociedade e um reconhecimento de uma coletividade diferente (estrangeiro). Cidadania tem dois sentidos: a) igualdade abstrata que fundamenta a afirmação do poder exercido e baseado no consentimento dos cidadãos; b) direito de recorrer a procedimentos jurídicos regulados face a possíveis arbitrariedades cometidas pelo Estado. Povo representa um 'nós' portador de exigências de justiça substantiva, que constitui a base para as obrigações do Estado aos segmentos menos favorecidos" (O'DONNELL, 1986: 18).

A supressão dessas mediações¹³ deixa o Estado aparecer em seu fundamento último que é a coerção. A eliminação dos modelos normais de legitimação e controle da sociedade sobre o Estado vai gerar um hiato, um vazio entre estas duas instâncias e uma impossibilidade de os indivíduos transporem seu cotidiano para a dimensão pública. Isto, juntamente com a utilização constante e intensa do aparato repressivo, vai gerar na sociedade civil três situações inter-relacionadas:¹⁴ a) Consenso tácito, que significa "despolitização, apatia e refúgio dos indivíduos ao seu cotidiano altamente privatizado" (O'DONNELL, 1986:25); b) Cultura do Medo, a qual coíbe a participação em atividades políticas, sindicais e mesmo comunitárias. Esta cultura se expressa em "três importantes componentes psicológicos: silêncio, isolamento e sentimento de desesperança" (ALVES, 1984:169); c) Alienação, consiste na ausência de consciência crítica sobre o significado do princípio que rege o poder autoritário, a aceitação da situação como normal, substituindo o protesto e a reivindicação pelo "deixa prá lá", aceitação da situação como ordem natural (MARTINS, 1979: 79).

Em resumo, pode-se dizer que a paranóia subversiva que impõe a ordem através da coerção, negligenciando a legitimação pelo consenso, petrifica a sociedade civil.

13 Para Luciono Martins, além da cidadania o que o regime autoritário tem negado é a própria condição de sujeito do indivíduo. MARTINS, L. A Geração AI 5. In: Ensaio e Opinião, vol.II, 1979, pp. 72-102.

14 Embora as caracterizações sejam de autores diferentes, os elementos nelas contidas são semelhantes. Pela diferença na ênfase em aspectos diferentes, prefiro colocá-los enquanto três características separadas, porém inter-relacionadas.

Dentro da argumentação apresentada, tanto na elaboração de determinada percepção sobre a realidade, como na sua concretização em práticas políticas (como a implantação do Estado Burocrático-Autoritário), os militares surgem enquanto agentes fundamentais. Por isso, considero oportuno algumas colocações adicionais sobre o papel dos militares na sociedade (brasileira).

Excetuando-se as reflexões que estão ocorrendo sobre a indústria bélica brasileira (DAGNINO, BRIGAGÃO, GODOY, FERREIRA, IN: OLIVEIRA, e.a., 1987), os estudos recentes sobre a questão militar no Brasil têm privilegiado sua atuação política. Isto fica claro se nos reportarmos a algumas obras importantes sobre o assunto que estão em circulação: "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil", "Militares: Da Abertura à Nova República", "A Tutela Militar", "Militares: Pensamento e Ação Política".¹⁵ Torna-se evidente que o papel da instituição militar brasileira foi percebida como hegemonicamente política e ideológica: segurança e desenvolvimento, combate ao inimigo interno (subversão), manutenção da ordem interna e direção político-administrativa do Estado brasileiro.

Considero que este papel assumido pelas Forças Armadas não suprimiu seu papel tradicional (a defesa convencional), pelo contrário, os militares passaram a ter uma crescente preocupação com estas "questões tradicionais".

¹⁵ OLIVEIRA, E.R. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), 1976; OLIVEIRA, E.R. (org.) Militares: Pensamento e Ação Política, 1987; MORAIS, João Q. A Tutela Militar, 1987; STEFAN, A. Os Militares: Da Abertura à Nova República, 1986.

Após a experiência da participação na Segunda Guerra Mundial, a preocupação dos militares brasileiros estava direcionada basicamente para duas questões: a redefinição da estratégia militar internacional e o subequipamento das suas corporações para desenvolver suas tarefas de defesa territorial.

A primeira preocupação resultou na redefinição de seu papel dentro de uma nova conjuntura internacional, passando a assumir como uma de suas principais tarefas a guerra subversiva.¹⁶

A segunda preocupação estava voltada para a necessidade sentida pela corporação militar de possuir efetivamente um potencial de defesa, com maior capacidade quantitativa e qualitativa, voltada a suprir a necessidade de garantir a defesa nacional através da ocupação dos espaços geográficos. A participação na Segunda Guerra demonstrou uma defasagem enorme entre os militares brasileiros em relação aos norte-americanos principalmente (falta de equipamento moderno, falta de efetivos, de recursos, de formação profissional). Portanto, constituía-se numa preocupação voltada meramente para a atividade convencional dos militares que é a defesa nacional: impossibilidade de atingir objetivos legítimos por carência de recursos (o objetivo legítimos ao qual se referiam os militares era a capacidade de ocupação territorial), material bélico, efetivo, especialização e aperfeiçoamento de pessoal, recursos, e a perspectiva de estabelecer um complexo militar

¹⁶ Para D'AMBROSIO as Forças Armadas Brasileiras se integraram no mecanismo de defesa do "mundo livre". "Nesta estratégia, o controle do equipamento necessário à guerra nuclear, reserva-se aos EUA, a guerra convencional se dará no canto natural de confronto (Europa), e a guerra subversiva nos países que poderíamos chamar de periféricos". D'AMBROSIO, U. Estratificação da Sociedade Nacional e Soberania. In: OLIVEIRA, E. R. Militares: Pensamento e Ação Política, 1987, pp.39-44.

industrial" (DREIFUSS e DULCI, IN: SORG & ALMEIDA, 1984:93).

Outra colocação é no sentido de resgatar um conceito que considero adequado à compreensão da importância assumida por todos os espaços geográficos, sociais e culturais na lógica militar. É o conceito, apresentado por Ubiratan D'Ambrósio, de estratocratização da Sociedade Nacional.¹⁷

O objetivo do conceito é o de dar conta do fenômeno histórico que subordina todos os espaços sociais à organização militar.

Segundo D'Ambrósio, quando os homens passaram a ser necessários ao sistema produtivo, não podiam dedicar seu tempo exclusivamente para a defesa ou para a guerra. No entanto, estrategicamente foi necessário que, ao lado de suas atividades civis ou produtivas, houvesse uma mobilização de massa e um estado permanente de disponibilidade para a guerra. Embora não dedicados somente às atividades de defesa, os homens e toda a sociedade continuaram subordinados às necessidades de defesa. Mesmo com a constituição do exército profissional, a guerra continua sendo uma importante atividade social para todos os indivíduos.

O conceito de estratocratização, justamente, significa a "subordinação de todos os setores da sociedade à prontidão para uma guerra quase permanente" (D'AMBRÓSIO, IN: OLIVEIRA, o., 1987a:40). Ou seja, ao lado de uma corporação militar profissionalizada, todos os recursos e setores da sociedade estão subordinados prioritariamente à questão militar de defesa, seja em nome

17 Sobre este conceito conferir em D'AMBRÓSIO, U., op cit., pp. 39-40.

da defesa nacional (convencional), ou da segurança e desenvolvimento (subversiva). Dentre as necessidades públicas, passou-se a privilegiar as necessidades de defesa e segurança. Esta situação torna facilmente aceitável a disposição de bens, terras, tempo às atividades ligadas à defesa.

Até agora argumentei que o autoritarismo, tanto como modalidade de percepção da realidade (pensamento autoritário dos anos 30, pensamento esguiano), quanto como ação política que se baseia nesta percepção (implantação do Estado Burocrático-Autoritário), possui como característica fundamental a supressão da cidadania enquanto mediação entre a sociedade civil e o Estado.

Para completar essa argumentação, considero oportuno apresentar as concepções básicas do conceito de cidadania a partir da tradição do pensamento político.

Não existe uma única concepção de cidadania; por isso, serão importantes algumas caracterizações para melhor compreender a sociedade autoritária como os próprios movimentos sociais.

O pensamento político nos herdou duas tradições políticas distintas na concepção de cidadania (ABRANCHES, 1985): a) a liberal, baseada na liberdade como direito universal, sem garantias à soberania coletiva; b) a coletiva, não fornece garantias explícitas à liberdade privada, a liberdade é coletiva, isto é, obtida através da sociedade.

A. A cidadania na concepção liberal. Tem sua primeira fundamentação histórica na "civitas romana", que rompeu com a tradição da "polis grega". Na "civitas romana", a lei passou a regulamentar a "res publica" e a "res privata", enquanto atividades independentes. Assim, "as esferas privada e pública tornaram-

se diferenciadas e igualmente significativas em si mesmas, tanto na teoria quanto na prática" (ABRANCHES, 1985:9).

A cidadania romana era mais civil do que política, representava uma coleção de direitos e se apresentava como externa ao indivíduo. Isto é, algo que se reivindica de fora e não se conquista através da participação e da comunidade.

A esta concepção de cidadania esta ligada a concepção liberal, que fornece sustentação às sociedades liberais-democráticas. Para os liberais, a cidadania possui uma natureza individualista e atomista, pertence ao indivíduo "monada". Esta concepção gera um preconceito à idéia de participação e associação dos indivíduos. Segundo Abranches, "a cidadania individual exclui ou pelo menos desencoraja a facção, isto é, a associação dos cidadãos para a ação (coletiva) política" (ABRANCHES, 1985:14). A ligação da vida privada com a vida pública é preferencialmente realizada pela representação, e a representação baseada no mandato virtual. A ação política fica restrita aos responsáveis pela "res publica", devendo ser minimizada e apenas operar como garantia dos direitos individuais. Ou seja, uma ação meramente negativa: proteger os indivíduos dos malefícios provocados pelos outros. Os indivíduos estão voltados permanentemente para a esfera privada. Esta separação entre o privado e público despolitiza a cidadania e transforma os homens em indivíduos solitários.

B. A cidadania na concepção coletiva. Segundo Sérgio Abranches, ~~que~~ rompe com a tradição liberal de concepção da cidadania foi Rousseau, o qual buscou sua fundamentação na experiência da "polis grega" (ABRANCHES, 1985).

A "polis" é vista como uma sociedade politizada, na qual a esfera pública ocupava um amplo espaço nas vidas dos indi-

vídus.¹⁸ Não havia uma separação entre o público e o privado, enquanto esferas separadas e com significados próprios de ação. A "polis" possuía um significado coletivo e era organizada politicamente representando a unidade dos cidadãos como comunidade.

Para Rousseau, a "polis" era exemplar pelo que representava enquanto politização da sociedade. Ele considerava que a sociedade era o único meio para a realização integral do ser humano, ou seja, o homem só pode se realizar através da sociedade, a liberdade do homem deve ser obtida através da participação na sociedade. Segundo Abranches, Rousseau "pensava a questão da sociedade dialeticamente: o homem natural era um ser absoluto e integral, mas na solidão medíocre, o homem civil era um ser fracionado com maior potencialidade para realizar sua humanidade, como síntese seria o momento no qual a total socialização e completa politização do homem civil restauraria sua integridade" (ABRANCHES, 1985:10).

Esta percepção do conceito de cidadania, que implica na proposição de que a socialização do homem e a politização da sociedade se apresenta como único caminho para a realização da essência humana na liberdade e igualdade é partilhada por outras correntes do pensamento político: socialistas (Marx), anarquistas (Bakunin, Kropotkin) e socialistas liberais ingleses (J.S. Mill, Fabianos).

18 As limitações da participação dos indivíduos no espaço político não decorria do regime, mas das próprias características da cultura clássica: existência da escravidão e exclusão das mulheres.

Enquanto a concepção liberal gera um preconceito em relação à participação, a concepção coletiva tem uma suspeita em relação à representação. A cidadania passa a representar a comunidade, a participação e não algo exterior ao indivíduo, situada em outra esfera. Não é algo que se reclama, mas se constrói através da participação na vida política.

Historicamente o capitalismo não é mais liberal, porém mantém suas contradições, a principal delas: embora a ordem legal admita uma coleção de direitos aos indivíduos, enquanto instrumentos para atendimento de suas necessidades e satisfação de suas expectativas, o crescente corporativismo torna estes direitos ineficazes aos indivíduos.

A ligação política entre os indivíduos e o Estado passou a aparecer sob a forma corporativista, a qual representa uma crescente necessidade de mediações organizacionais e burocráticas. A representação tornou-se a única forma de participação política; as organizações políticas e econômicas passaram a controlar as demandas através de um suprimento planejado. Isto levou a uma nova concepção de cidadania: cidadania regulada ou controlada.¹⁹ É a substituição da ação individual pela ação organizada e burocratizada, onde "os indivíduos têm pouca oportunidade de sucesso na promoção de direitos substantivos sem a mediação de organizações burocratizadas" (ABRANCHES, 1985:21). Isto aprofunda o

19 Wanderley G. Dos Santos associa o conceito de cidadania regulada com ocupação profissional reconhecida por lei. "Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal". Ver: SANTOS, W. G. dos. Cidadania e Justiça. A política Social na Ordem Brasileira, 1987, p. 68.

processo de privatização e despolitização da ação coletiva, pois até a associação implica no desejo de interesses particulares e passa a se constituir num ato privado.

Essa diversidade de concepções políticas do conceito de cidadania (liberal, coletiva, regulada) permite uma compreensão mais adequada do significado histórico dos movimentos sociais. Pois eles se apresentam enquanto tentativas organizadas da sociedade civil de construir "as cidadanias" destruídas pelo autoritarismo.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA POSSIBILIDADE DE CIDADANIA

O Estado Burocrático-Autoritário dirigido pelos militares, na busca de legitimidade, iniciou um processo de liberalização que desembocou na conhecida transição democrática. Essa transição política não teve o propósito de construir uma democracia, mas um forma de operar com segurança a institucionalização do autoritarismo (CAVAGNARI, IN: OLIVEIRA, e.a., 1987:65). Ou seja, um processo de transição do autoritarismo sob direção militar para o autoritarismo sob direção civil, sob a tutela dos primeiros.

Embora apresentando avanços, como a convocação de uma assembleia (congresso) nacional constituinte²⁰, ampliação das liberdades políticas e sociais, os limites deste processo são claros²¹.

A realidade é que o processo de transição (ou qualquer nome que se queira dar), com suas mudanças e limitações, tem sido efetivamente realizado a partir do aparelho do Estado (por cima).

Porém, não se pode esquecer que, a partir do período de maior fechamento político do Estado, fora dele surge o que foi

20 A assembleia nacional constituinte foi convocada pelo Presidente da República à 5 de julho de 1985, para funcionar sob forma congressual. Foi criticada pelos progressistas em três aspectos: não exclusividade, representação somente por intermédio dos partidos, participação de senadores eleitos em 1982.

21 Para analisar alguns limites da "Nova República" ver: MARTINS, J.de S. Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República, 1986; LEAL, L. (org.) Reforma Agrária e Nova República, 1985. Os limites da questão agrária na "Nova República" também são expressos pelo aumento significativo de assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças a partir de 1985. Conferir alguns dados fornecidos em: SBPC. Violência, supl. Vol. 5, nº 28. In: Ciência Hoje, jan/fev. 87, pp. 6-10.

caracterizado por Weffort de, "descoberta ou redescoberta da sociedade civil" (WEFFORT, 1985:88). O surgimento de várias frentes organizadas da sociedade civil que, embora incapazes de modificar substancialmente o processo (dos de cima), tiveram uma importância social, política e cultural, ao longo dos anos, não passível de negação. A este fenômeno a ciência social passou a denominar de movimentos sociais. Esta efervescência da sociedade civil, ou novidade no cenário político brasileiro, ocorreu em uma pluralidade de lutas, das mais variadas formas: lutas no campo (contra a expropriação de terras, contra a exploração de mão de obra, contra a intervenção direta do Estado), na cidade (organização de moradores reivindicando melhorias nos aparelhos de consumo coletivo, novo sindicalismo, etc.), ligados à Igreja progressista (Ceb's), lutas pelos direitos humanos, liberdades políticas, feministas, ecológicas, etc... Este leque de movimentos sociais constituiu um cenário novo e, conseqüentemente, um desafio para a reflexão intelectual sobre ele. Constituíram-se em objeto, cuja interpretação se tornou estimulante, polêmica e contraditória entre os cientistas que se aventuraram na interpretação deste "novo".

Embora as análises sobre os movimentos sociais tenham divergido quanto ao seu significado para a ruptura com a tradição (particularmente do regime militar) e quanto sua importância política, houve uma constatação quase unânime: a necessidade de reconhecer que os referenciais teóricos usuais seriam insuficientes para a análise deste fenômeno. Esta crise dos instrumentos de interpretação usuais foi bem caracterizada por Evers, quando escreve: "não é apenas que a realidade esteja mudando, ela está fugindo a nossos modos de percepção e nossos instrumentos de interpre-

tação (...) o liame dos movimentos sociais e o conhecimento do social rompeu-se" (EVERS, 1984:11).

Portanto, independentemente da maior ou menos importância dada aos movimentos sociais enquanto processos sociais de transformação, eles se constituíram em "novidade" pela crise que ocasionaram no paradigma das ciências sociais.²²

Laclau, em seu artigo "Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social" (LACLAU, 1986:41-47), constata com clareza os aspectos nodais que tornam impossível a utilização do paradigma "tradicional" para a compreensão dos movimentos sociais. Estes aspectos se referem aos indivíduos, enquanto sujeitos sociais, e às formas de conflito existentes entre eles.

a. Quanto à determinação da identidade entre os agentes. O paradigma recorrente nas ciências sociais via os agentes sociais como categorias pertencentes à estrutura social (proletariado, pequena-burguesia, burguesia). A análise dos movimentos sociais é impossível limitar a identificação dos grupos desta forma. "Esses grupos se constituem como resultado de construções políticas complexas, baseadas na totalidade das relações sociais que não podem decorrer unilateralmente das relações de produção" (LACLAU, 1986: 41).

b. Quanto ao tipo de conflito. Nas formas tradicionais de perceber os conflitos sociais, eles eram vistos dentro de um esquema revolucionário-evolucionário, subjacente à história. A luta de classes perde seu significado na análise dos movimentos

22. Conferir conceito de paradigma em KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, 1975, p. 33.

sociais, pois, como as relações sociais não decorrem automaticamente das relações de produção, também os conflitos não podem ser determinados por eles. São resultados dos mais variados tipos de relações politicamente possíveis.

c. Quanto ao espaço de conflito. O paradigma tradicional o reduzia a um "espaço político unificado, onde a participação dos agentes era concebida como representação de interesses". Para a análise dos movimentos sociais a "representação de interesses, também não tem validade", pois a identidade dos agentes não é mais constituída num único nível da sociedade (o econômico) e "o político torna-se uma dimensão presente, em maior ou menor escala, ao longo de toda prática social (LACLAU, 1986:41-42).

Se as "velhas categorias" se tornaram insuficientes e inadequadas para a compreensão dos movimentos sociais, as análises foram realizadas dentro de um maior espaço de liberdade para a experimentação, dando lugar a criatividade. Esta permitiu um avanço no conhecimento sobre os movimentos sociais, pela sua qualidade e quantidade de trabalhos produzidos, com diferentes modos de recortar o objeto de estudo, embora ainda permaneça uma grande imprecisão conceitual para tratar deles (sua dimensão de diversidade e pluralidade tem se constituído numa dificuldade para tal empreendimento teórico) (CARDOSO, 1987:26).

A amplitude e abrangência das análises sobre os movimentos sociais já tem permitido a elaboração de vários trabalhos como tentativas de sistematizar criticamente a produção analítica

Entre os pensadores, que decidiram se empreender nesta produção teórica, foram poucos os que se aventuraram em propor um conceito mais ou menos elaborado do que seriam os movimentos sociais. Muitas análises os apresentam como uma realidade que se delimita por si própria, sem a necessidade de um esforço teórico neste sentido.

Vejamos os conceitos propostos por alguns autores:

SCHERER-WARREN: "Ação social transformadora (práxis), voltada para a realização dos mesmos objetivos (projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (ideologia), e sob uma organização mais ou menos definida (organização e direção) (SCHERER-WARREN, 1984) .

KARNER: "Processo coletivo e comunicativo de protesto, conduzido por indivíduos contra relações sociais existentes, que afetam a um amplo número de pessoas que não tem que estar necessariamente organizadas" (KARNER, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987)

23 CARDOSO, R.L. Movimentos Sociais Urbanos: Um Balanço Crítico. In: SORG B. & ALMEIDA, M.H. Sociedade e Política no Brasil Pós-64, 1984. CARDOSO, R.L. Movimentos Sociais na América Latina. In: RBCS, vol. I, nº 3, fev/87. JACOBI, F.R. Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão; TELLES, V. S. Movimentos Sociais: Reflexão sobre a Experiência dos Anos 70; In: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, P. Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul, 1987. BOSCHI, R. & VALLADARES, L. Problemas Teóricos na Análise dos Movimentos Sociais: Comunidade, Ação Coletiva e Estado, In: Espaço e Debates, nº 8, jan/abr. 1983. SILVA, L.A.M. A Respeito dos Movimentos Sociais: Rápida Incursão Sobre Problemas Teóricos na Produção Brasileira. In: Movimentos Sociais: Para Além da Dicotomia Rural-Urbano, 1985.

CAMACHO: Uma dinâmica, que se gera na sociedade civil, a qual se orienta na defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige a questionar (fragmentária ou absolutamente) a estrutura de dominação e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social. Não tem que ser necessariamente organizados" (CAMACHO, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987).

LACLAU: "A caracterização central dos movimentos sociais é que um conjunto de posições de sujeitos tornaram-se pontos de conflito e mobilização política" (LACLAU, 1986).

GUTIERREZ: "Nem tudo o que se move na sociedade é movimento social, ocorrem apenas quando os diferentes atores, quaisquer que sejam eles, atuam e se orientam para recriar e transformar as relações em questão" (GUTIERREZ, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987).

Pode-se constatar que a transformação (seja da cultura, seja da ordem política) tem sido apresentada como elemento constitutivo dos movimentos sociais.

A maioria das análises sobre os movimentos sociais no Brasil tem se referido aos movimentos sociais urbanos de caráter reivindicativo. A dimensão fragmentária e limitada destas ações coletivas tornam problemática a constatação de seu potencial transformador. Segundo Cardoso (CARDOSO, IN: SORG & ALMEIDA, 1984) não é possível ver os movimentos sociais como novos mediadores entre a sociedade civil e o Estado, substituindo os "velhos" instrumentos (partidos), nem parecem capazes de grandes transformações.

Mesmo pensadores que destacam o potencial de criação de uma nova cultura política enfatizam que não há claridade entre a

correspondência desta cultura política com o projeto e a criação de uma ordem política (SCHERER-WARREN, VIOLA e MAINWARING, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987).

O uso indiscriminado do conceito de movimentos sociais sem levar em consideração a possibilidade de diferenças características entre eles conduz a criação de expectativas demasiadamente otimistas ou pesimistas quanto ao seu potencial de transformação.

Assim sendo na análise de movimentos sociais de caráter mais reivindicativo, considero oportuno uma melhor delimitação conceitual²⁴. Assim proponho um conceito de movimentos sociais²⁵, não numa perspectiva de negação dos já apresentados, mas, mais por uma questão metodológica, como instrumento para análise do objeto particular que é o Movimento dos Desapropriados de Papan-duva, que possui um caráter marcadamente reivindicativo.

Os movimentos sociais se apresentam como uma ação/luta coletiva, voltada para reivindicar determinados direitos que foram retirados (ou inexistentes em lei) através de processos de dominação, exploração e/ou expropriação. A possibilidade da ação/luta coletiva ocorre a partir da formação de identidades entre os sujeitos relacionados a certo conflito social/político. Eles se estruturam em formas organizativas que possibilitam a participação dos agentes (seja de forma expansiva, democracia direta de

24 SCHERER-WARREN, I. Em seu trabalho "O Caráter dos Novos Movimentos Sociais" fez uma rápida distinção entre o que denomina de *movimentos culturais e ideológicos* e *movimentos sociais propriamente ditos*, apontando para a necessidade de uma maior distinção conceitual.

25 Não se trata da elaboração de um novo conceito propriamente dito. Procuro utilizar aspectos contidos nos já apresentados, particularmente naquele proposto por SCHERER-WARREN.

base, seja de maneira mais restrita/piramidal). Os movimentos sociais interagem com o Estado (e seus aparelhos) para concretização de seus objetivos.

Alguns aspectos relacionados aos movimentos sociais têm sido objeto de discussão por parte de vários autores. Procurarei sistematizar essas discussões a partir dos seguintes pontos:

- a) a base social do movimento;
- b) a elaboração da identidade entre os agentes sociais que participam em determinado movimento e a participação dos agentes externos;
- c) a organização e as formas de ação/luta;
- d) as rupturas dos movimentos sociais em relação às formas tradicionais de manifestação/acção social e seu potencial de transformação da tradição autoritária a partir da experiência brasileira.

A. A Base Social do Movimento

Quanto a delimitação da base social constata-se que os movimentos sociais não se restringem a mobilizações de base nitidamente popular e, muito menos que sua base se constitui somente a partir da esfera da produção (movimento proletário, camponês).²⁶ Neste sentido, torna-se necessário reexaminar a questão da base social e sua configuração classista ou não.

Mesmo autores que apresentam a composição social dos

²⁶ - No entanto alguns autores procuram reforçar o caráter classista dos movimentos sociais. Por exemplo, para Karner, "a composição social de um movimento é por certo, sempre, especificamente classista". Cf. KARNER, H. Os Movimentos Sociais. Revoluções no Cotidiano. In: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, Op cit..

movimentos como eminentemente classista, consideram que não representam um classe homogênea.

A delimitação da base social é necessária: pois, além de apresentar a novidade dos movimentos sociais, é para compreender a elaboração da identidade grupal, embora essa delimitação seja uma questão mais complexa do que aparenta ser.

Jacobi alerta para o fato de que "um dos fatores menos enfatizados refere-se à heterogeneidade dos movimentos populares urbanos (...) na medida em que isto coloca em xeque a noção dos movimentos sociais como agentes de transformação" (JACOBI, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987: 261). Na verdade, a pouca ênfase quanto a heterogeneidade da composição desses movimentos traz consigo um pré-conceito ligado ao paradigma tradicional: o de que só um movimento de base classista (proletário) tem capacidade de transformação social, sendo que os demais agentes são incapazes e devem ir a "reboque" destes.

Essa heterogeneidade e pluralidade dos agentes sociais é importante para pensar o "novo" e o específico desta formas de ação, como também a análise da complexidade social na qual estão inseridas.

Segundo Laclau, torna-se impossível "identificar o grupo concebido como um sistema ordenado e coerente de 'posições de sujeito'" (LACLAU, 1986:42). A heterogeneidade tem exigido a substituição de conceitos que usualmente eram dados com suficientes para compreender o processo de mobilização e mudança social, principalmente no que se refere ao conceito de proletariado" enquanto sujeito histórico universal.

Nesta redefinição na delimitação da base social que permite abarcar o conjunto das manifestações, tem levado muitos

autores a delimitá-la a partir dos casos empíricos. Ou seja, a constituição da base social se dá a partir dos agentes envolvidos com os respectivos conflitos em questão. Assim temos um contingente significativo e variável de agentes sociais que constituem a base social dos movimentos sociais (sem-terra, pequenos proprietários, desapropriados, bóias-frias, moradores, mulheres, professores, ecologistas, etc.). Tanto os movimentos, tanto os agentes. Pois, o conflito localizado é que tem servido como subsídio para tal delimitação, isto tem levado à própria denominação dos movimentos sociais (Movimentos dos Sem-terra, Movimentos dos Desapropriados da Barragem de Itaipu).

De maneira genérica pode-se aceitar que a base dos movimentos tem sido as classes populares, embora isto tenha gerado algumas críticas, pela imprecisão conceitual (CARDOSO, IN: SORG & ALMEIDA, 1984:223), ou pelo preconceito de utilizar tal conceito. Pois o termo "popular" é carregado de uma conotação ideológica, à medida que "advém de classes populares, forjado para significar uma aliança de interesses distintos de classe na fase populista. Além do mais, a palavra vem de povo, e povo é uma categoria que dilui, ao mesmo tempo encobre as diferenças de classe" (DOIMO, 1985).

Porém no contexto e no ponto de vista dos movimentos sociais, surgidos a partir da década de 1970, o conceito de classes populares tem um conteúdo bastante específico significando os dominados, os oprimidos, explorados e expropriados protagonistas de ações que procuram modificar esta situação através da organização. Além deste significado o conceito popular cumpre "um importante papel como um dos fatores geradores da identidade da base social dos movimentos sociais" (DOIMO, 1985).

B. Elaboração da Identidade Coletiva e Participação dos Agentes Externos

Outra discussão importante ocorrida nas análises sobre os movimentos populares é a questão da elaboração da identidade entre os sujeitos que constituem a base social desses movimentos, assim com a importância dos agentes externos nesse processo de elaboração da identidade. É uma discussão fundamental pois a "construção da identidade coletiva é que tem permitido a eclosão dos movimentos sociais" (JACOBI, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987: 262).

Esta discussão também se dá num contexto de crise e necessidade da redefinição dos parâmetros explicativos já existentes nas ciências sociais. Como a base social não pode ser mais reduzida à estrutura de classes, a identificação entre os indivíduos também não está mais relacionada aos interesses históricos de determinadas classes sociais, a partir de sua consciência do papel histórico a desempenhar. Os movimentos sociais, também, desafiam a concepção da identificação política representante/determinada pela esfera produtiva, e a concepção das "condições objetivas" como suficientes para explicação da identidade grupal. É necessário, para dar conta do fenômeno dos movimentos sociais, uma revisão destas concepções.

Como foi colocado por Doimo, a base social (classe popular) cumpre significativo papel enquanto fator gerador de identidade. Porém ela não é suficiente para explicá-la em sua totalidade. O fato de um grupo de indivíduos serem pequeno-proprietários, operários, moradores, etc., não pode ser considerado condi-

ção suficiente para que estes indivíduos se identifiquem no plano da mobilização. Também se constitui num engano considerar que o empobrecimento crescente, a exploração e a expropriação por si gerem esta identidade.

Portanto, partindo-se da constatação da heterogeneidade da base social, entendida no sentido de que o agente social dos movimentos é uma pluralidade que depende de várias posições "torna-se impossível o estabelecimento de uma identificação prévia e necessária entre eles" (LACLAU, 1986:44). O que torna a construção da identidade uma possibilidade histórica, porém, não determinada nem necessária, mas contingente.

Considero que esta possibilidade de elaboração da identidade entre os agentes sociais, protagonistas dos movimentos sociais, está ligada a dois aspectos interconectados: a percepção de carências comuns enquanto um direito (DURHAM, 1984:27) e a participação dos agentes externos.²⁷

O primeiro aspecto foi elaborado com competência por Eunice Durham. Ela argumenta de que a possível articulação (relacionada à identificação) entre os agentes ocorre "em função de uma ou várias reivindicações coletivas que são definidas a partir da percepção de carências comuns" (DURHAM, 1984:27). Na formação da identidade/articulação (constituição de movimento social) geralmente essa passagem da percepção de carências comuns para a formulação de uma reivindicação "é mediada pela afirmação de um

27 Agentes Externos entendidos como grupos organizados (institucionais ou não) ou pessoas que não fazem parte do conflito que envolve os sujeitos dos movimentos, mas participam no processo de identificação e mobilização destes chegando a influenciar significativamente sua dinâmica. Pela influência que estes agentes possuem em relação aos movimentos são também chamados de mediadores.

direito" (DURHAM, 1984:27), seja um direito já constituído no direito positivo (leis escritas) ou reconhecido pelos agentes como legítimo. Esta afirmação de um direito é o fundamento da identificação grupal e não a existência de carências. Portanto, ao lado das "condições objetivas" é fundamental as "condições subjetivas" (a percepção, a afirmação).

Neste processo de visibilidade da situação de carências comuns, da afirmação e/ou construção de direitos, assumem importante papel os agentes externos enquanto mediadores.

No Brasil os agentes externos que tem tido significativa importância pela atuação junto às "bases" foram: a Igreja progressista e as entidades a elas ligadas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Pela situação conjuntural (fechamento dos espaços políticos tradicionais como partidos e sindicatos) a Igreja assumiu importante significado político durante o regime militar através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)²⁸. Segundo Alves, as CEB's historicamente desempenharam duas funções no movimento social-geral: "estimularam a efetiva organização e inspiram profundo compromisso com a participação democrática interna". (ALVES, 1984:236).

Particularmente no campo, a atuação da Igreja tem se dado através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entidades ligadas organicamente à Igreja Católica, mas que mantêm autonomia em relação à CNBB, as-

²⁸ Sobre as CEB's e a participação da Igreja no processo político nas últimas décadas ver: BETTO, F. O Que é Comunidade Eclesial de Base, 1981. BOFF, L. Ecclesio-gênese: As Comunidades de Base Revigoram a Igreja, 1977. KRISCHKE, P. & MAINWARING, S. (org.). A Igreja nas Bases em Tempo de Transição, 1986.

sim como contam com a participação de outras religiões, destacando-se a Igreja de Confissão Luterana no Brasil (ICLB). A CPT, criada em junho de 1985, tem atuado efetivamente na organização das classes populares no campo. Na sua atuação no interior dos movimentos do campo, tem desempenhado "uma função de 'intelectual orgânico', isto é, diretiva, organizativa e educativa dos colonos" (GRZYBOWSKI, 1985:262).

Assim, a Igreja e suas entidades têm significativo papel na construção da identidade coletiva, na medida em que atua junto às classes populares, numa perspectiva pedagógica procurando auxiliar na visualização da situação e condições em que estas vivem: resgatando sua memória histórica, apontando a semelhança de situações existentes, apontando possíveis "inimigos" que impedem o processo de "libertação".

C. Organização e Formas de Ação

Embora autores como KARNER e CAMACHO (IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987) não consideram a organização enquanto um elemento constitutivo dos movimentos sociais, ela é importante para estabelecer limites na aplicação do conceito de movimentos sociais. O seu caráter organizativo, exclui manifestações de massa de caráter "reativo" como quebra-quebra", "saques", "linchamento", etc..

Na produção teórica sobre movimentos sociais no Brasil, há unanimidade em constatar que eles constituem em organizações que ocorrem no exterior do Estado, de partidos políticos, e não possuem a ação diretiva destes. Enfatiza-se a autonomia destes movimentos. No entanto, alguns consideram a autonomia enquanto

algo que se verifica empiricamente (SCHERER-WARREN, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987; LISBOA, 1987) e, outros, mais como um elemento que faz parte do imaginário político dos integrantes do movimento e que necessita ser analisado criticamente (CARDOSO, 1987; DOIMO, 1985).

Os movimentos sociais, enquanto uma experiência organizativa da sociedade civil se contrapõe à experiência populista caracterizada pelo "atrelamento e tutela sobre os sindicatos, o jogo populista, do 'pacto de classes' e a atuação de partidos marcados por concepções elitistas e autoritárias" (TELLES, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987: 56). Os movimentos sociais, por seu lado, enfatizam a autonomia e a independência, apresentada enquanto a capacidade de auto-organização a partir de conflitos localizados.

Ao lado da autonomia, têm-se apresentado outras características da organização dos movimentos sociais, numa perspectiva de contrapô-los a formas mais tradicionais de organização: mobilização pelas bases, estrutura horizontalizada a nível interno, estímulo ao exercício da democracia participativa e direta, interligação e solidariedade entre os demais movimentos, relações comunitárias (VIOLA e MAINWARING, SCHERER-WARREN, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987; LISBOA, 1987).

Considerando que estas características fazem parte do 'imaginário político' tanto dos movimentos em si, quanto dos sujeitos externos que mais têm atuado junto a eles (Igreja, PT, CUI), de maneira que devem ser analisados de forma crítica a partir das referências concretas de análise.

Os movimentos sociais têm apresentado uma capacidade significativa de desenvolver suas lutas de maneira criativa. Têm

desenvolvido uma série de formas de ação coletiva: paralisações, greve de fome, passeatas, ocupações, invasões, bloqueios, boicotes, vigílias, romarias, etc... Todas elas podem ser caracterizadas como ações não violentas e de desobediência civil. A ação não violenta "é uma técnica mediante a qual as pessoas, que rejeitam a passividade e a submissão e que vêem a luta como essencial, podem travar seus conflitos sem violência (SHARP, 1983: 112).

A ação não violenta possui métodos concretos capazes de modificar certas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, que podem ser colocadas em três categorias: protesto e persuasão, não cooperação e intervenção (SHARP, 1983:169).

As razões para a utilização da ação não violenta podem variar. Ela pode ser motivada: por questões religiosas (a partir de concepções teológicas de determinadas religiões ou seitas). Nesta perspectiva poderíamos, "a priori" fazer uma relação entre as formas de ação adotadas pelos movimentos e a participação da Igreja como importante mediadora. A ação não violenta pode ser motivada, ainda, por questões morais (percepção da violência como algo essencialmente mau e a não violência como algo essencialmente bom), ou por questão estratégica (isto é, por considerá-la mais eficiente para a obtenção de determinados objetivos dos que a ação violenta), uma ação escolhida a partir da racionalidade do seu emprego.

D. Impactos e Limites Políticos dos Movimentos Sociais

Aqui apresentarei as discussões sobre as rupturas provocadas pelos movimentos sociais em relação à tradição política

autoritária e seu potencial transformador das práticas do Estado.

As análises sobre o significado e o alcance político dos movimentos sociais no Brasil têm se apresentado com divergências. De um lado, análises que procuram destacar e valorizar as práticas dos movimentos sociais; de outro, as que relativizam e apresentam certo ceticismo sobre o potencial de transformação efetivas que eles possam apresentar.²⁹

Há uma tendência em se concordar com o caráter de ruptura desses movimentos diante da tradição autoritária da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, os movimentos sociais têm gerado expectativas e se constituído enquanto uma possibilidade para a construção da cidadania, enquanto mediação entre a sociedade civil e o Estado.

Os movimentos sociais têm mostrado capacidade de elaboração e organização em torno da afirmação de direitos (legais e/ou legítimos), de romper com a dicotomia entre espaço privado e espaço público, incentivar a participação de setores historicamente excluídos. Considerando-se isso, a ruptura provocada pelos movimentos sociais em relação à tradição autoritária não é pouca.

Ao lado deste potencial de construção da cidadania (DURHAM, 1984), alguns autores têm apresentado o impacto provocado pelos movimentos sociais em outras perspectivas.

Para Tilman Evers, os movimentos sociais têm gerado efeitos na esfera sócio-cultural, pela "sua capacidade de gerar embriões de uma nova individualidade social (...), na capacidade

²⁹ Entre os que procuram valorizar os movimentos sociais temos: MAINWARING & VIOLA, 1987; SHERER-WARREN, 1987; DURHAM, 1984; EVERS, 1985. As análises mais céticas seriam as de CARDOSO, 1984 e 1987.

de subverter nossas formas de percepção" (EVERS, 1984:23).

Ilse Scherer-Warren põe em relevância os movimentos sociais enquanto construtores de uma nova cultura política de base, permitindo a contraposição dos arquétipos autoritários presentes na história brasileira e a superação da cultura do silêncio. Uma nova cultura política construída a partir dos seguintes aspectos: "a) reação às formas autoritárias e de repressão política propondo democracia direta, b) reação às formas centralizadas do poder, defendendo autonomias e autogestão, c) reação ao caráter excludente do modelo econômico encaminhando novas formas de vida mais societária" (SCHERER-WARREN, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987: 50).

Mainwaring, Viola e Weffort enfatizam o impacto dos movimentos sociais enquanto atuação da sociedade civil, no sentido de que têm provocado um impacto em relação à criação de relações sociais mais democráticas, auxiliando na erosão do elitismo, fortalecendo a sociedade civil frente ao Estado (WEFFORT, 1985; VIOLA e MAINWARING, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987).

Se existe acordo em enfatizar a importância dos movimentos sociais no processo de erosão da tradição autoritária e de alguma forma na própria erosão do Estado Burocrático-Autoritário, não se tem analisado com maior profundidade em que os movimentos sociais efetivamente modificaram as políticas governamentais.

Os movimentos sociais, quando apresentados como "anti-Estado", não conseguiram ainda se articular de maneira estruturada de forma a poderem ser considerados como portadores de uma nova ordem social, com um projeto que sirva como alternativa efetiva para a sociedade. De outro lado, percebe-se que os movimentos sociais, os de caráter reivindicativo particularmente, não atuam

sociais, os de caráter reivindicativo particularmente, não atuam enquanto agentes "anti-Estado", mas suas reivindicações estão direcionadas a ele: o que exige uma interação entre a demanda dos movimentos sociais e a oferta de políticas públicas por parte do Estado.

Numa percepção mais "cética", considera-se que o Estado tem mantido, efetivamente, o controle global sobre o processo político, embora em casos localizados teve que ceder espaço às exigências dos movimentos sociais, ou adaptar-se a eles.

Este pouco impacto dos movimentos sociais frente à política governamental é atribuído ao seu caráter localizado e restrito de ação.

Esse caráter dos movimentos sociais foi bem apresentado por Krischke, ao apontar que os movimentos têm efetivamente construído uma "democracia como identidade restrita", a qual tem influenciado positivamente nas transformações mais amplas do sistema cultural (KRISCHKE, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987:286).

Vistas estas discussões sobre os movimentos sociais, percebe-se que é uma realidade que tem apresentado desafios para a ciência social. Este desafio se estende na busca de uma forma mais adequada de análise.

Entendo que a forma mais adequada de análise é aquela que permite compreender a organização e a dinâmica do movimento social dentro da pluralidade. Se os movimentos sociais rompem com realidades totalizantes e globais, a análise deles não pode permanecer em parâmetros globais (o que não invalida a importância das tentativas de sistematização e avaliação crítica das experiências e análises), igualmente deve-se romper com análises excessivamente otimistas ou pessimistas baseadas em desejos e/ou

Desta forma considero que pensar a constituição da identificação/articulação das classes populares exige elucidar o tempo, o lugar e os acontecimentos em torno dos quais sua experiência é constituída" (TELLES, IN: SCHERER- WARREN & KRISCHKE, 1987:77). Pois, são vários os agentes que participam e interatuam na dinâmica do movimento, várias são as experiências históricas dos indivíduos que após viver espaços e tempos diferenciados vão construir uma experiência coletiva de luta. Diante desta pluralidade/ singularidade é que devemos pensar o significado, o impacto e os limites dos vários movimentos concretos.

Na medida em que vários problemas de interpretação dos movimentos sociais ainda permanecem como desafio para a análise, considero adequada a proposta, apresentada por Jacobi, de que os movimentos sociais devem ser analisados "a partir dos seus momentos específicos, de sua dinâmica específica, procurando pensá-los enquanto processos abertos, sujeitos a contradições internas e pautadas por uma composição heterogênea que potencializa a emergência de diferentes formas de ações, de interação/negação face ao Estado" e a sociedade (JACOBI, IN: SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987:264). Isto com o cuidado de não cair no puro empiricismo dos "fatos que falam por si", mas dentro de uma tentativa de historicizar os movimentos sociais e submetê-los a uma análise crítica tendo como referência o concreto.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO BRASIL

O objetivo, aqui, não é o de realizar uma análise da dinâmica, significados e implicações dos movimentos sociais do campo no sul do Brasil. Mas, a partir da bibliografia disponível, fazer um mapeamento e contextualização histórica dos movimentos que mais têm despertado interesse para estudos e análises.³⁰

Nesta perspectiva, destacam-se alguns movimentos que tiveram relevância nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, os movimentos contra construções de barragens: Itaipu/PR e Rio Uruguai/SC-RG.

A. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.³¹ O

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTRST) se estruturou basicamente a partir de lutas localizadas nos três estados do

³⁰ Análises dos movimentos sociais do campo no Brasil são encontradas em: MARTINS, J. de S. A Militarização da Questão Agrária no Brasil, 1984 e GRZYBOWSKI, C. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo, 1987. Estudos mais específicos sobre os movimentos no Sul do Brasil: SCHERER-WARREN, I. O Movimento dos Trabalhadores Rurais no Sul do Brasil, 1985; BONIM, A. (et alii) Movimentos Sociais do Campo, 1987; GERMANI, G. Os Expropriados de Itaipu. Conflito: Itaipu X Colonos, 1982; SCHERER-WARREN, I. & REIS, M. J. As Barragens do Uruguai: a Dinâmica de um Movimento Social, 1986; LISBOA, T. K. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense. Um Novo Movimento Social, 1987.

³¹ Para Grzybowski, sem terra "são antigos proprietários e filhos de proprietários, parceiros, arrendatários e agregados, com excesso de um pequeno número reintegrado como assalariados, que não têm mais condições de se inserir na nova organização social da produção do campo e não se sujeitam à proletarianização e favelização nas cidades". Cf. GRZYBOWSKI, C. Op cit. p. 251.

sul do país a partir de 1980.³²

"No Rio Grande do Sul a gota d'água foi a ação dos índios de Nonoai que expulsaram os arrendatários de suas reservas. Expulsos, sem terra e sem trabalho, esses camponeses passaram a reivindicar terra para trabalhar. Após serem expulsos das fazendas Macali e Brilhante e mais outra fazenda decidem acampar na beira da estrada. Surge o acampamento de Encruzilhada Natalino em Ronda Alta/RS. No Paraná, os expropriados pela barragem binacional Itaipu, dão início ao Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Em Santa Catarina o movimento nasce com a ocupação da Fazenda Burro Branco em Campo Erê em 1980" (LISBOA, 1987).

Com a desapropriação da Fazenda Burro Branco, em 12 de novembro de 1980, a ocupação passou a ser exemplo para o início da mobilização dos trabalhadores sem-terra em Santa Catarina.

Em 1985, o Movimento já estava organizado a nível nacional. E dentro do contexto de discussão sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, o Movimento passou a planejar a ocupação de terras improdutivas visando acelerar o processo de reforma agrária. Em 25 de maio de 1985, em torno de 2000 famílias ocuparam mais ou menos 5.500 hectares em área improdutivas em vários municípios do Oeste Catarinense. (LISBOA, 1987).

O MTRST tem se organizado em torno da luta pela reforma agrária, "na lei ou na marra", segundo seu lema. Até setembro de 1987, foram assentados em Santa Catarina 1.523 famílias em 31.272 hectares, números bem inferiores às metas previstas pelo Plano

³² São considerados como antecedentes históricos do MTRST: a Guerra do Contestado (SC) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) ligado ao PTB no Rio Grande do Sul, no início da década 1960.

Regional de Reforma Agrária.

A forma de luta e resistência dos trabalhadores rurais sem-terra tem sido principalmente os acampamentos. "Os acampamentos são sempre formados de agricultores sem-terra que chegam juntos a um mesmo local e vão montando seus barracos ordenadamente um ao lado do outro (...) são feitos de suporte de madeira ou bambu e cobertos por uma lona plástico" (LISBOA, 1988). Além do acampamento, há várias outras formas de ação: passeatas, greve de fome, ocupação de órgãos governamentais.

A principal mediação do movimento tem sido a Igreja progressista e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e sindicatos "combativos".

Entre as características dos movimento Lisboa destaca: descentralização do poder/organização, relação comunitária, projeto de uma nova sociedade, luta pela autonomia/liberdade, deslegitimação do Estado, luta pela cidadania, resistência ativa não violenta, valorização do papel da mulher e a fé como suporte para enfrentar a luta.

B. Movimentos contra Barragens. Quanto ao movimento das barragens, podemos perceber duas situações diferentes, uma ligada à construção da barragem binacional de Itaipu/PR e outra ao projeto de construção de usinas hidrelétricas ao longo da bacia do Rio Uruguai/SC-RG.

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, e a consequente formação do lago inundou as terras ocupadas por cerca de 42 mil pessoas, foi decidida dentro do projeto de "desenvolvimento e segurança nacional" do Estado Burocrático-Autoritário, deci-

dido a nível de cúpula mantendo a população, potencialmente atingida, desinformada sobre sua situação e o processo de indenização.

A organização dos expropriados se inicia em 1977, com intensa participação da Comissão Pastoral da Terra, do Paraná. As reivindicações eram efetivadas no sentido da obtenção de valores indenizatórios justos, cumprimento dos prazos prometidos e exigiam do INCRA terras para permanecerem na mesma região.

A principal forma de ação foi o acampamento. Aconteceram três acampamentos: o primeiro ocorreu em 1981 (18/03) ao lado do canteiro de obras trevo da BR-277, em Foz do Iguaçu; o segundo (12/04) em volta do escritório da Itaipu em Santa Helena/PR; e outro (21/04) em Cândido Rondon/PR. Além dos acampamentos fizeram outras ações.

A situação da Bacia do Rio Uruguai é diversa, nela o movimento dos possíveis desapropriados antecede o início das obras de construção das hidrelétricas.

A exemplo do que ocorreu nos movimentos organizados em relação à construção de barragens em outras regiões (Itaipu, Salto Santiago/PR; Sobradinho e Itaparica/BA) o Movimento contra as Barragens da Bacia do Uruguai iniciou sua luta por indenização justa pela terra e benfeitorias. Mas ao longo de sua trajetória este Movimento evoluiu no sentido de apresentação de mais duas reivindicações: "terra por terra na região e posteriormente não à construção das barragens" (SCHERER-WARREN e REIS, 1986). No momento de irreversibilidade do projeto de construção de duas das barragens previstas (Itá e Machadinho), o Movimento passou a negociar com a ELETROSUL as indenizações e a desocupação da área que será inundada.

As formas de lutas levadas pelo movimento foram basicamente: "de atuação sobre a opinião pública (elaboração de boletins, panfletos, cartazes e ações concretas com características de formas de desobediência civil, como a retirada "de marcos" (SCHERE-WARREN e REIS, 1986).

As formas de organização e ação destes movimentos sociais que se desenvolveram no sul do país na década de 80 foram um contexto histórico (e significativo) importante para a compreensão do Movimento dos Desapropriados de Papanduva.

P A R T E I I

PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

1. AS FORMAS DE PRODUÇÃO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

ANTES DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

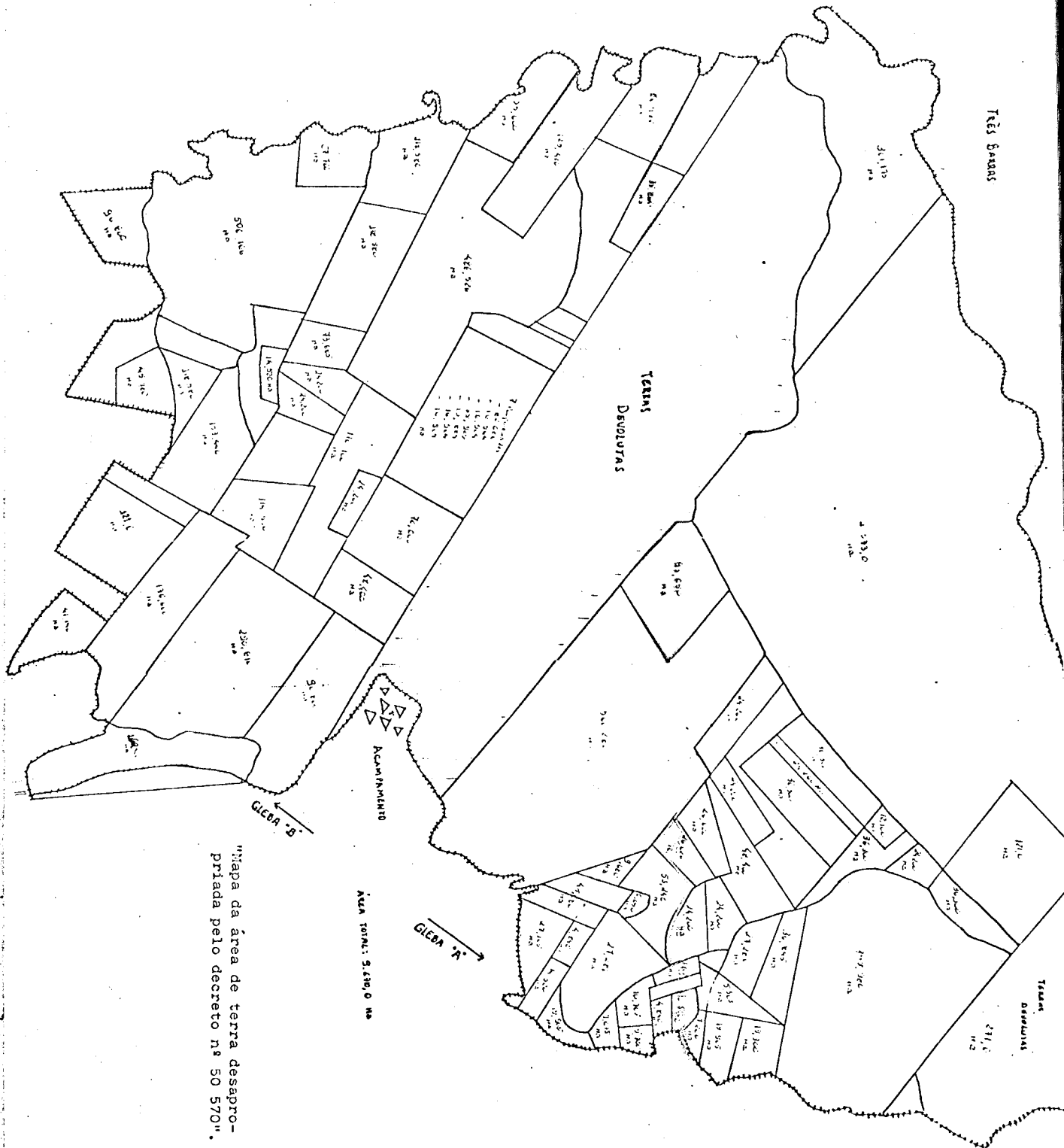
Antes de analisar o processo de desapropriação, acho oportuno apresentar alguns aspectos (os que considero mais significativos) que caracterizavam a "realidade vivida" dos agricultores da área desapropriada.¹ Isto é, alguns aspectos relacionados à estrutura fundiária, à forma de produção e as relações sociais do grupo que se apresentam como significativas para a compreensão do tema central deste trabalho. Ou seja, para a análise da desapropriação e, principalmente, do Movimento.

Os agricultores de Papanduva², em sua maioria, formavam um grupo de pequenos proprietários, os quais exploravam suas terras "in natura" ou cultivando para a subsistência familiar. Utilizavam a mão de obra familiar, sem auxílio de instrumentos "modernos". Esta era, frequentemente complementada pela ajuda comunitária.

Estes agricultores eram donos legais de uma área de terra com a extensão de 7.595 hectares, dividida por um faixa de terra devoluta (vide mapa). Eram 89 propriedades distribuídas entre 68 proprietários (daqui em diante vamos considerar equivalen-

1 Escolherei alguns aspectos que de alguma forma constituem o que chamarei de memória histórica dos agricultores. Por memória histórica entendo os fatos do passado que estão presentes na memória dos agricultores, mas, não como simples lembranças passadas. Ela se manifesta ou motiva as ações presentes. Ou seja, as que de alguma forma orientam significativamente estas ações.

2 A área desapropriada em 1956 fazia parte do município de Canoínhas (SC). Com a emancipação de Três Barras (SC) e Papanduva (SC) ela passou a se localizar nestes dois municípios. A referência "Papanduva" para a questão não refere-se somente à localidade, mas ao fato de que o processo de reivindicação teve historicamente como referência predominante aquele município.



"Mapa da área de terra desapropriada pelo decreto nº 50 570".

ÁREA TOTAL: 5.180,0 Ha

CICLA 'A'

CICLA 'B'

ACAMPAMENTO

TERREMS DENDULIAS

TERREMS DENDULIAS

TERREMS DENDULIAS

te o número de propriedade e proprietários). O quadro que segue mostra como eram distribuídas as terras entre os proprietários.

Área das Propriedades	Nº de Proprietários	%	% em relação à área total
Até 20	17	25	2,8
21 - 50	21	30,8	9,1
51 - 100	12	17,6	10,8
101 - 300	12	17,6	27,2
301 - 500	2	2,9	9,5
+ de 500	4	5,8	39,9

* Nos casos onde um proprietário possuía mais de uma área elas foram somadas, de forma que o nº de proprietários torna-se equivalente ao nº de propriedades.

Observando estes dados, que apresentam a estrutura fundiária da área posteriormente desapropriada, podemos afirmar que a mesma era caracterizada pela má distribuição. Um alto índice de concentração das terras. De um lado 8,7% dos proprietários possuíam 49,4% das terras e, de outro, 55,8% dos proprietários possuíam 11,9% das terras. Nos extremos esta diferença se acentua.

A análise superficial deste dados levam a distorções que necessitam de correções. Estas correções são importantes, pois, sem elas, a interpretação simples dos dados levará a conclusões não verdadeiras. Estas conclusões (falsas) posteriormente seriam utilizadas pelo exército e mesmo outras instituições como argumentação dissuasiva contra as reivindicações.

A estrutura fundiária não pode ser analisada como um

"dado", mas a partir de uma referência histórica dos agricultores. Ou seja, a existência de latifúndios (4 propriedades com mais de 500 ha) deve ser examinada a partir da forma de distribuição das terras existentes no local e do momento em que se dá a coleta dos dados que constam nos documentos de desapropriação. A forma de distribuição de terra era basicamente a da herança, quando a propriedade era distribuída de maneira equitativa entre os filhos. É importante também considerar o momento do levantamento dos dados acima apresentados. No momento do processo de desapropriação algumas propriedades já haviam passado pelo processo de distribuição, o que causava, de modo geral, uma pulverização da propriedade. Mas, outras propriedades ainda não haviam sido "pulverizadas". Um exemplo: uma área de 566,286 ha. Desta área tinham direito de posse por herança nove herdeiros, aos quais caberia uma área igual a 63,930 ha.

Portanto, se a estrutura fundiária da área for analisada enquanto um fenômeno histórico ela não pode ser caracterizada como "terra de latifúndios".

Outra referência que considero importante, que não está implícita nos dados é a seguinte. Na região há uma concepção dupla de propriedade. A propriedade é vista sob dois aspectos quanto à sua utilização: com área de produção e como área de morada. Estes dois aspectos podem ser realizados em uma única propriedade, ou estarem separados. Isto é, muitos agricultores possuíam duas áreas de terra. Uma, denominada de "terra de planta", que possuía toda a infraestrutura para produção, extração, agricultura, pecuária. Outra denominada de "morada" onde a família do proprietário morava. Nesta se localizava a casa, nela se criavam alguns suínos e aves, cultivavam alguns produtos alimentares.

Em muitos casos a área desapropriada foi justamente aquela que era somente utilizada para a produção, ou pelo menos, a maior parte.

A princípio, estas considerações significam: a) que o número de proprietários indicados nos documentos (oficiais) não mostram a quantidade de pessoas (que é maior) que dependiam exclusivamente destas terras; b) mesmo que nem todos tenham sido despejados da área, suas propriedades desapropriadas eram fundamentais para sua sobrevivência.

Toda área de terra era de alguma forma explorada pelos proprietários. Além das riquezas naturais que existiam, as terras possuíam reconhecidas (pelos proprietários e técnicos) qualidades geológicas excelentes para a agricultura e pecuária. Pelos agricultores lá era a *terra da abundância, a terra especial, um paraíso*.

A produção estava baseada em dois tipos:

a) aquela obtida através da atividade extrativa (madeira, erva-mate e mel) e da pecuária. Esta produção tinha a finalidade também de suprir as necessidades da família, mas é dela que se obtinha o maior excedente destinado ao mercado.

b) aquela obtida pelo cultivo da terra. Basicamente era para o subsistência. Somente o resto, aquilo que continuava estocado no paiol no momento da nova colheita era vendido.

"Na época o pai produzia mais pra consumo. Arroz, feijão, batata, tinha criação de suínos que era a atividade lucrativa. A maior atividade era a pecuária. Além disso tinha a erva-mate, era também uma atividade lucrativa". (desapropriado)

"Produzia de tudo um poquinho, né. Plantava arroz, feijão, trigo, mandioca, alpin, batata, o que era necessário pra sobreviver, nós produzía de tudo". (desapropriado)

"Nós produzía arroz, milho, feijão, mandioca, centeio. Nós produzía. Dava pra nós. As veiz nós

vendia, mais nós produzía prá nós mesmo,..." (desapropriado).

Os que possuíam pequenas propriedades se limitavam a produzir para a subsistência. O suficiente para o consumo familiar, mas em abundância. Os proprietários maiores (mais de 100 ha) é que produziam também para o mercado. As necessidades não supridas pela produção própria eram complementadas de duas maneiras:

a) com as mercadorias vindas da cidade. Esporadicamente os agricultores se deslocavam aos centros urbanos para fazer o fornecimento. Lá, geralmente através do mercado simples eles trocavam os produtos que levavam de sua produção por outros.

"O meu pai sempre fazia o fornecimento daquelas coisas que se comprava na cidade. Sempre ia de 3, 4 meis, ele ia fazê o fornecimento. Então a gente chegava na cidade Olha eu tenho tanto mel, tanto de cera, tanto de crina, tanto de arroz. Então você colhia e a sobra você trocava por aquilo que você precisava (...) não tinha aquele mercado. (desapropriado).

b) Pelas trocas vicinais. Um modo alternativo que os agricultores possuíam para suprir a falta de bens era o da troca entre os vizinhos. Esta relação vicinal ocorria tanto sob a forma de empréstimo (entrega do produto que seria restituído) ou mesmo, de forma gratuita. As trocas vicinais além de servirem para suprir as necessidades não possíveis de o serem por produção própria se constituíam em maneiras de melhor aproveitamento da produção, sem desperdício e sem subaproveitamento.

"Se a gente matava um porco e os vizinho não tinha a gente emprestava. Se o porco não tava no ponto, então a gente emprestava do vizinho e depois que matava o porco, devolvia". (desapropriado).

Embora a terra fosse privatizada ~~havia~~ algumas formas de uso comunitário delas. Por exemplo, o espaço utilizado para a agricultura era cercado pelo proprietário da área cultivada, o restante da propriedade ficava aberta e era utilizada para a pecuária. Este espaço aberto era utilizado comunitariamente (entre vizinhos). Isto é, os bovinos, suínos e caprinos eram criados soltos em área coletiva.

Para compreensão da forma de produção acho oportuno realçar um fenômeno que, de maneira especial, tem permanecido na memória histórica dos desapropriados. É o que eles denominavam de *pixirum*. Hoje conhecido normalmente como mutirão. Essa forma de ajuda comunitária era uma maneira de superação das dificuldades encontradas no processo de produção causadas pelas interpêries do tempo ou da falta de mão-de-obra e equipamentos modernos quando se pretendia aumentar a área plantada ou, em função de ter-se plantado uma área maior.

Em caso de necessidade de mais mão-de-obra para *dar conta do serviço* convidava-se os vizinhos, combinava-se a disponibilidade de trabalho e reunia-se para o *pixirum*. Este trabalho era realizado sem remuneração. Prestava-se o serviço por um sentimento de amizade e na expectativa de que futuramente a reciprocidade de ajuda seria concretizada.

O *pixirum* não era somente um mutirão para trabalho, mas a possibilidade de existência de um encontro comunitário mais significativo. Dele participavam não apenas os trabalhadores mas também suas famílias. O proprietário-anfitrião se responsabilizava pela comida e bebida, além de oferecer um local apropriado para o baile da noite. Do *pixirum* participavam homens, mulheres e crianças. Dependendo das atividades os homens faziam os trabalhos

ditos mais pesados e as mulheres os mais leves. Na ausência destes, as mulheres se encarregavam de preparar a comida.

"Então, quando chegava época de planta, nós plantava, nós plantava tudo na enxada, arado de cavalo, grade, puxava de carroça. Então quando a gente se apurava, que tava sujando a lavoura, eles faziam aqueles pixirum. Então, passava um convite em todos os vizinhos: Olha sábado a tarde vai tê pixirum. Então era todo mundo, era pixirum de carpida, quando não pixirum de roçada, ou senão pixirum prá colhê centeio, trigo. Então, era feito o pixirum sábado, o dono do pixirum fazia uma comida bastante ao meio dia, as veiz matava um porco ou quarqué tipo de comida e o pessoal ia trabalhá. Levava lá um litro de pinga e ia tudo mundo limpava a roça. Daí sábado a noite cada um vinha prá casa se aprontava e amenhecia dançando. O pagamento do pixirum era feito com baile..." (desapropriado)

O *pixirum* era o espaço privilegiado para a expressão do sentimento comunitário entre os agricultores.

Quanto às relações sociais que ocorriam além do espaço produtivo e, principalmente, quanto às relações de poder existentes no grupo é significativo ser analisada a figura do *inspetor de quarteirão*. Isto, não só pela importância que o inspetor possuía na comunidade, mas, principalmente, porque sua existência nos permite revelar as contradições nela existentes.

O inspetor de quarteirão, reconhecido como *autoridade*, manifesta o que os desapropriados mais procuram encobrir (ou justificar) de sua vida comunitária anterior à desapropriação: as contradições e dasavenças existentes. A existência de contradições não é nenhuma novidade. O que no momento quer-se ressaltar é o fato de que desvelar essa realidade será oportuno para a compreensão das dificuldades encontradas pelos desapropriados ao se reaproximarem após 22 anos de dispersão.

O inspetor de quarteirão era uma pessoa da comunidade

que se apresentava perante os outros como a autoridade local. Alguém que, pela sua nomeação, tornava presente na comunidade a autoridade policial da cidade (delegado). A função de nomeação era a de *fazer um serviço preliminar de um delegado*. Embora sendo nomeado por agentes externos à comunidade, esta o legitimava em sua autoridade judicial e lhe atribuía outras funções informais. Era conhecido como o *conselheiro, aquele que decidia as questões, o informante, o juiz, ou simplesmente uma autoridade*.

"O trabalho dele (inspetor) era assim, quando existia uma encrenca, uma desavença das pessoas (...) por causa de divisa a gente discutia, encrenjava. Essa pessoa tinha a autorização e com essa autorização mandava chamá as duas pessoas prá conversar".

"Ele acalmava, dava conselho, né (...) se pudesse decidi lá tudo bem, senão pudesse daí vinha prá Canoíhas (...) A turma respeitava, e como respeitava (...) era autoridade, né, autoridade". (desapropriados)

A institucionalização da autoridade conduz à hipótese de que a vida comunitária dos agricultores possuía certas resistências. A principal delas estava no significado da propriedade privada. A invasão ou indecisão quanto a limites eram causa de conflitos irreconciliáveis. A solução destes só era possível pela aceitação comum do poder atribuído e legitimado ao inspetor de quarteirão. Essa solução formal do conflito não significava necessariamente a anulação real e total dos mesmos. O desejo de vingança poderia continuar existindo.

Se, de um lado, a realidade vivida dos agricultores era caracterizada por relações comunitárias que se manifestavam em ações concretas e regulares, por outro, o significado atribuído à propriedade privada possibilitava ações de conflito, brigas, intrigas...

Esses aspectos paradoxais, mesmo após a destruição da realidade vivida (pela ocupação militar) continua de alguma forma a existir na memória histórica do grupo, a qual se manifesta no momento em que esta realidade comunitária pode ser reconstruída (é o caso do acampamento).

Toda esta experiência histórico-social dos agricultores da qual apresentamos alguns aspectos é destruída de maneira arbitrária, pela intervenção militar ocorrida nos meses de julho/agosto de 1963. A intervenção dos militares atenta contra os direitos dos agricultores, como também coístra a sua organização comunitária que, muitas vezes, era a única garantia de sobrevivência para muitos diante das dificuldades.

2. DESTRUIÇÃO DO COTIDIANO E DOS DIREITOS

Sem a pretensão de ser um inquérito histórico sobre os fatos, procurarei apresentar o processo de desapropriação de forma que possibilite a compreensão de como ocorreu a intervenção do Estado (através do exército) na sociedade civil (comunidade dos agricultores). Intervenção que, além de destruir o cotidiano dos agricultores, se caracteriza por uma destruição dos espaços de cidadania através do uso da coerção.

Embora não sendo o objeto central da dissertação, esta parte é fundamental para a compreensão do próprio Movimento dos Desapropriados. A desapropriação (a forma como foi realizada, suas consequências) são elementos *chaves* que os desapropriados utilizaram para justificar e buscar a identidade de sua organização.

O processo de desapropriação pode ser dividido em três períodos: um processo de preparação que se estendeu durante toda a década de 1950, o desalojamento dos agricultores que culmina com a expulsão em 1963 e o processo de busca de novas formas de sobrevivência que ocorre no período imediatamente posterior à saída da área, ou à perda do direito de uso autônomo do solo.

2.1. - O "Engamelamento": Para Desapropriar

Sem Resistência

No início deste século a localidade de Três Barras fi-

cou conhecida pelo seu poderio madeireiro.³ Lá se concentravam as atividades madeireiras do Grupo Farquhar, com a maior serraria da América Latina. No país, os empreendimentos econômicos deste grupo foram muitos e amplos.⁴ Chegaram à região de Três Barras após assumirem junto ao governo federal a construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande. Este empreendimento econômico colonizador foi fator fundamental para a compreensão da Guerra do Contestado: "sangrento episódio ocorrido no planalto catarinense nos anos de 1912 a 1916 que envolveu milhares de caboclos e boa parte do efetivo do Exército de então".⁵

Nos anos 40 as terras e os demais bens pertencentes à Cia. Lumber de Colonização passam a pertencer à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.⁶

Em 1952 (11 de setembro) a Superintendência transfere para o Ministério da Guerra os bens pertencentes à Lumber em Três Barras/SC. Bens como: armazém, farmácia, almoxarifado, casas e

3 Três Barras (SC) é o município onde se localiza a parte administrativa e quartel do CIMH.

4 "O grupo Farquhar, em empreendimentos arrojados instalada em território brasileiro muitas empresas, tais como: eletricidade, construção e exploração do Porto de Belém, adquiriu e construiu diversas linhas de estrada de ferro (entre elas) a E. F. São Paulo-Rio Grande, ergueu a maior serraria da América Latina em Três Barras/SC". In: AURAS, M.. Guerra do Contestado. A Organização da Irmandade Cabocla, 1984.

5 Para análise da relação causal entre os empreendimentos do Grupo Farquhar e a Guerra do Contestado, ver AURAS, M. Op. Cit....

6 A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União fazia parte da política nacionalista empreendida pelo governo de Getúlio Vargas (1930-45). Seu objetivo era adquirir empresas internacionais aqui instaladas.

terras.

Esta transferência para o Ministério da Guerra já fazia parte do projeto de instalação de um campo de instrução militar na área.

Após a formação de uma Comissão Especial para a instalação do campo de instrução (outubro de 1952) o Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) passou a existir oficialmente com o decreto nº 32.432/53. Utilizando os bens móveis e imóveis deixados pela Lumber, foi instalado parcialmente o CIMH. Parcialmente, porque no momento o Ministério da Guerra possuía apenas o local de administração e uma área de terra pequena para a realização de exercícios militares de treinamento. Era considerada insuficiente diante das pretensões dos militares de ter um campo para exercícios militares que permitisse a utilização por todas as corporações dos estados do Paraná e Santa Catarina. Isto é, um campo que fosse adequado para este contingente dentro da lógica militar.⁷

A necessidade de ampliação da área para satisfazer essa lógica implicou numa proposta de desapropriação das áreas circunvizinhas.

Entre os agricultores, donos destas áreas, começou a surgir os primeiros boatos, notícias, comentários de uma possível vinda dos militares para a área e a intenção de desapropriação.

⁷ Segundo artigo publicado na Revista "OS PIONEIROS", não assinado, mas com prováveis informações escritas ou passada por um militar: "o adestramento de um exército profissional não pode ser realizado no interior dos quartéis. Fundamenta-se principalmente na adequada e constante utilização de seus Campos de Instrução, onde se imita o combate em ambiente próximo a realidade". Texto de: OS PIONEIROS, Três Barras, nº 1, set/86.

"Desde 50, quando fui para o exército, eu já sabia disso, dos preparativos para localizar o campo de instrução". (herdeiro)
 "O que eu sei é que surgiu um boato: vão desapropriá...". (desapropriada).

A existência destes boatos levou os militares à ofensiva, procurando mostrar aos agricultores a superioridade das instituições e diante das quais caberia somente a obediência.

"Quando eu servi (prestação do serviço militar-1950), eu já me informava com oficiais do quartel o que deveria ser feito. Então eles diziam que uma desapropriação de interesse de utilidade pública não tinha como contestar, era só receber, que o governo era a lei". (herdeiro).

Por outro lado, os militares procuraram tranquilizar os agricultores prometendo o pagamento de um justo valor pela terra desapropriada.

Nos anos 1952-54 começaram os trabalhos preliminares à desapropriação, os quais consistiam basicamente no levantamento da área. Foram feitos dois levantamentos. Um pelo governo do estado de Santa Catarina.⁸ Outro, realizado pelo próprio Ministério da Guerra. Neste levantamento eram feitas as medições das terras, casas, paióis, cercas e benfeitorias existentes na propriedade juntamente com uma avaliação em valor monetário dos mesmos. Nesta avaliação não foram levadas em conta a produção agropecuária, bem como a riqueza extrativa (madeira e erva-mate). Estas não foram

⁸ De acordo com um relatório elaborado dia 12 de maio de 1975, subscrito por vários desapropriados/herdeiros o primeiro levantamento foi "mandado pelo Sr. Governador de Santa Catarina em 1952/53 e efetuado pelo denominado juiz de terras da Comarca de Canoinhas/SC. O Governador não concordou em conceder ou cooperar com a desapropriação por motivo que o resultado do levantamento não coincidir com as informações (anteriormente obtidas)". Ver Relatório/1975.

incluídas na avaliação por não interessar sua desapropriação aos militares. Caberia aos proprietários a retirada, uso ou venda desses bens.

Nestes levantamentos os agricultores colaboravam, prestando informações, mostrando os limites de suas propriedades.

Os militares conseguiram a colaboração dos agricultores pelas promessas de pagamento justo pelas terras, e também devido ao próprio sentimento de inferioridade dos agricultores diante das instituições (a militar em particular).

"Eles falavam que queriam a terra, eles diziam que iam comprar, ficar com a terra, né. iam pagar muito bem, isso e mais aquilo. Formam engamelando o povo até que conseguiram. Já viu, esse povo cidadão, do cafundó do judas, né...". (desapropriada)

Em 1956 através do decreto nº 50.570, de 18 de dezembro, foi declarada de utilidade pública e autorizada a desapropriação de 89 propriedades.⁹ Além das terras, o decreto apresentava como desapropriadas todas as benfeitorias. Apresentava, ainda, o valor indenizatório de cada propriedade com o nome do respectivo proprietário. Embora o decreto não especificasse a utilização das terras, nele constava apenas que as terras "seriam necessárias ao serviço do exército".¹⁰ Pelo decreto o Ministério da Guerra ficaria responsável para promover a desapropriação e indenização dos proprietários.

"Art. 3º - Fica o Ministério da Guerra autorizado a promover a desapropriação em causa, CORRENDO AS RESPECTIVAS DESPESAS A CONTA DOS RECURSOS ORÇAMEN-

⁹ Verificar o mapa da área desapropriada no início da Parte II.

¹⁰ Ver Decreto nº 40.540 no Anexo II.

TÁRIOS para o exercício de 1956".¹¹

O decreto apresenta, segundo os desapropriados, algumas falhas materiais: a) não apresenta a localização da área desapropriada, apenas se refere à *terrenos situados no Estado de Santa Catarina* e cita dos desapropriados; b) não discrimina de forma clara os limites de cada propriedade, conforme a discriminação existentes nas respectivas escrituras; c) não permite a verificação do critério para o cálculo do valor indenizatório.

Os valores indenizatórios colocados no decreto se referiam aos obtidos na avaliação feita pelos militares anteriormente. É um preço já defasado.

Em 1957 houve a primeira comunicação por escrito do Ministério do Exército aos desapropriados. O diretor do CIMH (Cel. Francisco José Ludolf - 09/54 a 12/60)¹² distribuiu ofícios aos desapropriados. Nestes ofícios solicitava o envio dos documentos dos terrenos juntamente com uma lista discriminatória dos bens existentes na propriedade. Solicitava, também, uma declaração de concordância com a desapropriação.

Na realidade, estes ofícios provavelmente tenham sido distribuídos para alguns desapropriados somente. Porque muitos, ao serem indagados sobre este fato, não tinham lembrança.

¹¹ Decreto nº 40.540. Este decreto receberia uma nova redação em alguns artigos através do Decreto nº 44.458 de 03/09/58. Ver Anexo III.

¹² Os diretores do CIMH: Ten. Cel. Nelson Cruz (09/52 a 05/54); Ten. Cel. Francisco J. L. Gomes (09/54 a 12/60); Ten. Cel. Ovídio S. da Silva (11/61 a 05/69); Ten. Cel. Ary Falcão Macedo (05/69 a 04/74); Ten. Cel. Nilson Santos Walbrech (04/74 a 09/77); Ten. Inf. Francisco Moacir Gonçalves (09/77 a 02/80); Ten. Cel. Silvio Carodo (02/80 a 10/84), Cel. Art. José Newton Rodrigues Romero (10/84 a 1986..).

A partir de 1957, os militares deixaram de agir no sentido de um avanço concreto do processo de desapropriação. Os desapropriados passaram a ficar inseguros quanto ao seu destino. Iniciou um sentimento de descrédito, de desconfiança quanto à realidade dos boatos sobre a desapropriação.

"Até surgiu com aquela demora conversa que o exército não ia mais indenizá (sic). Então todo mundo se tranquilizou, tem gente que comprou terrenos dos outros..."

"Comprovo porque tinha parado..."

"Mas daí não se falou mais nada, ficou tudo quieto". (desapropriados).

Esta passividade do processo foi até o início da década de 1960, quando o poder judiciário começou a interrogar os desapropriados sobre a indenização, isto é, se concordavam ou contestavam o valor indenizatório proposto no decreto de 1956. Nesta época, o valor que constava no decreto não representava mais de 3% do valor de mercado das terras. Assim, os proprietários que foram ao judiciário protestaram e requereram a reavaliação dos bens desapropriados. Porém, *"muitos proprietários deixaram de ser REGULARMENTE CITADOS, ficando alheios a tudo o que passava"* (Relatório/1985).¹³

Neste período o Ministério do Exército tomou duas medidas.

A primeira: em outubro de 1962, através do diretor do CIMH proibiu a retirada de todos os bens ditados no decreto, por-

¹³ Deixaram de ser legalmente citados significa que proprietários que tiveram terras desapropriadas não foram citados judicialmente. Citação é um conceito jurídico que significa: chamamento judicial para que alguém, em prazo fixado, compareça perante uma autoridade judiciária a fim de se pronunciar a respeito de algo que lhe é indicado.

tanto, legalmente desapropriados. Além destes bens, proibiu a retirada da madeira e da erva-mate. Importante observar que tanto a madeira quanto a erva-mate não foram legalmente desapropriados.

Para garantir o cumprimento desta ordem, a direção do CIMH constituiu um grupo de encarregados para fiscalizar, controlar e denunciar qualquer infração a esta ordem. Este grupo era formado por funcionários civis do CIMH e por desapropriados. Assim, é coerente considerar que se tratou de uma tática para divisão dos agricultores.

Uma segunda medida tinha por objetivo intimidar os desapropriados. Os militares começaram a levar para a área material bélico pesado realizando manobras periódicas. Embora essas manobras (que durante a existência de quase 10 anos do CIMH não foram realizadas) fossem realizadas nas terras já pertencentes aos militares, elas afetavam diretamente aos agricultores vizinhos da área.

Através de avisos, os militares exigiam que os proprietários residentes nas propriedades vicinais se retirassem durante o período das manobras. A justificativa era a de que havia a possibilidade dos projéteis utilizados nas manobras atingirem as propriedades e até as residências. Os proprietários abandonavam suas propriedades, geralmente durante o período de 2 a 3 dias. Deslocavam-se para a casa de parentes e/ou amigos, somente retornando após o prazo previsto pelos militares.

Essas manobras perturbavam os proprietários. Tinham que abandonar seus afazeres, causava tensão psicológica pela possibilidade de suas propriedades serem atingidas e danificadas, os animais domésticos tornavam-se arredios, etc.. Essas manobras foram percebidas, pelos desapropriados, como uma alerta de que não

seria possível a convivência no mesmo espaço deles com os militares.

Essas medidas, tanto as judiciais quanto as militares, foram preparativos importantes para a posterior tomada de posse da área desapropriada. Medidas que, de alguma forma, permitiram ao exército a tomada da terra sem maiores resistências por parte dos desapropriados. A contestação foi canalizada a nível institucional através do poder judiciário e mediatizada por advogados; foram criados meios de divisão dos desapropriados, provocando desconfiança entre eles, e foi criado um ambiente de intimidação com os militares, colocando diante dos olhos dos desapropriados seu potencial bélico.

Além dessas medidas, outros fatores contribuíram para que a resistência dos desapropriados fosse atenuada. Durante este processo de desapropriação, o exército, através dos diretores do CIMH, mantinha contato direto e amistoso com algumas famílias desapropriadas. Essas relações incluíam visitas, prestação de favores recíprocos, como a transferência dos filhos de um quartel distante para um mais próximo; relações de mercado, os desapropriados vendiam animais de corte para o exército.

Os poderes executivos e judiciários locais também influenciaram neste sentido. Como foi visto, os desapropriados não receberam, durante o processo de desapropriação, informações adequadas e satisfatórias por parte dos militares a respeito do andamento do processo de desapropriação e indenização. Esse processo era percebido pelos agricultores mais como boatos que uma realidade concreta. Isto proporcionava uma significativa insegurança entre eles, levandoos a buscar informações e conselhos com as autoridades constituídas dos municípios próximos: o que era reali-

zado, de forma individual, ou através da mediação do inspetor de quartelão.

Os conselhos obtidos junto às autoridades locais eram no sentido de que diante do exército não havia possibilidade de resistência. Os agricultores deveriam obedecer às ordens militares, evitar o conflito. Caso a indenização não fosse paga, reclamá-la posteriormente.

"O meu pai foi em Canoínhas e se informou com o juiz como é que tinha que fazer se nós tinha que sair. E o juiz dizia: Olha eu acho melhor vocês acertar, que vocês vão questionar com o exército não adianta, vocês vão criar uma encrenca aí!" (desapropriado)

Portanto, o exército tinha nas autoridades locais instituídas um aliado. Entre os representantes políticos havia uma opção favorável à desapropriação da área. Isto motivado pela crença de que a formação de um campo de manobras militares na região seria uma condição de progresso material.

"Então ele (Haroldo Carvalho) veio com uma conversa de que isso ia ser muito bom, ia se formar uma vila militar, saiu uma conversa muito grande prá Papanduvé". (desapropriado) ¹⁴

Outro aspecto importante era o conjunto de idéias que os desapropriados possuíam em relação à instituição militar. O exército era visto como um supra-poder institucional, defensor da lei e da ordem, inquestionável em suas ações. Nesta perspectiva, a prestação do serviço militar era um elemento importante na for-

¹⁴ Haroldo de Carvalho foi um importante político da região. Sendo eleito Deputado Estadual Constituinte em 1947, Deputado na legislatura 1947-51 e suplente de deputado na legislatura 1963-67. Cf. DITRICH, R. I. O Deputado Catarinense, p. 108.

mação desta consciência.

"A informação que a gente tinha era que questionar o exército não valia a pena".

"Eles (nossos pais) já tinham servido o exército, eles já tavam mais ou menos a par do que era o exército, se eles vêm nós te mos que sai".

"O que eu aprendi na época que eu servi o exército é a segurança da pátria, mantém a ordem no país". (desapropriados).

Todos estes aspectos colaboraram no sentido de uma diminuição de contestação e resistência por parte dos desapropriados diante da decisão judicial em favor do exército para a posse das terras. Foi um processo de engamamento do povo, para utilizar uma expressão dos próprios desapropriados.

2.2 - Desapropriação ou Expulsão?

Em 1963, o poder judiciário concede a imissão de posse provisória das terras desapropriadas ao exército. O exército tomava posse das terras e, paralelamente, continuaria o processo de revisão dos valores indenizatórios para que o processo de desapropriação pudesse ter um término. O juiz emitiu um ofício no qual solicitava aos desapropriados que deixassem suas propriedades num prazo de 48 horas.

Esta medida causou forte impacto aos desapropriados, pois não imaginavam que os militares pudessem conseguir a imissão de posse da terra antes do pagamento das indenizações. As indenizações constituíam um direito que lhes era assegurado por lei.

Assim, os agricultores perderam o direito do uso e ex-

ploração autônomos sobre suas propriedades.¹⁵ Foram obrigados a procurar meios de sobrevivência em outras áreas.

O impacto causado por esse ato arbitrário foi percebido de forma diversificada entre os proprietários da área.

Numa primeira situação, temos os agricultores que, independentemente do processo de desapropriação, deixaram a área. Ou seja, um grupo de pessoas que residiam na área enquanto herdeiros em potencial, mas, pelo processo de reprodução social, saíram dela. Isto pode ser melhor entendido, se verificarmos a própria estrutura fundiária da área. A maioria das propriedades eram minifúndios e mesmo as áreas maiores passariam por um processo de "pulverização". Assim, a terra existente começava a se tornar insuficiente para a reprodução familiar de mais de uma geração. Embora incipiente, o início da mecanização implicava num decréscimo da exigência da mão-de-obra familiar, podendo-se dispensar alguns "braços".

Isto explica porque parte das famílias foi procurar alternativas para sua reprodução. Procurar emprego em algum centro urbano, ou adquirir outra propriedade fora da área.

"Nóis começemos a se preocupar, porque nóis era em bastante, já tinha irmão casado, irmãs, nóis começemos a se preocupar porque nóis tinha uma área (...) e não dava prá nóis tudo viver. (...) eu resolvi morar em Curitiba e vendi a minha parte pros meus irmãos solteiros. O meu irmão já tinha outra

15 O termo autônomo é utilizado para diferenciar o uso anterior da terra do uso posterior à desapropriação. Quando os desapropriados utilizariam a terra, mas através de contratos com o exército. Sendo que este é que determinava a forma de utilização e produção.

Área que ele comprou fora, ele já morava lá".
(herdeiro).

O clima de insegurança que passou a existir durante a década de 1950 gerou, entre os agricultores, uma insegurança quanto a seu futuro. E, segundo o dito popular, *melhor prevenir do que remediar*, alguns iniciaram a adquirir outras terras ou mesmo a investir em outro tipo de atividade. Portanto, havia mais um grupo que saiu das terras antes da imissão de posse. É, porém, uma situação diversa da anterior, pois foi motivada pela insegurança gerada pelo próprio processo de desapropriação. Uma situação que se restringiu, basicamente, àquelas famílias que produziam um excedente que permitia acumular algumas reservas. Ou famílias, que para este fim, alienaram as suas propriedades (desapropriadas).

"Meu pai já procurou, um homem que sempre tinha um pouco de reserva, procurou comprar outra área. Onde ele comprou aqui em Papanduva e começou um comérciuzinho. Porque sabia que tinha que se desfazer daquilo lá, né."(herdeira).

A terceira situação seria aquela dos proprietários que moravam fora da área. Para eles a propriedade desapropriada servia para a produção agropecuária e/ou exploração de madeira eerva-mate. Enquanto tal, era indispensável para a sobrevivência familiar. Porém, eles possuíam a terra de morada onde também produziam alguns alimentos.

Estes agricultores, para a garantia de sua reprodução, tinham uma forte dependência em relação às terras desapropriadas. Com a desapropriação de suas terras de produção. Perderam a capacidade de produção para sua subsistência. Mas, continuaram a ter um teto e um pouco de terra para produção. Eles foram obrigados a

retirar seus bens da área desapropriada, mas não foram expulsos.

E uma quarta situação é a que foi vivida pelos pequenos agricultores que moravam e produziam unicamente na área desapropriada. Para estes, a decisão judicial, permitindo a imissão de posse provisória ao exército, abriu espaço para uma ação caracterizada como expulsão ou despejo. Foi o grupo que mais sofreu com as perdas materiais que esta decisão provocou.

Uma observação: a forma como foram expulsos de duas terras é um importante elemento da memória histórica dos desapropriados e herdeiros. A maneira arbitrária e violenta do exército se apossar das terra tem sido utilizada por eles como fator de legitimação para a sua ação reivindicativa e elemento de identidade. Por isso vou apresentar alguns aspectos que contribuíram neste sentido.

A lei lhes assegurava o direito de permanecer na área até que recebessem a indenização. Os próprios militares e autoridades instituídas sempre lhes garantiram esse direito. Portanto, a imissão de posse e a exigência de retirada de suas propriedades foi um ato inesperado.

O exército, por seu lado, usou esta autorização judicial de posse para pressionar os agricultores a abandonarem suas propriedades da forma mais rápida possível, prometendo que a indenização seria efetuada posteriormente, de acordo com a reavaliação que seria realizada.

Os agricultores, não encontrando apoio nas autoridades locais (políticas e judiciárias) perceberam-se numa situação de desamparo legal e moral, ficando sem possibilidade de maiores resistências diante do poder militar. "*Diante da força não há resistência*", resume a percepção dos agricultores naquela situação.

O exército se mobilizou para que os proprietários saíssem da área o mais rápido possível, não respeitando a situação de dificuldade encontrada por eles. Através do diretor do CIMH e do grupo de soldados de Três Barras/SC, intimidava os agricultores a saírem da área, caso contrário o próprio exército iria retirá-los.

Essa coação dos militares causou dificuldades sérias aos agricultores. Tomados de surpresa por essa pressão, tiveram que se desfazer de muitos bens para conseguir operacionalizar a saída. Não tinham outras propriedades para levar seus animais e seus pertences. Essa situação era mais grave para os que não possuíam excedente de produção acumulado disponível para situações de emergência. Obrigados a se desfazerem de seus bens sofreram dificuldades de comercialização, pois os preços oferecidos eram baixos.

"Tivemo até que vender porco, tudo. Vender as coisas, o que podia vender, vendia, prá pudê comprá outro pedacinho de chão.."

".. O gado a gente vendeu (...) porque a gente não podia comprar outra terra prá pudê mudar o gado, né." (desapropriados).

O problema dos agricultores se agravou, por não ter sido permitida a retirada de suas casas e paióis. Mesmo as casas construídas após o decreto não puderam ser retiradas. Também, não puderam retirar as maiores riquezas disponíveis para comercialização (madeira e erva-mate). Foram obrigados a se desfazerem de outros bens que lhes restavam para adquirir um lugar para morar, ficando praticamente sem meios para produzir.

Diante destas dificuldades que impediam a saída dos proprietários conforme a determinação do exército, este passou a agir. Estipulava uma data determinada como limite esperado para que o proprietário iniciasse a retirada. A partir daí o próprio

exército se encarregava de retirar os bens das casas e fazer a mudança (transporte dos móveis, instrumentos de trabalho e outros pertences para fora da área).

"Intimidava o pessoal a sair: O que não saía ia ser jogado na rua (...).então o exército mandou caminhões. Eu servi como motorista em 4, 5 mudanças. Levava prá Canoinhas: Onde eu levava essa mudança? - Óah! Leva ali, tem um amigo meu ali, pode jogar ali".(herdeiro)

"O caminhão do exército encontrava, com os soldadinho que tinha ali e os civil que era funcionário. Então AJUDAVA a carregar a mudança e bardeava sem rumo (...) portanto que a minha mãe foi carregada na lei e na marra".(desapropriado).

A preocupação do exército era somente com a retirada da mudança da área desapropriada. Não se importava com o destino do desapropriado e seus bens. Despejava-os em algum lugar fora da área: praça, beira de estrada,...

Para obrigar os proprietários que ofereciam alguma resistência em sair da área, os militares usaram a tática de separar os desapropriados de seus bens. Isto é, os militares admitiam que o proprietário continuasse por mais algum tempo na área, mas eles se encarregavam de retirar os bens e colocá-los fora. E, caso o proprietário já tivesse saído com sua família, havia tolerância quanto à retirada dos bens. Essa tática garantia aos militares que a área desapropriada estaria disponível para seu uso em curto espaço de tempo.

Em alguns casos os militares usaram de violência, impediam a permanência dos proprietários através da ocupação das casas com soldados. Os soldados invadiam a casa e nela permaneciam por vários dias se alimentando dos mantimentos ali encontrados. O proprietário era retirado, ia para o paiol ou para casa de parentes ou amigos.

"Meu pai ficou uns 3 ou 4 dias lá, mais puseram ele no paiol(...) final de contas que o meu irmão tratou de tirar o pai quanto antes porque ele ficou muito nervoso".(herdeiro)

Ou, até mesmo, destruindo a casa, deixando o proprietário sem ter onde ficar:

"Eu fiquei lá dentro e daí quando foi um dia eles vieram e arrancaram a minha casa e eu fiquei debaixo de um pé de aritiqueiro que até a cada arrancaram, fiquei no campo(...) Sem no fim morei numa casa deixada".(desapropriada).¹⁶

Com todas essas pressões e violências, os militares conseguiram a liberação da área sem o pagamento da indenização, apenas com promessas.

Junto com o comunicado da imissão de posse, os proprietários receberam a promessa de que dentro de 30 a 60 dias receberiam a indenização. Este prazo para o pagamento da indenização estava respaldado numa reavaliação da área que deveria ser realizada após a saída dos desapropriados. Na verdade o processo de pagamento iria demorar, pois após a reavaliação haveria o processo judicial.

"Eles (exército) explicavam pra ele (pai): -Onóis vamo avaluá, depois vai para o tribunal, depois daí vem o dinheiro pra vocês, o pagamento".(herdeira)

A reavaliação dos valores de indenização foi realizada somente após a saída dos agricultores da área, sob a responsabilidade do Juiz da Comarca de Canoíñas. Em 1965, todos os proces-

¹⁶ Aritiqueiro é o nome dado a uma árvore da região, que serve como sombreiro por possuir uma copa frondosa.

sos de reavaliação foram julgados pela 4ª Vara Civil, de Florianópolis/SC. A decisão foi favorável a que se indenizasse os desapropriados de acordo com os valores estabelecidos pelos peritos que a realizaram a partir de 1963. A União, através de seu procurador geral, apelou e transferiu a decisão para o Supremo Tribunal de Recursos (STR) em Brasília.¹⁷

Enquanto se realizava esse processo de reavaliação, alguns desapropriados conseguiram receber uma parcela da indenização, na seguinte condição: sobre o valor oferecido, os advogados, enquanto procuradores, retiraram 80%, sendo que 20% eram descontados como pagamento pelos serviços prestados. Assim esses desapropriados receberam 60% do valor estipulado. O restante seria incorporado ao valor a ser determinado pela nova avaliação.

Este valor recebido representava um percentual irrisório (2 a 3% segundo os desapropriados) se comparado com o valor de mercado das terras.

"O sogro tirou na época uma micharia lá. Foi pouca coisa não pagou nem a viagem de caminhão, ir a Canoíhas prá receber aquele dinheiro". (herdeiro)

Quanto à decisão final do valor indenizatório a ser pago a partir da reavaliação, o STR somente se pronunciou na década de 1970. O processo de julgamento da reavaliação levou, no mini-

¹⁷ Segundo o Jornal Correio do Norte "em 1965 as ações de avaliação já estavam disponíveis para julgamento. Este foi realizado em primeira instância em Florianópolis (4ª Vara Civil) e posteriormente os processos seriam encaminhados para o TFR/Brasília". Em seu nº 831 de 05/06/65 o editorial diz que: "notícias vindas de Brasília anunciam o julgamento de 16 ações de desapropriação pelo TFR no decorrer deste mês. Conforme a mesma fonte de informação anteriormente foram julgados 4, recebendo sentença favorável aos lavradores".

mo, seis anos após o recebimento pelo STR das ações correspondentes. Em alguns casos a decisão final ocorreu no ano de 1971; e os demais se estenderam até 1975. Portanto, de modo geral, a diferença entre a reavaliação e a decisão final foi de uma década. Neste período, o valor das indenizações sofreu uma alta desvalorização devido a desvalorização da própria moeda e da valorização das terras. Porém, o mais grave quanto à decisão do STR foi que este decidiu pela redução dos valores em 40 a 50% e em muitos casos retirou a correção monetária e os juros cabíveis, os quais assegurariam a atualização das indenizações. Os ministros do STR consideraram os valores estabelecidos pela reavaliação muito elevados.

"Somente para argumentar, faz-se referência ao pronunciamento de um ministro do STR que, ao expressar-se a respeito da indenização fixada em sentença que lhe era então submetida, declarou estar se pretendendo fazer um carnaval em Canoinhas com o dinheiro da União". (Relatório, 1985)

Além de o processo de reavaliação ter sido muito moroso e a decisão final ter sido desfavorável aos desapropriados, ele apresentou outros problemas: a) não deixou claro aos desapropriados os critérios adotados para a atribuição dos valores, nem os critérios que levaram a retirar a correção monetária de alguns e de outros não;¹⁸ b) a indenização de alguns desapropriados foi atribuída a outras pessoas sem procuração delas e mesmo desconhecidas.

18 Por exemplo, um proprietário que possuía 67,7 ha receberia em 1972 Cr\$ 859,00, enquanto outro com 33,9 ha receberia Cr\$ 3.725,00. O único desapropriado que recebeu indenização diretamente e em 1964, por 9,9 ha recebeu a importância de Cr\$ 48.001,00.

A questão do pagamento das indenizações tornou-se mais complexa pela atuação dos advogados, procuradores dos desapropriados. Somente dez desapropriados receberam formalmente as indenizações. Seja diretamente (1), seja através de seus procuradores.¹⁹ O problema é que os advogados que receberam como procuradores não repassaram a indenização aos desapropriados. Houve até casos em que o advogado recebeu a indenização com documento de procuração sem validade legal, pois o proprietário já havia falecido.

Esse complicado processo de avaliação e de pagamento, onde a maioria dos desapropriados ignorava o que estava acontecendo, por falta de acesso às informações, constitui mais um elemento importante de legitimação para a posterior mobilização em busca de seus direitos legais.

Quanto ao processo de desapropriação acho oportuno fazer, ainda, duas rápidas considerações.

Uma é a de que as irregularidades no processo de desapropriação tornaram sua legalidade questionável. O próprio decreto apresenta "*vícios de essência e forma que o tornam nulo de pleno direito*". (Relatório, 1985)

A prova mais contundente de que a desapropriação contém problemas legais é o fato de que o Estado foi e esta impossibilidade de transferir o direito escriturário das terras desapropriadas para a União. Os proprietários ainda possuem a posse legal da terra e suas escrituras como documento legal comprobatório. No cartório de registro de imóveis, instituição competente a nível legal, é possível transferir as propriedades por compra e venda,

19 Sobre a posição processual das ações ver Anexo V.

ou mesmo alienar a madeira e erva-mate nela existentes sem nenhum impecilho legal. Há apenas, porém grave, impecilho real do uso da terra.

Outra diz respeito à intervenção do Estado/exército no cotidiano e no direito de uso da propriedade dos agricultores.

Esta intervenção ocorreu sobre uma realidade caracterizada por situações vivenciais diferentes, onde a própria percepção/reação dos agricultores sobre ela (a intervenção) foi diversa.

Apesar desta diversidade, pode-se dizer que todos sofreram uma intervenção sobre suas maneiras de viver, seus modos de produzir e de reproduzir sua sobrevivência: causando uma significativa "descapitalização", obrigando-os a empreender uma nova luta pela sobrevivência em condições bem mais complexas. Todos foram alijados de seus direitos de maneira arbitrária e até violenta, em muitos casos. Ou seja, o exército fundamentado na coerção física e psicológica destruiu os espaços de cidadania dos agricultores; no sentido de que a eles não foi dado o "direito a recorrer a procedimentos jurídicos regulares face a possíveis intromissões ou arbitrariedades do poder estatal". (O'DONNELL, 1986: 18). Ou, quando recorreram, esses procedimentos jurídicos foram ineficazes (ou até colaboraram) diante do poder coercitivo da instituição militar.

Esse processo de desapropriação provocou problemas psicológicos e sociais agravados pela forma arbitrária e inesperada utilizada pelo exército e pelo não pagamento das indenizações de-

2.3 - Luta pela Sobrevivência.

Privatização do Cotidiano.

A perda do direito de uso da propriedade obrigou os agricultores a buscar novas maneiras de prover sua subsistência. Os desapropriados tiveram que empreender uma verdadeira *luta pela sobrevivência*, pois ficaram desamparados de seus meios de produção.

Esta *luta pela sobrevivência* foi empreendida de maneira diversificada. Isto é, existiram vários processos de mudança na forma de buscar a subsistência e de (re)organizar a vida. Apresentarei os processos mais característicos e suas respectivas dificuldades.

As dificuldades em acumular dinheiro com a venda dos bens impediram a aquisição de outras propriedades de igual dimensão. Esses pequenos terrenos adquiridos foram insuficientes para (re)produção familiar. Geralmente, tornavam possível a permanência neles de famílias pequenas (casal + 1 ou 2 filhos). Neste caso, quando as famílias eram maiores, os demais foram procurar emprego nas cidades ou trabalhar como agregado ou meeiro.

Os que possuíam a propriedade de morada fora, ficaram

20 Um balanço dos problemas de "stress" psicológico e sociais decorrentes da intervenção do Estado através da construção de barragens ver: WERNER, Dennis (coord.) *As Enchentes do Vale do Itajaí. As Barragens e suas Conseqüências Sociais*. 1987.

restringidos a subsistir de sua potencialidade de produção. Alguns tiveram que se desfazer desta propriedades e tornaram-se trabalhadores assalariados.

Assim, tanto os que conseguiram adquirir propriedades após a desapropriação, quanto os que já as possuíam passaram a sofrer dificuldades de sobrevivência, pois sua capacidade de produção ia diminuindo com o tempo.

"O meu pai, ele vendeu o gado e comprou um terreno(...) depois ele ficou ali naquela casa, os filhos casados tiveram que sair(...) porque a área que o pai comprou era muito pequena, não dava prá eles sobreviver".

"Quando nós saímos de lá, não dava prá viver com a terra que nós tinha lá (fora), era pouca, não deu prá nós comprá mais, então nós viemo prá cidade. Vendemo tudo, eu fiquei bastante doente, meu marido também. Viemo prá cidade e começemo a trabalhar de empregado". (herdeiras)

Aqueles que não conseguiram comprar terra própria para trabalhar foram obrigados a imediatamente procurar emprego na cidade ou trabalhar como agregado ou meeiro na terra de terceiros.

As cidades próximas ofereciam poucas oportunidades de empregos: o centro urbano maior e mais próximo era Curitiba/PR. As vagas encontradas, geralmente, eram preferencialmente para mulheres e crianças e por salários muito baixos.

A passagem de atividades autônomas e conhecidas para o mercado de trabalho urbano, apresentou problemas aos desapropriados. O conhecimento deles se limitava às *lides pastoris*. Diante da necessidade de manusear com *lides urbanas*, eles encontravam dificuldades, tanto para conseguir um emprego, quanto para obter oportunidade de melhorias salariais.

*"Desde que vim de lá, entrei numa firma em Canoí-
nhas(...) Mais olha, nesses 22 anos não sobra nem
prá comer, né, nunca sobrou nada (...) trabalhava*

na lavoura, não sabia fazer outra coisa. Então(...) eu nunca tive oportunidade, assim, né".(desapropriado)

"Na época o lugar era pequeno, era difícil arrumar emprego. Eles arrumavam emprego prá de menor por causa do salário".(herdeira)

"Foram trabalhar tudo em Curitiba, tudo de operário. O D. era um homem de idade(...) ele trabalhava assim, nas construção, coitado, ajudava de pedreiro".(herdeiro)

Aquelas que resistiram ao êxodo rural e procuraram trabalhar na área rural também enfrentaram dificuldades para conseguir meios suficientes para subsistência. Em alguns casos, a solução foi trabalhar como operários urbanos.

O arrendamento de terra implicava, principalmente, na divisão da produção, isto é, parte da produção (meia, terça, etc.) ficava para o proprietário. Isto dificultava a obtenção de bens suficientes. Dificuldades de encontrar terras disponíveis para arrendar, e, além de serem disponíveis, viáveis economicamente.

"Eu não podia comprar terreno. Ninguém aluga terra, quando aluga, aluga algum canto que não presta, né. E o camarada sozinho alugando terra ele sofre". (desapropriado)

De acordo com esses processos, que caracterizam as novas formas que os desapropriados encontraram para prover sua subsistência, pode-se concluir que: todos sofreram um processo de brusca descapitalização. Tornaram-se pequenos proprietários (com propriedades menores do que as que possuíam), arrendatários, meeiros ou empregados nas cidades em sub-empregos (baixa qualificação e baixa remuneração).

O processo de empobrecimento foi generalizado e, em alguns casos, provocou restrições de acesso à alimentação, habitação

ção e vestuário, necessidades básicas da pessoa humana.²¹

*"Eu fui trabalhar de doméstica, ajudava meu pai (...). pão não tinha, café não via".
"A gente passou entretido, né". (herdeiras)*

Esse processo de empobrecimento foi agravado pela destruição dos laços comunitários e afetivos existentes anteriormente à saída da área. Antes, a subsistência era complementada e enriquecida pelas trocas e ajudas vicinais. O processo de busca de novas maneiras de sobreviver levou a uma dispersão dos agricultores, que passaram a viver em ambientes desconhecidos. Passaram a construir um cotidiando privatizado (uma luta individual ou familiar). Vejamos, por exemplo, a situação daqueles que continuaram como pequenos proprietários. Antes, a produção pecuária era facilitada, pois criavam em comum, o que permitia a posse de um maior número de animais e menos gastos de infra estrutura. Desprovidos desta possibilidade foram obrigados a reduzir ainda mais a quantidade de animais e gastar na construção de uma infra estrutura mais adequada para impedir que os os animais ultrapassassem os limites da propriedade.

O próprio "stress" psicológico provocado pela desapropriação auxiliou neste processo de empobrecimento.²² Os desapro-

21 As excessões seriam: um empresário de Curitiba/PR que adquiriu várias propriedades com fins especulativos. Uma família que em Papanduva começou a trabalhar na área comercial e hoje possui uma das maiores agro-indústrias do município.

22 "Em pesquisas comparativas Rosenblatt (et alii), 1976, notaram que o sentimento de luto por uma pessoa que morreu é muito semelhante com o sentimento de perda de qualquer coisa importante para o indivíduo". Cf. WERNER, As Enchentes... p.26.

priados e herdeiros atribuem como causa de vários óbitos, ocorridos após a saída da área, ao desgosto, ao nervosismo e preocupação devido à perda de suas propriedades e da necessidade de (re-começar a (re)construir a vida praticamente do nada.

"Significou perdê muita coisa, o pai poderia estar vivo, se incomodou demais, sofreu demais". (herdeiro)

Dentre os vários processo de luta pela sobrevivência, acho oportuno dar destaque a um deles, em que os militares, aproveitando da situação em que se encontravam os desapropriados, passaram a explorar sua mão-de-obra.

Os militares permitiram a permanência na área de alguns desapropriados e, até, o uso da terra, desde que submetessem seus trabalhos às necessidades e determinações dos militares. Desta forma, eles utilizaram os agricultores desapropriados como mão-de-obra barata ou gratuita. Exploração mediada pela coação, pois a não sujeição às regras impossibilitava a permanência na área.²³

Após a expulsão dos agricultores, o exército isolou a área através da construção de cercas. Os trabalhos de adequação da área para os fins militares exigiram a ida de um contingente maior de soldados para o CIMH. Isto demandava ao quartel de Três Barras/SC maior quantidade de alimentos e outros serviços. Para auxiliar no suprimento destas necessidades, os militares passaram a utilizar a mão-de-obra de alguns proprietários que permaneceram

²³ Posteriormente apresentarei como o exército a partir do início da década de 1970 passou a explorar a área de maneira mais intensa. No momento, o mais significativo é a constatação da exploração de mão-de-obra pelos militares.

na área. Executavam trabalhos como: lavagem de roupas, produção agrícola, limpeza de estradas, medição das propriedades.

Num primeiro momento os militares não permitiram a exploração agrícola. Os desapropriados tiveram que se submeter enquanto empregados dos militares. Recebiam pagamento em dinheiro para subsistência.

"Trabalhei numa lavanderia de roupa deles prá mim folgá mais um pouco. Seis meis lavei roupa lá. Não queria que eu plantasse mais um pé de nada. Então eu fiquei trabalhando prá eles prá mim não morrer de fome (...) Eu sofri muito mais do que os outros". (desapropriada)

Eles se sujeitavam a estes serviços como forma de receber algum dinheiro, ou mesmo como um compromisso moral, pelo exército ter permitido sua permanência no Campo.

"A gente já tava convivendo ali, né. Tinha que fazer aquilo. Então nós tinha que dá o braço a torcer e trabalhar". (desapropriada)

O exército aos poucos começou a utilizar a área do Campo para a produção agrícola como forma de produzir alimentação para suprir as necessidades do próprio quartel. Os desapropriados passaram então a utilizar sua força de trabalho na produção agrícola.

Os militares mandavam plantar determinada área de terra. A produção obtida era entregue em sua totalidade aos militares que pagavam em dinheiro. Mas havia também a produção sob condição: isto é, parte da produção era entregue aos militares e parte ficaria com o produtor. Além de entregar parte da produção, ele deveria trabalhar gratuitamente durante alguns dias da semana para o diretor do Campo, geralmente na limpeza das beiradas de estradas.

"Eu e esses três filhos ficamo feito de nego aí. Eles roçando estrada e eu carpindo roça. Que daí eles tomaram conta das terras e mandavam fazer roça em cima. ficamo eu e o Er. Como nego daquela gente (...) com o ganhinho nós tinha fornecê em Três Barras, de a pé, porque não tinha mais nada". "O Mg. plantava lá, milho, arroz, nós dava uma parte e ficava com três..".(desapropriados)

Os acordos de trabalho eram informais. Posteriormente, no início da década de 1970, quando os militares intensificaram a exploração agropecuária e extrativa, os acordos passaram a ser contratuais.

P A R T E I I I

DA "ESPERANÇA A REIVINDICAÇÃO

Antes de passar para a análise do Movimento, objeto central da dissertação, considero importante apresentar alguns elementos, que permitem uma caracterização das ações dos desapropriados/herdeiros anteriores a 1985.

Apesar das dificuldades de obter informações sobre a história deste período, sua análise será importante para contextualizar a situação da "questão de Papanduva" numa conjuntura sócio-política mais geral (constituição do Estado Burocrático-Autoritário e sua dinâmica, como também a compreensão da novidade que representou o Movimento ocorrido após 1985 em sua forma de ação e significação.

Após perderem o direito do uso autônomo sobre suas propriedades, os desapropriados viam no processo de reavaliação a perspectiva de uma indenização e conseqüente atenuação dos sofrimentos e perdas ocasionadas pelo processo de desapropriação/expulsão. Essa "esperança" vai orientar suas primeiras ações, por quanto os proprietários procuraram recursos institucionais pelos quais pudessem fazer valer seus direitos. Esses recursos, na verdade se resumiram na constituição de um procurador judicial que advogasse para eles durante o processo de reavaliação.

"Cada um foi procurar advogado e a maioria foram os PROPRIETARIO GRANDE, pegaram esse Dr. Guiss de Curitiba... Tem outros proprietários que pegaram outros advogados(...) Qué dizê, ficou uma divisão de advogado, uns trabalhando de uma maneira, outros trabalhando de outra..".(herdeiro).

Já apresentei que o processo de reavaliação foi negativo aos desapropriados/herdeiros. Além da demora, o valor oferecido foi considerado irrisório.

Importante considerar que, neste período, os militares não viram nos desapropriados/herdeiros "inimigos internos da or-

dem e do progresso" e nem como potenciais que merecessem alguma ação repressiva especial, como foi o caso da guerrilha no Araguaia e em relação aos "inimigos" perseguidos e aniquilados nos vários espaços "perigosos" do país.¹ Mesmo porque, na questão de Papanduva, os militares tinham o controle, a situação estava favorável a eles, permitindo-lhes um espaço suficiente para poderem "manobrá-la" no sentido de impedir a percepção da injustiça cometida.

"Na época eles não ameaçavam, assim, de nós dizê. Porque prá eles estava bom, eles queriam que continuasse as coisa como estava, né".(herdeiro).

Não houve nenhuma ação violenta utilizando de coerção física dos militares em relação aos desapropriados/ herdeiros. Na realidade, o que houve foram ações com o intuito de (re)estabelecer relações amistosas e de interesses mútuos entre a instituição militar, representada pela direção do CIMH, e os desapropriados/ herdeiros. Porém, são ações que podem ser caracterizadas de exploração ou cooptação autoritária em relação aos desapropriados/ herdeiros. Vamos ver dois exemplos.

O primeiro está relacionado ao uso e exploração da área desapropriada. Após a utilização informal da força de trabalho, os militares passaram a intensificar a exploração na área através do arrendamento capitalista da terra. A concessão de arrendamento era percebida, de ambos os lados, como um gesto de favor prestado pelo exército, diante das necessidades dos desapropriados/herdeiros.

¹ Para uma caracterização do tipo de ação empreendida pela repressão nos anos de ditadura ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais, 1985, e ALVES, Maria Helena M., Estado E Oposição no Brasil (1964-1984), 1984.

"O gado começou a aumentar de novo (...). Então foi conversado com o coronel (diretor do Campo) prá ver se ele arrumava, prá ver se pelo menos podia soltar o gado. Ai ele disse que se pagasse um pouco podia soltar. Então foi feito um contrato de arrendamento".(desapropriado)

A "solicitude" com a qual os militares colocavam à disposição as terras para o arrendamento tinha sua contraposição em gestos de gratidão.

"Eles chegavam lá, meu pai mandava a minha mãe fazer um chimarrão, e as vezes até matar galinha e fazer o almoço(...) levavam leite, galinha e meu pai nunca deixava a mãe cobrar".(herdeiro)

O arrendamento das terras aos desapropriados/herdeiros, como a terceiros, a exploração da erva-mate e madeira, foi posteriormente um motivo de contestação da legitimidade quanto ao uso das terras pelo exército.

O segundo exemplo mostra a preocupação dos militares em relação à problemática criada e seu "interesse" em resolver a questão, não permitindo que a reivindicação fosse mediada por outros canais. Usavam uma estratégia que parece comum nos casos de desapropriação.²

Utilizando os meios de comunicação com penetração na região, eles convocavam os interessados para reuniões. Nestas, faziam-se presentes autoridades militares, representantes do governo federal e outras autoridades constituídas. Os militares prometiam e se comprometiam verbalmente em solucionar definitivamente a questão. Estas promessas tinham um poder dissuasivo em

² Ver por exemplo o caso da barragem de Itaipu apresentado por GERMANI, Guiomar. Os Expropriados de Itaipu: O Conflito: Itaipu X Colonos, 1982.

relação aos desapropriados/ herdeiros, pois serviam para que estes continuassem a confiar numa solução vinda de cima. A solução prometida seria o pagamento de um justo valor indenizatório, não era aceita como possível a devolução da terra.

"Fizeram um par de reunião. Eles prometendo pagar. Eles mandava avisar pelo rádio. Eles chamava, dava esperança. Que nós não ia perder essas terra, pela boca deles. Então o sargento disse que era lá do sul e me garantiu que eu não ia perdê". (desapropriado)

A pretensão dos militares era garantir sua posição no imaginário político dos desapropriados/herdeiros e protelar possíveis ações mais ofensivas que viessem a questionar o processo de desapropriação.

Além desta ação mais geral, através de reuniões, o exército passou a atuar isoladamente, isto é, com cada família. Um advogado, representando o exército, visitou as famílias dos desapropriados/herdeiros prometendo o pagamento da indenização, porém condicionado à uma procuração passada pelo interessado, reconhecendo o advogado como procurador para receber a indenização. A estratégia, porém, não foi eficaz, pois os desapropriados/herdeiros, desconfiados, não aceitaram a proposta e até expulsaram o advogado de suas propriedades.

"O exército soltou um advogado, pelo menos diz ele ser advogado na casa de cada proprietário. Prá pegar uma procuração dizendo que precisava de uma procuração porque eles iam indenizar (...) até que chegou nam dito proprietário, não lembro quem, mais sei que houve isso, saiu-se mal com esses dito advogado, meteu-lhe os pé, nunca mais ele apareceu". (desapropriado).

"Nóis ficamo com medo daí, se eles não tavam pergando como é que iam apresentar um advogado prá defender os nossos direito". (desapropriado)

Até 1975, mais ou menos, temos por parte dos desapro-

priados/herdeiros, de maneira geral, uma posição de passividade diante dos acontecimentos, ou seja, a espera na conclusão dos processos judiciais de reavaliação, iniciados em 1963: uma espera que era complementada por ações particularizadas por intermédio de advogados que os representavam.

Em 1975 os processos de reavaliação foram dados como julgados pelo poder judiciário e arquivados por desinteresse dos desapropriados. Pois, com exceção dos nove (9) desapropriados que teriam retirado o valor indenizatório através de seus advogados, os demais não compareceram para retirar o valor ou para contestá-lo.³

A conclusão do processo de reavaliação iniciado em 1963, no mesmo ano da expulsão, gerou descontentamento e descrédito dos desapropriados/herdeiros em relação ao trabalho realizado pelo poder judiciário.

"Ali nós começamos a perceber que havia uma grande injustiça, só o fato de você olhá a reavaliação feita lá. Porque tinha área de 4 ha avaliada em 4 mil, tinha área de 300 ha por 14 mil". (desapropriado)

A percepção da injustiça moveu os desapropriados/herdeiros para uma saída da passividade e, neste sentido, uma ampliação das formas de atuação. Por exemplo, reuniões que, antes eram convocadas somente pelos militares de acordo com seus interesses, passaram a ser convocadas pelos próprios desapropriados. As ações que, antes estavam limitadas ao estabelecimento de um mediador jurídico, ampliaram-se e passaram a ser conjugadas com ações dirigidas diretamente a várias instituições políticas, como

³ Sobre a situação judicial dos processos de reavaliação das indenizações ver Anexo V.

políticos ligados aos poderes executivo e legislativo e encontros com candidatos nas campanhas político-eleitorais aproveitando a posição clientelista destes.

"Naquela época começamos a esperar. Como não aparecia resultado, começou a surgir aqueles problema de eleição, campanha política. Nós aproveitava o ensejo, pegava um candidato e fazia reunião com o povo". (desapropriado)

"Assim o nosso voto era prá pesquisar, né. (...) tudo o que nós pedia, prá eles irem no governo, né, fazer alguma coisa por nós". (herdeiro)

Em 1975 a ampliação na perspectiva de atuação dos desapropriados/herdeiros, ficou clara pela elaboração de um relatório, resultado de uma reunião ocorrida entre os mesmos, identificado como Relatório Discriminativo das Ocorrências com a Desapropriação de Imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, Localizado nos Municípios de Três Barras e Papanduva, Estado de Santa Catarina. Ele se constitui no mais importante documento escrito a respeito do processo de desapropriação (pelo menos que tive acesso). São quatro (4) páginas datilografadas nas quais foram discriminados alguns acontecimentos ocorridos durante o processo de desapropriação, apresentando a insatisfação dos desapropriados/herdeiros diante da situação, os quais sugeriram algumas propostas para uma possível solução da questão. O objetivo da elaboração deste relatório era de que o mesmo, ao ser enviado à várias autoridades constituídas, servisse de subsídio para que tomassem conhecimento do processo sofrido pelos desapropriados/herdeiros a partir da ótica destes. Embora utilizando um discurso ameno e respeitoso em relação às instituições (militares e políticas), o relatório apontava várias denúncias graves a respeito: do arbítrio empregado durante a desapropriação, das irregularidades do processo de reavaliação e indenização, da exploração de-

predatória da erva-mate e madeira, da destruição (pelo fogo provocado pela ação dos militares) das benfeitorias que permaneceram após a saída da área, do arrendamento das terras para terceiros, o desleixo dos militares em relação à conservação e proteção das terras, benfeitorias e riquezas que a elas foi destinada.

As reivindicações não eram feitas sob forma de exigência, mas de sugestões ou pretensões dos desapropriados/herdeiros. É significativo o aparecimento de dois anseios: um, revogação do Decreto-lei nº 40.570/56; outro, devolução das terras sem contestação das perdas relativas à destruição dos bens e do lucro cessante.⁴

A dificuldade de estabelecer uma reivindicação pode ser compreendida pelo fato de que, nesta época, as ações expressavam claramente uma cultura política com características autoritárias. A citação seguinte é significativa para exemplificar esta consideração. Os desapropriados/herdeiros não reivindicavam, nem exigiam direitos, mas pediam de forma submissa ao Estado a outorga de uma solução para a situação.

"Os desapropriados em geral, ou herdeiros dos diversos que já são falecidos estão de pleno acordo e levantam as mãos em agradecimento ao governo federal se revogasse o decreto nº 40.570 de 18 de dezembro de 1956 e restituísse a posse das terras aos legítimos donos, ou então não negando o mérito de que o glorioso exército da pátria no sentido de precisarem ocupar esta área permanente que seja alterado e emendado o referido decreto (...) mesmo assim (com a destruição das benfeitorias e riquezas) os desapropriados pretendem e anseiam receber de volta as terras, sem indenização por parte do governo por aquilo que já desapareceu e depre-

⁴ Lucro cessante significa o potencial de riqueza que poderia ser gerado durante todos os anos que as terras estiveram nas "mãos" dos militares, que deixou de ser acumulado pelos desapropriados.

ciou durante 12 anos..."

O relatório foi seguido por várias assinaturas de desapropriados e herdeiros.⁵

Daí em diante até o final da década de 1970, as ações dirigidas às instituições jurídicas, políticas e militares sob a forma de envio de documentos, relatórios e/ou audiências, se intensificaram, configurando-se como caráter predominante da atuação dos desapropriados/herdeiros. Havia a percepção de que, no governo e junto aos políticos, teriam um espaço aberto por onde poderiam relatar a questão, assim como buscar auxílio para uma possível solução.

A partir de 1978, essas ações passaram a ser mediatizadas por uma forma organizativa. Foi quando os desapropriados/herdeiros formaram uma entidade de caráter jurídico-civil: a Sociedade Núcleo Rural Papuá (SNRP).

A sugestão para a formação desta Sociedade foi dada por um advogado vindo do Estado de São Paulo, mas com ligações pessoais com autoridades do escalão federal em Brasília. Portanto, não fez parte de um processo progressivo de atuação dos próprios desapropriados/herdeiros.

Apesar do descrédito em relação ao poder judiciário (principalmente na atuação de advogados), os desapropriados/herdeiros perceberam neste advogado alguns caracteres peculiares, segundo eles, interessantes para a situação: era um militar reformado, tinha relações de amizade com o Presidente da República,

⁵ Na cópia do relatório que tive acesso constam 33 assinaturas, porém, foram acrescentadas em outras páginas não reproduzidas.

era amigo do Chefe do Casa civil, proximidade física com o centro político do país.

Esta percepção da situação também revela características próprias de uma cultura política autoritária. A relação entre os desapropriados/herdeiros com o Estado não era mediada pela cidadania, mas por elementos parternalísticos.

"Essa associação foi criada por um advogado que nós contratamos em Brasília. Na época era um primo do Ministro do Exército, tinha bastante conhecimento do Figueiredo, então ele achou que ia conseguir alguma coisa, então nós contratamos ele. E ele com a amizade que ele tinha com o presidente da república, pra ver se ele iria resolver o problema. Então nós achamos que ia encaixar as coisas". (herdeiro)

Os desapropriados/herdeiros viam nesta proximidades físicas com indivíduos, que representavam as maiores autoridades políticas do país, a possibilidade de contato direto com tais autoridades e conseqüentemente da solução para o problema.

A idéia aceita e concretizada seria de criar uma entidade com reconhecimento jurídico, composta por uma diretoria e um departamento jurídico. Todos os desapropriados/herdeiros interessados passariam uma procuração para tal entidade e esta, através de seu departamento jurídico, encaminharia as reivindicações dos mesmos pelos canais legais disponíveis.

Os desapropriados/herdeiros viram nesta entidade outro aspecto positivo: a unificação dos processos judiciais. Ao invés de cada interessado ter seu advogado procurador, o que representava alguns inconvenientes, todos os interessados teriam um único procurador, o advogado da sociedade.

Todos os desapropriados/herdeiros poderiam fazer parte da Sociedade como sócios, para tanto se comprometiam em pagar 20%

do valor da propriedade, 10% para o pagamento de honorários ao advogado e 10% à sociedade para pagamento das despesas gerais.

O advogado se comprometeu em resolver a questão em seis (6) meses, porém, não conseguindo, ele requereu uma nova procuração para mais seis (6) meses.

Com a formação da SNRP e a atuação do advogado modificou-se a perspectiva das reivindicações que antes não estavam claramente definidas. Não se reivindicaria mais a indenização das terras desapropriadas. O advogado convenceu os desapropriados/herdeiros de que a única solução possível seria a devolução da área desapropriada e a transferência do Campo para outra área. Esta proposta, de alguma maneira, também deu maior legitimidade à atuação do advogado: "o homem parecia de confiança". A justificativa dada pelo advogado baseava-se no conhecimento de outros casos de grandes desapropriações ocorridas no país, nos quais o processo indenizatório foi muito conturbado e sempre desfavorável aos desapropriados. ←

"Uma das perguntas que eu fiz: 'Por que você está trabalhando em cima da devolução que é um negócio mais difícil pra mim?' Então ele disse: 'Bem, existe uma coisa muito certa, o governo de hoje ele pega mais não paga, todas as questões grandes que existe hoje o governo tá perdendo mais não tá pagando (...) então por isso eu tô trabalhando em cima da devolução das terras'". (desapropriado)

Os associados não tinham nenhum mecanismo de controle ou conhecimento da atuação do advogado fora da região. O andamen-

6 Possivelmente, as grandes desapropriações ocorridas no país seria uma referência do advogado a situações como as de Itaipu e outros processos de desapropriação para construção de hidrelétricas realizada pelo governo militar.

to do processo era apresentado pelo próprio, quando, esporadicamente, vinha à Papanduva/SC. Com o passar do tempo, os próprios associados perderam a esperança na atuação do advogado que acabou falecendo em 1979-80. De forma que a atuação dele não representou nenhum avanço concreto quanto à solução do problema. A razão apresentada foi a de que as constantes mudanças ministeriais impediam uma continuidade do trabalho.

Com a saída do advogado de cena, os desapropriados/herdeiros que dirigiam a Sociedade assumiram o posto de liderança dos associados e começaram a manter contatos diretamente, em nome da SNRP, com autoridades federais. Daí em diante a ação dos desapropriados/herdeiros foi encarnada pela direção da Sociedade e, particularmente, pela presidência, numa atuação de caráter fortemente personalizada.

"Depois quem lutou com isso bastante foi o J.S., né, o J.S. é que lutava com esse negócio, né". (desapropriado)

"Aí depois que o J.S. começou fazer movimentação". (herdeira)

A SNRP se caracterizou como uma associação no sentido weberiano do termo, ou seja, a ação dos seus membros é definida por um quadro administrativo, o qual em plenos poderes executa suas ações como autoridade.⁷ A participação dos associados se restringia à participação das reuniões para tomar conhecimento do

⁷ Para Weber o termo "associação está reservado a uma relação social que é fechada para estranhos ou restringe sua admissão por regulamentos, e cuja autoridade é imposta pelas ações de indivíduos especificamente encarregados desta função, como por exemplo, um dirigente (...). A ação da associação consiste na condução do quadro administrativo, que em virtude de sua autoridade orienta-se para a execução dos termos de sua autoridade, e na ação dos membros da associação, dirigida pelo quadro administrativo". In: WEBER, Max. Conceitos Básicos de Sociologia, 1987, p. 93.

que foi realizado e discutir sugestões sobre possíveis ações a serem tomadas. Ou discutir questões internas da sociedade, como por exemplo, a mudança de diretoria. Isto nunca ocorreu, pois sua direção se legitimava diante dos seus associados, por ser considerada a única com condições materiais de atuar junto às autoridades federais. Por ser considerado como o proprietário "*mais forte*", "*mais instruído*", "*com mais condições*", "*tinha dinheiro*", os demais não se reconheciam aptos para assumir a direção da Sociedade.

As ações mais significativas foram as audiências. Ou seja, contatos diretos através de encontros com autoridades constituídas: militares, executivos e legislativos. Essa possibilidade real de contato direto com pessoas que teriam poder decisório a nível político no país, isto é, condições de, por vontade política, modificar leis para beneficiar grupos sociais, fazia com que os desapropriados/ herdeiros esperassem passivamente a decisão de cima. Não era compreensível para eles que autoridades "*responsáveis pelos destinos da nação*" não se sensibilizassem com a injustiça sofrida por esse grupo de agricultores.

As autoridades mais expressivas com as quais foi possível o contato foram: Jorge Konder Bornhausen (Governador do Estado de Santa Catarina), General Golbery do Couto e Silva (Chefe do Gabinete Civil nos governos Geisel e Figueiredo até 1980) e General Walter Pires (Ministro do Exército).

Como essa estratégia de audiências e contatos diretos com as autoridades não trouxeram para os desapropriados/herdeiros nenhum resultado concreto, no sentido de solução da questão das terras, começou a surgir um sentimento de descrédito em relação a forma de atuação da SNRP e até de crítica ao trabalho desenvolvi-

do pela sua direção.

"Dai ficou naquela lenga-lenga, ficava naquela passividade, dai ficou com aqueles politicos, não resolvia nada. E só do lado do governo, sabe. Aquilo que dava uma raiva na gente (...) Toda vida do lado do governo, parece um cordeirinho, assim. Ninguém reclamava, pois o pessoal achava que o coitado tava fazendo uma grande coisa". (herdeiro)

Em setembro de 1980, concluindo-se o prazo previsto no estatuto, do mandato da primeira gestão da SNRP, foi convocada uma assembléia ordinária com o objetivo de eleição da nova diretoria. Após a exposição sobre a atuação, a direção encaminhou a votação e a assembléia aprovou a permanência da mesma direção para a Sociedade.

"Com as informações que foram dadas na assembléia de como tava andando o trabalho da sociedade, foi exposto tudo na assembléia de como tava o andamento do que foi feito e do quanto a assembléia achou melhor que ficasse a mesma diretoria". (herdeiro)
"Ponha outra e depois começar tudo de novo". (desapropriado)

Por outro lado, no final da assembléia, o descontentamento com a eficiência das formas de atuação da direção da Sociedade, aliado a certos fatos conjunturais, levam a assembléia a modificar a estratégia de atuação contrariando a posição da direção. Foi decidido em assembléia, a partir da proposta dos próprios associados, de que a próxima ação dos desapropriados seria a de ocupação da área desapropriada.

Esta decisão de ocupação do CIMH pode ser atribuída a três fatores que interagiram neste sentido:

a) Mudança na concepção política dos desapropriados/herdeiros. Apesar de manifestar-se de maneira contraditória, não pode-se negar que havia uma generalizada percepção de que a "es-

perança nas decisões vindas de cima não viabilizaria uma solução quanto à questão de desapropriação/indenização, isto é, havia um generalizado descrédito nas atuações somente dirigidas às autoridades constituídas, pedindo que elas dessem a solução.

"O pessoal tava numa agonia, que ninguém mais acreditava, o processo tava andando, sei lá onde (...) diziam que não adiantava mais, era tempo perdido, ficá esperando mais tempo". (herdeiro)

"O pessoal já tava cansado de viajar, de tanto diálogo, de tanta negociação, né". (desapropriado)

b) os desapropriados/herdeiros legitimavam o direito dos militares ocuparem as terras para o adiestramento e treinamento de suas tropas. Neste sentido, o Campo de Instrução era visto como necessário: o que configurava uma certa percepção de que suas terras foram injustamente desapropriadas, mas afinal estariam em boas mãos, pois o exército era tido como o "zelo, o mantenedor da lei e da ordem".

No início da década de 1970, o exército passou a usar as terras para finalidades diferentes das propostas. Passaram a utilizá-las como meio de produção. Inicialmente, a exploração era realizada pelos próprios desapropriados/herdeiros. Mas no final da década o exército abriu concorrência pública para as empresas ervateiras da região que estavam dispostas a explorarem a ervamate da área do Campo. Ou seja, o exército abriu o espaço para terceiros explorarem uma riqueza que não lhes pertencia, pois a área estava em litígio judicial. Além desta estrapolação quanto ao uso da área e da concessão a terceiros, o que mais indignou os desapropriados/herdeiros foi a maneira como era realizada a exploração da ervamate. A colheita da ervamate exige uma técnica especial, que permite a brotação e possibilidade de uma nova produção na mesma árvore. Esse cuidado técnico não estava sendo ob-

servado, o que tornaria as árvores improdutivas e poderia inclusive provocar sua extinção.

O resultado das concorrências também demonstrou a cumplicidade dos militares com as companhias ervateiras que se habitavam para exploração.

Tudo isso representou uma ruptura no imaginário e provocou uma revolta dos desapropriados/herdeiros. O exército não estava prestando um zelo esperado diante da área que lhe foi confiada, e se mostrava como senhor absoluto das terras. O que não era aceito.

"Os agricultores só decidiram, contudo consumir a invasão à área depois de descobrirem que o exército estava permitindo que particulares extraíssem toda a produção de erva-mate da área, uma produção avaliada em 1.500 toneladas". (OESP, 16/09/80)

"Recentemente, a seção do patrimônio da 5ª Região Militar abriu duas concorrências públicas para a extração de erva-mate (...) Os preços de mercado as 1.500 toneladas que deverão ser colhidas receberiam 6 milhões de cruzeiros. Nos termos da proposta vencedora, o exército receberá quase dez vezes menos". (Veja, 24/04/80)

c) Ao lado destes dois fatores, temos um fato que foi o estopim para que se tomasse a decisão na assembléia de ocupação da área desapropriada. Esse fato permitiu aos desapropriados/herdeiros tomarem consciência de que as terras, legalmente, ainda lhes pertenciam. Pois, apesar de pagarem os encargos fiscais todos os anos subsequentes à desapropriação, não imaginavam que o processo comportasse falhas jurídicas tão significativas que pudessem tornar impossível a transferência das terras em definitivo para a União.

O fato foi o seguinte: um desapropriado, devido à idade avançada, resolveu realizar o inventariamento de suas propriedades para posterior distribuição de seus bens aos respecti-

vos filhos herdeiros. No cartório de registro de imóveis, tomou conhecimento que as terras desapropriadas ainda estavam legalmente registradas em seu nome. O que permitiu a transferência de suas terras para seus descendentes sem nenhum empecilho.

A apresentação do fato e da respectiva documentação durante a assembléia despertou a percepção de que os desapropriados/herdeiros ainda possuíam a posse escritural. A prova de que isto era verdade se concretizava na possibilidade de alienação das mesmas sem possibilidade de contestação legal por parte dos militares.

"O velho dele fez o inventário, né. Escritura de compra e venda, registrou, já o terreno estava tudo em nome dos filhos. E quando o J. apresentou aquela documentação que receberam do pai deles, que a assembléia tomou conhecimento que nada impedia no cartório (...) então chegou-se a conclusão naquela assembléia de que nada impedia que nós fosse proprietário. Ali surgiu a idéia de entrar (...) o terreno é nosso".(desapropriado)

Os desapropriados/herdeiros não perceberam este fato como possível contradição entre a posse de fato e a posse cartorial (legal). Ou seja, entre o estabelecido na lei e o estabelecido pela força ou legitimidade. Para eles a posse cartorial implicava necessariamente na posse de fato, no direito de decisão sobre a utilização da propriedade, o direito de ir e vir sobre ela. Isto foi significativo para a decisão de ocupação das terras.

Essa decisão de ocupação do CIMH em 1980 teve um caráter preponderantemente reativo, e, portanto, ingênuo. Não ocorreu equanto um movimento mais organizado, com uma maior elaboração de estratégias e táticas desenvolvidas a partir de uma reflexão mais coerente com a situação. Posteriormente, os próprios ocupantes

avaliaram criticamente a forma de ocupação: falta de preparação prévia, falta de organização, falta de mediadores.

"Mas, foi uma pena que nós entremos muito desorganizado na época. Não deu tempo pro pessoal se organizar, né. Então o pessoal entrou assim meio na louca, algum prá vê o que acontecia". (herdeiro)

Se, por um lado, a assembleia da SNRP havia decidido pela ocupação do CIMH, de outro, a sua direção colocou-se contrária. Não por considerar a ingenuidade da proposta, mas sob a alegação de que a ação não se caracterizava como uma ação legal e pacífica. É provável que esta decisão da assembleia era vista como perda do controle sobre as ações dos associados.⁹

Os desapropriados/herdeiros ocuparam o CIMH no dia seguinte (15 de setembro).

Diante desta situação, a direção se comprometeu em formar uma comissão externa, e que não participaria da ocupação, mas atuaria junto às autoridades no sentido de buscar apoio para a questão. Essa comissão, formada por três integrantes da direção da Sociedade, foi até Florianópolis/SC, onde conseguiram manter audiência com o Governador do Estado e com o Secretário do Trabalho e Integração Política. Enquanto o primeiro manteve o contato telefônico com o Chefe da Casa Civil da Presidência da República (Golbery do Couto e Silva), o segundo encaminhou uma audiência da comissão com o Comandante da 5ª Região Militar, de Curitiba/PR.⁷

⁷ Além do controle interno sobre os associados estavam em jogo interesses maiores. Há indícios de que, pela posição de cabo eleitoral de importantes políticos a presidência tinha interesses políticos, no sentido de manutenção do controle político na região.

⁹ Ver: Jornal de Santa Catarina, de 16/09/1980, p. 15.

A audiência ocorreu no dia 17 de setembro de 1980, pela manhã. No mesmo dia os ocupantes do CIMH foram desalojados das terras. Na audiência, a comissão reivindicou a "segurança dos ocupantes e o não uso de violência por parte dos militares". Porém, a posição dos militares demonstrou intransigência, optando pelo desalojamento dos ocupantes.

"Aí o J. tomou a palavra e falou - olha está acontecendo isso, o pessoal invadiu lá, a gente queria segurança. O comandante: - mais porque se nós somos a segurança (...) eu acabei de telefonar para Rio Negro e mandei uma tropa de choque tirar vocês de lá. Eu disse: - estamos temendo alguma coisa, que vocês vão lá, sei lá, vocês são a força, o poder. O comandante: - é exatamente o que vamos fazer, se vocês não chegar lá a tempo, vocês vão encontrar todo o pessoal massacrado". (herdeiro, membro da comissão)

Enquanto a comissão foi à Florianópolis/SC e a Curitiba/PR, os desapropriados/herdeiros que haviam participado da assembléia ocuparam o CIMH. Após a assembléia voltaram para suas casa, onde foram providenciar os mantimentos necessários para seu sustento durante a ocupação (alimentação, vestuário, proteção). Também buscaram persuadir os conhecidos para irem junto na ocupação.

A ocupação começou no domingo pela manhã (dia 15/09) com um grupo pequeno de pessoas (estimava-se entre 25 a 40). Como muitos moravam longe de Papanduva, não foi possível regressarem até suas casa e retornarem à Papanduva durante a noite. Com o passar do tempo, o número de ocupantes aumentou, mesmo com o fechamento de acesso à área pelos militares. Os ocupantes passaram a desviar sua entrada por rotas alternativas, conseguindo burlar a vigilância do exército. No terceiro dia de ocupação, havia se concentrado um significativo grupo de desapropriados/herdeiros no

local. Não há dados precisos, as informações dadas por jornais na época e conseguidas através das entrevistas variam significativamente (150 pessoas nos jornais e revistas e, mais ou menos, 500 pessoas segundo os desapropriados/herdeiros que ocuparam a área)

. 10

Além dos mantimentos necessários para a subsistência, os ocupantes levaram instrumentos de trabalho, como foices, enxadas e até trator. A possibilidade de uso da terra, de trabalhá-la, tinha um forte significado para eles. Era uma forma de demonstrar aos militares de que estavam agindo de acordo com o que a lei lhes permitia, pois a terra legalmente lhes pertencia.

"Levamo enxada, trator, foice. A turma tava trabalhando. No dia que o exército chegou lá os rapazes já tinham roçado um monte de terreno lá com o trator. Tinha maquinário, nós tava começando a plantar o quintal".(herdeiro)

Os ocupantes também se preocupavam em enfatizar o caráter pacífico da ocupação, representado pelo não porte de armas, só de instrumentos de trabalho. Num confronto possível, a escritura de propriedade substituiria as armas. Além das escrituras, símbolo que representava a legitimidade da ocupação, outros revelavam o caráter *patriótico* e pacífico da ocupação: o hasteamento das bandeiras do Estado e do Brasil, a colocação de faixas e cartazes com inscrições "*não atire no seu irmão injustiçado, o Presidente Figueiredo apóia o pequeno agricultor*".¹⁰

No segundo dia de ocupação, os militares, através do diretor e soldados do quartel sediado em Três Barras/SC iniciaram suas investidas para persuadir os ocupantes a deixarem a área.

¹⁰ A descrição destes atos está contida em reportagem do Jornal O Estado de São Paulo de 16/09/1980.

Iniciou-se o confronto entre a posição dos militares e a dos desapropriados/herdeiros frente à posse da terra. De um lado, os militares declarando que o processo indenizatório já havia encerrado, sendo que a maioria dos desapropriados tinham recebido a indenização devida e, portanto, as terras já pertenceriam definitivamente à União. E o exército, como responsável pela área, caberia a tarefa de impedir qualquer agressão a ela. De outro lado, os ocupantes, recusando-se a aceitar a ordem do exército, demonstrando que, segundo os documentos legais, as terras ainda lhes pertenciam, o que lhes asseguraria o direito de permanecer na área até uma solução para o conflito.

Diante da incompatibilidade das duas posições, o Coronel, diretor do CIMH ameaçou os ocupantes com a utilização da coerção física, se fosse necessário, para retirá-los. Os ocupantes, por sua vez, desafiaram o exército a sobrepor-se à lei (o que era inconcebível para ambas as partes). Ou seja, o confronto entre a lei (documento) e a força.

A firmeza da posição tomada pelos ocupantes de não abandonarem o Campo, o fracasso da atuação da comissão externa em persuadir o comando da 53ª Região Militar (53ª RM) e a posição intransigente do exército de garantir o uso da área, criou uma situação de impasse. O impasse, porém, é superado no terceiro dia da ocupação, quando o exército assegura a observação de seu ponto de vista em detrimento dos desapropriados/herdeiros, utilizando a força coercitiva.

A 53ª RM encarregou o Regimento dos Carros de Combate de Rio Negro/PR¹¹ para, com um batalhão de choque (aproximadamente

¹¹ Rio Negro/PR é um município situado ao lado do município de Mafra/SC e encontra-se distante 50 km de Papanduva/SC.

100 soldados) fazer cumprir a ordem de despejo dos ocupantes do CIMH.

Com a chegada do batalhão de choque, o confronto entre os desapropriados/herdeiros (baseados na escritura) e os militares (baseados no aparato repressivo) tornou-se visível aos ocupantes, que perceberam a contradição entre seu imaginário e a realidade.

O batalhão de choque ainda tentou persuadir os ocupantes de que a retirada da área de forma pacífica seria a melhor solução. Porém, com a persistência destes em resistir, os militares passaram a agredí-los e, sob alegação de reconhecer uma liderança do grupo, prenderam um desapropriado.¹²

O desapropriado preso foi encaminhado ao quartel de Três Barras/SC, onde foi interrogado e posteriormente posto em liberdade. Desta conversa entre o coronel do exército e o desapropriado é importante ressaltar as diferenças existentes entre a leitura do processo de desapropriação feita por ambas as partes, assim como a base legal sobre a qual baseiam seus argumentos.

Além das interrogações tradicionais, próprias da comunidade de informações (quem deu a idéia? Que é a liderança? Quem fazia parte da comissão? Como funcionava?), houve uma discussão sobre as provas legais para justificação da ocupação. De um lado, o coronel demonstrando que a posse legal da propriedade pertencia à União, pois a existência do decreto de desapropriação de 1956

¹² A verdade é que o desapropriado preso não estava nem acampado, pois como fazia parte da diretoria da snrp, conforme o combinado não entraria no Campo. Mas, como morava próximo ao local da ocupação se encarregou de levar alimentação periodicamente aos ocupantes.

se sobreporia aos documentos individuais e também a qualquer decisão judicial sobre o caso baseado neste documentos. Para o desapropriado eram os documentos, existentes no cartório de registro de imóveis, e o pagamento dos encargos fiscais que serviam com prova superior ao decreto de desapropriação.

O diálogo ocorreu mais ou menos nestes termos:

"- Coronel qual o documento que o senhor tem provando que o imóvel é de vocês?

O coronel apresentou o decreto de desapropriação.

- Olha aqui, foi consumado, assunto encerrado, acabado.

- Coronel, este documento não me satisfaz (...) eu tenho um documento maior aqui (...) olha o documento é esse aqui.

Apresentei a certidão de registro de imóveis e o talão de pagamento do INCRA.

- Ah, mais isso não vale nada.

- Então o senhor está dizendo que o governo roubou". (desapropriado que foi preso em 1980)

Enquanto, no quartel as diferenças se explicitavam, no local da ocupação elas tornaram-se conflito quando os militares se propuseram a utilizar a força. Aqueles que não haviam saído após a chegada do batalhão de choque, das ameaças de prisão, foram encurralados no interior de uma casa existente, agredidos fisicamente. De maneira que não restou outra alternativa aos ocupantes do que a rendição. Assim, recolheram seus pertences e abandonaram a área, com manifestações verbais de protesto.

A ação dos militares foi considerada pelos ocupantes como uma verdadeira operação de guerra: pelo número de militares, seu aprato bélico, ameaças, agressões, pressão psicológica e até a presença de uma ambulância trazida pelo exército.

"Veio um batalhão, todo armado de fuzil e metralhadora, se armaram igual a uma guerra, assim, sabe. É uma coisa que até hoje não me esqueço". (herdeira)

Este confronto entre a lei e o poder coercitivo permitiu que, pela primeira vez, os desapropriados/herdeiros, enquanto grupo, percebessem os militares enquanto seus *inimigos* primeiros. A corporação militar que não respeitava a legalidade e não respeitava a propriedade que não lhes pertencia, tirando proveito dela através da exploração de suas riquezas. Isto é relevante, porque moveu os desapropriados/herdeiros a um processo de desmistificação em relação aos militares. A percepção de que a realidade era diferente da aparência, a ação distinta do discurso.

Os militares, por sua vez, também perceberam a potencialidade negativa de sua ação e rapidamente se colocaram na ofensiva. No dia seguinte ao da expulsão, a 5ª RM divulgou uma nota à imprensa explicitando a posição do exército em relação ao CIMH e aos fatos ocorridos durante a ocupação. Primeiramente condenou a ação dos ocupantes, caracterizando-a de invasão, portanto, indevida, ilegal e conseqüentemente inaceitável para o exército. Em seguida, com colocações mais conciliadoras, a 5ª RM reconheceu um dos argumentos utilizados pelos desapropriados/herdeiros: o de que, pelas suas características de fertilidade, as terras utilizadas pelo CIMH seriam mais úteis (ao país) se utilizadas como meio de produção, enquanto os militares poderiam utilizar outras terras menos produtivas. Estas declarações colocavam a possibilidade do exército deixar as terras.

A situação de inferioridade dos desapropriados/herdeiros em relação a força dos militares, e, as declarações destes de caráter conciliatório após a ocupação, são elementos importantes para a compreensão da desmobilização dos desapropriados/herdeiros. Após a expulsão do CIMH não houve articulação de outras formas de ações coletivas.

A desmobilização foi acompanhada por uma nova legitimidade das antigas práticas ligadas à direção da SNRP, que reiniciou sua atuação junto às autoridades, com um novo espaço na 5ª RM.

Desta atuação surgiu em 1981 uma nova proposta por parte do exército, cujo caráter cooptativo não pode ser ignorado. O exército, através do Chefe de Patrimônio da 5ª RM (Cel. José de Costa Ortiga), propôs um contrato de arrendamento individual para os desapropriados interessados, com a mediação da SNRP. Seria uma extensão a todos os interessados dos arrendamentos anteriormente ocorridos.

Em assembléia da SNRP, a proposta foi apresentada pelo seu presidente e aceita por unanimidade pelos presentes. Porém, colocaram restrições, pois a proposta não estava esclarecida o suficiente: não continha elementos que indicassem como se efetuariá concretamente.¹³

A aceitação da proposta por unanimidade foi divulgada pela imprensa que, na época, esteve presente na reunião. Nas entrevistas realizadas, a proposta não foi lembrada. Possivelmente, por representar uma contradição com o discurso dos desapropriados/herdeiros que é o da condenação enérgica dessa prática já realizada anteriormente. No entanto, essa aceitação poderia também ter um caráter estratégico, se configurando numa forma de retomada da terra através da ocupação e de seu uso. É o que sugere a colocação (única obtida sobre a questão) seguinte:

"O pessoal ficou todo animado de voltar para a á-

13 As informações sobre esta assembléia da SNRP foram retiradas das reportagens de: Jornal A Notícia de 29/07/81 e Jornal Barriga Verde de 02/08/81.

rea e começar a plantar. Pensava: bem, se nós entrar lá e começar a plantar e fizer uma casinha, eles não vão tirar mais nós de lá". (herdeiro)

O exército, percebendo que a proposta fora aceita, procurou voltar atrás. Ao invés da preocupação em concretizar a proposta feita, reforçou o controle sobre o CIMH. Não permitiu mais a entrada de qualquer desapropriado/ herdeiro, nem a prática do arrendamento.

Embora desmobilizados, a direção da SNRP continuou com frequente diálogo com os militares. Isto é o que demonstra um ofício enviado ao Ministério do Exército (MEx) em 1982.

"Sempre houve diálogo entre os desapropriados e o Ministério do Exército através da 5ª Região Militar de Curitiba". (Ofício 10/08/ 82).

Em 1983, ocorreu o último fato significativo anterior à mobilização de 1985.

O exército que, a partir de 1980 com a ocupação do CIMH, passou a manifestar interesse em solucionar a questão, se contradiz novamente. Apresentou uma solução não coerente com seu discurso, nem fruto do frequente diálogo ocorrido entre a SNRP e a 5ª RM.

A União, através da Portaria da secretaria Geral do Ministério da Fazenda nº 475 de 17 de novembro de 1983, procurou transferir por mecanismo legal as propriedades que estavam em litígio para si. Ou seja, transferir a propriedade que em cartório permanecia em nome dos respectivos desapropriados/herdeiros ou compradores para a União.

Diante desta tentativa, a SNRP acionou novamente seu departamento jurídico, contratando um novo advogado. Este, juntamente com o Oficial do Registro de Imóveis de Canoinhas/SC, con-

seguiu obstaculizar os efeitos possíveis representados pela portaria ministerial. Desta forma, as terras continuaram a pertencer legalmente aos desapropriados segundo o cartório.

Dentre as atividades realizadas pela direção da SNRP, esta foi a mais importante em benefício do conjunto dos desapropriados/herdeiros: manteve a propriedade escritural da terra, sustentação básica da argumentação deles.

Por seu lado, os militares também perceberam a importância representada pelo impedimento da transcrição. E, em 1984 convocaram três integrantes da direção da SNRP a prestarem explicações à justiça militar, indiciados de acordo com ela sob um Inquérito Policial Militar (IPM). A sustentação para tal enquadramento foi declarada como *"invasão dos indiciados em propriedades militares sem sua permissão"* causado por problemas de delimitação do CIMH.¹⁴

É possível que a real motivação para o enquadramento na justiça militar era a de reprimir uma possível ação dos desapropriados, visto sua vitória em relação à transcrição das propriedades. A atuação da direção da SNRP passou a ser considerada pelos militares como *"não grata"*. A convocação dos interrogados à justiça militar baseou-se inicialmente na problemática dos limites e a invasão ocorridas, segundo os militares. Porém, em sua conclusão a convocação identifica a ação deles como direcionada para a retomada das terras desapropriadas.

"Nas ações acima descritas os denunciados agiam

14 A delimitação da área do CIMH nunca esteve clara. O exército sempre impôs os limites de acordo com sua visão. No caso: os indiciados possuíam terras em áreas limítrofes ao Campo onde desenvolviam atividades agropecuárias. O exército por sua vez, incluía elas no CIMH.

sempre com identidade de propósitos. Eis que constituíram até mesmo uma sociedade civil denominada Núcleo Rural Papuã com o fim específico de resgatar as terras de posse do Ministério do Exército".¹⁵

Se, realmente, o objetivo dos IPMs foi o de desmobilizar a SNRP, ele foi concretizado. Pois a partir do início de 1984 ela deixou de atuar em nome dos desapropriados/herdeiros, embora continuasse a existir formalmente. Até o período da pesquisa (janeiro de 87) os IPMs não haviam sido concluídos.

A guisa de conclusão sobre esta parte, farei algumas considerações a respeito deste processo controverso entre a "espera" e a reivindicação, ocorrido durante a década de 1970 e início da década de 1980.

A "esperança" do início da década de 1970 caracterizada pela passividade dos desapropriados/herdeiros pode ser compreendida a partir do contexto de repressão, arbítrio e autoritarismo do Estado Burocrático-Autoritário, que conduziu ao consenso tácito, cultura do medo e alienação da sociedade. Porém, elementos endógenos, próprios da percepção dos desapropriados/herdeiros são igualmente importantes neste sentido: sua confiança na legalidade, sua concepção da corporação militar como mantenedora da lei e da ordem e sua ignorância de possíveis estratégias alternativas que poderiam ser utilizadas para contestação dos valores indenizatórios.

A esse período de consenso tácito seguiu-se outro onde

¹⁵ Este é um trecho retirado do documento de convocação dos interrogados para que se apresentassem à justiça militar. Apenas tive acesso à leitura da referida convocação. O seu portador não autorizou sua reprodução por medo de possíveis represálias diante da divulgação das informações nela contidas.

as ações ampliaram-se quanto aos espaços de atuação: das instituições jurídicas para instituições mais amplas. Mesmo sendo ações meramente administrativas, legais, de diálogo, os militares procuraram reagir no sentido de não permitirem que os desapropriados/herdeiros efetivassem ações mais drásticas.

Quanto a atuação da SNRP as avaliações dos desapropriados/herdeiros é diferenciada. Se, de um lado, a SNRP não trouxe nenhum avanço significativo para a solução da questão, por outro, ela apresentou alguns pontos positivos: a unificação dos processos judiciais, o levantamento de documentação (principalmente escrituras e talões de cobrança do INCRA), que permitiu dar substrato material às reivindicações, as audiências, relatórios e ofícios às autoridades permitiram a socialização da questão a partir da percepção dos desapropriados/herdeiros (pelo menos um grupo deles); e a atuação da SNRP no sentido de impedir os efeitos da portaria que transferiria as propriedades para a União.

A SNRP deixou alguns inconvenientes para a organização dos desapropriados, pela sua forma de organização e seu caráter de atuação. Ela foi identificada interna (entre os associados) e externamente (autoridades políticas e militares) como uma organização pertencente a um grupo, ou mesmo a um indivíduo. Esse grupo por sua vez identificado como um grupo de empresários e políticos de expressão na região. Esta percepção conduziu a uma identificação do problema da desapropriação/indenização com sendo uma questão individual ou relacionada a *latifundiários, agropecuaristas e políticos* da região.

Este reducionismo não permitiu a constatação de que a questão não se configurava somente como uma afronta legal aos direitos de propriedade, mas se constituía num grave problema so-

cial envolvendo muitas famílias de pequenos proprietários. Isto permitiu que se escondesse uma realidade mais complexa do que a aparente, pois os desapropriados/ herdeiros em sua maioria não haviam conseguido obter estabilidade econômica após a desapropriação. Este reducionismo teve implicações para o processo de reivindicação que iria ocorrer posteriormente.

"O J. é que estava com esse negócio. E o que deu? Deu acabando indo água abaixo. Porque quando nós tivemos indo à Brasília os deputados perguntaram: - mais esse caso aí, vocês tão lutando, isso aí é do J., é do J. aquilo tudo. Nós dissemos: - nós tamo atrás do J." (desapropriado)

Quanto a ocupação do CIMH em 1980 considero importante duas colocações:

Primeiro: uma ação que representou uma ruptura tanto na perspectiva de espera característica na década de 70, quanto na atuação da SNRP. Foi uma ação que representou um passo qualitativo: da passividade à ação. Como também, uma ação que partiu da decisão "das bases", dos associados fora do controle e em oposição à direção da SNRP.

Segundo, sua relação com a conjuntura. No final da década de 70, foi o período da conhecida abertura política a nível de Estado e de efervescência dos movimentos sociais na sociedade civil, tanto na cidade como nos campos. Na Região Sul tivemos significativos movimentos relacionados à questão da terra. Iniciou-se no RG o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Isto poderia levar à conclusão de que a ocupação foi um reflexo, numa situação particular, de toda conjuntura política mais geral e sob o efeito demonstrativo dos outros movimentos. O que é verdadeiro, porém incompleto. É necessário reconhecer a criatividade dos desapropriados/herdeiros de Papanduva, o caráter

espontâneo da decisão tomada por eles.

Apesar de sua importância, a ocupação do CIMH de 1980 se caracterizou pelo seu caráter efêmero e reativo.

P A R T E I V

A AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA

MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA

A perda do direito de posse da terra, de maneira arbitrária e violenta, constitui o elemento substantivo das reivindicações realizadas pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva. Analisei, até agora, os momentos e as formas de luta empreendidas por eles enquanto reação a esta perda de direitos. Procurei caracterizar, apontar impasses, relacionar o processo com a conjuntura política mais geral durante a década de 1970 e início de 1980. Foi neste último período que o processo reivindicativo se tornou mais expressivo com a ocupação do CIMH durante 3 dias. No entanto, com a ação violenta do exército houve a dispersão. Os desapropriados/herdeiros não conseguiram reorientar-se através de novas formas de ação, nem estabelecer uma articulação mais estruturada entre eles.

Considero que somente no ano de 1985 esse processo reivindicativo dos desapropriados/herdeiros pode ser caracterizado como um movimento social. Neste ano, eles passaram a constituir formas de ação coletivas mais organizadas e com a participação de um grupo significativo de sujeitos envolvidos no processo de desapropriação. O próprio desenvolvimento destas formas de ação coletivas permitiu o avanço da organização e da participação.

Este processo de constituição da ação coletiva organizada ocorreu a partir de uma avaliação crítica (endógena) sobre o processo de reivindicação desenvolvido até então e o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como mediadora.

Para análise deste Movimento considero oportuno, primeiramente, a apresentação histórico-cronológica dos acontecimentos e dinâmicas relacionadas com o Movimento.

2. BREVE HISTÓRICO

O objetivo deste breve histórico do Movimento é o de apresentar cronologicamente os fatos e a dinâmica da prática coletiva dos desapropriados/herdeiros desde 1985, quando se organizaram a partir do acampamento, até 1987 (abril) ano do término do acampamento.¹

Considero oportuno contextualizar a ação dos desapropriados/herdeiros a partir de 1985, tomando três fenômenos mais gerais: a "Nova República", a discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina.

a) Em março de 1985 concretizou-se a velha promessa do regime militar de transferência do poder para as mãos de um presidente civil. Após períodos caracterizados como de distensão e abertura política, iniciou-se o processo de transição política para um governo civil. Este processo já tem sido objeto de análise

1 Na apresentação histórica do Movimento irei introduzir algumas questões que serão analisadas com maior profundidade posteriormente. Sendo que, neste breve histórico, algumas discussões importantes serão colocadas de forma superficial, considero oportuno, remeter através de referências para a localização (páginas) da discussão que será realizada posteriormente.

se de vários politicólogos.² Aqui, considero importante ressaltar um dos aspectos deste processo de constituição da "Nova república": o simbólico-afetivo.

De um lado, a "Nova república" foi a efetivação de um processo de transição elitista, pactuado e controlado pelas classes dominantes e militares, que apresentou transformações muito limitadas. Por outro, a expectativa criada sobre a possibilidade de transformação sob a "Nova República" como elemento simbólico foi assaz significativo. Uma expectativa popular, traduzida em apoio massivo ao presidente eleito pelo colégio eleitoral (através de um pacto político conservador). De maneira que a "Nova República" reacendeu um dos arquétipos da tradição política brasileira: a conciliação. Ou seja, um pacto político de elites, catalizador de diferenciadas forças sociais em torno de um projeto definido "por cima" com o objetivo de substituir os militares no poder.

Efetivamente, esse processo avançou no sentido das liberdades individuais e a convocação da constituinte (congressual), ampliou direitos políticos. Foi pouco expressivo, porém, diante das lutas empreendidas pelas classes trabalhadoras a partir de 1978, que culminaram com a campanha das diretas já em 1984. Assim

2 Como referência coloco alguns textos referentes a questão militar e agrária na Nova República. Sobre a questão militar ver: STEFAN, A. Os Militares: Da Abertura à Nova República, 1986; OLIVEIRA, E.R. O Aparelho Militar: Papel Tutelar na Nova República. In: MORAES, J. Quantim de. A Tutela Militar, 1987; AUGUIAR, A.R.de. Os Militares e a Constituinte. O Poder Civil e o Poder Militar na Constituição, 1986. Sobre a questão agrária ver: LEAL, Laurindo (org). Reforma Agrária da Nova República. Contradições e Alternativas, 1985; MARTINS, J. de S. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República", 1986.

a "Nova república" teve mais impacto pelo seu caráter simbólico-afetivo, baseado na esperança e mobilização. "Não vos dispersar" foi o símbolo de implantação do governo civil.

b) A discussão sobre a reforma agrária como proposta reformista contida no projeto político da "Nova República". Com a promessa de mudança na legislação sobre a estrutura agrária houve um incremento do debate social sobre o tema, envolvendo forças políticas e, de maneira mais significativa, os trabalhadores e os que queriam o ser, do campo. De forma que este foi o tema sócio-político mais discutido e polêmico, pois representava a possibilidade de modificação da estrutura agrária e também a possibilidade de incorporação de uma significativa massa de "Sem-Terra" no processo produtivo do campo como proprietários.

Após a elaboração do PNRA em maio de 1985, estas esperanças caíram por terra. A discussão continuou intensa no sentido de contestação e crítica dos trabalhadores ao projeto governamental e, de outro lado, a organização dos latifundiários para garantir a propriedade privada.

c) O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra em Santa Catarina. O ano de 1985 caracterizou-se pela ampliação massiva das ações do MTRST/SC. O primeiro semestre foi um período onde ocorreram várias ocupações de terras no oeste do estado pelos sem-terra. Somente no mês de maio, em torno de duas mil famílias ocuparam cinco mil e quinhentos hectares de terras improdutivas, em vários municípios.³

³ Cf. LISBOA, Tereza K. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense. 1987.

A luta dos sem-terra pela conquista da terra e assentamentos dignos se fez presente tanto no espaço rural como urbano. Foi marcada por uma diversidade de ações (ocupação de terras, acampamentos, passeatas, ocupação de órgãos públicos).

Esses três elementos foram significativos por caracterizarem um conjuntura política permeada pela esperança: tanto a esperança no nível simbólico-afetivo produzido pelas elites, quanto a esperança produzida no conflito e na luta concreta travada pelos trabalhadores.

Neste contexto surgiu a articulação e mobilização dos desapropriados/herdeiros de Papanduva.

Após a conquista obtida em 1983 quando foi impedido que a União conseguisse transferir as terras do CIMH, a questão da terra voltou a ser discutida somente no início de 1985.

No final de 1984, ocorreram incidentes entre militares e desapropriados. Devido à falta de clareza quanto aos limites do CIMH, houve permanentemente desacordo entre a posição dos militares e dos proprietários quanto a algumas linhas limites.

Sob a alegação de invasão de propriedade militar, o exército prendeu empregados de determinado proprietário, os quais estavam lavrando em propriedades próximas do Campo. Terras que, segundo o exército faziam parte do CIMH e que, segundo o proprietário, não estavam citadas no decreto de desapropriação. Além de arbitrariamente prender os empregados, o exército enquadrou o proprietário na justiça militar, convocando-o a responder Inquérito Policial Militar (IPM). (Apresentei outros exemplos na parte III).

Além deste incidente, reiniciou-se entre os desapropriados/herdeiros a percepção de que o exército estaria disposto

a ampliar a área do CIMH, conforme um projeto já existente. Isto implicaria na desapropriação de mais quatro mil hectares,

Diante desta situação, alguns desapropriados/herdeiros se articularam para discussão dos fatos e das posições que poderiam ser tomadas. Para participar desta discussão, convidaram a Comissão Pastoral da Terra, CPT/SC.

Com a participação da CPT realizaram-se algumas reuniões a partir de julho de 1985. Destas reuniões surgiu a proposta de organização de um acampamento.

Na noite dos dias 14/15 de setembro, foi formado o acampamento numa propriedade ao lado do CIMH. Esta propriedade, pertencente a um dos herdeiros, era comumente utilizada pelos militares em períodos de manobras para passagem de veículos e carros de combate. O acampamento foi formado junto a uma estrada municipal que dava acesso ao Campo, porém havia sido interrompida pelos militares.⁴

segundo nota distribuída à imprensa pelos acampados, o objetivo do acampamento era o de pressionar para uma *abertura de negociações* entre governo/exército e desapropriados.

"No momento a disposição é manter o acampamento, até a abertura de negociação, até o governo (particularmente o exército) vir sentar conosco e nos ouvir. Coisa que até hoje, nestes 30 anos, ele não fez (...). (Informativo à Imprensa - 18/09/85).

No segundo dia de acampamento, uma comissão de acampados foi até Florianópolis/SC para marcar audiência com o Governador.

⁴ Quando o Exército ocupou a área em 1963 destruiu a ponte que dava acesso ao CIMH pela estrada municipal. Em períodos de manobras para atravessarem o riacho os militares construíam uma ponte móvel.

dor do Estado.⁵ Este não recebeu a comissão, que se limitou a conversar com o Secretário da Casa Civil.

Com a formação do acampamento, o exército se preocupou em realizar o patrulhamento permanente às margens do riacho que separava o CIMH e o acampamento. Segundo declarações do diretor do Campo, as tropas militares ali estariam, não devido ao acampamento, mas realizando operações de treinamento conforme programa pré-estabelecido. O fato é que a presença intensiva dos militares na área prolongou-se até o término do acampamento em 1986, o que não ocorria anteriormente.

Além desta pressão constante dos militares junto ao acampamento, este, no início apresentou outras dificuldades, ligadas principalmente à sua infra-estrutura. A primeira foi a falta de lonas para construir as barracas e a superlotação. Havia barracas de mais ou menos 60^m com mais de 25 pessoas abrigadas.

Também havia falta de água potável. O riacho que passava ao lado continha água contaminada por agrotóxicos, imprópria para o consumo. Como solução, os acampados passaram a transportar água de uma fonte existente no CIMH através de mangueira. Os militares, ao descobrirem, cortaram a mangueira. Assim os acampados precisavam buscar água em locais distantes.

Falta de comida e infra-estrutura adequada para prepará-la: a quantidade de alimentos trazidos de casa por cada família foi consumida rapidamente e a ajuda externa da igreja e governo não ocorreu de imediato. Para preparação da alimentação,

5 O Governador era Esperidião H. Filho (1983-87) que na campanha eleitoral em 1982 prometeu aos desapropriados/herdeiros uma solução para a questão através da permuta da área.

optaram, inicialmente, pelo panelão comunitário. Reclamações e desentendimentos provocados pela forma de distribuição da alimentação e de sua qualidade levou os acampados a decidirem pela preparação individual (familiar).

Uma semana após o início do acampamento, a comissão dos acampados foi novamente à Florianópolis manter contato com o governador. Desta vez a comissão foi recebida em audiência. Porém, o governador não aceitou a proposta de que o governo estadual mediasse a negociação entre o Movimento e o Governo Federal/exército, nem apoiaria a reivindicação do Movimento de permuta do CIMH e devolução das propriedades aos desapropriados/herdeiros. O Governo Estadual considerava que o Movimento era formado por "latifundiários", que não necessitavam das terras desapropriadas.

Portanto, foi uma visualização errônea do conflito que levou o Governo a se esquivar em auxiliar o Movimento.

No entanto, ele sugeriu aos acampados a formação de uma Comissão Parlamentar Externa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (CPE). O objetivo desta CPE seria o de intermediar as conversações entre os acampados e o Governo Federal.

No dia 29 de setembro foi realizada a primeira assembléia geral. As assembléias realizadas sempre aconteciam nos finais de semana, pois não eram somente para os acampados, mas abertas à participação de todos os desapropriados/herdeiros interessados nas decisões nelas tomadas.

Nesta assembléia esteve presente o diretor do INCRA/SC. Os acampados reivindicaram ao INCRA a suspensão da emissão das guias de recolhimento do Imposto Territorial Rural (ITR), pois elas continuavam sendo expedidas em nome dos desapropriados. Na assembléia também foi realizada uma avaliação das conquistas e

impasses dos primeiros 15 dias do acampamento. Foram considerados como passos significativos: a formação da CPE e a apresentação de uma nova percepção sobre a situação sócio-econômica dos acampados, desmistificando a imagem de que o Movimento era formado por "gente abastada".

No dia 1º de outubro, compareceram ao acampamento três deputados pertencentes à CPE: Francisco Kuster (PMDB), Cláudio Ávila da Silva (PFL) e Dionísio Badim (PDS).⁶ Os acampados reivindicaram à CPE sua intermediação para possibilitar audiências entre os acampados e o Ministro do Exército, assim como com o Presidente da República. Também reivindicaram auxílio para a infra-estrutura do acampamento: lonas, alimentos, roupas, cobertores, assistência médica, análise química da água.

No mesmo dia foi realizada uma manifestação, no próprio acampamento, pela morte de um dos acampados. A celebração da morte de um companheiro serviu como espaço simbólico para reforço das denúncias das injustiças sofridas, da pressão militar e do descaso das autoridades.

Após a visita da CPE, o Governador do Estado se propôs a auxiliar os acampados. Enviou alimentos, auxílio financeiro (Cr\$ 12 milhões) para aquisição de lonas.

⁶ Além destes três deputados a CPE era formada por Geovah Amarante (PMDB) e Otair Becker (PDS).

Com o crescimento quantitativo do acampamento⁷ os militares passaram a intensificar sua presença, dispendo tanques e tropas armadas voltada em direção dos acampados. Embora não tenha ocorrido violência física, muitos acampados sofreram distúrbios nervosos devido às ações efetivadas pelos militares.

Duas semanas após a visita da CPE os acampados foram novamente à Florianópolis cobrar ação dos deputados. Pressionaram para que eles efetivamente abrissem possibilidades de encontro entre acampados e Ministro do Exército, e Presidente da República. Já havia se formado um consenso entre os acampados de que uma solução judicial não era mais adequada a seus interesses. Desejavam uma decisão do Governo Federal no sentido da devolução da área do CIMH.

No dia 20 de outubro ocorreu a primeira concentração popular no acampamento. Nas concentrações populares participavam, além dos acampados e demais desapropriados/herdeiros, pessoas e entidades que apoiavam os acampados e suas reivindicações.

As concentrações tinham um caráter religioso-político. Geralmente se realizava uma celebração religiosa seguida de manifestações como tribuna livre, palavras de ordem, cânticos, hasteamento das bandeiras (ver a partir da pág.205)

na concentração de 20 de outubro participaram representantes de entidades de apoio como Comissões de Defesa dos Direi-

⁷ Não foi possível obter um número mais preciso dos acampados. Segundo levantamento realizado pelos próprios a média de desapropriados/herdeiros que permaneceram nas barracas no período de maior participação foi mais ou menos 200 pessoas. Posteriormente, este número se reduziu. No entanto, é importante considerar que o número de desapropriados/herdeiros envolvidos no Movimento era muito maior (aproximadamente 600).

tos Humanos, Sindicatos, Igreja Católica, Igreja Luterana, Movimento Sem-Terra.⁹ Também participaram representantes de entidades religiosas de outros países latino-americanos, como da Igreja Luterana alemã que possui uma entidade de apoio aos movimentos populares da América Latina. Os representantes alemães chegaram a elaborar um artigo jornalístico sobre o acampamento publicado num jornal alemão.⁷

No final da concentração foi anunciada uma decisão significativa para o Movimento. A partir daquela data foi aberto o acampamento para famílias consideradas sem-terra da região. Esta decisão foi tomada após uma avaliação feita entre a CPT e os acampados sobre a necessidade de aumentar o número de acampados, como forma de aumentar sua dimensão política. (ver a partir da pág. 195).

No dia 22 de outubro ocorreu uma audiência com o Ministro do Exército (Leônidas Pires Gonçalves) em Brasília. Por intermédio da CPE foi marcada esta audiência. Foi ao Ministério uma comissão formada por quatro (4) acampados e um grupo de parlamentares que pertenciam à CPE e à Câmara Federal. Na audiência o Ministro não permitiu a participação dos acampados, somente recebeu os deputados. Os acampados tiveram que permanecer fora da sala. Segundo declaração dos deputados aos acampados, o Ministro do E-

⁸ Entendo por entidades de apoio, os grupos sociais organizados que durante o processo de organização do Movimento apoiaram as reivindicações deste através de manifestações e auxílio para manutenção material.

⁹ Cf. UBERNAUF, Von Inge. Die Landbesetzer Wehren Sich mit Hacken. In: Deuches allgemeines Sonntagsblatt, nr. 15, dez/1985, seite 17.

xército abriu a possibilidade de permuta da área do CIMH por outra. Responsabilizou o Governo do Estado de SC pela apresentação de outra área que fosse adequada para os fins militares.

Para os acampados, suas lutas de pressão e a atuação da CPE renderam ainda em 1985 um dividendo importante. Conseguiram uma audiência com o Presidente da República, em Brasília. Dia 19 de dezembro, o Presidente recebeu em audiência dois (2) representantes do Movimento e uma comissão de deputados. O processo de desapropriação e a situação dos acampados foi explicitada pelos deputados, sendo que os acampados tiveram apenas 2 minutos para falar. O Presidente limitou-se a ouvir. Recebeu um dossiê (com escrituras, guias de pagamento do imposto, outros documentos), elaborado pelos próprios acampados. Ele prometeu providências que seriam tomadas para solução do caso, porém não tomou nenhuma decisão mais concreta diante da reivindicação dos acampados.

A demora do processo, as "idas e vindas" de acampados, a não definição de uma posição mais efetiva para a solução da questão por parte do Governo Federal e exército foram fatores significativos para o desânimo que começou a surgir entre os acampados e o conseqüente enfraquecimento de sua resistência.

O acampamento que durante os três primeiros meses era formado por um contingente mais ou menos regular de 250 pessoas, passou a sofrer um processo de esvaziamento. Nos primeiros meses de 1986 a diminuição do número de acampados foi significativo, permanecendo no acampamento somente 40 pessoas (nº aproximado e variável).

Além dos fatores acima colocados, outros podem ser considerados como causa deste processo: a não realização da expectativa criada no início do acampamento de que a solução seria rápida.

da, a pressão exercida pelos militares, as condições precárias de infra-estrutura do acampamento, a necessidade de retorno dos acampados para suas propriedades para colheita, preparo e plantio das lavouras, necessidade de retorno aos seus empregos, discordância entre a posição da CPT e dos acampados (ver pág. 196), desentendimento entre os próprios acampados com o conseqüente desestímulo à vida comunitária. Foram fatores que estiveram presentes num mesmo momento, agravando as condições de resistência coletiva dos acampados.

A forma encontrada para que o acampamento continuasse a existir e manter sua dimensão política foi a representação. Ou seja, cada família desapropriada, interessada, teria no mínimo um representante no acampamento. Isto garantiria a permanência de aproximadamente 40 pessoas entre desapropriados/ herdeiros e sem-terra. Foi uma forma, também, de compatibilizar a vida cotidiana, as atividades normais com a ação coletiva, pois a expectativa de uma solução rápida se reverteu na percepção de que era necessário um processo longo de pressão e negociação.

No início de 1986, entrou no processo de negociação um novo intermediário entre acampados e exército: foi o INCRA/ SC. Após a audiência com o Presidente da República, este encaminhou a documentação recebida ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o qual, por sua vez, reencaminhou para o INCRA/ SC. O qual tornou-se o órgão governamental responsável para a apresentação de uma área para o exército realizar a permuta. O INCRA/ SC realizou um levantamento da situação dos desapropriados/ herdeiros através da verificação de documentos e encaminhou ao MIRAD e 53 RM uma proposta de permuta da área do CIMH.

Tal permuta implicaria numa transação de terras entre o

INCRA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Exército. Esta proposta de permuta foi inviabilizada pela indisposição tanto do Exército, quanto do IBDF e Governo Federal, que deveria alterar o decreto de desapropriação da Fazenda Parolin (Itaiópolis/SC).

Nos primeiros meses de 1986, houve um processo de agravamento do distanciamento entre a CPT e os acampados. Foi uma nova dificuldade para a organização dos acampados que se juntou às dificuldades internas de organização e ao "embrólio" do processo de negociação. No momento em que os militares aceitaram (no discurso) a permuta, iniciou-se uma discussão no Movimento sobre a ocupação do CIMH. Nestas discussões apresentaram-se posições diferentes entre a CPT e o acampamento (ou melhor, aqueles que possuíam uma posição de liderança). Foi um processo conflitivo tão significativo que teve como consequência o afastamento da CPT do Movimento. Esse fato, por sua vez, gerou discordâncias (ou as aprofundou) entre os próprios acampados. (ver a partir da pág. 195).

No dia 30 de março foi realizada uma segunda concentração popular no acampamento. Participaram, novamente, as entidades de apoio, principalmente a Igreja Católica da Diocese de Caçador/SC. Os dados jornalísticos estimaram a presença de mais de 400 pessoas na concentração. O objetivo da concentração foi o de dar maior motivação à luta dos acampados, protestar contra a demora das decisões a serem tomadas pelas autoridades e denunciar a ação dos militares em relação aos acampados. O aspecto significativo foi o retorno da CPT no seu papel de principal mediador da luta do Movimento.

A presença da CPT estimulou a discussão sobre o proces-

so de negociação e a forma de ação dos acampados. No mesmo dia foi decidido que uma comissão de acampados iria ocupar a sede do INCRA/SC em Florianópolis.

A justificativa para tal decisão foi a de que o INCRA/SC havia sido colocado como responsável para propor ao exército uma área para permuta. Como sua proposta havia sido inviabilizada, os acampados ficaram sem perspectiva de solução, pois o processo esbarrou em um novo impasse.

No dia 01 de abril, um grupo de 17 acampados ocupou a sede regional do INCRA/SC para cobrar uma posição mais clara e objetiva do órgão em relação à sua participação no processo de negociação. Com a ocupação, o INCRA/SC, através de seu diretor, procurou "tirar o corpo fora" do processo afirmando que a solução seria possível somente através da revogação do decreto ou de um processo de indenização extra-judicial. Neste sentido seria infrutífero pressionar o órgão, pois este já havia cumprido com sua parte de apresentar a proposta de área para permuta.

O grupo de acampados aceitou a posição assumida pelo INCRA/SC, porém a CPT, que participou da ocupação, tomou a iniciativa de alertar os acampados de que a responsabilidade do INCRA/SC não havia se encerrado, pois o exército ainda não tinha nenhuma área à disposição para efetuar a permuta. Os acampados passaram assumir a posição da CPT e decidiram permanecer ocupando a sede do órgão.

No mesmo dia, sob a ameaça de expulsão, resolveram desocupar o INCRA, porém, montaram uma barraca em frente ao prédio, numa praça pública. Assim, teve início um novo acampamento, embora outro grupo permanecesse acampado em Papanduva.

Quanto ao processo de negociação, o primeiro resultado

positivo do acampamento em Florianópolis foi a formação de uma equipe de trabalho entre o INCRA/SC, INCRA/PR e 5ª RM para pesquisa técnica de possíveis áreas para efetuação da permuta.

Para assegurar o avanço do processo de negociação, os acampados decidiram não se retirar do acampamento de Florianópolis sem a garantia formal (assinatura de um documento, por ex.) que comprometesse o exército a devolver a área do CIMH.

Em maio o Movimento redigiu um documento, denominado termo de compromisso, segundo o qual o exército assumiria o compromisso formal através da 5ª RM, juntamente com o INCRA/SC, no sentido de identificar a solução concreta de acordo com a reivindicação do Movimento. (ver anexo VI):

Pela assinatura de tal documento, a 5ª RM se comprometeria em liberar a área do CIMH para as famílias dos desapropriados logo após a formação de uma comissão de trabalho. O INCRA/SC se comprometeria em apresentar áreas adequadas ao exército e acompanhar o processo de desapropriação das mesmas. Os desapropriados se comprometeriam em não reivindicar nada além da terra. O termo de compromisso foi a formalização das reivindicações do Movimento em relação aos órgãos governamentais envolvidos na questão, como proposta de "solução rápida e pacífica para o conflito de terras do CIMH".

"O INCRA se compromete a apresentar ao exército áreas de terras em SC e no PR, próprias para o exercício de manobras militares, para onde o exército transferirá seu CIMH (...)

O EXÉRCITO se compromete a permitir a volta das famílias para as terras, imediatamente após a constituição da comissão formada por técnicos da 5ª RM e do INCRA, que analisará as terras a serem negociadas para a transferência do CIMH.

OS DESAPROPRIADOS se comprometem a não reivindicar benfeitorias, perdas, danos ou lucro cessante das propriedades". (Termo de Compromisso, maio/86)

A perspectiva dos acampados era a de que tal documento fosse assinado em reunião previamente marcada, entre a 5ª RM e INCRA em Curitiba/PR, para o dia 09 de maio. Neste sentido houve um acordo entre os acampados e o INCRA/SC para que um representante do Movimento também fosse à reunião e levasse a proposta.

No dia da reunião os militares não aceitaram a presença do representante dos acampados na reunião, demonstrando intransigência em negociar diretamente com eles. O representante se inibiu em apresentar o termo de compromisso, de maneira que não houve a discussão nem assinatura da proposta. Portanto, embora se divulgasse a disposição dos militares quanto à devolução da área, estes não se comprometiam formalmente.

Diante da situação de indefinições, os acampados passaram a esperar o desenrolar do processo. No entanto, começaram a utilizar as declarações do Ministério do Exército quanto a guarda do patrimônio, o devido uso, o zelo em relação ao CIMH para contradizê-lo. Passaram a intensificar junto aos meios de comunicação, órgãos judiciais e mesmo do Governo Federal, denúncias contra irregularidades cometidas pelos militares no CIMH. Denunciaram que ainda no ano de 1986 o exército estava permitindo a extração irregular e predatória de erva-mate e madeira do CIMH, práticas que desenvolveram sistematicamente nos anos anteriores. Estas denúncias sistemáticas foram significativas no sentido de desmoralizar a instituição militar e conseguir maior apoio da opinião pública para as suas reivindicações.

Em junho de 1986, as denúncias foram "referendadas" por autoridades judiciais, através de um documento elaborado pelo

Serviço de Defesa Comunitária de Santa Catarina (DECOM), 10

Segundo o estudo realizado pelo DECOM, as decisões sobre as indenizações haviam sido proferidas judicialmente. Isto significava que os desapropriados não tinham direito legal de reivindicar acréscimo de valor indenizatório. No entanto, a questão apresentava um impasse, pois a União também não poderia transferir a propriedade da área. Assim, para o DECOM a questão criada requereria uma solução extra-judicial que poderiam ser um acordo entre as partes para pagamento de indenização ou a permuta da área. Portanto, legitimava a reivindicação do Movimento de devolução da área aos respectivos proprietários por meio da permuta.

Apesar de alguns avanços e obtenção de apoios significativos, os acampados perceberam que estavam três meses acampados em Florianópolis sem obterem uma posição mais definitiva para a solução. Por detrás da aparente movimentação dos órgãos governamentais e do exército, o processo de solução continuava emperrado.

Pela cobrança contante dos acampados sobre o INCRA/SC, este elaborou um documento colocando à disposição da 5ª RM oito áreas, sendo três no Paraná e cinco em S.Catarina. Porém, a 5ª RM não se prontificou a verificar as áreas para uma posterior opção.

Além desta posição de inércia do exército, o INCRA/SC

10 O DECOM (Serviço Especial de defesa comunitária do Ministério Público do Estado de Santa Catarina) é um órgão de responsável perante o poder judiciário para defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis do social. (Luis Adalberto Vila Real, Promotor do DECOM).

deixou de repassar aos acampados informações mais precisas sobre o processo de solução e escolha da área a ser permutada. Diante disso, os acampados decidiram propor um prazo para obterem alguma solução (15 de julho). Elaboraram telex que foram enviados ao Presidente, MIRAD, MEx, apresentando a situação dos acampados, cobrando os compromissos assumidos anteriormente e ameaçando com uma ação mais drástica.

No dia 15 de julho, em assembléia, o Movimento decidiu por uma nova forma de ação, a ocupação do CIMH: uma ocupação que não envolvesse apenas o Movimento, mas, com a participação das entidades de apoio, realizar uma grande concentração popular no interior do CIMH. Não definiram uma data precisa para a ocupação por questão tática.

Antes da ocupação do Campo, os acampados participaram de mais dois atos públicos. Uma greve de fome nos dias 22-25 de julho promovida pelo Comitê Estadual pela Reforma Agrária e Contra a Violência dos Trabalhadores. No encerramento houve uma concentração popular com a presença de aproximadamente 600 pessoas. Outro ato foi em Curitiba. Uma concentração popular, comemorativa no dia do agricultor. Nesta concentração a CPT/PR, através de seu coordenador estadual, proferiu publicamente denúncias sobre a atuação do exército na questão de Papanduva.

Os acampados com apoio da CPT e da igreja, iniciaram a preparação e articulação dos desapropriados/herdeiros e outras pessoas e entidades para a ocupação do CIMH. Esta decisão dos acampados foi acompanhada por uma intensificação da vigilância do exército sobre o acampamento e uma sistemática ocupação do CIMH com tropas e armas. Em Florianópolis os acampados constataram a presença constante de "observadores", de pessoas desconhecidas

pedindo informações. Por outro lado, os militares procuraram dissuadir o Movimento com declarações drásticas: "se invadirem o CIMH, atiraremos para matar".

Dia 27 de julho foi o dia combinado para a ocupação. Durante a madrugada foi realizada uma assembléia em local próximo ao CIMH. Constatou-se que o exército havia bloqueado as entradas de acesso e ocupado o Campo com grande contingente de soldados armados. Diante disto, decidiram pela não ocupação.

Foi realizada uma caminhada até o portão (acesso principal do CIMH), onde reivindicaram dos militares a abertura do Campo apenas para a celebração de um culto religioso. Com a oposição dos militares a solução foi realizar a celebração fora.

Mais de 300 colonos acompanhados por representantes da CPT, entidades de apoio participaram da caminhada até o CIMH. No portão de acesso havia uma verdadeira operação de guerra, conforme registro da imprensa e dos próprios participantes. Avaliou-se a presença de aproximadamente 200 soldados armados, 12 tanques tipo Urutu, e outras viaturas que portavam canhões e jatos d'água.

Foi realizado a celebração religiosa, coordenada pelo bispo de Caçador/SC e em seguida todos se retiraram de mãos dadas.

Em agosto, o general Paulo Campos Faiva, Chefe do Comando Militar Sul (CMS), sediado em Porto Alegre/RS, em visita ao Governador do Estado de SC, negou a disposição do exército de entregar a área do CIMH, pois considerava difícil a disponibilidade de outra com as mesmas características.

No início de setembro, foi divulgada entre os acampados um telegrama enviado pelo Secretário Geral Adjunto do MPAS ao Sr.

Alexandre Puzyna¹¹ declarando que, segundo o Ministro do MIRAD, estariam em fase final de entendimentos *que possibilitarão aos antigos proprietários do CIMH a ocupação da área*", assim como o desejo do Ministro Dante de Oliveira de comparecer ao ato público *tão logo os entendimentos sejam firmados na forma final*". Embora estas declarações tivessem claro cunho eleitoreiro, visto que Puzyna era candidato da região, elas tiveram significativa capacidade de dissuasão entre o Movimento.

A intransigência do exército em negociar diretamente com os acampados e a aparente capacidade dos políticos de representarem os interesses deles, possibilitou aos acampados o desenvolvimento da percepção de que o Movimento teria pouco significado prático, de pressão, para obtenção de uma solução. Isto teve como consequência um refluxo e esvaziamento do Movimento: término do acampamento de Papanduva e redução do número de acampados em Florianópolis.

- Em outubro de 86, o exército processou judicialmente através da justiça militar o coordenador da CPT/PR.¹² O motivo do processo foi a acusação sofrida por este pela *divulgação de fatos sabidamente inverídicos que atentam contra a honra do exército nacional*. O processo ocorreu devido as declarações proferidas na

11 Alexandre Puzyna era candidato da deputado federal (constituente) nas eleições de 15 de novembro de 1986, representando a região de Papanduva. Foi prefeito do município de Porto União (SC) de 1983-86.

12 Foi o primeiro caso de julgamento de um civil pela justiça militar na "Nova República".

manifestação ocorrida em julho na comemoração do dia do agricultor.

Ainda no mês de outubro, o MEX através do Aviso nº 159, de 20/10/86 comunicou ao MIRAD a escolha de uma das áreas apresentadas pelo INCRA/SC. Seria uma área contendo 20.000 ha. na localidade de Campos de Palmas no município de Água Doce/ SC.¹³

Para o Movimento este fato foi considerado um avanço, abrindo a perspectiva significativa para a retirada dos exército do CIMH. Porém, o exército não agilizou o processo de desapropriação e ocupação da nova área e conseqüentemente sua retirada do CIMH.

Diante deste novo fato, já no final de 1986, o Movimento iniciou uma discussão interna sobre novas formas de ação e mobilização que poderiam ser efetuadas. Como decisão desta discussão houve a proposta de articulação do Movimento para uma nova ocupação do CIMH. Agora, não mais como uma forma de pressão, mas como uma ação efetiva de ocupação e retomada das terras. Percebia-se isso como possível, pois o exército, pelas suas declarações, já havia escolhido uma área alternativa. Na preparação o Movimento priorizou enquanto tática o sigilo das informações, e a ocupação se daria numa época em que os militares não estivessem no CIMH.

Esta decisão de ocupação do CIMH gerou muita discussão e desentendimentos entre os desapropriados/herdeiros. Para um grupo, representado pelos ainda acampados em Florianópolis, a o-

13 As informações foram retiradas de reportagem publicada pelo Jornal Diário Catarinense, 10/12/86. O aviso não foi publicado e não tive acesso ao seu conteúdo. O Movimento recebeu as informações através do INCRA/SC.

ocupação teria consequências negativas para o processo de solução. Eles estavam esperando a chegada em Florianópolis do Diretor do Departamento de Patrimônio do Exército para a negociação da saída do exército do CIMH. Para eles, a ocupação atropelaria o processo. Para outro grupo, não adiantaria ficar esperando por uma decisão do exército, era necessário pressionar para que o exército devolvesse o Campo.

Na madrugada de 3 de fevereiro de 1987 um grupo de aproximadamente 80 desapropriados/herdeiros tentaram ocupar o Campo. Em que pese o sigilo guardado quanto a decisão, os militares haviam montado esquema especial de segurança nas entradas. Assim, os desapropriados/herdeiros resolveram acampar fora do Campo, na sua entrada principal dispendo tratores para que impedissem a saída dos soldados.

No mesmo dia em Florianópolis, um grupo de apoio ao Movimento, formado por representantes da CPT e CUT¹⁴ e os acampados, enviou telex ao MEx, Ministério da Justiça, MIRAD, Procuradoria Geral da República e Governo do Estado, comunicando a decisão do Movimento e exigindo do exército o não uso de violência contra os desapropriados/herdeiros, como também a formação de uma comissão para discussão do impasse e solução da questão. Este grupo de apoio também organizou a atuação da imprensa durante a ocupação.

No mesmo dia, no final da tarde, o exército enviou forte aparato bélico para o CIMH, do 3º Regimento de Carros e Combate.

14 A Central Unica dos Trabalhadores (CUT) foi ao longo do Movimento uma das entidades de apoio. A partir do processo de preparação da ocupação do CIMH, cuja tentativa ocorreu em fev/87, a CUT passou a, junto com a CPT/SC intermediar o Movimento.

te (39 RCC) de Rio Negro/PR. Os soldados agrediram os acampados que resistiram a suas ordens de retirada e destruíram as barracas, expulsando os desapropriados/herdeiros através de ação rápida. Foi retirada violentamente a fita da câmara de televisão que estava filmando a ação e o repórter agredido com coronhadas de fuzil.

Os acampados comportando-se pacificamente evitaram o confronto. Em seguida formaram uma comissão com o objetivo de ocupação da Procuradoria Geral da República, em Florianópolis.

No dia 5 de fevereiro, a comissão formada juntou-se aos já acampados em Florianópolis. Porém, não ocuparam a PGR por terem sido ameaçados de expulsão. Mesmo assim, no dia seguinte foram à PGR onde mantiveram contato, via telefone, com o Procurador que estava em Brasília. Receberam dele a ratificação das declarações de que o exército já havia definido sua posição de permuta como solução para o impasse. No entanto, contraditoriamente as informações anteriores o Procurador informou que as áreas ainda estavam em estudo.

Dia 08 de fevereiro, foi realizada uma assembléia em Rapanduva, da qual participaram os desapropriados/herdeiros, bispo de Caçador, representantes da CUT e CPT. As posições assumidas pelo Movimento na assembléia foram as seguintes: o Movimento continuaria alerta e manteria a articulação interna; continuação da barraca em Florianópolis; manutenção de contatos permanentes com a PGR de Brasília; como forma de acompanhar o processo de solução.

O processo, que aparentemente estava avançando no sentido de uma solução definitiva, passou a apresentar novas condições. O exército que estava aceitando a proposta de permuta e a

devolução passou a agir de maneira contrária. Além da utilização da força coercitiva para combater as formas de pressão do Movimento, utilizou leis de exceção (ditatoriais) ainda disponíveis para intimidar os participantes do Movimento.

Em março houve a prisão de um dos participantes do Movimento, após os militares terem intimidado o mesmo a entrar no Campo. Sua liberação ocorreu uma semana após a prisão através do pedido de "habeas corpus" pelo advogado do Movimento. Porém, foi enquadrado na legislação militar e convocado a responder Inquérito Policial Militar.

Este fato demonstrou a disposição dos militares em controlar o processo com a exclusão da participação e pressão do Movimento, mesmo que para isto fosse necessária a utilização das leis do regime militar.

Dia 1º de abril de 1987, exatamente um ano após terem iniciado o acampamento de Florianópolis, os acampados resolveram desmanchar a barraca e voltar para suas casas. O acampamento permaneceu até dia 1º por uma questão simbólica pois, representava um ano de luta. Os acampados também estavam esperando a vinda do Diretor geral do Patrimônio do Exército.

A última audiência dos acampados foi com a Procuradora Geral da República. ela esteve em audiência com o Diretor de patrimônio dias antes do final do mês de março. Segundo ela, o exército havia aprovado a área de Água Doce, mas o MEx precisaria que a área estivesse livre. Este processo não poderia ser agilizado pois o exército não possuía dotação orçamentária para a in-

denização.¹⁵

Com este novo impasse, surgiu uma nova dificuldade para o Movimento que, aliado ao desânimo dos acampados pela pressão militar e a demora, foi fundamental para o Movimento encerrar o acampamento.¹⁶

Esta rápida referência histórica do Movimento dos Desapropriados de Papanduva permite a visualização cronológica dos fatos, dilemas e expectativas, decisões e negociações de um processo complicado e contraditório.

Considero que a compreensão mais sistemática e profunda do Movimento passa pela análise de alguns elementos que o constituíram e caracterizaram. Elementos que também fazem parte da discussão mais ampla e teórica dos movimentos sociais. Analisarei o Movimento a partir de: sua base social, a identidade/articulação e participação de agentes externos, organização e formas de ação, impacto e limites para construção da cidadania e alteração das decisões dos órgãos governamentais.

15 Cf. Esta informação no Jornal Diário Catarinense, de 1º de abril, de 1987.

16 Após o término do acampamento foi realizada em Papanduva a 2ª Romaria da Terra de SC sob a coordenação da CPT. A escolha do local foi justificada pela luta do Movimento dos Desapropriados. Participaram da Romaria cerca de 15 mil pessoas. Além da Romaria dos desapropriados/herdeiros não estruturaram outra forma de ação até o momento (05/1988). Informações obtidas junto à CPT/SC.

2. BASE SOCIAL

Pode-se afirmar, de forma simplificada e tautológica, que o Movimento de Desapropriados de Papanduva foi constituído por desapropriados. Que o Movimento foi uma forma social de ação coletiva, cujos agentes passaram antecipadamente por um processo de desapropriação, pelo qual sofreram a perda de algum direito.

Considero que a delimitação da base social e, consequentemente, a compreensão do seu significado para o Movimento, deve ser mais complexa do que essa mera tautologia.

No caso de Papanduva, a constituição da base social do Movimento se complexificou principalmente pela separação temporal que ocorreu entre a desapropriação e a constituição do Movimento. Este se estruturou vinte e dois anos após a expulsão dos proprietários da área e vinte e nove após ter iniciado o processo de desapropriação. Nos anos 80, havia se formado um contingente expressivo de sujeitos que não participaram da desapropriação, mas que estavam ligados aos direitos que foram retirados pelo Estado. Um período temporal longo, no qual os desapropriados/herdeiros ocuparam e constituíram espaços geográficos, sócio-econômicos-culturais diferenciados, portanto ocupando posições sociais diferenciadas.

Esta separação temporal entre os fatos conduz a um primeira afirmação: o conjunto de indivíduos atingidos pelo processo de desapropriação não pode ser restrito ao conjunto dos 68 proprietários desapropriados. Constata-se a existência de um grupo maior de indivíduos que sofreram as consequências diretas ou indiretas do processo de desapropriação.

Não houve condições materiais para realizar um levanta-

mento completo de todos os desapropriados/herdeiros que, caso não houvesse a desapropriação, seriam beneficiados pela posse, renda ou herança das terras. Dos 68 proprietários citados no decreto de desapropriação, oito deles alienaram suas terras para outros desapropriados ou terceiros; por outro lado, três tornaram-se proprietários posteriormente ao decreto. Portanto, levei em consideração a existência de 63 desapropriados. Considerando que todos eles constituíram famílias, tentei realizar um levantamento dos desapropriados ainda vivos e herdeiros. Consegui coletar dados referentes a 36 famílias desapropriadas, restando 27.

A estes 36 proprietários correspondem atualmente 167 herdeiros de primeiro grau, os quais tinham direito de receber parte das terras como herança. Se estendermos os benefícios advindos da posse da terra para os cônjuges e descendentes destes, chegaremos a um grupo de mais de mil interessados.

Considerando que as amostras obtidas são significativas para a análise do conjunto, pode-se fazer uma projeção aproximada chegando à seguinte posição: existiam em 1985 aproximadamente 266 desapropriados/herdeiros diretos (descendentes de primeiro grau) que formavam um conjunto de 1.756 pessoas (contando cônjuges e filhos) que sofreram direta ou indiretamente com o processo de desapropriação.¹⁷

¹⁷ Uma importante referência para a compreensão do significado destes números: caso as terras desapropriadas fossem divididas de forma equitativa entre os 266 proprietários (desapropriados/herdeiros) cada um teria direito à 28,6 ha de terra.

	AMOSTRA	NÃO AMOSTRA	TOTAL ¹⁶⁷
Desapropriados	36	27	63
C/Herdeiros diretos**	167	(109)	(266)
C/Herdeiros indiretos**	1008	(756)	(1756)

* Conjunto dos desapropriados vivos e seus descendentes de primeiro grau.

**Conjunto dos desapropriados vivos e seus descendentes de primeiro grau e respectivos cônjuges e filhos.

Para melhor caracterizar este grupo social de desapropriados/herdeiros, realizei um levantamento das principais atividades econômicas por eles desenvolvidas.¹⁸ Não é uma caracterização classista (no sentido marxista), mas relevante para diferenciar as posições sociais assumidas pelo grupo.

Atividades Rurais	26,4%
Atividades Urbanas	58,0%
Atividades Integradas	7,1%
Não informaram	8,3%

Obs.: Estes dados correspondem ao conjunto dos desapropriados vivos e seus descendentes de primeiro grau.

Dentro destas posições existem ainda diferenciações significativas quanto às ocupações sócio-econômicas, conforme o quadro a seguir:

Atividade Rural

- Pequenos proprietários (até 25 ha),

¹⁸ Ver a análise mais detalhada a nível qualitativo no título "Luta Pela Sobrevivência. Privatização do Cotidiano" que desenvolvi na Parte II.

agregados e Bóias-Frias	88% ¹⁷
- Médios proprietários (até 100 ha).....	12%

Atividade Urbana

- Assalariados	55,6%
- Autônomos	44,4% ²⁰

Atividades Integradas

- Todos possuem propriedades de terras acima de 100 conjuntamente desenvolvem atividades industriais (agro-indústria) ou comerciais.

Assim, pode-se concluir que a base social dos desapropriados/herdeiros é predominantemente pertencente à classe popular formada por pequenos proprietários, agregados, assalariados rurais e urbanos, além dos próprios autônomos. Por outro lado, é uma base social que comporta uma composição bastante heterogênea quanto às posições assumidas pelos sujeitos que a compõem.

A heterogeneidade das posições sociais, e principalmente, sua caracterização são elementos importantes para a compreensão de alguns problemas de ordem organizacional do Movimento, como também de dificuldades encontradas para a mobilização dos desapropriados/herdeiros.

Quanto ao acampamento não foi possível coletar dados que permitissem uma caracterização mais exata (quantitativamente)

¹⁹ Para referência: o módulo rural da Região Planalto Norte de Santa Catarina corresponde a 16 ha.

²⁰ Entendo por atividade autônoma aquela em que o trabalhador possui os meios de produção, porém, não os utiliza para exploração de mão-de-obra assalariada.

de sua base social. Segundo depoimentos obtidos junto aos próprios acampados, aos representantes da CPT e da Igreja, a base social dos desapropriados/herdeiros que participaram do acampamento foi formada pelos pequenos proprietários, arrendatários e assalariados. Ou seja, os considerados "pobres", "pequenos", "que não conseguiram reconstruir suas vidas após a desapropriação".²¹

"Quem acampou desse quadro, inicialmente foram os pequenos proprietários, arrendatários e uma parte dos assalariados urbanos (...) os que não conseguiram reconstruir suas vidas". (Repr. Da CPT).

"Os mais pobres é que vieram acampar, foi só os pequeno, os de pouca terra". (acampada).

Portanto, a base social do Movimento dos Desapropriados de Papanduva foi nitidamente de classe popular. Via de regra, os considerados "grandes" não participaram dele.

No entanto, a condição objetiva de classe se apresenta como um critério insuficiente para delimitar os sujeitos do Movimento. Pois, muitos indivíduos (famílias) pertencentes a posições sociais da classe popular também não participaram.

Assim temos um novo questionamento para a discussão. Quais as razões que permitiram a identificação de determinado grupo em contraposição a outro com as mesmas características: haviam sofrido a privação dos mesmos direitos pela desapropriação, e ocupavam posições e ocupações sociais semelhantes? Isto é importante, pois foi através da identificação coletiva que se iniciou o processo de articulação/organização do Movimento.

²¹ Para os acampados o acampamento incluía também outros desapropriados/herdeiros, que embora não estando debaixo da barreira iam periodicamente visitá-los, preocupavam-se com o fornecimento de alimentos e outros mantimentos, participavam da comissão de negociação e/ou apoiavam explicitamente a ação dos acampados.

3. A ELABORAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

A base social constituída por desapropriados/herdeiros de caracterização predominantemente popular, embora com posições sociais diversificadas, é um dado significativo para o estabelecimento de identificação coletiva. Considerando que as condições objetivas são insuficientes para explicar a elaboração da identidade coletiva, a questão se apresenta de forma mais complexa.

A identidade coletiva se constituiu enquanto um dado histórico e contingente ligado também às condições subjetivas. Entendo por condições subjetivas a forma com os sujeitos percebiam as próprias condições objetivas. Neste processo houve a participação de outro elemento importante: sujeitos/agentes externos ao processo de desapropriação e ao contexto social dos desapropriados/herdeiros.

Para compreender o processo de elaboração da identidade entre os desapropriados/herdeiros de Papanduva, é necessário analisar a participação da CPT/SC. Não só a partir da sua participação efetiva, mas do conflitivo processo de interação inicial que ocorreu entre ela e os desapropriados/herdeiros.

A CPT/SC iniciou sua interação no caso Papanduva a partir de um convite realizado por um grupo de desapropriados/herdeiros. A motivação que levou a efetuar o convite foi a percepção da CPT enquanto uma entidade ligada aos problemas da terra e com experiência prática adquirida através de sua participação no MTRST do oeste catarinense.

Assim, a CPT/SC foi convidada inicialmente para dar um parecer sobre a questão.

"Vamos fazer um convite pro coordenador da Pasto-

ral em Florianópolis, Pastoral da Terra, que pelo menos é uma pastoral que já tem luta, que já tem conhecimento, prá pedir uma orientação, sem compromisso nenhum. A entidade defende os direito da terra, e a pastoral da terra, eles conhece o problema(...) daí, o pessoal aceitou..". (acampado)

Porém, a proposta de participação da CPT/SC foi conflitiva e gerou protestos. Principalmente os que lideraram o processo de reivindicação através da SNRP se opuseram à participação da CPT. Para estes a CPT era identificada como uma entidade ligada aos segmentos mais pauperizados do meio rural, aqueles que não tinham propriedade de terra (sem-terra).

O envolvimento da CPT significaria um afrontamento à posição social e política do grupo, como também à sua capacidade de autodeterminação.

"Aí, naquilo, levantou o genro do J.: - olha, eu discordo pelo seguinte, a pastoral da terra é uma entidade que defende aqueles sem terra, aquele sem nada, agora fica feio prá gente aqui em Papanduva, que temo um grupo social que representa papanduva ter que ir atrás de pastoral da terra (...) é uma entidade que prá nós é uma pouca vergonha". (acampado)

Também, para este grupo, o envolvimento da CPT significaria o risco de perda do direito sobre a terra, através da implantação da reforma agrária sobre as terras do CIMH.

"Aí veio outro, o J.: - que nós vamos trazer esse cara da pastoral, vamos fazer um movimento de acampamento e vai acontecer que vamos trazer os sem-terra e vamos colocar sem-terra em cima de nosso terreno e nós vamos perder tudo o nosso terreno..". (acampado)

Apesar desta discussão, foi aceita a presença da CPT para a obtenção de alguma orientação prática.

Na verdade o envolvimento da CPT/SC representou uma

ruptura em relação à atuação realizada pela SNRP enquanto entidade representativa dos interesses dos desapropriados/herdeiros.

A partir do envolvimento da CPT, no primeiro semestre de 1985, foram realizadas várias reuniões entre ela e os desapropriados/herdeiros. Desde o início, a CPT/SC procurou deixar claro sua posição diante da questão: defesa do direito de propriedade dos desapropriados/herdeiros em relação à posse das terras tomadas pelas militares, porém nega a defesa dos direitos sobre as mesmas por desapropriados/herdeiros, que segundo sua concepção eram considerados *latifundiários*. A devolução da terra aos *latifundiários* representava, segundo a CPT/SC, o risco de concentração das terras e da exploração da mão-de-obra dos pequenos proprietários que gradativamente perderiam suas terras novamente.

A CPT/SC argumentava que a devolução da área, indistintamente para aqueles que, além de possuírem as maiores extensões de terras na área, possuíam grandes propriedades fora, e, aqueles que, além de possuírem pequenas extensões de terra na área, não conseguiram reestruturar-se economicamente, teria consequências sociais funestas. Segundo a CPT, os primeiros teriam condições econômicas para explorar as suas propriedades, enquanto os segundos não teriam essa condição. A opção econômica para estes seria a de trabalhar como mão-de-obra para os primeiros.

Ou seja, a devolução da área indistintamente levaria à progressiva proletarização dos pequenos proprietários..

"A gente colocou claramente. Dissemos que não estávamos ali para defender o latifúndio. Defendíamos que aquela terra não podia continuar na mão do exército, como também discordávamos que ela caísse na mão de um pequeno grupo de latifundiários da região". (Repr. Da CPT/SC)

A participação inicial da CPT/SC teve um caráter peda-

gógico, de discussão da situação vivencial dos desapropriados/herdeiros, do processo de reivindicação anterior e das formas de ação possíveis para pressionar uma solução.

Foi a partir destas discussões com a CPT/SC que se iniciou o processo de elaboração da identidade entre os sujeitos que iriam constituir o Movimento.

Um dos aspectos significativos para a elaboração desta identidade foi a avaliação crítica dos processo reivindicativo anterior a 1985 e dos agentes principais que o conduziram. Surgiu como elemento crítico da ação passada.

A partir da avaliação de que as reivindicações anteriores eram conduzidas por desapropriados que detinham no município e na região respeitável poder econômico (agro-industriais), e poder político (prefeitos, vereadores), comprometidos com o "status quo" do modelo de desenvolvimento e político do próprio governo militar, o grupo começou a se identificar enquanto diferente.

"A avaliação que a gente fazia era esta. Quem até hoje mexeu na questão? Então eles diziam: -era o J., o fulano. Então a gente via que essas pessoas também eram comprometidas com os grandes, entende?, e que elas, também, através de companheiros delas andaram comprando coisas dentro do Campo". (Repr. Da Igreja)

Outro elemento que torna compreensível o processo de identificação ocorrido em Papanduva está ligado a algumas imposições feitas pela CPT como condição para sua participação no processo. A CPT/SC colocou como condição que a articulação deveria se realizar com a maioria dos desapropriados/herdeiros, privilegiando os que não conseguiram reconstruir suas vidas materialmente, após a desapropriação.

Assim, as reuniões realizadas com a presença da CPT/ SC

comportavam o grupo de desapropriados/herdeiros *mais pobres*. Isto permitiu a percepção da existência de suas realidades e carências. Aqui, temos o primeiro critério para formação da identidade coletiva: a percepção de que as carências não eram experiências individualizadas, mas comum entre eles.

A partir deste critério ficaram excluídos deste processo os desapropriados/herdeiros que não se caracterizavam como classe popular.

Para a CPT/SC esta distinção entre a maioria (classe popular) e a minoria (latifundiários) representava uma distinção classista, ou seja, os interesses econômicos e políticos distintos que representavam a contradição existente entre os desapropriados/herdeiros.

"Grande parte desses desapropriados que não reconstruíram suas vidas como bóias-frias na região, são bóias-frias destes latifundiários que também são herdeiros (...) quer dizer, que há uma contradição de classe aí, e essa contradição eles não percebiam, né". (Repr. Da CPT)

Segundo Eunice Durham (DURHAM, 1984), a possibilidade de elaboração da identidade entre os agentes sociais que constituem o movimento está ligado à percepção de carências comuns mediada pela afirmação do direito.

No caso de Papanduva, essa passagem da percepção das carências comuns para a afirmação de um direito é complexa. Não ocorreu uma relação direta entre carências e afirmação de um direito. O direito estava afirmado anteriormente à própria percepção das carências. Para avançar nesta discussão é necessário fazer referência aos direitos, a partir da concepção dos próprios desapropriados/herdeiros.

A concepção de direito entre eles pode ser caracteriza-

da como incondicionalmente legalista, ou seja, é a lei formal que determina os direitos e deveres dos cidadãos. Não havia uma percepção da possibilidade da ilegitimidade do constituído. No entanto, esta percepção legalista dos direitos, era diferente da percepção do exército. Isto fica claro no caso da desapropriação e da posse legal das terras. Os desapropriados/herdeiros eram mais fundamentalistas, enquanto os militares viam a lei como instrumento de defesa dos seus interesses, caso isso não ocorresse, ela não teria validade.

A concepção legalista dos desapropriados/herdeiros de caráter escrituralista, assume dimensões de sacralidade, como pode-se perceber pelos seguintes depoimentos:

"Porque isso é coisa sagrada. Isso aí é um terreno documentado. Porque cada um é dono, ele tem o documento, ele é dono da terra, né. Então todos eles dede que tenha documento, é no direito, né".(acam-pado)

"Então, a escritura deles foi idolatrada, endeusada. Eles andavam com essa escritura no bolso, plastificada. Se eles iam à Curitiba na 5ª RM, se eles iam conversar com uma pessoa, eles tinham a escritura no bolso prá mostrar. A propriedade, o documento, prá eles era o argumento prá enfrentar o exército".(Repr. Da CPI)

Assim, se a percepção de carências comuns permitia uma distinção entre eles, o mesmo não pode ser considerado quanto à percepção dos direitos. Portanto, esta relação entre percepção de carências comuns e elaboração do direito, no caso de Papanduva, se contrapõe à colocação de Durham.

Considero que esta aparente contradição pode ser equacionada com a ampliação da discussão sobre a concepção de direito para a de concepção de cidadania. Como foi colocado na parte teórico-prático, existem concepções diferenciadas a respeito da cidadania. Esta diferenciação esteve presente entre os desapropriados/her-

deiros.

As concepções de cidadania contêm dois aspectos básicos: a percepção do direito (individualista ou coletivo) e, a socialização do indivíduo e politização da sociedade (representação ou participação).

Considero que a elaboração da identidade coletiva dos desapropriados/herdeiros de Papanduva, que se articularam/organizaram numa ação coletiva, ocorreu, principalmente, a partir da percepção de que é através da participação política efetiva que se encontra a possibilidade de criação/preservação dos direitos. A cidadania se conquista a partir da socialização e politização da comunidade.

Por outro lado, os desapropriados/herdeiros que se excluiram desse processo de elaboração da identidade coletiva foram aqueles com uma percepção mais liberal de cidadania que privilegia o carácter representativo e desencoraja a associação dos indivíduos para a ação política coletiva.

A elaboração da identidade coletiva do Movimento de Desapropriados de Papanduva deve ser compreendida a partir dos três aspectos seguintes: a percepção de carências comuns, decorrentes da perda de um direito pelo processo de desapropriação; a concepção do direito que se assentava nas escrituras que tinham em mãos; e determinada concepção de cidadania.

É o último aspecto que permite uma melhor compreensão do processo e das divisões ocorridas entre os desapropriados/herdeiros. Pode-se colocar, desta maneira, de um lado, um coletivo formado pelos caracterizados como classe popular com uma percepção de que os direitos seriam conquistados a partir de sua participação e pressão; de outro, o grupo formado pelos que con-

seguiram reconstruir suas vidas e parte dos da classe popular, mas ambos com uma percepção despolitizada de cidadania.

A diferenciação na concepção da cidadania, no seu aspecto de socialização e politização do social, permite também compreender porque o grupo, que anteriormente liderava a reivindicação através da SNRP não se identificou com o novo coletivo. Suas práticas anteriores mostravam uma concepção representativa de tratamento do processo.

Permite compreender também, porque parte dos agregados, bóias-frias, assalariados e pequenos proprietários, que, apesar de terem elementos identificadores (carências comuns e concepção do direito), não participaram do processo de identificação coletiva, pois consideravam que a solução não dependia de sua participação.

Esta concepção de participação, de luta, foi gestada a partir do envolvimento da CPT/SC. A CPT/SC, através de sua ação de caráter pedagógico, procurou conscientizar da necessidade de participação e da ação coletiva. Isto em contraposição à anterior passividade.

"Então é o tipo de análise que se fazia: que as pessoas que hoje estão na miséria fossem esperar pelos grandes não sairia nunca. Eles iam conversar com os outros, em termos de deputado, em termos de coronéis, essas coisas assim, e sempre uma conversa bastante amigável. Desta conversa nunca resultou nada". (Repr. da Igreja)

O processo de elaboração da identidade coletiva permitiu a eclosão do Movimento, enquanto ação coletiva organizada. Considero que essa "passagem" da elaboração da identidade para a eclosão do Movimento foi mediada por um outro processo, que denominarei processo de articulação entre os sujeitos.

O processo de elaboração da identidade coletiva é insuficiente para explicar a eclosão do Movimento dos Desapropriados de Papanduva. É necessário considerar outros aspectos, embora interligados aos da elaboração de identidade.

Pode-se afirmar que o processo de articulação, além dos elementos já apresentados no processo de identificação, ocorreram mais três de forma significativa.

a) A percepção da possibilidade de concretização do projeto elaborado.²² Ou seja, a concepção de que a luta, a ação era fator essencial para a concretização de determinados objetivos, no caso a reconquista dos direitos de uso da terra. Neste sentido, no processo de articulação excluíram-se todos aqueles que não consideravam a ação coletiva eficaz para conquistar tal direito.

"Já desanimei, não adianta bater em ferro frio. Mas com advogado ainda podia".
"Nunca foi favorável a qualquer movimento coletivo, conspiração coletiva. Sou favorável a maneira pacífica e de entendimento direto com a instituição, mantendo o diálogo". (não acampados)

b) A discussão coletiva da realidade e das possíveis ações a serem realizadas. Neste aspecto o envolvimento da CPT/ SC foi significativo. Sua preocupação básica, neste momento de discussão, era a de formar uma discussão ampla entre os desapropriados.

22. Para SCHERER-WARREN projeto significa o que o grupo ou movimento social quer modificar na realidade social. "O projeto pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presentes em seu cotidiano". Cf. SCHERER-WARREN, I. Movimentos Sociais. Um Ensaio de Interpretação Sociológica. p.16.

dos/herdeiros a respeito da realidade, das dificuldades, da conjuntura mais geral para um articulação mais adequada com vistas à ação coletiva.

"Era fazer um trabalho anterior de organização do pessoal, através de grupos de base, formar, chamar os desapropriados. Criar o movimento, não acampar por acampar. Mas formar um movimento de reivindicação que constituísse grupos de trabalho, que tivesse organização interna, uma direção própria dos desapropriados". (Repr. da CPT)

Esse processo de discussão* através de reuniões com a participação da CPT/SC e dos desapropriados/herdeiros foi realizada por diversas ocasiões e em diversas localidades.

No entanto, este processo de discussão/articulação não foi realizado de acordo com a idéia-projeto. Pois, logo nas primeiras reuniões houve a decisão de formar um acampamento como forma de organização e de ação. Esta decisão, posteriormente, seria avaliada pelo próprio Movimento como precipitada e negativa.

"O que a gente dizia, o pessoal concluiu muito cedo ir acampar. E justamente por causa disso que não deu tempo pro pessoal se precaver do necessário, tanto necessário material, quanto a organização ideológica, essas coisas. Mais a questão de idéias, estratégia". (Repr. da Igreja)

c) Percepção de que a conjuntura política era favorável para este tipo de ação, a qual teria maiores chances de êxito. Neste sentido, foi relevante a percepção entre os desapropriados/herdeiros do processo de transição política para a "Nova República". Para eles, este processo representava uma ampliação das liberdades políticas e, de maneira concreta, o fato de que os militares, enquanto corporação, deixaram de dirigir diretamente a Nação passando o poder para civis. Isto alimentou a esperança que o assunto em questão poderia ser tratado com maior determinação pe-

lo novo governo.

Desta conjuntura, também fazia parte a percepção da existência de outros movimentos sociais, principalmente no campo, que haviam conseguido através de suas ações concretizar os objetivos de conquista da terra. Em 1985 já existiam em SC vários assentamentos de Sem-Terra, em consequência da luta do MTRST.

Vistos estes três elementos, considero que a elaboração da identidade coletiva permitiu a formação de uma ação coletiva organizada dos desapropriados de Papanduva, porém essa passagem foi mediada por uma articulação na qual a percepção da possibilidade de que a reivindicação do direito poderia ser concretamente atendida (através da pressão) foi igualmente relevante para que eles se organizassem numa ação/luta coletiva.

4. ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE AÇÃO/LUTA COLETIVA

Os movimentos sociais se apresentam como experiências organizadas de determinados coletivos sociais que estabelecem entre si identidades), exteriores a organizações políticas tradicionais como o Estado, partidos, sindicatos, embora possam interagir com eles.

São ações coletivas que não possuem estruturas organizativas estabelecidas, institucionalizadas e regidas fora delas de maneira prévia.

Assim, a compreensão da organização desta ações coletivas e de suas características torna-se mais rica, se ocorrer a partir das experiências específicas.

O Movimento dos Desapropriados de Papanduva se organizou a partir da prática coletiva que teve no acampamento seu início. Mesmo considerando que os processos de elaboração de identidade e articulação constituem elementos do Movimento, este se concretizou como forma de ação coletiva organizada somente com a formação do acampamento.

Portanto, o acampamento se apresentou sob suas formas: enquanto forma de organização coletiva do próprio Movimento e enquanto forma de ação/luta deste. Esta sobreposição pode implicar em confusões que não permitem a compreensão da riqueza geral do Movimento. O Movimento foi mais amplo do que o acampamento, pois empreendeu outras formas de ação/luta e de organização, que não podem ser sobrepostas ao acampamento, embora estivessem muito relacionadas com ele.

Esta última constatação não é colocada como negadora da sobreposição, mas apenas no sentido de demonstrar que a realidade

foi mais complexa.

Para tornar operacionalizável a análise deste embricamento, considero oportuno realizá-la no sentido de:

- compreender como a prática dos acampados foi estruturando sua própria organização, como também os aspectos negativos deste embricamento;

- compreender que a organização, as formas de lutas e as características do Movimento, não se limitaram ao acampamento. Assim, a análise da organização e formas de ação/luta do Movimento dos Desapropriados de Papanduva terá como objetivos: demonstrar como ocorreu este processo de embricamento entre a prática coletiva e a organização e suas dificuldades; apresentar a organização em sua forma estrutural; analisar as características desta estrutura organizativa; apresentar as formas de ação/luta empreendidas pelo Movimento, demonstrando que não se pode confundí-lo com o acampamento; apresentar as contradições e características destas formas de ação.

O Movimento dos Desapropriados de Papanduva se constituiu, enquanto forma organizacional, a partir das necessidades práticas e imediatas do acampamento, tais como: manutenção material, controle e capacidade de pressão política.

Antes de demonstrar como ocorreu esse processo de "gênese" da organização do Movimento, vou ressaltar algumas dificuldades advindas do embricamento entre o acampamento e a organização.

Os próprios acampados e a CPT/SC como mediadora do Movimento perceberam essas dificuldades.

Segundo os acampados, a não existência de um movimento organizado antes do acampamento implicou em dificuldades de sua

estruturação e comprometeu a sua capacidade de pressão política. A falta de uma organização anterior não permitiu uma maior preparação, no sentido pedagógico, quanto às formas de lutas possíveis de serem empreendidas, sobre os *passos preparativos* necessários a cada uma delas, não permitiu uma preparação material, dos mantimentos e das formas de suprimento alimentar aos acampados. Também significou uma falta de preparação política, ou seja, de discussão do significado das formas de ação, das dificuldades decorrentes de fatores internos (relacionamento dos sujeitos) e externos (pressão militar).

Essa preocupação pode ser vista a partir do seguinte depoimento de um acampado:

"O pessoal entrou lá com pouca comida, não tinha barraca, né. Não tinha cobertura, um levava um pouquinho de cobertura só (...) começou a aumentar o número de pessoas, foi o problema de barraca. O pessoal chegava sem um pedacinho de barraca pensando que lá tinha tudo. Tinha gente que chegava sem panela, não tinha como cozinhar". (acampado)

Para a CPT/SC, essa falta de uma organização prévia foi a causa dos problemas iniciais do acampamento. É interessante considerar que, enquanto para os acampados as dificuldades eram mais materiais, a CPT/SC considerava-as no plano político de organização.

"O acampamento foi um acampamento sem grande preparação política, sem grande preocupação organizativa, foi o acampamento do desespero (...) era necessário formar um movimento de reivindicação que tivesse organização interna, uma direção própria e o acampamento seria uma forma, tática de luta da organização (...) O nível de consciência do pessoal era tal que teve gente que foi para o acampamento sem levar nada, não levou nem uma colher, nem um prato, aí teve problema de infraestrutura enorme". (Repr. da CPT)

Se, por um lado, a falta de organização gerou dificuldades para o acampamento, por outro, foi o surgimento destas dificuldades e problemas que conduziram à preocupação com a estrutura organizativa do Movimento.

A forma de organização do Movimento surgiu com as respostas internas encontradas para a solução/amenização destes problemas e dificuldades.

Não foram respostas que surgiram, simplesmente dos próprios acampados. A forma organizativa foi muito semelhante à existente no MTRST do oeste catarinense.²³ Isto pode ser compreendido pelo fato de que houve uma relação entre estes movimentos representada pela CPT/SC.

O Movimento dos Desapropriados de Papanduva se estruturou organizativamente em várias comissões de trabalho e coordenação, sendo que a assembléia geral se constituiu no fórum das discussões e decisões sobre a organização, as ações, as dificuldades, as reivindicações do Movimento.

Esquemáticamente pode-se colocar a forma organizativa do Movimento da seguinte maneira:

²³ Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense ver tese de mestrado defendida por LISBOA, Tereza K. Op cit..., principalmente o Capítulo V que se refere à organização e formas de luta.

COMISSÃO GERAL

COMISSÕES DE TRABALHO

negociação cozinha alimentação lenha água barraca saúde imprensa

1. ASSEMBLÉIA: As assembleias eram realizadas em instâncias diferenciadas. Numa primeira instância estava a assembleia geral, da qual participavam os acampados e outros desapropriados/herdeiros que, embora não acampados, estavam interessados nas decisões que nela poderiam ser tomadas. Ou seja, uma assembleia aberta a todos os interessados, onde acampados ou não tinham oportunidade de discussão. A existência desta instância permite uma primeira distinção entre o acampamento e o Movimento. Ela era justificada pelo fato que o encaminhamento das negociações e a discussão de possíveis soluções diziam respeito tanto ao direito dos acampados, quanto ao dos desapropriados/herdeiros que não o eram.

Numa segunda instância estava a assembleia dos acampados, que se realizava com maior frequência do que a primeira. Nela os acampados discutiam assuntos relativos à sua forma de ação, o acampamento. Ela tinha um caráter de "feedback" sobre a organização interna, o processo de negociação, as dificuldades internas e externas.

A Assembleia era o espaço de discussão mais importante do acampamento, embora, com o tempo, geraram-se problemas quanto

a isto.²⁴

2. COMISSÃO GERAL: organizava e coordenava, junto com os representantes da CPT as assembleias e as demais comissões de trabalho. Realizava periodicamente uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos por cada comissão. Pode-se considerar que era a comissão que coordenava o acampamento.

3. COMISSÕES DE TRABALHO: eram comissões formadas por acampados com o objetivo de desenvolver uma tarefa específica para o acampamento. Eram organizadas de acordo com as necessidades de infraestrutura do acampamento. Sua existência dependeu da própria dinâmica do acampamento. Quando este se desestruturou, perderam seu significado.

a) Comissão de viagem e negociação. Encarregada de representar o Movimento no processo de negociação fora do acampamento. Foi a única comissão de trabalho integrada por acampados e não acampados. Era responsável pela representação do Movimento nas audiências. Assinava em nome do Movimento os documentos e propostas para formalizar as negociações.

b) Comissão de cozinha. Responsável pela preparação da alimentação. No início era feito o panelão comunitário.

c) Comissão de Alimentação. Encarregada de receber, armazenar, selecionar e distribuir a alimentação que era recebida

²⁴ Quanto aos problemas gerados em relação ao espaço político da assembleia, discutirei mais detalhadamente adiante no item Descentralização do Poder e Incentivo ao Exercício da Democracia Participativa.

através das doações. Controlava a quantidade de comida destinada a cada barraca, de acordo com a disponibilidade de alimentos e a demanda.

d) Comissão da lenha. Responsável para providenciar lenha para consumo no acampamento. Deveria torná-la adequada para o consumo (rachá-la) e distribuí-la nas barracas conforme a necessidade.

e) Comissão da água. Providenciar água potável para os acampados. A água era buscada em locais distantes pois não havia água potável no acampamento e a tentativa de transportar água do CIMH por mangueira foi obstruída pelos militares.

f) Comissão de barraca. Encarregada de providenciar lonas e material necessário para construção das barracas. Uma preocupação da comissão era preservar o aspecto de igualdade de estilo entre as barraca utilizando material rústico, não permitindo a utilização de barracas tipo "camping".

g) Comissão de segurança. Acampavam junto ao portão de acesso para controlar a entrada de pessoas. O objetivo era impedir a entrada de desconhecidos por serem considerados possíveis espíões. Controlavam a entrada e saída de mantimentos para impedir a entrada no acampamento de bebidas alcoólicas e armas de fogo.

h) Comissão de saúde. Encarregada de visitar diariamente as barracas para verificar as condições de higiene e saúde. Prestava os primeiros socorros e, em casos graves providenciava a remoção do doente para o hospital. Tinha um papel pedagógico junto aos acampados no que diz respeito aos cuidados com a higiene, saúde, utilização de remédios não químicos, etc.

i) Comissão de imprensa. Responsável em receber os re-

pórteres, prestar as primeiras informações e esclarecimentos. Controlavam a entrada da imprensa exigindo a identificação com o objetivo de evitar a entrada de *espiões camuflado*.

j) Comissão de reza. Preparava as orações e celebrações comunitárias. Dirigia os momentos diários de oração comunitária que se realizavam três vezes ao dia. Preparava a liturgia das celebrações dominicais.

A intensidade e formalidade das ações comunitárias de caráter religioso pode ser compreendidas tanto pela cultura religiosa do grupo, quanto pela participação significativa no Movimento dos agentes de pastoral ligados à igreja católica.

As comissões de trabalho atuaram efetivamente durante o período em que o acampamento estava mobilizado com grande número de acampados. No momento em que este começou a se desmobilizar e com o acampamento de Florianópolis, as atividades/tarefas passaram a ser realizadas com um caráter mais espontâneo e personalizado.

As comissões eram formadas predominantemente pelos acampados que permaneciam em tempo integral no acampamento, pois considerava-se que dispunham de mais tempo para essas atividades.

Aqui, considero oportuno fazer algumas considerações sobre os acampados.

A maioria dos acampados não permanecia no acampamento durante os dias de semana, principalmente no período diurno. Os que possuíam propriedades próximas do acampamento para lá se deslocavam para trabalhar. Retornavam somente à noite ou apenas aos finais de semana. Outros saíam em grupos para vender sua força de trabalho como bóias-frias ou meeiros. Destarte, durante o dia o acampamento estava praticamente abandonado, permanecendo quase

que somente os velhos, mulheres e crianças.

Essa dinâmica de periódicas idas e vindas pode ser constatada nos seguintes depoimentos:

"Eu vinha aqui plantava um pouco, dois dias, três e voltava prá lá, e daí, vinha e plantava outro pouco e voltava. Que a gente que vive de lavoura não pode deixar de plantar, se não plantar não tem o que comer". (acampado)

"Bom, muitos dos que estavam acampados são proprietários de outras terras perto, ali, né. Então o pessoal saía dali na segunda feira e ia cuidar da lavourinha dele, lá. Ia carpi, ia roçar, ia arar, ia plantar. Quer dizer, cada um não deixou de fazer a sua lavoura. Trabalhava a semana inteira e voltava pro acampamento passar o sábado e domingo". (acampado)

Esta dinâmica dificultava o trabalho descentralizado das comissões. No entanto, significava a capacidade que o Movimento tinha de se sustentar com produtos produzidos pelos próprios acampados.

A comissão que teve um caráter permanente foi a comissão de negociação, que passou progressivamente a aglutinar a coordenação dos trabalhos e do próprio Movimento. Essa comissão assumiu significativa importância pelas atividades e responsabilidade que possuía para os acampados. Era através dela que se realizava a ligação entre o Movimento e as autoridades; ela detinha o controle das informações decorrentes do processo de negociação. Ela passou a concentrar outros controles sobre o Movimento de forma progressiva. (este processo será analisado posteriormente).

A experiência organizativa do Movimento dos Desapropriados de Papanduva pode ser melhor compreendida em sua dinâmica e contradições a partir da análise de algumas de suas características.

Os estudos sobre os movimentos sociais têm apresentado algumas características dos mesmos, procurando ver nelas inovações para a prática política da sociedade: autonomia e independência, descentralização e estrutura horizontalizada, estímulo ao exercício da democracia participativa e relações comunitárias e igualitárias.

Considero que essas características devem ser analisadas a partir das experiências concretas dos movimentos (no caso, o Movimento dos Desapropriados de Papanova), pois nelas tais características emergem como possibilidades efetivas de concreção, como possibilidades abertas a contradições e negações através das práticas.

A análise destas características, conforme o proposto, permite a verificação dos elementos inovadores e dos limites desta ação coletiva quanto prática política, principalmente no que se refere ao controle do poder no interior do próprio Movimento.

4.1 - Autonomia e Independência

Para análise da autonomia, como característica dos movimentos sociais de caráter reivindicativo, é necessário utilizar o conceito de autonomia com determinados cuidados. Faz-se necessário evitar o uso do conceito em seu conteúdo político "mais denso", relativo a práticas de autogestão ou ruptura com determinada ordem institucionalizada. Não se pode identificá-lo com isolamento das ações sociais.

Na presente análise, entendo por autonomia/independência a capacidade do movimento social de se auto-organizar a partir de conflitos localizados sem a participação diretiva ou tute-

lar de organizações políticas (Estado, partidos, sindicatos, igreja) que tenham concepções/posições elitistas e diretivas. É a capacidade que o movimento tem de decisão sobre a sua organização, seu projeto, suas práticas.

Considero que a análise da autonomia/independência implica em duas discussões distintas. Uma que se refere à relação entre movimento social e aparelhos do Estado (deixarei esta discussão para depois). Outra se refere mais a experiência restrita/interna da organização e práticas do movimento.

A organização do Movimento dos Desapropriados de Papanduva se apresentou como resposta encontrada, através da discussão interna, a certas necessidades e condições peculiares da realidade enfrentada pelo Movimento em sua prática. Nesta perspectiva pode-se afirmar que a experiência de Papanduva foi uma prática coletiva organizada e estruturada de forma autônoma. Pois, sua organização e ações não foram determinadas fora dele nem impostas de forma diretiva ao Movimento.

Porém, a discussão não se apresenta de forma tão simplificada. Já considerei a importância da participação da CPT/SC que, enquanto agente externo, torna-se o mais importante mediador do Movimento. Isto exige uma maior explicitação do caráter significativo de sua participação, como também da seguinte indagação. Até que ponto a participação da CPT/SC comprometeu a autonomia e independência do Movimento ou, colocada em outro ângulo, até onde a CPT/SC assumiu uma dimensão diretiva e tutelar sobre o Movimento dos Desapropriados de Papanduva?

Segundo POLETTO (CPT, 1985)²⁵ a CPT "é um organismo pastoral que tem de concretizar seu serviço no possível, isto é, no processo de luta do povo (...). Em vista disso, cabe à CPT contribuir para que os camponeses e trabalhadores rurais construam suas próprias organizações, sem dependências e tutelas de quem quer que seja". (grifo meu)

Destarte, o projeto de trabalho da CPT dá ênfase à necessidade de autonomia do movimento social dos trabalhadores do campo, no sentido de que este elabore o seu próprio projeto de organização social e ele próprio construa suas práticas e decisões.

Considero o Movimento dos Desapropriados de Papanduva significativo para análise desta proposta de autonomia da CPT, pela sua participação no Movimento: foi a única mediadora do Movimento (portanto, não teve de lutar pela hegemonia), teve aceitação e legitimação por parte do Movimento e teve influência significativa na dinâmica deste.

Este significado assumido pela CPT/SC no Movimento pode ser verificada pela existência de um processo de mútua "valorização". De um lado a CPT/SC liberou seu secretário geral do Estado para trabalhar com o Movimento, por outro, o Movimento reconheceu que sem a participação da CPT/SC a dinâmica e avanços conquistados pelo Movimento seriam outros.

²⁵ Ivo Poletto foi um dos agentes pastorais que teve participação efetiva no processo de articulação e formação da CPT nacional em 1975. Ver: CPT. Conquistar a Terra, Reconquistar a Vida. CPT - Dez anos de Caminhada, 1985.

A percepção que os sujeitos do do Movimento tinham a respeito da CPT/SC e de sua história reivindicativa legitimou a sua presença no Movimento. Entendia-se que a experiência histórica da CPT/SC como mediadora de outras organizações do campo, particularmente do MTRST era fundamental para superar a inexistência existente entre os desapropriados/herdeiros quanto à organização coletiva, prática e dinâmica de um movimento social.

Alguns depoimentos podem demonstrar esta significativa influência da CPT/SC em relação ao Movimento.

"A participação da CPT foi muito boa. Que as pessoas da CPT já tinham participado de outros movimentos também. Então, já era um órgão preparado, né. Então ajudou muito nossa luta de organização".(acampado)

"Para mim se não fosse a CPT não teria acontecido nada disso, não estaria nesse ponto. Acho que não teríamos conseguido porque eles realmente deram um força, nos orientaram no problema de organização do acampamento, como fazer, a quem se dirigir. O pessoal que participou lá não tinha nada de experiência".(acampado)

Visto a influência da CPT no Movimento, resta verificar se esta participação permitiu ou não que ele se mantivesse autônomo quanto às suas decisões, práticas e organização.

A participação da CPT/SC ocorreu basicamente em duas dimensões: na prática (de organização) e na política (de discussão do projeto). Nestas duas dimensões a participação tinha um "caráter pedagógico".

"Nossa participação se deu nessa discussão também, vamos dizer, mais política, do encaminhamento da luta, da solução a ser dada e também na parte organizativa. Na parte de tática de luta, na forma de luta. Nessa parte eu acho que a gente contribuiu bem mais até, dado a total desorganização do pessoal, dado o ato de desespero". (repr. da CPT)

Quanto ao caráter desta participação, ou seja se mais

diretiva ou preocupada na manutenção da autonomia e independência do Movimento, é necessário compreendê-la a partir da dinâmica do próprio Movimento. Neste sentido, acho oportuno relatar alguns fatos, que permitirão uma melhor visualização deste caráter.

a) A decisão de organizar o acampamento. A CPT/SC tinha uma proposta de trabalho e discussão como os desapropriados/herdeiros, que implicava numa organização prévia a qualquer forma de ação. Uma organização que integrasse a participação do maior número possível de desapropriados/herdeiros de classe popular. Para isso, considerava necessária a realização de reuniões, encontros para discussão. No entanto, logo no início destes trabalhos, os desapropriados/herdeiros em contraposição a proposta da CPT/SC decidiram que deveriam acampar como forma de pressão.

b) As assembleias. Eram coordenadas pela comissão geral e pela CPT/SC. Apesar da CPT/SC introduzir as questões para o debate, fazendo suas avaliações, suas propostas, as decisões tinham um caráter aberto, assim como a própria discussão, e nem sempre o Movimento assumia enquanto suas as idéias da CPT. Tive oportunidade de observar várias assembleias com a participação da CPT/SC. Constatei a participação expressiva dos presentes propondo idéias e avaliações diversas, discussões com propostas contrapostas entre a CPT/SC e os desapropriados/herdeiros.

Os próprios desapropriados/herdeiros (acampados) reconheciam esse caráter aberto e participativo das assembleias.

"Alguma coisa que algum não gostava, então prá isso já explicava. -Se algum...Então pode falar. Algum não gostava? - não mais nós vamo fazer assim, é melhor fazer assim. -Dow são vocês que sabem... Eles davam uma idéia daí diziam: -o que acham? (acampado).

c) Outro fator que possibilita demonstrar esse caráter da interação entre a CPT/SC e o Movimento foi a intensa discussão no seu interior a respeito da proposta de ocupação do CIMH, caso fosse devolvido, e sobre a entrada dos sem-terra no acampamento de Papanduva.

A CPT/SC, ao se envolver na questão, apresentou uma condição, sem a qual, considerava estar em contradição com seu projeto político: lutar pela devolução das terras, mas impedir que esta beneficiassem o grupo de "latifundiários", que, por documentação teriam direito às terras. Destarte, a CPT/SC apresentou uma proposta de ocupação da área, caso fosse devolvida, com a perspectiva de "justiça social" e não da legalidade apresentada nos documentos cartoriais.

Neste sentido a preocupação da CPT/SC foi a seguinte:

"A gente percebeu que tinha muito bóia fria, lá, por exemplo, que estava brigando no acampamento, estava lá passando frio, fome. Brigando por 2 ha. de terra, por 3 ha., por um alqueire, entende? E a gente começou a levantar a questão de que o INCRA não devolvesse para ninguém menos de um módulo mínimo. A gente começou a questionar que a escritura não vale tudo isso. Aquele que tem 9 filhos, que era bóia-fria, que tinha lá na área 3 ha., ele ia continuar sendo bóia-fria". (repr. da CPT).

Assim, a CPT/SC propôs ao Movimento uma forma de devolução da área que fosse mais equitativa e não meramente escrituralista.

Quanto a esta proposta houve um processo de rejeição do Movimento, embora muitos acampados estivessem favoráveis a ela, pelo benefício que representava. A rejeição partiu, particularmente, dos que possuíam propriedades maiores dentro do CIMH. Quanto aos desapropriados/hedeiros que não participavam do Movimento, chegaram a ameaçar fisicamente os representantes da CPT/

SC.

O processo de negociação com o INCRA sempre se encaminhou no sentido da devolução da área para os respectivos proprietários segundo as escrituras. Portanto, a CPT/SC não impôs sua proposta, nem conseguiu persuadir o Movimento a efetuar-la.

No entanto, esta discussão não ocorreu sem conflitos. Em determinado momento chegou a ocorrer o afastamento da CPT/SC em relação ao Movimento, mantendo contato apenas com participantes de forma mais individualizada. Posteriormente, ela retomaria sua participação no Movimento aceitando a proposta deste.

Com o início do processo de esvaziamento do acampamento a CPT/SC propôs a abertura para os sem-terra com alternativa para o Movimento.

Esta proposta gerou discussão e confronto entre a CPT/SC e o Movimento. A entrada de sem-terra no Movimento representava, para seus sujeitos, a possibilidade de questionamento de suas posses legais.

"Muitas pessoas não aceitavam as idéias da CPT, assim principalmente no caso dos sem-terra. Essas pessoas falavam: 'Ó prá que trazer os sem-terra, eles não tem terra, para que lutar?'"

"A gente sabe que eles não são muito a favor, eles também tem medo da reforma agrária, acham que vão perder a terra". (acampados).

Quanto a abertura do acampamento para a entrada de sem-terra, o Movimento acatou a proposta da CPT/SC, porém lhe deu um caráter próprio. A família de sem-terra seria admitida no acampamento desde que determinado desapropriado/herdeiro se responsabilizasse por ela. Ou seja, respondesse perante o Movimento pelos antecedentes "idôneos" da família e se comprometesse em conceder parte de sua área, caso fosse devolvida, para essa família sem-

terra.

Deixando de lado o aspecto "substantivo" das discussões, o que se pode concluir é o seguinte: a CPT/SC, de agente externo à situação dos desapropriados/herdeiros, passou a integrar-se tornando-se importante mediadora numa perspectiva educativa, organizativa e política. Teve uma significativa influência sobre a organização e práticas do Movimento. No entanto, o Movimento manteve sua capacidade de decisão sobre as discussões realizadas em seu interior, conquistando relativa autonomia em relação às posições tomadas pela CPT/SC.

De outro lado, a CPT/SC não impôs direção ao Movimento quanto à sua identidade, organização e projeto. Ela permitiu ao Movimento a capacidade de gestão interna, inclusive da própria CPT/SC.

4.2 - Descentralização do Poder e Incentivo ao Exercício da Democracia Participativa

Os movimentos sociais têm sido apresentados como realidades coletivas que têm permitido a experiência, por parte de seus sujeitos, de práticas democráticas (descentralização e participação). Segundo Krischke (SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987) essas experiências democráticas podem ser caracterizadas numa perspectiva limitada (a nível interno dos movimentos), como democracia como identidade restrita. Ou seja, as experiências democráticas estão mais relacionadas como o nível interno de organização, apresentando-se como experiência fragmentária e localizada.

A organização do Movimento dos Desapropriados de Papan-

duva se apresentou adequada na perspectiva de horizontalização e descentralização, porém apresentou contradições. O espaço privilegiado das discussões e decisões era a assembléia. A formação de comissões, além de repartir atividades e responsabilidades entre os diversos sujeitos, se constituiu numa maneira de garantir a descentralização do poder, evitando a existência de uma liderança autoritária ou grupo diretivo no Movimento.

O incentivo às práticas democráticas não foram somente uma observação de princípios, mas um meio de garantir a própria dinâmica do Movimento. Proporcionou aos sujeitos o sentimento de participação numa dimensão comunitária e de "assumir" seu Movimento. O depoimento seguinte apresenta essa preocupação com o processo de participação.

"Uma pessoa pra comissão precisa de tempo, precisa estar sempre junto, decidindo o que fazia e o que não fazia, né. Fazer avaliação, sempre se reunir pra fazer avaliação. O que deu durante o dia? Como é que foi? O que tinha que cobrar? Né." (acampado)

A descentralização não se referia somente às atividades, ao fazer. A assembléia como espaço político privilegiado do Movimento garantia a possibilidade de participação nas discussões e decisões. Sendo o coletivo restrito, era facilitada a gestão da experiência coletiva pelos próprios sujeitos de forma horizontalizada.

Porém, se a estrutura organizativa tornava possível e incentivava a experiência da democracia, a prática se apresentava com contradições e dificuldades.

A dinâmica do Movimento foi substituindo a estrutura horizontalizada por uma estrutura mais hierárquica, com a gesta-

em seu interior de uma "liderança personalizada".²⁶

O processo de "gestação" da liderança personalizada foi se contrapondo à experiência descentralizada das comissões, embora o espaço político da assembléia estivesse garantido enquanto forma de discussão e decisão, mas não de controle sobre a efetivação das decisões.

Não se constituiu num processo de imposição externa ou interna de determinado sujeito como "líder", mas de aceitação, de legitimação interna e formação no interior da dinâmica do Movimento.

Para melhor compreender esse processo, considero oportuno esboçar algumas razões que o tornaram possível. Estas estão relacionadas a três elementos: capacidades subjetivas do líder, sua participação na estrutura organizativa e a propriedade da terra onde foi formado o acampamento. Considero que estes elementos dever ser tomados como interdependentes.

Como primeiro elemento temos o reconhecimento por parte dos participantes do Movimento de algumas capacidades subjetivas, consideradas como relevantes: inteligência, excelente memória, conhecimento do processo de desapropriação e negociação, pessoa decidida que assumia suas responsabilidades de forma determinada, capacidade de formar bons argumentos e desinibição.

"Foi o que mais dava idéia, era o que o pessoal

²⁶ Entendo por liderança personalizada a existência de um indivíduo que assume um caráter diretivo no movimento, concentrando papéis e tarefas que poderiam ser descentralizados.

achava que tinha mais condições, porque conhecia a questão da desapropriação".
"Foi escolhido ele, homem preparado, um homem de bom estudo, ele pode conversar com qualquer pessoa". (acampados)

O segundo elemento foi a participação estratégica deste sujeito na estrutura organizativa do Movimento. Participava da comissão de negociação, que se tornou a mais significativa do Movimento. Era através dela que ocorria a negociação do Movimento com as autoridades. Ela se legitimou perante o Movimento como coordenadora, deixando para a comissão geral questões mais internas do acampamento. Desta centralização da coordenação passou-se para a concentração em um "líder".

Outro elemento é a propriedade da área donde foi montado o acampamento. A propriedade possibilitava o controle sobre ela expresso na capacidade de o proprietário determinar as liberdades e limites sobre ela, a responsabilidade do mesmo sobre os acontecimentos a ela relacionados. Era o responsável, no sentido, de que tinha de responder à sociedade e às autoridades constituídas pelos fatos que ocorriam em relação à terra.

Com a constituição do acampamento, o proprietário se percebeu como "responsável" pelo acampamento, pois estava em sua propriedade.

Esta responsabilidade incluía o controle (embora não a decisão) sobre as outras famílias que ali estavam acampadas, controle dos acontecimentos ali realizados. Por exemplo, se ocorresse um desentendimento entre determinadas famílias, o proprietário é que se percebia como responsável; se faltasse algum mantimento, da mesma forma.

A partir deste três elementos circunstanciais, aliados a dinâmica de desmobilização do Movimento, a estrutura organiza-

“iva dele foi sendo substituída pela presença de um “líder”. Entre a presença do “líder” e a desmobilização do Movimento ocorreu uma relação de mútuo reforço.

O surgimento deste controle personalizado do Movimento proporcionou o surgimento de disputas internas e descontentamentos.

“Porque as vezes tem uma idéia diferente que precisa ser melhor, então aí não dava. Daí o terreno era deles. Eles davam ordem(...) faziam assembleia e organizavam as comissões, uma saúde, outra barraca. Mais assim que a CPT virava as costas, eles lá dono do terreno mudavam tudo, sabe. Então eles falavam: - ah! Porque esses aqui não dá prá barraca, esse aqui não dá prá saúde”.(acampado)

Por outro lado, há um processo de legitimação pela importância da participação que o “líder” assumiu na dinâmica do Movimento.

“A gente sente, assim, que eles respeitavam bastante ele, até acho que eles chegaram a se apegar demais nele, que chegam, que deixam de se preocupar com o que eles deviam se preocupar, que eles deixam tudo pro conta dele. Oah! Vai acontecer isso, vai lá, vai ter uma assembleia hoje, chama o seu E.O. Acham que é ele que tem que fazer, eles chegam e pedem e ele não podia dizer que não”.(acampado)

Este depoimento permite a visualização de como o surgimento do “líder personalizado” implicou numa retração das práticas horizontalizadas.

Nos movimentos sociais o surgimento de lideranças, den-

tre os sujeitos que os constituem, tem um caráter positivo.²⁷ Porém, o que ocorreu em Papanduva foi um processo endógeno de substituição da forma de organização com características democráticas e descentralizadas em uma organização verticalizada.

No entanto, o próprio Movimento retomou uma organização de caráter mais democrático no final de 1986. Neste período, ocorreu a discussão e rearticulação do Movimento em torno propostas de formas de ação alternativas ao acampamento. Esta discussão teve um caráter de autocrítica sobre o modo como estava organizado o Movimento e de sua dinâmica. O Movimento passou a ser coordenado por uma equipe, com trabalhos de discussão realizados em diferentes localidades para permitir uma maior participação dos desapropriados/herdeiros.

A prática da democracia, mesmo como experiência restrita, pode ser considerada como característica da organização e práticas do Movimento, porém sujeita a contradições.

4.3 - RELAÇÕES COMUNITARIAS

Entendo por relações comunitárias aquelas que são expressas através da solidariedade como forma coletiva para construção de um coletivo igualitário.

A questão da igualdade, que nos movimentos sociais tam-

²⁷ Esta é a posição, por exemplo de LISBOA, Tereza K., quando analisa o MTRST. LISBOA, op. cit. p. 154.

bém se apresenta de forma contraditória, pode ser compreendida, segundo Durham (DURHAM, 1985) pelo fato de os movimentos apresentarem uma dupla face: "a pública, que enfatiza a igualdade, a união e o consenso; e a oculta, das decisões, divergências, acusações mútuas, discriminações, que contribuem muito para o sabor, a intensidade e dramaticidade dessa prática coletiva".

Os desapropriados já haviam vivenciado, antes da desapropriação, essa experiência coletiva de relações comunitárias.

Como demonstrei, anteriormente a realidade vivida dos agricultores era caracterizada por relações comunitárias que se manifestavam em ações concretas e regulares (pixirum, trocas vicinais, ajudas mútuas. No entanto, o significado atribuído à propriedade privada introduzia contradições a essas práticas.²⁸

Com a articulação do Movimento, e particularmente do acampamento, houve o reencontro das mesmas famílias num mesmo espaço físico e social. Isto tornou possível a reconstrução de algumas experiências de solidariedade que ocorriam anteriormente. Agora elas se concretizariam no repartir da alimentação, na ajuda entre as famílias, na própria estrutura participativa do Movimento.

Este reencontro foi também significativo no sentido de criação da motivação para o Movimento. Esta motivação se dava a partir da socialização da memória histórica, das dificuldades encontradas com a desapropriação, do significado da perda da terra.

²⁸ Analisei mais detalhadamente as relações sociais existentes entre os desapropriados antes do processo de desapropriação anteriormente. Ver sub-título: "As Formas de Produção e as Relações Sociais dos Agricultores Antes da Interferência Militar na Área".

Por outro lado, as dificuldades de relacionamento existentes anteriormente também se reproduziram, ou seja, a existência de uma pré-indisposição de solidariedade entre certas famílias que anteriormente apresentavam situações de conflito entre si.

Esta realidade, embora escamoteada da esfera pública, tinha seu significado no espaço privado das fofocas, do "diz-que-diz, nos momentos informais.

"a gente sabe que entre famílias, pelo fato de sofrer mil e uma dificuldades, e a circunstância toda. As famílias entre si haviam muitas rixas, pelo que percebi, mesmo antes de serem desapropriadas. O fato de eles serem desapropriados, de serem jogados prá cá, prá lá, não mudou essas rixas que eles tinham entre famílias. Os pais deles brigaram, e os filhos se mantiveram também separados. A briga interna, isso acontecia, desde o repartir da comida. Então ficava fofocando daqui, dali, porque fulano trouxe, então ele comia melhor, ia o pior prá nós".(repr. da Igreja)

Isto gerou dificuldades para o próprio Movimento, pois mesmo que escamoteados da dimensão pública, esses conflitos foram influentes, principalmente nos períodos de maior desânimo, de dificuldades. Nesta perspectiva estes conflitos internos realimentaram o desânimo e as próprias divisões internas provocando a desmobilização do Movimento.

As relações comunitárias, como característica dos movimentos sociais, estão sujeitas a contradições. A peculiaridade do Movimento, a vivência histórica dos seus sujeitos são elementos importantes para compreensão destas contradições. No entanto, as relações comunitárias faziam parte da proposta de convivência participativa do Movimento e se concretizavam em algumas práticas significativas para a existência dele.

4.4 - PRESENÇA DE ELEMENTOS SIMBÓLICOS-RELIGIOSOS

Outra característica da organização do Movimento dos Desapropriados de Papanduva foi a presença significativa de elementos simbólicos-religiosos como fator de integração, união, motivação do grupo e politização do Movimento.

Essa importância dos elementos simbólicos e religiosos podem ser compreendidos pela cultura religiosa presente entre os sujeitos da ação, como também pela participação expressiva da igreja católica através de seus agentes de pastoral, a comunidade da diocese de Caçador/SC e a própria CPT/SC que é uma entidade pastoral. Tanto a Igreja, quanto a CPT/SC realizaram um trabalho a partir desta cultura religiosa numa perspectiva de politização do Movimento a partir dela.

O simbólico-religioso pode ser verificado nos seguintes fatos:

a) o nome do acampamento (São João Maria). João Maria era conhecido entre os desapropriados/herdeiros como monge, profeta e andarilho pelas terras da região. Inclusive, na área desapropriada há um local conhecido como "Campo da Cruz", no qual, segundo a tradição da região, o monge João Maria havia passado, feito milagres e profecias. Faz parte da memória histórica dos desapropriados/herdeiros, suas idas ao Campo da Cruz para levarem flores e rezarem.

Na memória histórica dos acampados estavam presentes, também, algumas profecias do "santo monge" que, segundo eles, haviam se concretizado. Para o Movimento as profecias mais significativas eram aquelas que se referiam (segundo alguns acampados)

ao próprio processo de desapropriação. Segundo alguns, João Maria havia vaticinado a presença dos militares na região, a qual aconteceria em detrimento da possibilidade da produção agropecuária.

"Ele contou uma passagem que ia acontecer aqui. Ele disse prá não brigarem por terra, porque os botinha vinham e voltavam e a terra eles não levavam. Que aqui ia ter muito pasto e pouco pasto. Eu creio que é nessa agora". (acampado)?"

Além do nome do acampamento, a memória sobre João Maria esteve presente na cruz colocada no acampamento com o quadro e a bandeira do monge.

A CPT/SC utilizava a presença destes elementos para relacioná-los à ação do movimento do Contestado. A luta do Contestado era apresentada como forma de desmistificação do conteúdo meramente simbólico-religioso, e introdução de um conteúdo crítico-político em relação a esses elementos. Isto serviu como processo de conscientização e politização da ação do Movimento dos Desapropriados.

"Ligava a luta deles pela reconquista da terra, com a luta do Contestado. Mais daí essa visão histórica a gente procurava torná-las mais verdadeira, chegar mais perto da verdade histórica, porque o relato era imbuído de muito sacralismo, essa religiosidade popular. Nas profecias, nas bênçãos, na história de São João Maria. A gente procurou avançar com eles politicamente no sentido de entender o que foi a guerra do Contestado". (repr. da CPT/SC)

²⁹ Os botinha = exército, militares.

Muito pasto = pela falta de utilização da área o capim iria se desenvolver em abundância.

Pouco pasto: não existência de animais na área.

A relação da figura de São João maria com a Guerra do Contestado (não feita pelos acampados), permitia uma discussão sócio-política do significado da guerra para a luta que continuava a ser empreendida pelo Movimento em torno da terra.

Portante, considero que a presença da "questão do Contestado" no Movimento dos Desapropriados se fez presente nesta dimensão mais simbólica-religiosa por parte de seus sujeitos, a qual foi utilizada pelos mediadores como substrato para elaboração de uma visão crítico-política da realidade.

b) Manifestações comunitárias. A presença de elementos simbólicos-religiosos também se fez presente enquanto manifestação de ações comuns, tais como orações diárias, celebrações dominicais e concentrações populares. A dimensão destes acontecimentos era de tal forma significativa, que no acampamento de Papan-duva havia uma construção (barraca) específica para essas ações.

As concentrações populares, que tinham forte impacto político, principalmente através da imprensa, eram caracterizadas como concentrações eclesiais. Ou seja, a presença da comunidade eclesial católica, a celebração religiosa, eram significativas e acompanhavam a dimensão política de discussão, palavras de ordem, etc...

c) A dimensão simbólica-religiosa esteve presente no Movimento de forma orgânica, com a presença do padre e das religiosas.

Numa perspectiva de ligação entre a fé (símbolos, religião) e a política, as rezas, as leituras bíblicas, as celebrações, a devoção popular possuíam uma dimensão de conscientização e politização do Movimento. Esta era tarefa dos mediadores.

Essa presença significativa de elementos simbólicos-re-

ligiosos foi importante, segundo os sujeitos do Movimento, como fator de estímulo e união entre eles, motivação diante das dificuldades.

Portanto, além destes elementos terem se caracterizado como fatores de conscientização e politização do Movimento dos Desapropriados de Papanduva eles tiveram um significado mais subjetivo-emocional, importante para os acampados.

4.5 Ação/Luta Coletiva Não Violenta

A organização com suas características e contradições, tornou-se dinâmica no interior do Movimento através das várias formas de ação/luta coletivas empreendidas por seus sujeitos.

Embora o Movimento tivesse significativa identificação com os acampamentos, as formas de ação/luta desenvolvidas formaram um leque maior: concentrações populares, ocupação de órgãos públicos, ameaça de ocupação seguida de caminhada, passeata, greve de fome.

A caracterização geral destas formas de ação adotadas é a de se configurarem como ações não violentas. A ação não violenta, enquanto uma técnica de luta em determinado conflito, não significa inércia e nem se identifica com apelos verbais, conciliação e negociação, os quais podem preceder e acompanhar a ação, mas não identificar-se com ela.

Essa compreensão da ação não violenta permite clarificar a diferença do caráter das formas de reivindicação, ocorridas antes de 1985, e o caráter das ações empreendidas pelo Movimento. Isto de maneira predominante, pois em 1980 houve uma forma ativa, com a ocupação do CIMH, e no Movimento ocorreu a negociação e

conciliação.

Anteriormente, os meios de persuasão eram caracterizados pela negociação, que consistia em esforços verbais realizados para conseguir um acordo com o governo, ou pela conciliação através do "puxa-saquismo" que não permitia a percepção da contradição de interesses existentes entre as partes. Com a constituição do Movimento, a persuasão ocorreu enquanto protesto ativo e tentativas de intervenção no processo de solução do problema, permitindo a percepção do conflito entre os sujeitos do Movimento e seus oponentes (governo e exército).

A adoção de formas de ações de caráter não violento ocorreu de forma crítica, tanto às formas de reivindicação empreendidas anteriormente, quanto a possibilidade de utilização de ações de caráter violento.

No primeiro aspecto, a opção ocorreu a partir da avaliação crítica quanto aos resultados efetivos conquistados (ou Não) das reivindicações ocorridas anteriormente. A constatação era de que, embora, estiveram por duas décadas preocupados com advogados, negociações, nenhuma expectativa de solução da questão estava sendo visualizada. Esta avaliação deslegitimou a persuasão não ativa, o que pode ser verificado pelos depoimentos seguintes:

"Eu acredito que o trabalho do acampamento foi a melhor coisa que fizemos até hoje, através da sociedade (SNRP) nunca conseguimos uma divulgação, de sensibilização das autoridades, de governo, de exército".

"Porque outra forma de luta que seriam as audiências com o governo do estado, consulta as autoridades jurídicas do país, nada disso teve sucesso pra uma solução". (acampados)

A opção pela ação não violenta em contraposição à possibilidade da ação violenta (por ex. ocupação do CIMH com re-

sistência violenta) teve caráter um racional de acordo com a situação do conflito. Racional no sentido de adequação entre meios e fins.

Nesta perspectiva a ação não violenta se apresentava ao Movimento como única possível, pois estavam diante da organização que detinha o monopólio (ou quase) do poder bélico nacional. Portanto, a correlação de forças físicas (homens e armas) era demasiadamente desvantajosa para o Movimento.

Para o Movimento a ação não violenta se apresentava como a mais adequada, também devido às circunstâncias situacionais e históricas em que o conflito acontecia. Era mais adequada para evitar uma reação repressiva por parte dos militares, enquanto a ação violenta poderia justificar uma ação repressiva e a própria deslegitimação da reivindicação do Movimento perante a opinião pública. Havia a percepção de que não era necessária uma ação mais "drástica", pois o direito legal sobre a propriedade já lhes pertencia.

"A nossa luta era pacífica, nós não podia lutar contra o exército na força, que nós seria derrotado, a luta armada não vai resolver isso, não vai influir em nada, acho que vai piorar a situação só vai acontecer de o povo se complicar mais. Nós tamo lutando, temos a justiça".

"Eu acho que pode (conquistar os direitos pela ação não violenta) porque eles não tem o direito nenhum, eles não têm documento, a terra não é deles". (acampados)

Por outro lado, a presença da CPT/SC como mediadora do Movimento, também teve influência para a adoção de práticas não violentas.

O Movimento percebia a CPT/SC como um órgão com experiência histórica em movimentos sociais, de forma particular identificando sua ação com os movimentos do campo ocorridos no oeste

catarinense. Neste sentido houve uma identificação de que a atuação da CPT/SC se relacionava com acampamento, concentrações...

A definição das várias formas de ação/luta empregadas pelo Movimento estiveram relacionadas com a própria dinâmica e objetivos mais imediatos por ele estabelecidos.

Considero oportuna uma referência mais específica para as formas de ação mais expressivas desenvolvidas pelo Movimento.

a) Acampamento. Foi a mais expressiva forma de ação e esteve sobreposta à própria estrutura organizativa do Movimento.

Inicialmente a intenção básica do acampamento em Papanduva foi a de ser uma forma de pressão para abertura de negociações. Tornou-se um importante instrumento de socialização do conflito com a intermediação da imprensa e da igreja.

Quando o acampamento de Papanduva perdeu, segundo o Movimento, esta expressividade e sua capacidade de pressão e, por outro lado, com a nomeação do INCRA/SC para intermediação da solução, o acampamento se dividiu. Uma parte dos acampados formaram um novo acampamento em Florianópolis com objetivos mais precisos: pressionar o INCRA/SC, para que ele agilizasse a concretização das responsabilidades assumidas, ou seja, dispor ao exército áreas de terra possíveis de serem permutadas com o CIMH.

b) Concentração popular. Ocorreram várias concentrações populares, com a participação do Movimento e de outros sujeitos ligados à igreja, entidades sindicais e outros movimentos sociais, geralmente realizadas no próprio acampamento de Papanduva. Isto permitia a percepção empírica das condições de infra-estrutura dos acampados e da situação de confronto com os militares.

O objetivo das concentrações era de incentivar o Movimento e manifestar apoio público às reivindicações e protestos do

Movimento contra o governo e exército.

c) Passeata e greve da fome. O significado particular dessas formas de ação foi a ligação entre o Movimento dos Desapropriados de Papanduva e o MTRST. Além da socialização e conquista de apoio, essas formas de ação permitiram a interação do Movimento com a questão da terra enquanto uma problemática mais ampla da realidade brasileira. Por outro lado, possibilitavam a distinção entre os movimentos com suas peculiaridades.

d) Ocupação de órgãos públicos. Esta forma de ação difere da categoria de ação não violenta como o protesto e a persuasão. Pois, a ocupação se apresenta como forma de intervenção direta dos sujeitos.

O Movimento ocupou por um dia a sede do INCRA/SC, em Florianópolis. Foi uma ação significativa, por demonstrar a disposição do Movimento de empreender ações mais "drásticas" para concretizar seus objetivos.

e) Ameaça de ocupação seguida de manifestação de protesto. A ocupação do CIMH foi o principal desafio assumido pelo Movimento, como forma de ação não violenta. Por duas vezes foi organizada a programada a ocupação. A primeira, mais como ameaça, e a segunda, com tentativa de intervenção. Enquanto a primeira objetivava a mudança e agilização das posições tomadas pelo governo e militares, a segunda objetivava ser uma prática para retomada imediata das terras.

Se a ocupação (ameaça) constituiu a ação mais direta em relação à devolução da área a partir do Movimento, ela resultou em reações rápidas, brutais e repressivas por parte dos militares. Isto impediu que a ocupação fosse uma ação concretizada pela intervenção de fato do CIMH.

Segundo a avaliação do próprio Movimento, a respeito das formas de ação empreendidas, elas foram positivas no sentido de que: conseguiram despertar a atenção e socialização do problema em questão, apoio público para uma solução favorável à proposta do Movimento, apoio do poder judiciário, possibilidade de efetivamente expressar a percepção do problema a partir da maioria dos desapropriados/herdeiros ("pobres") e, a partir desta percepção, influenciar as ações do governo/exército.

"Então, através desse acampamento que conseguimos levar a público a divulgação, então isso ajudou bastante e eu acredito nisso porque tivemos apoio muito grande das comunidades".

"Depois que nós se manifestamos em acampamento, nós já tivemos retorno de documento mandado pra Ministro do Exército. O próprio exército hoje reconhece como um erro que aconteceu na justiça a desapropriação de Papanduva". (acampados)

Neste processo de socialização do problema da desapropriação e o conflito entre o Movimento e o Exército, é importante destacar a importância assumida pelos meios de comunicação. Os órgãos de imprensa do Estado publicavam, quase que diariamente informações sobre a questão da desapropriação e luta do Movimento. Ela se constituiu num importante meio de socialização do Movimento, contribuindo para sua capacidade de pressão.

Considero que a principal dificuldade do Movimento foi a de adequação das formas de ação aos objetivos desejados, no sentido de que não conseguiu efetivar uma forma de ação que provocasse a solução da questão de acordo com sua proposta. Não foi desenvolvida uma ação que "encurrala-se" o Exército, exigindo deste uma posição mais concreta quanto à solução.

A não definição de formas de ação mais persuasivas e eficientes foi problemática, de tal maneira que chegou a contribu-

ir para a existência dos reflexos do próprio Movimento.

Para Gene Sharp (SHARP, 1983) a "ação não violenta é um meio de combate, como o é uma guerra. Ela envolver o equilíbrio de força e o travamento de 'batalhas', requer estratégias e táticas sábias e exige de seus soldados coragem, disciplina e sacrifício".

O Movimento não considerou a ação não violenta como meio de combate. Ela se apresentou como a única possível e fortemente sustentada no direito legal sobre a propriedade. Havia uma percepção de que a formalidade da lei seria mais determinante na situação do que a ação coletiva a ser empreendida. Esta surgiu como "um apêndice" diante do direito legal. Neste sentido considero que a ação não violenta foi adotada de forma ingênua pelo Movimento.

Isto pode ser compreendido pelo fato de que a ação não violenta, embora sendo uma prática sistemática dos movimentos sociais, ainda não se constituiu em objeto de reflexão, análise e avaliação enquanto meio de combate no interior dos movimentos e, mesmo, dos mediadores.

ir para a existência dos reflexos do próprio Movimento.

Para Gene Sharp (SHARP, 1983) a "ação não violenta é um meio de combate, como o é uma guerra. Ela envolver o equilíbrio de força e o travamento de 'batalhas', requer estratégias e táticas sábias e exige de seus soldados coragem, disciplina e sacrifício".

O Movimento não considerou a ação não violenta como meio de combate. Ela se apresentou como a única possível e fortemente sustentada no direito legal sobre a propriedade. Havia uma percepção de que a formalidade da lei seria mais determinante na situação do que a ação coletiva a ser empreendida. Esta surgiu como "um apêndice" diante do direito legal. Neste sentido considero que a ação não violenta foi adotada de forma ingênua pelo Movimento.

Isto pode ser compreendido pelo fato de que a ação não violenta, embora sendo uma prática sistemática dos movimentos sociais, ainda não se constituiu em objeto de reflexão, análise e avaliação enquanto meio de combate no interior dos movimentos e, mesmo, dos mediadores.

5. IMPACTOS E LIMITES DO MOVIMENTO

Aqui tratarei de duas questões importantes a respeito do Movimento dos Desapropriados de Papanduva. A primeira diz respeito à capacidade de ruptura apresentada pelo Movimento em relação à tradição autoritária, na perspectiva de avançar na construção da cidadania. A segunda diz respeito à capacidade de pressão dele sobre o Estado (seus órgãos e exército) conseguindo a modificação das decisões tomadas por este. Ou seja, uma discussão dos impactos e limites do Movimento para a construção de uma sociedade mais democrática.

O caráter localizado e fragmentário e sua dinâmica contraditória podem ser vistos como fatores que tornam irrelevante a potencialidade de ruptura do Movimento em relação à nossa tradição política autoritária. No entanto, uma posição puramente negativa pode excluir outros aspectos "positivos", e assim escamotear a verdade.

Um aspecto desta discussão tem a ver com a potencialidade do Movimento em contrapor-se à cultura política autoritária. Para tanto é importante verificar alguns elementos do Movimento que representaram uma nova cultura política, mais democrática.

São elementos já apresentados em outros contextos. Considero oportuno reagrupá-los para uma melhor compreensão da discussão em questão. São elementos que, em que pese suas contradições permitem visualizar os efeitos desta experiência coletiva no sentido de negar os padrões autoritários da cultura política dominante.

a) Questionamento do elitismo político. O Movimento dos Desapropriados procurou se estruturar fora dos espaços sociais

que tradicionalmente apresentam concepções elitistas de controle e direção. A autonomia do Movimento foi um elemento questionador dos mecanismos de controle elitista de agentes externos sobre sua ação.

A própria participação da CPT/SC (como da Igreja) se caracterizou por uma ressocialização de seu papel numa perspectiva popular e de rompimento das concepções de dicotomização entre hierarquia e povo. Pode-se afirmar que o Movimento representou uma reforma neste ambiente (igreja) tradicionalmente elitista. Pela importância da participação da CPT/SC no Movimento, este rompimento sugeriu motivações para as ações entre os próprios sujeitos numa perspectiva de igualdade e democratização. Um exemplo desta ressocialização e seu significado para o Movimento está expresso na seguinte colocação:

"As irmãs se tornaram muito amigas da gente, assim, dormiam junto nas barracas, comiam com a gente. Que a gente tinha a impressão, assim que uma irmã era mais que a gente, que ela não podia estar num ambiente que a gente tava. Então a gente começou a conhecer que, elas se sentiam iguais aos outros, isso aí deu muita força para a gente". (acampado)

b) Presença de elementos democráticos e participativos a nível de organização. A organização interna do Movimento foi permeada por práticas mais ou menos constantes (embora com contradições), com características de democracia de base. A descentralização da organização, a assembleia como foro permanente de discussão, as relações comunitárias forma práticas que incorporaram um novo estilo da prática política, mais democrática. Portanto, a nível interno, o Movimento chegou a construir elementos democráticos em contraposição as estruturas centralizadas e verticais.

Estes elementos visualizadores de uma nova cultura política não estiveram presentes restritamente ao âmbito interno do Movimento. Houve um processo de "extrapolação" das características das ações do Movimento para outras ações políticas, em outras esferas. Isto é, sujeitos que participaram do Movimento dos desapropriados passaram a atuar em outras esferas políticas (sindicato e partido), procurando introduzir nelas elementos que questionavam e modificavam as idéias e práticas políticas tradicionais.

O Movimento foi a base coletiva mais significativa para a formação no Município de Papanduva do sindicalismo "combativo" e do Partido dos Trabalhadores (PT).³⁰

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Papanduva foi a única entidade que se manifestou, explicitamente, contrária ao Movimento dos desapropriados em 1985. Dois anos depois, em 1987, a direção do sindicato não conseguiu reeleição. Um grupo de participantes do Movimento lideraram a formação de uma nova chapa e assumiram o sindicato com novas proposta de atuação. Foi o início da formação do sindicalismo "combativo" da Papanduva em oposição ao sindicalismo "pelego".

Houve uma perspectiva de introduzir práticas sindicais com novas características: organização a partir da base, apoio à luta dos agricultores e incentivo à participação dos trabalhadores nas decisões. Destarte, houve uma socialização dos elementos característicos de uma nova cultura política construídos na luta/ação do Movimento para a ação sindical.

30 Não avaliei, nem analisei como esses elementos se constituíram em práticas efetivas nestes espaços, pois, na época da pesquisa de campo, a constituição destes espaços estava apenas iniciando.

Outra esfera política que sofreu influência do Movimento foi a partidária. O Movimento foi condição fundamental para que se formasse em Papanduva o Partido dos Trabalhadores (PT).

Não considero que a formação de um novo partido político seja elemento suficiente para caracterizar uma nova cultura política, nem mesmo o PT. No entanto, vários pensadores vêem no surgimento histórico do PT uma novidade para as concepções e práticas políticas no país.³¹

Por exemplo, para Moisés (MOISÉS, 1982) a emergência de um fenômeno novo na sociedade brasileira se expressa "na proposta de organização do Partido dos Trabalhadores que, a partir de 1978, vem sendo sustentado pelas lideranças sindicais autênticas".

Segundo Moisés a novidade consistiria: na organização dos setores não privilegiados da sociedade, desejo de participação de suas bases, organização sob forma democrática rechaçando a concepção centralizada, defesa da autonomia dos sindicatos e movimentos populares.

Na questão em análise, considero mais relevantes do que a formação do partido os elementos novos que o Movimento (seus sujeitos) pretendia introduzir na prática partidária local, também como forma de contraposição às práticas clientelistas sofridas durante os anos anteriores de reivindicação.

Assim, além de elementos como organização pela base,

³¹ Ver: MOISÉS, J.A. Lições de Liberdade e Opressão. O Novo Sindicalismo e a Política, 1982; VIOLA, E. & MAINWARING, S. Transitions to Democracy: Brazil and Argentina in the 1980's, 1985; e, ALVES, M.H.M. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), 1984, p. 277.

defesa dos movimentos populares, participação igualitária, a proposta de formação do PT em Papanduva esteve aliada ao questionamento do clientelismo e das práticas meramente "eleitoreiras" dos partidos locais. Ou melhor, não só dos partidos mas dos próprios desapropriados/herdeiros que se sujeitavam e aliavam a eles.

Por exemplo, nos períodos de eleições, a questão da desapropriação era utilizada pelos candidatos como meio para conquista de votos através de promessas. Os próprios desapropriados/herdeiros aceitavam essas formas clientelistas, servindo como cabos eleitorais.

Apesar dos limites e contradições, o Movimento construiu elementos positivos no sentido de questionar a cultura política tradicional, não só enquanto experiência restrita, mas socializando-os para outras esferas da ação política.

Outro aspecto da discussão sobre a potencialidade de ruptura do Movimento dos Desapropriados de Papanduva tem a ver com seus avanços e limites enquanto construção da cidadania.

Considero que a articulação de uma prática coletiva dos desapropriados/herdeiros, a partir da reivindicação do direito de uso das propriedades que lhes pertenciam legalmente, já se constitui num elemento fundamental para construção da cidadania como mediação entre o espaço privado e o espaço público.

Enquanto as "práticas" desenvolvidas anteriormente eram orientadas no sentido de obtenção de favores dos poderes públicos (característica da tradição neo-patrimonialista), as práticas coletivas do Movimento eram orientadas pela elaboração de um direito a ser reivindicado através da ação.

Portanto, pode-se considerar que o Movimento dos Desapropriados de Papanduva se constituiu enquanto prática construto-

ra da cidadania, mediante suas relações com o Estado/exército através do direito.

O Movimento também foi espaço de contestação da concepção autoritária do direito e da lei vigente na tradição política brasileira. Rompeu com a percepção destes elementos enquanto instrumentos de privilégio das classes dominantes e aplicados segundo os seus interesses.

Uma percepção mais específica dos avanços e limites da construção da cidadania pelo Movimento deve ser obtida através da especificação da concepção de cidadania (construída) predominante. Para isso, são úteis as concepções apresentadas por A-branches. Utilizá-las-ei enquanto tipos ideais.

A discussão passa pela seguinte questão: o Movimento construiu uma cidadania de percepção mais liberal, ou mais coletiva?

Entre os desapropriados/herdeiros que participaram do Movimento, a concepção do direito sobre a propriedade esteve ligada à delimitação cartorial do mesmo. O direito a ser observado já estava estabelecido nas escrituras individuais sobre as terras do CIMH. Reivindicava-se o direito estabelecido na escritura, como documento legal sobre a propriedade da terra.

Esta percepção pode ser constatada na discussão entre as propostas da CPT/SC e do Movimento. A CPT/SC procurava questionar o significado da escritura individual e propunha que o direito sobre a terra também fosse garantido a partir da participa-

32 Excluo propositadamente a concepção de cidadania por ser regulada, na medida que considero o Movimento dos Desapropriados de Papanduva como uma prática não controlada pelo Estado.

ção dos sujeitos no Movimento. Ela vinculava o direito à propriedade à participação efetiva dos indivíduos na ação política.

A esta proposta o Movimento reagiu negativamente. Não haveria diferença quanto aos direitos entre os que participaram do Movimento e os que não o fizeram. Todos teriam direito de acordo com o estabelecido nas escrituras. Aqueles que não participavam do Movimento teriam uma dívida moral para com estes pelo seu espírito altruísta.

*"Pois, os que possuem documentação de terra, eu acho que tenham direito. Temos que concordar, foram acampar, não foram tem o documento".
"Embora não ajudaram nós a enfrentar, mais é um direito dele, então se nós decidir decidimos o nosso e deles. Agora, em consciência, se um dia acharem, senti na consciência(...).(acampados)*

O Movimento construiu a cidadania concebida em sua dimensão individualizada e liberal com ênfase nos direitos de propriedade garantidos formalmente a cada proprietário.

O Movimento também não avançou no sentido de se constituir em construtor de novos direitos, vinculando-os à socialização e politização dos indivíduos na prática comunitária. Nisto pode-se contrapô-lo ao MTRST do oeste, cujo impacto político é o de apresentar-se como construtor de direitos a partir da prática coletiva, tendo a percepção de que o direito se conquista na luta.³³

Por outro lado, o Movimento dos Desapropriados avaliou como fundamental a ação política coletiva, como única capaz de permitir avanços no processo de negociação, favoráveis às reivin-

33 Cf. LISBOA, Tereza K. op cit., pp 164-168.

dicações dos desapropriados/herdeiros. Foi esta participação na ação coletiva que pressionou para que o governo e os militares reconhecessem o direito a partir da visão do Movimento.

Ao lado da concepção individualista e liberal dos direitos, o Movimento introduziu a participação como elemento importante. Contrapôs-se de forma crítica ao modelo representativo (dos políticos profissionais, de advogados), próprio a concepção liberal. O Movimento avançou ao introduzir em sua concepção individualista elementos da cidadania coletiva.

O coletivo percebido, não enquanto construtor de direitos, mas enquanto espaço de participação/ação pela preservação dos direitos garantidos formalmente para os indivíduos, sem questionamento de sua legitimidade.

Dentro desta discussão sobre os impactos e limites políticos do Movimento apresenta-se uma segunda questão. A capacidade do Movimento de pressionar mudanças efetivas nas decisões dos aparelhos de estado (órgãos governamentais e exército), considerando seu caráter localizado e fragmentário.

Um constatação objetiva pode chegar à conclusão de que, após 18 meses de pressão do Movimento, seu impacto sobre o aparelho estatal tenha sido nulo, pois não conseguiu concretizar seus objetivos, principalmente a retomada da área do CIMH. Considero uma constatação demasiadamente simples e, por isso, pessimista.

O Movimento dos Desapropriados, com seu caráter reivindicativo, exigiu um processo de interação com as instituições ligadas ao Estado e Exército. A efetivação deste processo de interação/negociação foi o primeiro objetivo específico das formas de ação empreendidas pelo Movimento. Expressões como *abertura de negociação, dialogar, conversas* estão contidas em quase todos os

comunicados, informativos e documentos do Movimento.

Ele não se apresentava como uma organização/ação anti-estado; de negação do instituído, mas se dirigiu a ele e exigia uma interação com ele para o atendimento das reivindicações.

Para análise da capacidade de influência do Movimento na conquista de decisões favoráveis às suas propostas de negociação, é necessária uma distinção entre as direções tomadas por esse processo de interação. Negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e negociação com o Ministério do Exército (MEEx).³⁴

O INCRA foi constituído pelo Presidente da República e pelo MIRAD como representante do Estado diante do Movimento. O processo de interação/negociação Movimento-INCRA ocorreu a partir de dezembro de 1985, após a audiência entre representantes do Movimento e o Presidente. Este encaminhou os documentos e reivindicações para o MIRAD e este, ao INCRA/SC.

O processo de negociação entre o Movimento e o INCRA/SC ocorreu em torno da reivindicação para que este apresentasse ao Exército áreas de terra em Santa Catarina ou Paraná possíveis de serem permutadas com o CIMH, segundo exigência dos militares.

O INCRA/SC apresentou uma primeira proposta já no início de 1986, a qual ficou inviabilizada. Diante disto o INCRA/SC se esquivou de apresentar outras áreas.

Esta posição do INCRA/SC levou o Movimento a redirecionar suas ações no sentido de pressioná-lo. Para tanto houve a o-

³⁴ Considerando o caráter corporativo-hierárquico da organização militar considero como posições oficiais da instituição as relativas tanto ao MEEx, 58 RM, 32 RCC, 143 BIM e direção do CIMH.

cupação da sede regional do órgão em Florianópolis/SC, seguida do acampamento em frente ao prédio a partir de abril de 1986.

Quando o Movimento iniciou sua pressão sobre o INCRA/SC, a posição deste era a seguinte: o órgão já havia cumprido seu papel ao apresentar uma proposta, e o Movimento deveria encaminhar suas ações em outra direção, como a revogação do decreto de desapropriação ou indenização justa, sendo que o INCRA/SC não poderia auxiliar.

O Movimento reafirmou sua reivindicação de que o órgão deveria procurar e colocar à disposição outras áreas. Decidiu que, até uma não definição da nova área a ser ocupada pelos militares, permaneceria pressionando o INCRA/SC.

Como primeiro resultado desta pressão, o INCRA/SC formou uma comissão de trabalho juntamente com o INCRA/PR para delimitar possíveis áreas e apresentá-las à 5ª RM. Em junho de 1986 a comissão apresentou um relatório contendo 8 áreas disponíveis para permuta.

Além disso, o Movimento reivindicava ao órgão que acompanhasse o processo de escolha da nova área e que informasse adequadamente o Movimento sobre o processo de permuta do CIMH. Neste sentido, o INCRA/SC não se "comportou" de acordo com a pressão do Movimento. O Movimento não recebia informações precisas e coerentes por parte do INCRA.

Desse processo de pressão/negociação com o INCRA/SC, pode-se concluir que efetivamente o Movimento teve capacidade de influenciar nas decisões do órgão. A partir do momento em que passou a direcionar sua ação, de forma significativa ao INCRA/SC, este reordenou suas posições de forma positiva para o Movimento. O que não teria ocorrido sem a pressão do Movimento, como ficou

demonstrado pela posição do INCRA/SC antes da ocupação e do acampamento de Florianópolis.

Quanto às negociações entre o Movimento e o MEx, particularmente com a 5ª RM, foi um processo mais complexo e controverso. Nesta direção, embora a ação do Movimento tenha influenciado as posições dos militares, é complicado caracterizar a existência de um processo de interação entre as duas partes. Quando houve negociações, sempre foram mediadas por representantes externos ao Movimento (deputados estaduais e federais).

Para explicitar e caracterizar a "relação" dos militares com o Movimento e, avaliar a capacidade de impacto deste, considero oportuno retomar (esquemáticamente) as principais reações do Exército diante das reivindicações dos Movimento.

Após a formação do acampamento ao lado do CIMH, a preocupação do Exército foi a de se esquivar em considerar-se parte do conflito. A Chefia do CIMH declarou que as operações militares que estavam acontecendo eram de rotina e cumpriam cronograma pré-determinado. Isto era verdade, porém, o que não era rotina, segundo o Movimento, era a ação constante de Exército naquele local, que anteriormente era raramente utilizado.

De outro lado, a 5ª RM, através do departamento de relações públicas, declarou que a área servia apenas para operações de treino e que o conflito não era entre o Movimento e o Exército, mas entre o Movimento e a União. Para o Exército a propriedade do CIMH pertencia à União e a ele caberia apenas a responsabilidade pela guarda e preservação do mesmo.

Apesar desta posição inicial contrária, um mês após o início do acampamento o Ministro do Exército admitiu para uma comissão de deputados que o Exército poderia desocupar o CIMH. Po-

sição que seria ratificada em várias ocasiões pela 5ª RM,

Mesmo admitindo a possibilidade de permuta, a preocupação constante dos militares foi a de impedir a ocupação do CIMH pelo Movimento. Permaneceram permanentemente vigiando as proximidades do acampamento, realizando ações com o objetivo de dissuadir e intimidar o Movimento, com pressão psicológica sobre os acampados.

Paralelamente a essas ações de intimidação, o Exército continuou a admitir sua saída do Campo. Posição que foi assumida formalmente pelo próprio MEx. No Aviso nº 061, de 26/03/86, o Ministro do Exército afirma não se opor à proposta do Movimento de permuta do CIMH por outra área.³⁵

No entanto, o mesmo Aviso continha considerações quanto à situação jurídica da questão da desapropriação que isentavam o Exército: a) o "caso Papanduva" judicialmente estava encerrado e as indenizações pagas conforme lei apropriada, b) a propriedade do CIMH é da União e não do MEx, ao qual caberia somente a guarda e o devido uso, c) o CIMH era imprescindível para o Exército, pois era o único disponível para o adestramento das corporações situadas nos Estados de SC e PR. Foram considerações de caráter dissuasivo sobre o Movimento, que se contraporam à disposição do exército em deixar a área e ao uso histórico que o Exército deu à ela.

Em junho/86 a 5ª RM recebeu do INCRA/SC a indicação das áreas mas não encaminhou o processo de avaliação e escolha. Esta

³⁵ O aviso nº 061 de 26/03/86 do MEx foi enviado ao MI-RAD como resposta ao Aviso deste, nº 326 de 10/12/1985.

inércia levou o Movimento a impor prazos e ameaçar com a ocupação do Campo.

Diante destas ameaças, a 5ª RM providenciou o deslocamento de amplo contingente militar para o CIMH e notificou pela imprensa declarações de justificativa a esta atitude e de caráter dissuasivo sobre o Movimento.

A ação do Exército e suas declarações não foram suficiente para dissuadir o Movimento a desistir da ocupação. Diante da iminência desta, o Exército demonstrou sua disposição de defesa intransigente do CIMH contra qualquer ação do Movimento. Impediu a ocupação utilizando de grande aparato bélico. Realizou uma operação de defesa, que foi caracterizada pelos jornalistas e pelo Movimento como uma operação de guerra.³⁶

Até à tentativa de ocupação, o Exército sempre procurou desvincular suas (re)ações das ações empreendidas pelo Movimento, considerando-as como pré-determinadas. Posição que não pode mais ser sustentada com a utilização do aparato bélico contra o Movimento durante a tentativa de ocupação do Campo.

Se o exército demonstrou intransigência em aceitar as propostas do Movimento, também demonstrou sua preocupação com o potencial de pressão dele, passando a sistematizar formas de desestruturação da organização dos desapropriados/herdeiros. Mesmo que, para isso, necessita-se utilizar a força armada e as leis de exceção do regime militar. Por exemplo, o MEX utilizou a LCN para processar o coordenador regional da CPT/PR, pela declaração acu-

36 Cf.: Jornal de Santa Catarina, 29/07/86; Jornal O Estado, 29/07/86; Jornal O Estado de São Paulo, 29/07/86; e, Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, ago/86.

sativa este contra a ação do Exército no caso da desapropriação.

Em contraposição a este caráter intransigente o MEx enviou ao MIRAD, um Aviso (Aviso nº 159 de 20/10/86) comunicando a escolha de uma das áreas apresentada pelo INCRA/SC.

No entanto as ações contrárias e desestruturantes ao Movimento e suas formas de luta continuaram a caracterizar a posição do Exército em relação ao Movimento.

Em fevereiro de 1987, quando o Movimento organizou uma nova tentativa de ocupação, o Exército novamente reagiu utilizando o forte aparato. Com soldados armados de fuzis e metralhadoras, utilizando carros de combate, impediu a ocupação e expulsou os desapropriados/herdeiros.

A expulsão violenta do Movimento foi posteriormente conjugada com a utilização da justiça militar para processar participantes do Movimento através de Inquérito Policial Militar e com declarações do Exército explicitando sua posição quanto a solução do conflito. O Comando Militar Sul/Porto Alegre, declarou que a escolha da área estava apenas em estudos, portanto o assunto não estava definido e que o Exército não poderia liberar o CIMH. O Diretor do patrimônio do MEx declarou que o Exército não poderia liberar o CIMH pois não possuía dotação orçamentária para indenização da área substituta.

A conjugação destes elementos foi fator fundamental para a desestruturação do Movimento com o término do acampamento de Florianópolis.

Como conclusão deste processo tenso de "relação" entre Movimento e Exército pode-se dizer que:

O Exército em nenhum momento admitiu que as suas ações tinham como referência o Movimento dos Desapropriados. E na rea-

lidade, nem chegou a negociar diretamente com ele.

Mesmo não admitindo, o Exército esteve permanentemente preocupado com o potencial de pressão do Movimento e dirigia sistemáticas ações para intimidar, pressionar e desestruturar a organização dos desapropriados/herdeiros. Em nenhum momento do processo o Exército permitiu ser pressionado pelo Movimento. Nestes casos, como a tentativa de ocupação que implicaria numa negociação direta entre Movimento e Exército, este utilizou seu aparato coercitivo com eficiência.

O Exército manteve o controle do processo geral de solução da questão. Não aceitou imposições, nem prazos, procurava deslegitimar a organização coletiva como mecanismo de conquista dos direitos. Em seu lugar, reforçava a negociação pelos mecanismos tradicionais de representação.

No entanto, mesmo com limitações, o Movimento teve efetivamente impacto positivo nas decisões do Exército, quanto à apresentação de propostas para a solução do conflito. A escolha de uma área para permuta significou que a proposta do Movimento foi encaminhada pelos militares.

O fato de o Movimento não haver conquistado ainda o acesso à terra foi um importante limite para sua capacidade de pressão, porém não implica na desconsideração de um processo que pressão e impacto efetivo dele em relação às decisões dos militares.

Quanto aos limites desta influência, devem ser compreendidos a partir de dois fatores: de um lado, o Movimento não conseguiu adequar formas de ação mais "drásticas" em relação ao Exército, e, de outro, a própria situação dos militares no contexto político brasileiro, onde as Forças Armadas não "obedecem",

nenem são controladas pelas instituições políticas e pela sociedade, mesmo num período em que não estão na direção direta da política nacional.

A visão **estratocratzada** dos militares implica numa subserviência das demais esferas da sociedade e seus interesses e necessidades, por eles delimitados, não admitindo um controle sobre suas ações por parte do poder civil. Isto implicou num limite para a ação de transformação do Movimento, e implica num limite grave para a democratização da sociedade brasileira.

Importa considerar que o Movimento dos Desapropriados de Papanduva teve potencial de impacto tanto no questionamento da cultura política autoritária, na construção da cidadania, bem como impactos efetivos a nível de decisões dos órgãos do Estado para a solução da questão.

CONCLUSÃO

A proposta orientadora da análise sobre o Movimento dos Desapropriados de Papanduva foi a de que os movimentos sociais podem se constituir em formas de organização/ação coletivas construtoras da cidadania em contraposição à tradição autoritária. Para o Movimento dos Desapropriados de Papanduva a construção da cidadania era representada pela re-ocupação da área do CIMH que havia sido, arbitrária e violentamente desapropriada pelo estado/exército.

Para concluir a análise da organização/ação desenvolvida pelos desapropriados/herdeiros no sentido de reconquistarem a terra, considero oportuno colocar parâmetros adequados para uma avaliação desta prática coletiva, com seus avanços e limites.

Para esta adequada avaliação é imprescindível a exclusão de duas posições. De um lado, a idealista, para a qual o "alvo final" significa o estágio terminal ao qual toda ação se dirige. Todos os meios que manifestam a vontade humana em atingi-lo são ações positivas, a serem empreendidas para a concretização do "alvo final".

De outro lado, o empirismo, para o qual os fatos constituem movimentos isolados, retirados de um processo (totalidade). As consequências de cada fato são avaliadas como positivas ou negativas em relação ao próprio fato, isolado da totalidade.

A avaliação da organização/ação coletiva dos desapropriados/herdeiros exige uma perspectiva de totalidade, de processo. Ou seja, uma visualização das ações realizadas, em relação ao contexto conflitivo (realidade social), no qual se desenvolveram, e em relação ao processo geral (construção da cidadania) no qual os movimentos sociais estão construindo suas histórias.

Sem esta percepção do processo, a avaliação-conclusiva

a respeito das ações coletivas dos desapropriados/herdeiros não terá capacidade de captação da realidade, portanto não será útil, não contribuirá, para a história da sociedade. Ou seja, pode-se cair num pessimismo ou otimismo sobre os fatos, sem a percepção de sua realidade (totalidade)

Nesta perspectiva irei apresentar algumas considerações finais possíveis de serem sistematizadas a partir da análise realizada sobre o Movimento dos Desapropriados de Papanduva.

Inicialmente, apresentarei algumas conclusões mais específicas sobre o processo de desapropriação/reivindicação, o movimento social, sua organização/ação.

O Estado, através do Exército, interviu de forma arbitrária e violenta, justificada pela necessidade de utilidade pública, numa comunidade de pequenos proprietários em Papanduva. Um processo de intervenção que, além de interromper com as maneiras de viver, os modos de produzir e reproduzir a existência desta comunidade, implicou num alijamento dos espaços de cidadania, no sentido de que estes não tiveram amparo legal para recorrer em sua defesa.

Para concretizar a desapropriação, decretada em 1956, o Exército se sustentou na coerção física e psicológica e utilizou a ingenuidade do imaginário político dos desapropriados a seu favor. Estes percebiam o Exército como seu defensor, defensor da lei e da ordem, supra-poder, inquestionável e irreparável.

A indenização foi oferecida mais de uma década após os proprietários serem expulsos de suas terras, sem critérios objetivos de mensuração dos preços, muito aquém dos preços de mercado.

A prova cabal para sustentar as ilegalidades/irregular-

ridades da desapropriação foi a impossibilidade da transferência da área do CIMH para a propriedade da União.

O processo de reivindicação dos direitos por parte dos desapropriados/herdeiros pode ser caracterizados em dois momentos distintos: até 1985 e após 1985.

No primeiro período, as formas de reivindicação apresentavam características próprias da tradição política autoritária. Tinham uma relação de dependência do poder público e eram orientadas para a obtenção de favores que seriam outorgados pelo Estado, numa perspectiva neo-patrimonialista. Um período caracterizado mais pela "espera" do que pela reivindicação efetiva.

Esta passividade pode ser compreendida a partir do contexto histórico (década de 1970) de repressão, autoritarismo, do Estado Burocrático-Autoritário, que conduziu ao consenso tácito e alienação da sociedade e do autoritarismo impregnado na própria sociedade civil. É necessário levar em conta elementos peculiares ligados aos próprios desapropriados/herdeiros: confiança na legalidade, concepção sobre os militares, ignorância de estratégias de pressão.

A ocupação do CIMH em 1980 representou uma ruptura à passividade e à forma de atuação da SNRP (que liderava o processo de reivindicação anteriormente); porém teve um caráter efêmero e espontâneo.

Somente em 1985 (23 anos após a expulsão da área), os desapropriados/herdeiros passaram a constituir um processo reivindicativo que pode ser caracterizado com movimento social. Ou seja, a constituição de ações/lutas coletivas organizadas, com a participação de um grupo significativo de sujeitos.

Para análise do Movimento considereei oportuno retomar

as discussões realizadas no referencial teórico sobre os movimentos sociais, para uma compreensão mais sistemática do Movimento dos Desapropriados de Papanduva, sua dinâmica, contradições, interações. A análise se realizou a partir das seguintes discussões: a base social, a elaboração da identidade coletiva e participação dos agentes externos, a organização e formas de ação, potencial de transformação e limites do Movimento.

Na caracterização da base social do Movimento dos Desapropriados de Papanduva, considere o conceito de classes populares o mais adequado para dar conta da heterogeneidade das posições sociais tidas pelos sujeitos do Movimento. Este conceito teve como referência o conteúdo específico com que é utilizado os dominados, oprimidos, explorados, expropriados, protagonistas de ações coletivas que tentam modificar sua situação. Portanto, é um conceito que contém um significado político relevante.

No caso de Papanduva, o conceito classe popular serviu como referência para identificar o grupo que sofreu com o processo de desapropriação e que não conseguiu reconstruir meios de subsistência de forma adequada ou em condições semelhantes das realizadas anteriormente.

Porém, o conceito de classe popular não foi suficiente para dar conta dos processos de identificação, articulação e organização do Movimento. Estes processos foram vistos como possibilidades históricas, portanto contingentes.

O processo de elaboração da identidade coletiva ocorreu a partir da interrelação de dois elementos: a base social, que permitiu a visualização de carências comuns, e participação da CPT/SC, que se constituiu na mediadora privilegiada no Movimento.

Foi a partir do processo de discussão envolvendo a CPT/

SC e os desapropriados/herdeiros que se iniciou a elaboração da identidade coletiva. Esta foi compreendida a partir de três aspectos: a percepção de carências comuns, a concepção "escrituralista" do direito de propriedade e a concepção de cidadania. Este último aspecto foi o que apresentou maior conteúdo explicativo para o processo de identificação.

O processo de elaboração da identidade coletiva foi considerado fundamental, porém insuficiente, para explicar a eclosão do Movimento dos Desapropriados de Papanduva. Considerei que o surgimento do Movimento foi mediatizado por um outro processo, que denominei processo de articulação.

O processo de articulação dos desapropriados/herdeiros foi compreendido a partir: da percepção da possibilidade de concretização do projeto elaborado, da discussão coletiva da realidade e das possíveis ações a serem realizadas, e da percepção de que a conjuntura política era favorável para determinado tipo de organização/ação.

Quanto à forma organizativa do Movimento dos Desapropriados de Papanduva, a análise realizada permite as seguintes conclusões:

Ela se apresentou como resposta encontrada, através das discussões internas, à certas necessidades e condições peculiares da realidade e do conflito enfrentadas pelo Movimento em sua prática.

Ela foi influenciada pela participação significativa da CPT/SC como mediadora do Movimento. A atuação da CPT/SC teve uma perspectiva educativa, organizativa e política. No entanto, o Movimento manteve autonomia e independência em sua organização e projeto.

A organização privilegiou a horizontalização e descentralização do poder no Movimento. Instituiu como espaço privilegiado das discussões a assembléia. Porém o Movimento apresentou contradições e dificuldades em manter este caráter da organização. A principal delas foi a substituição da estrutura horizontalizada por uma mais hierárquica, com a gestão da liderança personalizada.

As relações comunitárias fizeram parte da proposta de convivência participativa do Movimento e se concretizaram em algumas práticas importantes para a sua existência e integração. Porém, também foram sujeitas a contradições.

Neste sentido, a vivência comunitária histórica, existente antes do processo de desapropriação, apresentou-se como um significativo conteúdo para explicação tanto da existência de relações solidárias, quanto dos conflitos nas relações internas do Movimento.

A organização do Movimento dos Desapropriados de Papan-duva teve uma presença expressiva de elementos simbólicos-religiosos. Isto pode ser compreendido tanto pela cultura religiosa presente entre os desapropriados/herdeiros, como também pela participação da igreja através de seus agentes de pastoral.

Nesta perspectiva simbólico-religiosa é que se fez presente no Movimento a "questão do Contestado", utilizada pelos mediadores como substrato para uma percepção mais crítico-político da realidade.

Quanto às formas de ação empreendidas pelo Movimento, elas não se limitaram ao acampamento, mas se apresentaram sob formas diversificadas: concentrações populares, ocupação de órgãos públicos, ameaça de ocupação seguida de caminhada, passeia-

tas, greve de fome (além das negociações).

As formas de ação se caracterizaram como ações não violentas. A adoção de formas de ação não violentas ocorreu de forma crítica tanto às formas empreendidas anteriormente, quanto à possibilidade de utilização de ações violentas.

As reivindicações feitas somente através das negociações não foram consideradas positivas para a solução da questão. A ação violenta não era considerada viável devido à desvantagem dos desapropriados/herdeiros na correlação de forças físicas frente ao Exército. As circunstâncias histórico-situacionais do conflito permitiam maior legitimidade ao Movimento, que se sustentava na concepção legalista do direito, se este empreendesse formas não violentas.

Quanto aos impactos e limites políticos do Movimento, analisei em duas perspectivas: a capacidade de contraposição em relação à tradição autoritária e avanço para construção da cidadania; capacidade de pressão para modificação das decisões políticas dos aparelhos do Estado.

O caráter localizado e fragmentário e a própria dinâmica contraditória do Movimento não podem ser vistos como fatores que tornaram irrelevantes suas potencialidades políticas.

Em que pese suas contradições o Movimento dos Desapropriados de Fapanduva construiu alguns elementos que representam um cultura política mais democrática em relação à tradição autoritária: questionamento do elitismo político, não aceitando os mecanismos tradicionais de controle elitista dos espaços políticos; presença de elementos democráticos participativos na organização interna, enquanto práticas mais ou menos constantes.

Estes elementos, que apontam para uma nova cultura po-

lítica não se restringiram ao Movimento. A partir do Movimento houve uma extrapolação deles à outras esferas de atuação política, como o sindicato e o partido.

Contra as práticas autoritárias, o Movimento se constituiu enquanto prática construtora da cidadania, mediando sua relação com o Estado através do direito. O Movimento também foi um espaço de contestação da concepção autoritária do direito e da lei, rompendo com a percepção destes enquanto instrumentos de privilégios das classes dominantes e seus aliados.

Quanto a capacidade de modificação das decisões políticas dos aparelhos do Estado, o Movimento teve duas situações diferentes.

No processo de negociação do Movimento com o INCRA/SC pode-se concluir que ele teve efetiva capacidade de influenciar nas decisões tomadas pelo órgão. Isto ocorreu a partir do momento em que o Movimento passou a direcionar sua ação de forma mais sistemática ao INCRA/SC, com a ocupação de sua sede em abril/86.

A capacidade de modificação das decisões tomadas pelo Exército foi mais limitada. Este limite está no fato de que o Movimento ainda não concretizou seu projeto de acesso à área do CIMH.

O Exército manteve o controle do processo geral de negociação da questão. Não aceitou imposições, nem pressões. Procurou, sistematicamente, deslegitimar a organização coletiva dos desapropriados/herdeiros, reforçando os mecanismos tradicionais. Quando avaliou necessário, utilizou a coerção física para intimidar e desestruturar o Movimento.

Mesmo com limitações, o Movimento teve impacto positivo, no sentido de que o Exército chegou a encaminhar a proposta

de solução de acordo com a reivindicação do Movimento.

No sentido de integrar a análise realizada ao conjunto das discussões sociológicas sobre os movimentos sociais, concluirei com algumas considerações sobre quatro elementos: a cidadania, a ação não violenta, a articulação entre os movimentos e a autonomia.

O objetivo é introduzir algumas discussões relevantes, porém pouco aprofundadas nas reflexões já existentes sobre movimentos sociais, bem como contribuir para a prática dos sujeitos históricos a eles ligados.

Procurei em meu trabalho avançar na discussão dos movimentos sociais enquanto construtores da cidadania, colocando a questão da cidadania como elemento teórico-político que permite avaliar o significado histórico das formas de organização/ação coletivas denominadas de movimentos sociais.

A discussão das concepções políticas de cidadania permitiram, na análise, avançar nesta discussão, no sentido de verificar o Movimento não só enquanto construtor da cidadania, mas enquanto construtor de determinada concepção de cidadania.

No caso do Movimento dos Desapropriados de Papanduva, houve um processo de construção da cidadania portando elementos tanto da concepção liberal quanto da concepção coletiva. O Movimento se contrapôs à concepção autoritária e burocratizada de cidadania: uma concepção liberal quanto aos direitos e uma concepção coletiva quanto à politização do social.

As conclusões, assim colocadas, permitem uma avaliação mais adequada do significado histórico do Movimento bem como relacioná-lo com outros. Por exemplo, o MTRST cujo impacto históri-

co reside no fato de apresentar-se como construtor de direitos (questionando a legitimidade dos legalmente existentes) a partir da ação coletiva.

Ou seja, o MTRST se contrapõe, apresenta uma ruptura mais radical, em relação à tradição política, do que o Movimento dos Desapropriados de Papanduva, pela concepção de cidadania nele gerada:

A questão da cidadania é um instrumento importante para análise dos movimentos sociais, no sentido de compreender mais claramente seus projetos, suas diferenças históricas.

Outro elemento, para o qual proponho maior atenção reflexiva, é a ação não violenta. As formas de ação empreendidas pelos movimentos sociais tem sido caracterizadas genericamente como não violentas, ou de desobediência civil. Considero que teoricamente houve poucos avanços na discussão sobre a não violência como forma de luta. Os estudos existentes geralmente se limitam a uma constatação. Isto constitui um limite não só da reflexão mais sistematizada (científica), quanto um limite para a própria prática dos movimentos sociais.

Considero oportuna uma análise mais sistemática sobre as potencialidades e limites da ação não violenta, na perspectiva de realizar transformações da realidade sócio-política.

Tal proposta não implica somente numa reflexão mais específica, a nível de avaliação teórica, mas numa reflexão sobre maneiras efetivas de repassar tal discussão aos próprios movimentos e seus mediadores. Isto poderia ocorrer através da assessoria para elaboração de subsídios acessíveis e possíveis de serem utilizados pelos movimentos.

Para apontar a importância da discussão retomo o caso

analisado. Um dos limites do Movimento dos Desapropriados de Papanduva esteve ligado às dificuldades de adequação das formas de ação aos objetivos desejados, e a sua realidade conflitiva. A escolha das formas de ação foi problemática, de tal maneira que contribuiu para a desarticulação e refluxo do Movimento. Por outro lado, a opção de formas de ação não violentas foi realizada de maneira ingênua, sustentada fortemente pela legalidade. Portanto, faltou a elaboração mais sistemática do significado da ação não violenta, suas características e potencialidades.

Proponho uma maior análise e socialização dos resultados, sobre a ação não violenta, partindo da concepção desenvolvida por Gene Sharp (SHARP, 1983) de que a ação não violenta é um meio de combate, envolve equilíbrio de forças, travamento de lutas, requer estratégias e táticas sábias e exige sujeitos de coragem, disciplina e sacrifício.

Um terceiro elemento destas considerações finais tem mais um caráter de constatação dos limites e de desafios aos movimentos sociais do que uma proposta de discussão teórica. Refere-se à questão da articulação dos movimentos (formas localizadas e fragmentadas da organização da sociedade), enquanto possibilidade efetiva de contraposição e alternativa política diante de questões mais gerais.

O potencial de contraposição do Movimento dos Desapropriados de Papanduva seria, possivelmente, mais eficiente caso houvesse uma articulação significativa dele com outras formas de organização da sociedade. Algo semelhante à articulação de setores da sociedade em relação à questão agrária (embora ainda não muito consistente).

Considero que a questão dos militares ainda se consti-

tui "tabu" no interior da sociedade civil brasileira, e, sem colocar essa questão na "ordem do dia" das organizações populares haverá um comprometimento de suas potencialidades para a construção da democracia.

Esta não discussão e não articulação da sociedade civil se constitui num significativo limite aos movimentos sociais, portanto é um desafio a ser empreendido tanto no sentido de identificar mais claramente o significado dos militares na sociedade, quanto de criar formas societárias de contrapor-se ao autoritarismo por elas representado.

A última consideração se refere à questão da autonomia dos movimentos sociais. O objetivo é introduzir alguns elementos para a discussão sobre a diversidade deles em suas relações com os aparelhos do Estado.

Considero que na análise da autonomia, enquanto característica dos movimentos sociais, deve-se tomar em conta o conteúdo "denso" contido no conceito, bem como sua dimensão política. Ou seja: de um lado, tem-se a autonomia enquanto característica de organizações/ações coletivas com projetos de autogestão-socialista (em contraposição à heterogestão do Estado capitalista/burocratizado) ou mesmo separatistas; de outro, tem-se a autonomia enquanto característica dos movimentos sociais de caráter reivindicativo.

O significado histórico do projeto desenvolvido nestas duas formas de organização/ação são diferentes e é necessário preservar esta diferença.

No entanto, é possível a utilização do conceito de autonomia para caracterizar os movimentos sociais, como o Movimento aqui analisado, desde que se delimite claramente o sentido que se

está atribuindo ao conceito.

No caso, utilizei autonomia como a capacidade do Movimento de se auto-organizar a partir de conflitos localizados sem a participação diretiva ou tutelar de organizações políticas tradicionais com concepções e posições elitistas e diretivas.

Neste sentido não podemos identificar autonomia com isolamento. Os movimentos sociais, enquanto formas de organização/ação, já desenvolveram uma história de lutas, história que serve de motivação e referência a outros movimentos. Aqui os mediadores desenvolvem um importante papel, enquanto socializadores de experiências.

Mesmo com a possibilidade de utilização do conceito de forma objetiva e útil aos movimentos sociais de caráter reivindicativo, considero oportuno a distinção entre eles e os movimentos sociais "autogestionários". É uma distinção necessária, pois implica na percepção de realidades semelhantes com significados históricos diferenciados.

Os primeiros implicam em tentativas de construção da cidadania a partir da percepção/elaboração de direitos a serem obtidos pela sua capacidade de pressão sobre os aparelhos do Estado. A cidadania surge como mediação entre a sociedade e o Estado. Os segundos implicam em tentativas de organização, a partir da sociedade civil, de uma nova ordem social, enquanto forma de produção e reprodução de sua existência, obtida pela sua capacidade de conquista de espaços autônomos e alternativos à ordem social capitalista e/ou burocrática.

Essas considerações pretendem ser uma contribuição às discussões sociológicas sobre os movimentos sociais, no sentido de obtenção de avanços na análise do seu significado histórico no

processo (totalidade) de transformação da realidade baseada na heteronomia, dominação e exploração.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio H. Nem Cidadãos, Nem Livres: O dilema Político dos Indivíduos na Ordem Liberal-Democrática. In: Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Campus/IUPERJ, vol. 28, nº 10, 1985.
- ACAMPAMENTO SÃO JOÃO MARIA. A Terra Para Quem Nela Trabalha. Panduva, (sem data).
- AGUIAR, Roberto A.R. de. Os Militares e a Constituinte. Poder Civil e Poder Militar na Constituição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil, Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 1985.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Memorial Descritivo, Documento nº 7, dez. 1985.
- AURAS, Marli. Guerra do Contestado. Organização e Irmandade Cabocla. São Paulo e Florianópolis, Cortez e UFSC, 1984.
- BARBÉ, Domingos. Uma Teologia do Conflito. A Não Violência Ativa. São Paulo, Loyola, 1985.
- BONIM, Anamaria A. (et alii). Movimentos Sociais do Campo. Curitiba, Criar e Scientia et Labora, 1987.
- BOSCHI, Renato R. & VALLADARES, Lícia Prado. Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais. Comunidade, Ação Coletiva e Papel do Estado. In: Espaço & Debates. São Paulo, NERU, nº 8, jan/abr. 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a Pesquisa Participante, 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BRIGAGÃO, Clóvis. A Militarização da Sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- CARDOSO, Ruth C.L.. Movimentos Sociais na América Latina. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Cortez/ANPOCS, nº 3, vol. 1, fev. 1987.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COLLIER, David (org.) O Novo Autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- COMBLIM, Pe. Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conquistar a Terra. Reconquistar a Vida. CPT: Dez Anos de Caminhada. Petrópolis, Vozes, 1985.

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SC (CPT/SC). A Organização dos Trabalhadores Rurais. Florianópolis, (sem data).
- _____. Cheiro de Terra. Florianópolis, set/out. 1985 a abr. 1987.
- COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- DEBRUM, Michel. A Conciliação e Outras Estratégias. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DECRETO Nº 40.570. Brasília, 18 de dezembro de 1956.
- DECRETO Nº 44.458. Brasília, 03 de setembro de 1958.
- DECOM. Estudo sobre Processo Expropriatório das Terras do CIMH. Florianópolis, jun. 1986.
- DINIZ, Eli. O Pensamento Autoritário dos Anos 30. In: Ciência Hoje, vol. 5, nº 29, mar. 1987, pp. 60-65.
- DITTRICH, Regina L. P. O Deputado Catarinense. Florianópolis, Ed. UFSC, 1981.
- DOIMO, Ana (et alii). Os Movimentos Sociais: Teoria e Prática. (Texto apresentado na IX Reunião da ANFOCS em Campos do Jordão/SP), 1985.
- DURHAM, Eunice R. Movimentos Sociais. A Construção da Cidadania. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, CEBRAP, nº 10, out. 1984.
- EVERS, Tilmam. Identidade. A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, CEBRAP, nº 4, abr. 1984.
- GERMANI, Guiomar. Os Expropriados de Itaipu. O Conflito: Itaipu X Colonos. Porto Alegre, Cadernos do PROPUR, 1982.
- GOODE, Willian & HATT, Paul. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo, Nacional, 1960.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais do Campo. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.
- HECTOR, Colon (et alii). História de Vida y Movimientos Sociales. Propuesta para el Uso de la Técnica (mimeo.).
- JAGUARIBE, Hélio. O Experimento Democrático na História Ocidental. In: JAGUARIBE, Hélio (et alii). Brasil: Sociedade Democrática. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- JORNAL A NOTÍCIA. Joinville/SC, set. 1980 a abr. 1987.
- JORNAL BARRIGA VERDE. Canoíñas/SC, set. 1980 a set. 1985.
- JORNAL CORREIO DO NORTE. Canoíñas/SC, mai. 1965 a jul. 1965.

- JORNAL DE SANTA CATARINHA. Blumenau/SC, set.1980 a abr.1987.
- JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis/SC, ago.1986 a abr.1987.
- JORNAL DO ESTADO. Curitiba/PR, set. 1985 a mai. 1986.
- JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. São Paulo/SP, out/nov.1985 a ago.1986.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo/SP set.1985 a fev.1987.
- JORNAL O ESTADO. Florianópolis/SC, set.1980 a abr.1987.
- JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo/SP, set.1980 a fev.1987
- KOWARICK, Lúcio. Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma Análise da Literatura. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Cortez/ANPOCS, vol. 1, nº 3, fev.1987.
- KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (orgs.) A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto alegre, L&PM/CEDEC, 1986.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. Rio de Janeiro, perspectiva, 1985.
- LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Cortez/ANPOCS, vol. 1, nº 2, out. 1986.
- LEAL, Laurindo. (coord.) Reforma Agrária da Nova República. Contradições e Alternativas. São Paulo, Cortez/EDUC, 1985.
- LISBOA, Tereza-K. O Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense: Um Novo Movimento Social. Florianópolis, UFSC, 1987 (Tese de Mestrado).
- MACHADO, Luis A. & RIBEIRO, Ana Clara. Paradigma e Movimento Social: Por Onde Andam Nossas Idéias. 1983 (mimeo.).
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A Respeito de Movimentos Sociais: Rápida Incursão Sobre os Problemas Teóricos na Produção Brasileira. In: Movimentos Sociais: Para Além de Uma Dicotomia Rural-Urbano. Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.
- MARTINS, José de Souza. Camponeses e a Política no Brasil. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____. Não Há Terra Para Plantar Neste Verão. Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República". São Paulo Hucitec, 1986a.

- MATINS, Luciano. Geração AI-5. In: Ensaio de Opinião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 11, 1979.
- MOISÉS, José Alvaro. Lições de Liberdade e de Opressão. O Novo Sindicalismo e a Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, José Alvaro (org.). Alternativas populares e Democracia: Brasil Anos 80. Petrópolis/São Paulo, Vozes/CEDEC, 1982.
- MORAES, João Quantin de (org.). A Tutela Militar. São Paulo, Vértice, 1987.
- NASCIMENTO, Eloisa Winter. Rumo da Terra: Rumo da Liberdade. Um Estudo dos Migrantes Rurais do Sul do Estado do Acre. Florianópolis, UFSC, 1985. (Tese de Mestrado).
- O'DONNELL, Guillermo. Contrapontos: Autoritarismo e Democratização. São Paulo, Vértice, 1986.
- O'DONNELL, Guillermo (et alii.). O Estado Autoritário e Movimentos Populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (64-69). Petrópolis, Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo (et alii.). As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo (org.). Militares: Pensamento e Ação Política. Campinas/SP, papirus, 1987a.
- OSPIONEIROS, Três Barras/SC, ano 1, nº 1, set. 1987.
- PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985.
- PANDOLFI, Maria Lia. O Sindicato Rural e a Luta Camponesa em Itaparica. In: Movimentos Sociais: Para Além da Dicotomia Rural-Urbano. Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985.
- _____. Lutas Sociais no Sertão de Pernambuco 1970-1983. In: Cartões de Estudos Sociais. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 1, nº 1, jan/jun. 1985a.
- _____. Movimento dos Trabalhadores Rurais no Nordeste (1970-1984). Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Pesquisas Sociais, 1985b. (mimeo.).
- ROUQUÉ, Allan. O Estado Militar na América Latina. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1974.
- REVISTA VEJA, São Paulo, Abril Cultural, 24 set. 1985.
- SADER, Emir (org.). Movimentos Sociais na Transição Democrática. São Paulo, Cortez, 1987.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça. A Política So-

cial na Ordem Brasileira. 2 ed., Rio de Janeiro, Campus, 1987.

SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais. Um Ensaio de interpretação Sociológica. Florianópolis, UFSC, 1984.

_____. O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Sul do Brasil. Florianópolis, UFSC, 1985 (mimeo.).

SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, Maria José. As Barragens do Uruguai e a Mobilização Popular. Florianópolis, UFSC, 1985 (mimeo.).

_____. As Barragens do Uruguai: a Dinâmica de um Movimento Social. In: Boletim de Ciências Sociais. Florianópolis, UFSC, nº 41, mai/jun. 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs.). Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. 3 ed., Rio de Janeiro, Campus, 1988.

SHARP, Gene. Poder, Luta e Defesa. Teoria e Prática da Ação Não Violenta. São Paulo. Ed. Paulinas, 1983.

SIGAUD, Lygia. Impactos Sociais de Projetos Hidrelétricos. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, s/d. (mimeo.).

_____. Milícias, Jagunços e Democracia. In: Ciência Hoje. São Paulo, SBPC, Suplemento vol 5, nº 28, jan/fev. 1987.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUA. Relatório Discriminativo das Ocorrências com a Desapropriação de Imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes. Papanduva/SC, mai. 1985.

SORG, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. (orgs.). Sociedade e Política no Brasil Pós 64. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

STEFAN, Alfred. Os Militares na Política. As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira. Rio de Janeiro, Ante Nova, 1975.

_____. Os Militares: Da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TELLES, Vera da Silva. A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes. Os Movimentos Sociais em São Paulo nos Anos 70. São Paulo, USP, 1984 (Tese de Mestrado).

THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica. Investigação Social e Enquete Operária. 3 ed., São Paulo, Pólis, 1982.

THOUREAU, Henry. Desobedecendo! A Desobediência Civil e Outros Escritos. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

TRINDADE, Héglio. As Bases da Democracia Brasileira: Lógica Liberal e Práxis Autoritária (1922-1945). In: ROUQUIÉ, Allan (org.) Como Renascer as Democracias. São Paulo, Brasiliense, 1985.

VIOLA, Eduardo & MAINWARING, Scott. Transitions to Democracy: Brazil And Argentina in the 1980's. 1984 (mimeo.).

WEBER, Max. Conceitos Básicos de Sociologia. São Paulo, Ed. Moraes, 1987.

WEFFORT, Francisco. Por Que Democracia? 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.

WERNER, Dennis (coord.) as Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e Suas Consequências Sociais. In: Cadernos de Ciências Sociais. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vol. 7, nº 1, 1987.

A N E X O I

ROTEIRO DE PESQUISA e

QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS

ROTEIRO

QUESTIONÁRIO

- Desapropriação

. Modo de vida antes da saída

- Quantos de sua família moravam lá? Quantos saíram antes? Por que?

- O que produziam? O que vendiam? Para quem? O que possuíam? (casa, máquinas, paiois)

- Como era o relacionamento entre os vizinhos? (rezas, festas, mutirão, ajudas, trocas). O que se fazia nos finais de semana e feriados?

. Divulgação do Decreto e reação dos desapr.

- Quando soube da existência do decreto? Através de quem? Que atitude tomou ao receber a notícia?

- Você entrou na justiça para contestar a desapropriação? Por que?

- Quando soube que realmente precisava sair da área? Quem comunicou isso? Saiu da área antes da hora prevista? Depois? Por que?

- Foi feita alguma coisa (reuniões, manifestações) entre o conhecimento do decreto e o momento da saída (não... Por que?)

. Saída dos Desapropriados

- De que forma sua família saiu da área?

- Porque não quis sair/ou saiu por livre vontade).

. Indenização

- Quem disse que vocês seriam indenizados?

- Quando iam indenizar?

- Por que você aceitou ou não a indenização?

. Socialização

- Para onde sua família foi morar após sair da área? (localidade). Junto com quem?

- Possuía algum bem (propriedade, máquinas, animais, casa) fora da área na época? Comprou? Como?

- . Significado da perda
- O que você fez depois de sair? (trabalho)
- Os outros de sua família para onde foram e o que fizeram.
- O que significou a perda da terra?
- Reivindicações até 1985
- . Revolução de 64
- Que expectativa você tinha com a rev. 64?
- A rev. influenciou na solução do problema?
- . Atos reivindicativos
- Conte tudo o que foi feito para conseguir resolver o problema desde a saída da terra até 1978? (assembléias, reuniões, participação dos políticos, abaixo-assinados).
- O que você (sua família) fez procurando solucionar o problema?
- . Influência da "cul.do medo"
- Nos anos 70 o que o Exército fez em relação aos desapropriados (ameaças, atos violentos, conversas).
- Vocês tinham medo de se manifestar? Por que?
- Sociedade NRP
- . Idealização
- O que foi a SNRP?
- Quem deu a idéia de formar uma sociedade desse tipo? Quem lhe convidou a fazer parte dela?
- . Organização
- Como a socied. funcionava? (assembléias reuniões, participantes, agentes externos). Até quando funcionou?
- . Objetivos
- Quais os objetivos da sociedade?
- Quais os avanços que foram obtidos pela existência da sociedade quanto a solução dos problemas?
- . Sociedade e os Militares
- O que você acha que os militares queriam ao propor a formação da sociedade?

- Em 1981 o exército propos o arrendamento da área para os proprietários. Qual a intenção do exército ao fazer esta proposta? Porque vocês aceitaram? Por que não se concretizou o arrendamento?

- Entrada no Campo em 1980

. Idealização

- Quem deu a idéia de entrar no Campo? Quando você soube da entrada? Por quem?

- Você participou? (se não) O que achou?

. Preparação

- Como foi a preparação para a entrada? (reuniões, comunicação).

. Organização e Ag. Externos

- Quantos entraram? O que levaram? Por que?

- Alguém não desapropriado foi junto? Quem?

. O Fato

- Como aconteceu a entrada?

- O que fizeram enquanto estavam lá dentro?

- Como o exército tirou vocês de lá? Saiu alguém antes? Por que?

. Objetivo

- O que pretendiam com a entrada? (ficar lá chamar atenção, começar a cultivar)

. Relação com outros MS

- Na época vocês conheciam outra forma de luta igual a de vocês? Qual? Por quem?

. Entrada x Conj. Pol.

- Por que 1980 e não antes?

. Continuidade

- Depois o que fizeram? Por que?

- Alguém queria continuar? Quem?

- Acampamento S. João Maria

. Idealização

- Quem deu a idéia de se formar um acampamento?

. Preparação

- Como foi a preparação para o acampamento? (reuniões, comunicação)

- Quem não aceitou o acampamento? Por que?

- Você foi acampar? Quem convidou?

. Acampamento e outros MS

- Por que foi/ou não foi? O que acha?
- Vocês conheciam outros mov. semelhantes ao de vocês em SC, RS ou PR? Quais? Por quem?
- Esses mov. influenciaram na idéia e na preparação do acampamento?

. Acampamento X Contestado

- Dia 14 de setembro em 80 e 85 é apenas coincidência?
- O que você sabe sobre a guerra do contestado?
- A luta do Contestado influenciou a luta de vocês? Quem sugeriu o nome João Maria ao acampamento?
- O contestado continua na luta de vocês? De que forma?

. A ação Não Violenta

- Por que acampamento e não outra forma de luta?
- Você acha que esta forma de luta pode derrotar o inimigo armado?
- Alguém acha que a tomada das terras deve ser através das armas? O que você acha?

. Acampados X Desapropriados

- O que você acha daqueles desapropriados que não foram acampar?
- O conquistado e a conquista é pelo acampamento?
- Caso ganhem a terra de volta, os que não foram acampar terão os mesmos direitos?

. Desapropriados X Sem Terra

- Quem sugeriu que os ST pudessem acampar?
- O que você achou da idéia?
- Como foi tomada a decisão de que os ST seriam aceitos?
- Você convidou algum ST para fazer parte do acampamento?
- Você acha que foi positivo a participação dos ST? Por que?

. Organização

- Qual a proposta de assentamento para os ST?
- Quando você foi participar do acampamento e quanto tempo ficou?
- O que fazia enquanto estava acampado? (Só ficava lá, trabalhava fora)
- Qual era o dia a dia do acampamento? (refeições, rezas, reuniões, trabalho)
- O que você fazia para o acampamento? Ajudava em que?
- Você fez parte de alguma comissão? Qual?
- Você acha que as suas idéias eram as que foram tomadas pelo grupo?
- Que decisão foi tomada e que você não gostou? Por que?
- Conte um pouco da história do acampamento
- Para você quais foram os acontecimentos mais importantes do acampamento?

. Liderança e Decisões

- O acampamento tem um líder (responsável)? Quem?
- Como foi escolhido? O pessoal concorda com ele?
- O que significa a pessoa do Seu Ebraim para o acampamento?
- As decisões e resoluções dos problemas eram resolvidos de que forma?
- Você acha que é a forma correta de se decidir sobre isto?

. Agentes Externos e CPT

- Quem não era desapropriado e ST mas participou no acampamento? O que faziam?
- O que a CPT fez no movimento?
- O que você acha da atuação da CPT no acampamento?
- A opinião da CPT teve aceitação dos acampados?
- Quem mais apresentou resistência às idéias da CPT?

. Resistência dos Acampados

. Deficiências do Acampamento

. Acampamento de Fpolis

. Acampamento X Conj. Política

. Negociações

. Acampados X Exército

- O que a CPT fez que não foi bom?
- Caso a CPT não atuasse, o acampamento seria diferente? Por que?
- Além da CPT quem ajudou vocês? De que forma?
- Quanto tempo você ficou acampado?
- Por que você continua/ou não?
- Como você continua participando do movimento?
- O que você acha que foi falho no acampamento? Por que?
- O que deveria ser feito para que o acampamento fosse mais eficiente (tivesse mais influência na decisão)?
- Quem deu a idéia de acampar em Fpolis em frente ao INCRA?
- Por que foram acampar em Fpolis?
- A divisão do acampamento foi positiva ou negativa? Por que?
- Caso os militares continuassem no governo seria possível fazer o acampamento? Por que?
- O que você acha da Nova República em relação ao problema de vocês?
- Qual a sua proposta para a solução da questão?
- O exército pressionou os acampados a desistirem do acampamento? De que forma?
- Qual o ato de maior violência do Exército contra o acampamento?
- Você acha que o exército mudou de comportamento com o acampamento?
- Você sentiu medo do exército no acampamento?
- Você acha que o exército ficou desmoralizado? Por que?

. Acampados X Estado

- Os órgãos do Estado (INCRA, MIRAD) ajudaram vocês? Em que? De que forma?
- O que você acha que o governo estadual, deputados, outros ministros e presidente da república poderiam fazer para vocês?

. Significado do Movimento

- O que significou o acampamento para vocês?
- Que lição você tirou da vida de acampado?

. Expectativas

- O que os desapropriados ainda precisam fazer para conseguir a terra de volta?
- O que deve ser feito com as terras caso sejam devolvidas? (forma de cultivá-las)
- A organização de vocês vai continuar após a devolução das terras? Como? Por que?

- Outros

. Exército

- Você ~~con~~ considera o exército importante para o país? Por que?
- Quais as funções dos militares?
- O que o exército não pode fazer? Por que?

. Políticos

- Você ~~confia~~ nos políticos para a solução do problema? Por que? (não...)
- Então, em quem confiam?
- Você acha que o problema de vocês foi utilizado pelos políticos em épocas eleitorais? De que forma?
- Quem pode solucionar o problema? Por que?

. Igreja

- Qual a atuação da Igreja no acampamento?
- A religião influenciou no modo de vida e na forma de luta de vocês? Por que?
- O que você acha da Igreja Católica e de sua atuação hoje?

DESAPROPRIADO: e

ÁREA DE TERRA DESAPROPRIADA: Ha

TERRA FORA DA ÁREA DESAPROPRIADA: Ha

JÁ TINHA: Ha

COMPROU : Ha

HERDEIROS

ACAMP.	Nome	Est. Civil		Profissão	Propriedade (Ha)	Filhos (nº)
		C	S			

Observações:

A N E X O . I I

DECRETO Nº 40.570, de 18 DE DEZEMBRO DE 1956

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a aceitar a doação de um terreno de 300 metros quadrados, situado na cidade de São Paulo, para a construção de um edifício de 200 metros quadrados, para a sede do Ministério da Guerra, em São Paulo, de acordo com o projeto de planta e sua publicação, em 1935, e as disposições em contrário.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1935. 33 de Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHIK.

Henrique Lotz.

DECRETO Nº 40.569 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1936

Autoria e outorga da doação do terreno que faz o Estado da Bahia ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, tendo em vista as atividades que lhe compete e item 1 do art. 87 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a aceitar a doação de um terreno de 300 metros quadrados, situado na cidade de São Paulo, para a construção de um edifício de 200 metros quadrados, para a sede do Ministério da Guerra, em São Paulo, de acordo com o projeto de planta e sua publicação, em 1935, e as disposições em contrário.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1935. 33 de Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHIK.

Henrique Lotz.

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação de acordo com o art. 167 do art. 1.º do art. 5.º do art. 87, da Constituição Federal, os terrenos situados no Estado de Santa Catarina e assim designados:

VI. Propriedade de Artistas Guebert, com uma área de 24.100 Ha e no valor de Cr\$ 7.200,00 (sete mil, duzentos e quatro cruzados e trinta e quatro centavos).

VII. Propriedade de Artistas Guebert, com uma área de 339.560 Ha e no valor de Cr\$ 557.149,99 (quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e três cruzados e noventa e sete centavos).

VIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha, e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

IX. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 361,175 Ha, tendo uma casa de madeira e três palméis, com benfeitorias, no valor de Cr\$ 319.636,70 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e seis cruzados e setenta centavos).

X. Propriedade de Miguel Dobrachinski, com uma área de 12.100 Ha, e no valor de Cr\$ 20.000,30 (vinte mil, dois cruzados e trinta centavos).

XI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e dois palméis, no valor de Cr\$ 158.000,40 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta centavos).

XII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha, e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 108.900 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e um palheiro, tudo no valor de Cr\$ 266.405,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete cruzados e cinquenta e sete centavos).

XIV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 19.800 Ha e no valor de Cr\$ 31.247,70 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete cruzados e setenta centavos).

XV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 11.001,30 Ha e no valor de Cr\$ 11.001,30 (onze mil, um cruzado e trinta centavos).

XVI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XVII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha e no valor de Cr\$ 34.993,80 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e oito centavos).

XVIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XIX. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 108.900 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e um palheiro, tudo no valor de Cr\$ 266.405,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete cruzados e cinquenta e sete centavos).

X. Propriedade de Firmiano Pacheco dos Santos Lima, com uma casa de madeira, um palheiro, árvores e mangueiras, com benfeitorias, com uma área de 1.573.000 Ha e no valor de Cr\$ 1.573.119,20 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e doze cruzeiros e vinte centavos).

XI. Propriedade de Francisco Bezio, com uma área de 36.300 Ha, e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XII. Propriedade de Olega Kluska, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e vinte centavos).

XIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 361,175 Ha, tendo uma casa de madeira e três palméis, com benfeitorias, no valor de Cr\$ 319.636,70 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e seis cruzados e setenta centavos).

XIV. Propriedade de Miguel Dobrachinski, com uma área de 12.100 Ha, e no valor de Cr\$ 20.000,30 (vinte mil, dois cruzados e trinta centavos).

XV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e dois palméis, no valor de Cr\$ 158.000,40 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta centavos).

XVI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha, e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XVII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 108.900 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e um palheiro, tudo no valor de Cr\$ 266.405,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete cruzados e cinquenta e sete centavos).

XVIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 19.800 Ha e no valor de Cr\$ 31.247,70 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete cruzados e setenta centavos).

XIX. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 11.001,30 Ha e no valor de Cr\$ 11.001,30 (onze mil, um cruzado e trinta centavos).

XX. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha e no valor de Cr\$ 34.993,80 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e oito centavos).

XXII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 108.900 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e um palheiro, tudo no valor de Cr\$ 266.405,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete cruzados e cinquenta e sete centavos).

XXIV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 19.800 Ha e no valor de Cr\$ 31.247,70 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete cruzados e setenta centavos).

XXV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 11.001,30 Ha e no valor de Cr\$ 11.001,30 (onze mil, um cruzado e trinta centavos).

XXVI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXVII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 36.300 Ha, e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXVIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e vinte centavos).

XXIX. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 361,175 Ha, tendo uma casa de madeira e três palméis, com benfeitorias, no valor de Cr\$ 319.636,70 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e seis cruzados e setenta centavos).

XXX. Propriedade de Miguel Dobrachinski, com uma área de 12.100 Ha, e no valor de Cr\$ 20.000,30 (vinte mil, dois cruzados e trinta centavos).

XXXI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e dois palméis, no valor de Cr\$ 158.000,40 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta centavos).

XXXII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha, e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXXIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 108.900 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e um palheiro, tudo no valor de Cr\$ 266.405,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete cruzados e cinquenta e sete centavos).

XXXIV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 19.800 Ha e no valor de Cr\$ 31.247,70 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete cruzados e setenta centavos).

XXXV. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 11.001,30 Ha e no valor de Cr\$ 11.001,30 (onze mil, um cruzado e trinta centavos).

XXXVI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXXVII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha e no valor de Cr\$ 34.993,80 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e oito centavos).

XXXVIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XXXIX. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 108.900 Ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira e um palheiro, tudo no valor de Cr\$ 266.405,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete cruzados e cinquenta e sete centavos).

XL. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 19.800 Ha e no valor de Cr\$ 31.247,70 (trinta e dois mil, duzentos e quarenta e sete cruzados e setenta centavos).

XLI. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 11.001,30 Ha e no valor de Cr\$ 11.001,30 (onze mil, um cruzado e trinta centavos).

XLII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 24.200 Ha e no valor de Cr\$ 49.997,20 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta centavos).

XLIII. Propriedade de João Gonçalves Chinski, com uma área de 34.993,80 Ha e no valor de Cr\$ 34.993,80 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e oito centavos).



419
27
8

- 45. Propriedade de Dorvalino de Ribas, com uma área de 37.286 Ha e no valor de Cr\$ 36.372,90 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e dois cruzetiros e noventa centavos).
- 46. Propriedade de João Ribas de Ribas, com uma área de 14.520 Ha e no valor de Cr\$ 29.098,30 (vinte e nove mil, trezentos e oitenta e oito cruzetiros e cinquenta centavos).
- 47. Propriedade de Otávio João Ribas, com uma área de 12.703 Ha e no valor de Cr\$ 26.248,30 (vinte e seis mil, duzentos e quarenta e oito cruzetiros e cinquenta centavos).
- 48. Propriedade de Manoel Junqueira, com uma área de 4.440 Ha e no valor de Cr\$ 8.209,40 (oito mil, novecentos e nove cruzetiros e cinquenta centavos).
- 49. Propriedade de Napoleão de Sá Ribas, com uma área de 19.953 Ha e no valor de Cr\$ 41.247,70 (quarenta e um mil, duzentos e quarenta e sete cruzetiros e setenta centavos).
- 50. Propriedade de Evêldio Marques, com uma área de 27.165 Ha, tendo como uma casa de madeira, como beneficiária e no valor de Cr\$ 67.722,90 (sessenta e três mil, cento e vinte e dois cruzetiros e noventa centavos).
- 51. Propriedade de Alexandre Buchner, com uma área de 6.050 Ha e no valor de Cr\$ 12.499,30 (doze mil, quatrocentos e noventa e nove cruzetiros e trinta centavos).
- 52. Propriedade de Demétrio Anjoski, com uma área de 45.200 Ha e no valor de Cr\$ 94.894,70 (noventa e quatro mil, novecentos e noventa e seis cruzetiros e setenta centavos).
- 53. Propriedade de [redacted], com uma área de 9.620 Ha e no valor de Cr\$ 19.398,90 (dezanove mil, novecentos e noventa e oito cruzetiros e noventa centavos).
- 54. Propriedade de Maria Drosdek Ribas, com uma área de 53.240 Ha e no valor de Cr\$ 107.231,70 (cento e sete mil, novecentos e noventa e quatro cruzetiros e setenta centavos).
- 55. Propriedade de Dorvalino de Ribas, com uma área de 5.365 Ha e no valor de Cr\$ 11.125,40 (onze mil, cento e vinte e cinco cruzetiros e quarenta e cinco centavos).
- 56. Propriedade de José da Silva Lima, com uma área de 9.075 Ha e no valor de Cr\$ 17.249,80 (dezesete mil, duzentos e quarenta e nove cruzetiros e oitenta centavos).
- 57. Propriedade de Esmeraldino de Sá Ribas, com uma área de 16.308 Ha e no valor de Cr\$ 56.372,90 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e dois cruzetiros e noventa centavos).
- 58. Propriedade de Pedro Kluska, com uma área de 16.308 Ha e no valor de Cr\$ 60.003,00 (sessenta mil e três cruzetiros e noventa centavos).

II - Gleba B:

- (1) Propriedade de José da Silva Lima, com uma área de 486,533 Ha, tendo como beneficiária uma casa de madeira, uma garagem, cinco paióis, mangueiras e cercas, tudo no valor de Cr\$ 451.992,70 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete cruzetiros e noventa e dois centavos).

- 13. Propriedade de Silveira Bolko, com uma área de 33.929 Ha, tendo como beneficiárias, uma casa, mangueiras e cercas, e no valor de Cr\$ 46.036,00 (quarenta e seis mil e quarenta e oito cruzetiros).
- 14. Propriedade de João Cordelino de Oliveira, com uma área de 80,93 Ha e no valor de Cr\$ 40.172,80 (quarenta mil, setecentos e oitenta e dois cruzetiros e oitenta centavos).
- 15. Propriedade de herdeiros de Júlia Bolko, com uma área de 19.964 Ha e no valor de Cr\$ 21.035,50 (vinte e um mil e trinta e cinco cruzetiros e cinquenta centavos).
- 16. Propriedade da viúva João Carlos de Marim, com uma área de 72,600 Ha, tendo como beneficiárias, uma casa, um paiol, mangueiras e cercas, e no valor de Cr\$ 85.092,70 (oitenta e seis mil e oito cruzetiros e setenta centavos).
- 17. Propriedade de herdeiros de Leonarda Kimiclik, com uma área de 48,400 Ha, e no valor de Cr\$ 51.013,60 (cinquenta e um mil e treze cruzetiros e sessenta centavos).
- 18. Propriedade de Celestino Carlos de Marim, com uma área de 116,160 Ha, tendo como beneficiárias, uma casa, um paiol, cercas e mangueiras, e no valor de Cr\$ 143.023,80 (cento e quarenta e três mil e vinte e três cruzetiros e oitenta centavos).
- 19. Propriedade de Miguel Heuro, com uma área de 24,200 Ha, tendo como beneficiária, uma casa e no valor de Cr\$ 43.004,20 (quarenta e três mil e quatro cruzetiros e vinte centavos).
- 20. Propriedade de Joaquim Junícius Gonçalves, com uma área de 96,800 Ha, tendo como beneficiárias, uma casa, um paiol, cercas e mangueiras e no valor de Cr\$ 120.025,00 (cento e vinte mil e vinte e cinco cruzetiros).
- 21. Propriedade de Joaquim Junícius Gonçalves, com uma área de 169,400 Ha, tendo como beneficiárias, uma casa, um paiol, cercas e mangueiras, e no valor de Cr\$ 192.028,50 (cento e noventa e três mil e vinte e oito cruzetiros e cinquenta e dois centavos).
- 22. Propriedade de Jacob Schoika, com uma área de 290,816 Ha, tendo como beneficiárias uma casa, um paiol, mangueiras e cercas e no valor de Cr\$ 454.992,70 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete cruzetiros e noventa e dois centavos).
- 23. Propriedade de herdeiros de João Ribas, com uma área de 10,760 Ha, tendo como beneficiária, uma casa e no valor de Cr\$ 22.842,89 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e oito cruzetiros e oitenta centavos).
- 24. Propriedade dos herdeiros de Francisco Guimarães dos Santos, com uma área de 121,000 Ha e no valor de Cr\$ 212.476,00 (duzentos e doze mil, quatrocentos e setenta e seis cruzetiros).
- 25. Propriedade de João Maria de Lima, com uma área de 48,40 Ha, tendo como beneficiária e no valor de Cr\$ 28.001,10 (vinte e oito mil, duzentos e dez centavos).
- 26. Propriedade de Euzébio Marques, com uma área de 5,709 Ha e no valor de Cr\$ 8.067,50 (oito mil e sessenta e sete cruzetiros e cinquenta centavos).
- 27. Propriedade de André Schimanski, com uma área de 10,769 Ha e no valor de Cr\$ 21.248,20 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e oito cruzetiros e oitenta e oito centavos).
- 28. Propriedade de Alípio Plekrowski, com uma área de 20,086 Ha e no valor de Cr\$ 39.198,30 (trinta e nove mil, cento e noventa e oito cruzetiros e trinta centavos).
- 29. Propriedade de José da Silva Lima, com uma área de 9,075 Ha e no valor de Cr\$ 17.249,80 (dezesete mil, duzentos e quarenta e nove cruzetiros e oitenta centavos).
- 30. Propriedade de Esmeraldino de Sá Ribas, com uma área de 16,308 Ha e no valor de Cr\$ 56.372,90 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e dois cruzetiros e noventa centavos).
- 31. Propriedade de Pedro Kluska, com uma área de 16,308 Ha e no valor de Cr\$ 60.003,00 (sessenta mil e três cruzetiros e noventa centavos).

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 4.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

DECRETO Nº 40.575 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

Art. 2.º O argumento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para o exercício de 1957 com a rubrica própria os recursos necessários para atender às despesas com a execução deste Decreto.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1956. 135.º da Independência e 68.º da República.

JOSÉLUIS KUBITSCHEK

Maria Meneghetti.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 4.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

DECRETO Nº 40.571 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

Art. 2.º O argumento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para o exercício de 1957 com a rubrica própria os recursos necessários para atender às despesas com a execução deste Decreto.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1956. 135.º da Independência e 68.º da República.

JOSÉLUIS KUBITSCHEK

Maria Meneghetti.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

DECRETO Nº 40.572 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

Art. 2.º O argumento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para o exercício de 1957 com a rubrica própria os recursos necessários para atender às despesas com a execução deste Decreto.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1956. 135.º da Independência e 68.º da República.

JOSÉLUIS KUBITSCHEK

Maria Meneghetti.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

DECRETO Nº 40.573 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, as seguintes funções gratificadas de acordo com o Anexo I do Regulamento do mesmo Instituto, sob o símbolo FG-3.

Art. 2.º O argumento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para o exercício de 1957 com a rubrica própria os recursos necessários para atender às despesas com a execução deste Decreto.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1956. 135.º da Independência e 68.º da República.

JOSÉLUIS KUBITSCHEK

Maria Meneghetti.

Hande A. João C. Pacheco

X33. Propriedade de Pedro Pacheco e sobrinhos, com uma área de 1.135,50 Ha e no valor de Cr\$ 101.234,90 (cento e um mil, duzentos e trinta e oito cruzeiros e setenta e sete centavos).

X34. Propriedade de João Cordeiro Pacheco, com uma área de 118,650 Ha e no valor de Cr\$ 109.534,00 (cento e nove mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros).

X35. Propriedade de Pedro Alpoim-Hil e filho, com uma área de 67,760 Ha, tendo como benfiteiros, duas crianças, uma filha e no valor de Cr\$ 29.297,70 (vinte e seis mil, duzentos e noventa e sete centavos).

X36. Propriedade de Honorato Brabach Pacheco, com uma área de 506,168 Ha, tendo como benfiteiros, duas crianças, uma filha, duas filhas, duas filhas, etc., e no valor de Cr\$ 515.435,70 (quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e setenta e sete centavos).

X37. Propriedade de Finnino Pacheco, com uma área de 29,020 Ha e no valor de Cr\$ 21.608,30 (vinte e um mil, seiscentos e oito cruzeiros e trinta e sete centavos).

X38. Propriedade de Pedro Pacheco, com uma área de 121,000 Ha e no valor de Cr\$ 979.029,90 (noventa e sete mil e vinte e nove cruzeiros e noventa e sete centavos).

X39. Propriedade da família Jun-Gles Gonçalves, com uma área de 66,800 Ha e no valor de Cr\$ 76.830,10 (setenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois cruzeiros e dez centavos).

X40. Propriedade de Desidério e filha Jungles, com uma área de 45,990 Ha e no valor de Cr\$ 51.013,40 (cinquenta e um mil e treze cruzeiros e quarenta e sete centavos).

X41. Propriedade de Walfrido da Silva Lima, com uma área de 16,904 Ha e no valor de Cr\$ 24.826,50 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e seis cruzeiros e cinquenta e sete centavos).

X42. Propriedade de Leocádia Jacinto de Barros e filhos, com uma área de 114,950 Ha e no valor de Cr\$ 129.534,00 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e quatro cruzeiros).

X43. Propriedade de Protó Frates, com uma área de 134,430 Ha, tendo como benfiteiros, uma casa, um filho, duas filhas e duas filhas, e no valor de Cr\$ 76.935,50 (setenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos).

X44. Propriedade de herdeiros de Maria Lima, com uma área de 40,133 Ha e no valor de Cr\$ 42.413,70 (quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e sete cruzeiros e dez centavos).

X45. Propriedade de Marlin Rita Silveira, com uma área de 35,660 Ha, tendo como benfiteiros, uma casa e no valor de Cr\$ 67.216,50 (sessenta e sete mil, duzentos e dezesseis cruzeiros e cinquenta e sete centavos).

X46. Propriedade de José Branco Pacheco, com uma área de 4,200 Ha e no valor de Cr\$ 29.492,80 (vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos).

X47. Propriedade de Maria Carlos de Paula, com uma área de 14,200 Ha, tendo como benfiteiros, uma casa e no valor de Cr\$ 36.395,50 (trinta e seis mil, trezentos e noventa e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos).

X48. Propriedade de Ladislau Tardes, com uma área de 14,500 Ha, tendo como benfiteiros, uma casa e um filho, e no valor de Cr\$ 39.802,40 (trinta e nove mil, oitocentos e dois cruzeiros e quarenta e sete centavos).

X49. Propriedade de herdeiros de João Pacheco Maciel, com uma área de 41,140 Ha e no valor de Cr\$ 24.803,40 (vinte e quatro mil, oitocentos e três cruzeiros e quarenta e sete centavos).

X50. Propriedade de Cândido Brabach Pacheco, com uma área de 72,660 Ha, tendo como benfiteiros, uma casa, um filho, três filhas e duas filhas, e no valor de Cr\$ 117.568,70 (cento e dezessete mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e setenta e sete centavos).

A N E X O . I I I

DECRETO Nº 44.458, de 03 DE SETEMBRO DE 1958

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 6.º Revoga-se as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1958. 137.º da Independência e 70.º da República.
JUSCELINO KUBITSCHEK.
Paulo Froes da Cruz.

DECRETO N.º 44.454 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1958

Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Guerra, que menciona, e de outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidas, com os respectivos ocupantes, as seguintes funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Guerra, abaixo indicadas:

I — Uma (1) função de Motorista, referência 19, excedente, ocupada por Walter Alves da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, do Arsenal de Guerra do Rio, para idêntica função, também, em caráter excedente da Diretoria de Pesquisas Tecnológicas.

II — Duas (2) funções de Artífices, referência 19, excedentes, ocupadas respectivamente por Manoel de Oliveira e Paulo Antônio Sampaio, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, do Arsenal de Guerra do Rio, para tabela idêntica da Diretoria de Pesquisas Tecnológicas.

III — Duas (2) funções de Artífices, sendo 1 de referência, 19, excedente, ocupada por Francisco de Oliveira Leiras, e uma de referência, 20, ocupada por Constanino Pedro dos Santos, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, da Diretoria de Pesquisas Tecnológicas, para idêntica função, também, em caráter excedente.

IV — Uma (1) função de Servente, referência 15, ocupada por Mirto de Souza, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Gi-

binete do Ministro, para tabela idêntica da Diretoria de Material de Indústria.

V — Uma (1) função de Servente, referência 20, excedente, ocupada por Wilson Camilinha Gaspar, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, da 2.ª Circunscrição de Recrutamento, para idêntica função da Biblioteca do Exército, também em caráter excedente.

VI — Uma (1) função de Motorista, referência 20, com o ocupante Diógenes Carlos Pereira, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, do Arsenal de Guerra do Rio, para idêntica função da Diretoria de Fabricação e Recuperação.

VII — Uma (1) função de Trabalhador Especial, referência 17, com o ocupante Antônio Custódio, de Oliveira, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Centro Hipico de Remontagem, para idêntica função do Depósito Central de Armas e Munições.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1958. 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Loff

DECRETO N.º 44.455 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1958

Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista do Ministério da Guerra, e de outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida, com o respectivo ocupante, Clóvis Gutry, da Frota, uma função de Assessor Especializado, referência 25, via Parefe Permanente, da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista, do Parque Central de Munições, para idêntica função da Companhia de Prova da Marabanda.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1958. 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Loff.

DECRETO N.º 44.456 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1958

Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Ministério da Guerra, e de outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida, com o respectivo ocupante, José Gonzaga de Oliveira, uma função de Artífice, referência 18, da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Estabelecimento Central de Assistência, para idêntica função do Quartel General da 1.ª Divisão de Infantaria — I Exército, ambos do Município da Guerra.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1958. 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Loff

DECRETO N.º 44.457 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1958

Cria a Companhia de Serviço Indústrial da Fábrica de Itajubá.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 19 da Lei n.º 2.871, de 25 de agosto de 1956, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Companhia de Serviço Industrial que deverá instalar-se na Fábrica de Itajubá.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1958. 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Henrique Loff.

DECRETO N.º 44.458 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1958

Dá nova redação nos itens que cita do art. 1.º do Decreto n.º 40.570, de 18 de dezembro do ano de 1958.

O Presidente da República, tendo em vista o art. 16 do art. 141 da Constituição Federal e usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 87 da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º Passam a ter a seguinte redação, os itens abaixo enumerados do art. 1.º do Decreto n.º 40.570, de 18 de dezembro de 1958:

I — Gleba A.

1/3 — Propriedade de Firmão Pacheco dos Santos Lima, com uma casa de madeira, um púdi, cerca e mangueiras como beneditórias, com uma área de 1.461.609 Ha e o valor de Cr\$ 1.467.741,90 (um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil e trezentos e sessenta e sete reais e novecentos e oitenta e sete centavos);

4 — Propriedade de herdeiros de João Francisco Domingues, com uma área de 36.300 Ha e no valor de Cr\$ 71.995,80 (setenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta centavos);

5 — Propriedade de Glául. Feger, com uma área de 24.200 Ha no valor de Cr\$ 49.597,20 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e sete cruzeiros e vinte centavos);

6/8 — Propriedade de João Gonçalves e herdeiros, com uma área de 52.050 Ha e no valor de Cr\$ 62.792,00 (sessenta e dois mil setecentos e noventa e dois cruzeiros);

7/8 — Propriedade de Miguel Debraunski, com uma área de 24.500 Ha, no valor de Cr\$ 40.003,50 (quarenta mil e três cruzeiros e sessenta centavos);

CIS 21.003.30 (vinte e um mil três centos e oito cruzados e trinta e cinco avoés);

37 — Propriedade de João Pacheco, com uma área de 15.000 Ha., sendo uma casa, um moinho, estufa e propriedades como beneficiárias e todo no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

38 — Propriedade de José Ribes, com uma área de 25.000 Ha., no valor de CIS 31.250,00 (trinta e uma mil e duzentos e cinquenta avoés);

39 — Propriedade de Francisco Estevão e Francisco Estevão, com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

40 — Propriedade de Tullia e Francisco Mendes (extintas), com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e uma mil e mais mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

41 — Propriedade de Valdirio da Silva Lima, com uma área de 16.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

Art. 2º Revolucionar-se as disposições em contrário.

310 de Janeiro, 3 de setembro de 1928, 1929, da Independência e 80ª da República.

JUSTIÇA FEDERAL
Henrique Lott
PROCLAMAÇÃO Nº 14.499 de 23 de Setembro de 1928

Primeira vez editado no Diário da República, de 5 de Julho de 1928, e em outras produções.
O Presidente da República, quando da atribuição que lhe confiere o art. 60 da Constituição da República, de 1926, publica sem efeito o Decreto nº 19.981, de 5 de Julho de 1928, que dispõe sobre o Regulamento do Livro de Matrícula do Livro de Matrícula da União Nacional.

42 — Propriedade de João Pacheco, com uma área de 15.000 Ha., sendo uma casa, um moinho, estufa e propriedades como beneficiárias e todo no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

43 — Propriedade de José Ribes, com uma área de 25.000 Ha., no valor de CIS 31.250,00 (trinta e uma mil e duzentos e cinquenta avoés);

44 — Propriedade de Francisco Estevão e Francisco Estevão, com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

45 — Propriedade de Tullia e Francisco Mendes (extintas), com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e uma mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

46 — Propriedade de Valdirio da Silva Lima, com uma área de 16.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

Art. 2º Revolucionar-se as disposições em contrário.

310 de Janeiro, 3 de setembro de 1928, 1929, da Independência e 80ª da República.

JUSTIÇA FEDERAL
Henrique Lott
PROCLAMAÇÃO Nº 14.499 de 23 de Setembro de 1928

Primeira vez editado no Diário da República, de 5 de Julho de 1928, e em outras produções.
O Presidente da República, quando da atribuição que lhe confiere o art. 60 da Constituição da República, de 1926, publica sem efeito o Decreto nº 19.981, de 5 de Julho de 1928, que dispõe sobre o Regulamento do Livro de Matrícula do Livro de Matrícula da União Nacional.

47 — Propriedade de João Pacheco, com uma área de 15.000 Ha., sendo uma casa, um moinho, estufa e propriedades como beneficiárias e todo no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

48 — Propriedade de José Ribes, com uma área de 25.000 Ha., no valor de CIS 31.250,00 (trinta e uma mil e duzentos e cinquenta avoés);

49 — Propriedade de Francisco Estevão e Francisco Estevão, com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

50 — Propriedade de Tullia e Francisco Mendes (extintas), com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e uma mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

51 — Propriedade de Valdirio da Silva Lima, com uma área de 16.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

Art. 2º Revolucionar-se as disposições em contrário.

310 de Janeiro, 3 de setembro de 1928, 1929, da Independência e 80ª da República.

JUSTIÇA FEDERAL
Henrique Lott
PROCLAMAÇÃO Nº 14.499 de 23 de Setembro de 1928

Primeira vez editado no Diário da República, de 5 de Julho de 1928, e em outras produções.
O Presidente da República, quando da atribuição que lhe confiere o art. 60 da Constituição da República, de 1926, publica sem efeito o Decreto nº 19.981, de 5 de Julho de 1928, que dispõe sobre o Regulamento do Livro de Matrícula do Livro de Matrícula da União Nacional.

52 — Propriedade de João Pacheco, com uma área de 15.000 Ha., sendo uma casa, um moinho, estufa e propriedades como beneficiárias e todo no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

53 — Propriedade de José Ribes, com uma área de 25.000 Ha., no valor de CIS 31.250,00 (trinta e uma mil e duzentos e cinquenta avoés);

54 — Propriedade de Francisco Estevão e Francisco Estevão, com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 20.000,00 (vinte mil e mais mil e oitocentos e setenta e sete avoés);

55 — Propriedade de Tullia e Francisco Mendes (extintas), com uma área de 45.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e uma mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

56 — Propriedade de Valdirio da Silva Lima, com uma área de 16.000 Ha., no valor de CIS 21.000,00 (vinte e um mil e oitocentos e quarenta e quatro avoés);

Art. 2º Revolucionar-se as disposições em contrário.

310 de Janeiro, 3 de setembro de 1928, 1929, da Independência e 80ª da República.

JUSTIÇA FEDERAL
Henrique Lott
PROCLAMAÇÃO Nº 14.499 de 23 de Setembro de 1928

Primeira vez editado no Diário da República, de 5 de Julho de 1928, e em outras produções.
O Presidente da República, quando da atribuição que lhe confiere o art. 60 da Constituição da República, de 1926, publica sem efeito o Decreto nº 19.981, de 5 de Julho de 1928, que dispõe sobre o Regulamento do Livro de Matrícula do Livro de Matrícula da União Nacional.

A N E X O I V

RELATORIO DISCRIMINATIVO DAS OCORRENCIAS COM A DESAPRO-
PRIAÇÃO DE IMOVEIS PARA O C I M H

RELATÓRIO DESCRITIVO DAS CONDIÇÕES COM A DESAPROPRIAÇÃO DE
IMÓVEIS PARA O CAMPO DE INSTRUÇÕES MARCHEL HERNES, LOCALIZADO NOS
MUNICÍPIOS DE TRÊS BARRAS E PAPANDUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

OS DESAPROPRIADOS ABAIXO ASSINADOS, COM A INTENÇÃO DE CIENTIFICAR OS
PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO DO PAÍS, E AFIM DE PEDIR
JUSTIÇA, RESOLVEM RELATAR O SEGUINTE:

- 1º)- EM 1.951/52 FOI MANDADO PELO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
PARA QUE FOSSE PROCEDIDO UM LEVANTAMENTO NA ÁREA COM REFERÊNCIA AO NÚ-
MERO DE PROPRIETÁRIOS, DEPENDENTES NAS FAMÍLIAS, AVALIAÇÃO DAS PROPRIE-
DADES COM SUAS DIMENSÕES, COMO TAMBÉM A QUANTIDADE E VALOR APROXIMADO
DAS PRODUÇÕES AGROPECUÁRIA, INCLUINDO OS VALORES EM CEREAIS, ERVA-MATE,
MEL DE ABELHA E OS REBANHOS DE BOVINOS, SUÍNOS E EQUINOS.

O LEVANTAMENTO FOI EFETUADO PELO DEPOIMINADO JUIZ DAS TERRAS DA COMARCA
DE CAMOINHAS-SC, MUNICÍPIO QUE NA ÉPOCA PERTENCIA A LOCALIZAÇÃO DAS TER-
RAS, E POSTERIORMENTE DESMEMBRADOS PARA MUNICÍPIOS DE TRÊS BARRAS E PA-
PANDUVA; DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES VERBAIS DE AUTORIDADES MUNICIPAIS,
O GOVERNADOR NÃO CONCORDOU EM CONCEDER OU COOPERAR COM AS DESAPROPRIA-
ÇÕES, POR MOTIVO DO RESULTADO DO LEVANTAMENTO NÃO COINCIDIR COM AS INFOR-
MAÇÕES, QUE FORAM PRESTADAS POR PESSOAS QUE NEM SEQUER TINHAM OU TOMARAM
CONHECIMENTO DAS PROPRIEDADES E HABITANTES NA ÁREA, TIRANDO DALI A MANU-
TENÇÃO PARA A SUA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA, E COOPERANDO PARA O DESENVOLVI-
MENTO DA REGIÃO.

X - X - X - X - X - X

- 2º)- NO DECORRER DOS ANOS DE 1.953/54 FOI FEITO UM NOVO LEVANTAMENTO, DESTA
VEZ PELO PRÓPRIO EXÉRCITO BRASILEIRO, NO QUAL FIZERAM A MEDIÇÃO DE TODOS
OS TERRENOS, CASA, DEPOSITOS E CERCAS, ISTO INDIVIDUALMENTE DE CADA PRO-
PRIETÁRIO; NOTA-SE QUE O PREÇO DE CADA PROPRIEDADE JÁ FOI CALCULADO NA
OCASIÃO, MAS NENHUM DOS PROPRIETÁRIOS FOI INFORMADO E SO TIVERAM CONHECI-
MENTO DA AVALIAÇÃO COM A PUBLICAÇÃO DO DECRETO FEDERAL Nº 40.570 DE DE-
ZEMBRO DE 1.956 QUE CONSIDEROU DE UTILIDADE PÚBLICA PARA DESAPROPRIAÇÃO
UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 10.000 HECTARES; CONFORME AS INFORMAÇÕES PRE-
STADAS PELO PESSOAL ENCARGADOS DO LEVANTAMENTO, AS MADEIRAS EXISTENTE
NOS TERRENOS NÃO OS INTERESSAVA E CABIA PORTANTO AOS PROPRIETÁRIOS, VEN-
DER OU FAZER USO DA MANEIRA QUE FOSSE VIÁVEL, ALGUNS EFETUARAM VENDAS A
FIRMAS MADEIREIRA, OUTROS NÃO VENDERAM POR MOTIVO DE COM A RETIRADA DAS
MADEIRAS IRIA CAUZAR ESTRAGOS NOS ERVAIS DE MATE, PASTAGENS E VEGETAÇÕES.

COMO NA ÉPOCA HAVIA UMA GALOPANTE INFLAÇÃO, MUITOS DOS CASOS OS VALORES
DAS DESAPROPRIAÇÕES JÁ NÃO COINCIDIAM COM O TEMPO ATUAL, VISTO QUE JÁ
HAVIAM PASSADOS 3 ANOS DA AVALIAÇÃO ATÉ A PUBLICAÇÃO DO REFERIDO DECRETO

X - X - X - X - X - X

- 3º)- NO ANO DE 1.957 FOI DISTRIBUÍDO PELO CEL. FRANCISCO JOSÉ LUDOLF GOMES,
OFÍCIOS NO QUAL SOLICITAVA O ENVIO DE DOCUMENTOS DAS TERRAS, INCLUSIVE
UMA DECLARAÇÃO JÁ PREENCHIDA PEDINDO TODOS OS DOCUMENTOS LEGAIS, LIVRES
E DESEMPARADOS, E NO MESMO ITEM DE CONCORDA COM A DESAPROPRIAÇÃO;
TODAVIA, NEM TODOS CONCORDARAM, COMO TAMBÉM NÃO REMETERAM DOCUMENTOS POR
MOTIVO DE ATÉ A OCASIÃO NÃO HAVIA COMUNICAÇÃO OFICIAL PARA O PAGAMENTO
DOS IMÓVEIS; ALGUNS DOS QUE CONCORDARAM, FORAM NA BOA FÉ DE QUE BREVE RE-
CEBERIAM, E TAMBÉM PARA NÃO IR CONTRA AS DETERMINAÇÕES DO EXÉRCITO, MESMO
JÁ SENTINDO-SE PREJUDICADOS, POIS NÃO CONSEGUIAM ADQUIRIR NOVA ÁREA COM
BENEFICÍLIAS IGUAIS, A NÃO SER COM O DOBRO DO VALOR DAQUILO E IRIAM RECE-
BER SE FOSSE PAGO DE IMEDIATO.

X - X - X - X - X - X

- 4º)- PASSARAM OS ANOS DE 1.958/61, QUASE 5 (CINCO) ANOS SEM HAVER SOLUÇÃO OU
DIVULGAÇÃO ALGUMA A RESPEITO DO DESAPROPRIAMENTO, E NINGUEM FOI PAGO,
TANTO OS QUE CONCORDARAM COMO OS QUE NÃO CONCORDARAM, SO HAVIA SILENCIO,
E O COMÉRCIO ENTRE OS PROPRIETÁRIOS ERA QUE A DESAPROPRIAÇÃO NÃO IRIA
SER LICITADA; HOUVE PORTANTO, DIVERSAS TRANSAÇÕES DE IMÓVEIS E PROPRIE-
DADES, VENDAS DE MADEIRAS, E OS PROPRIETÁRIOS CONTINUARAM PRODUZINDO E
MELHORANDO SUAS BENEFICÍLIAS, E ATÉ ESQUECENDO DE QUE HAVIA UM DECRETO
PARA TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO.

X - X - X - X - X - X

CONTINUA À FOLHA Nº 2

- 5º)- NO ANO DE 1.961 HOVE UMA AÇÃO JUDICIAL PROMOVIDA PELOS ORGÃOS INTERES-
SADOS NA DESAPROPRIAÇÃO, DA QUAL OS PROPRIETARIOS SO TIVERAM CONHECIME-
TO QUANDO CHEGARAM OS PROCESSOS NA COMARCA DE CANOINHAS, NO DECORRER DO
ANO DE 1.962; HAVIA INTERROGAÇÃO SE O PROPRIETARIO CONCORDAVA EM RECEBER
O VALOR CONSTANTE DO DECRETO, OU CONQUISTAVA; COMO O VALOR AVALIADO NOS
ANOS DE 1.953/54 JA NAO SIGNIFICAVA MAIORIA DOS CASOS A 3% DO VALOR
ATUAL BASEADO NO ANO DE 1.962, NESTE CASO OS PROPRIETARIOS FORAM OBRIGA-
DOS A DIRIGIREM-SE A ADVOGADOS PARA DEFENDER OS SEUS DIREITOS; ALGUNS
PROPRIETARIOS POR MOTIVO DE DEGOSTO E DESANIMO NEM ADVOGADOS PROCURARAM
E OS PROCESSOS ESTAO PARALIZADOS ATE A PRESENTE DATA.
X - X - X - X - X - X
- 6º)- EM DATA DE 04 DE OUTUBRO DE 1.962 FICARAM TODOS OS PROPRIETARIOS IMPEDI-
DOS DE RETIRAR MADEIRAS DE QUALQUER ESPECIE, ERVA-MATE E BENFEITORIAS,
AINDA QUE AS MADEIRAS NAO FORAM AVALIADAS EM 1.953/54 POR NAO INTERESSAR
TAIS RETIRADAS FORAM SEVERAMENTE PROIBIDAS SOB CONTROLE DE ENCARREGADOS
DEVIDAMENTE AUTORIZADOS PELO CEL. OVIDIO SOUTO DA SILVA.
X - X - X - X - X - X
- 7º)- NO DECORRER DO ANO DE 1.963, OS PROPRIETARIOS FORAM INTIMADOS A DESOCU-
PAREM SUAS PROPRIEDADES DENTRO DO PRAZO DE 48 HORAS, CUJA INTIMAÇÃO EST-
AVA SENDO PROCEDIDA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA DA COMARCA, ACOMPANHADO DE
OFICIAIS DO EXERCITO, OS QUAIS EXISTIAM ASSINATURA DE CITAÇÃO E COMISSÃO
DE POSSIBILIDADE. OS PROPRIETARIOS VENDO-SE EM SITUAÇÃO DIFICIL,
SEM MEIOS DE LOCOMOÇÃO E ONDE SE ALOJAVAM, MUITOS DELES DIRIGIRAM-SE A
COMARCA DE CANOINHAS, AFIM DE PEDIR APOIO E AJUDA DO PODER JUDICIARIO E
EXLCUTIVO, OS QUAIS INFORMAVAM QUE OS PROPRIETARIOS DEVERIAM RETIRAR-SE
DE SUAS PROPRIEDADES PARA DEPOIS SER CONCEDIDO A REAVALIAÇÃO DE ACORDO
COM A DECIZAO DO JUDICIARIO DE FLORIANOPOLIS, E QUE APOS A REAVALIAÇÃO
SERIA EM BREVE EFETUADO, O PAGAMENTO DOS IMOVEIS PELO PREÇO JUSTO E ATUA-
LIZADO. MUITOS PROPRIETARIOS ACOLHERAM-SE JUNTO A PARENTES PROXIMOS, EN-
QUANTO QUE OUTROS DEPENDIAM DE FAVORES DE TERCEIROS, E AQUELES QUE NAO
CONCEQUIRAM ESTES MEIOS FORAM RETIRADOS POR VIATURAS DO EXERCITO, E LEVA-
DOS PARA A CIDADE DE CANOINHAS, ONDE FICARAM AO RELENTO E NA MISERIA.
X - X - X - X - X - X
- 8º)- NO DIA 23 DE MAIO DE 1.963 HOVE UMA REUNIAO COM A PRESENÇA DE TODOS OS
PROPRIETARIOS ATINGIDOS PELA DESAPROPRIAÇÃO, INCLUSIVE CONVIDADOS ES-
PECIAIS, PREFEITOS, DEPUTADOS, REPRESENTANTE DO IBRA E IRASC E REPRE-
SENTANTE DO CAMPO DE INSTRUÇÃO MAL. HERMES; A FINALIDADE DA REUNIAO FOI
EXPOR A SITUAÇÃO E PEDIR APOIO JUNTO AS AUTORIDADES AFIM DE ENCONTAREM
UMA SOLUÇÃO O MAIS BREVE POSSIVEL PARA AQUELA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE.
FOI FORMADO UMA COMISSAO DE ALGUNS MEMBROS AFIM DE TRATAREM DE ASSUNTOS
DIVERSOS DOS DESAPROPRIADOS. ESTA MESMA COMISSAO FORMADA FOI CONVIDADA
PELO REPRESENTANTE DO CAMPO MAL. HERMES PARA IREM NO DIA SEGUINTE ATE
A SEDE DO CAMPO NA CIDADE DE TRES BARRAS A 20 KM DE DISTANCIA DO MESMO
CAMPO, PARA UMA REUNIAO COM O CEL. DIRETOR; NA REFERIDA REUNIAO O DIRE-
TOR HARMONIZOU A SITUAÇÃO ESCLARECENDO QUE JA HAVIA UMA GRANDE VERBA
DESTINADA PARA COBRIR AS DESAPROPRIAÇÕES, E QUE APOS AS REAVALIAÇÕES
QUE ESTAVA PARA SER PROCEDIDO PELO VALOR ATUAL E JUSTO, DENTRO DO PRA-
ZO DE 60/90 DIAS SERIA EFETUADO O PAGAMENTO. O JUIZ DA COMARCA DE CANOI-
NHAS ORGANIZOU E INICIOU OS TRABALHOS DA REAVALIAÇÃO, NOMEOU TRES PERI-
TOS, UM REPRESENTANDO A UNIAO, OUTRO O JUDICIARIO E O TERCEIRO OS PRO-
PRIETARIOS. ESTE JUIZ FOI EM SEGUIDA TRANSFERIDO DA COMARCA, SENDO SUB-
STITUIDO POR OUTRO, O QUAL JA EM SEGUIDA LICENCIOU-SE, FICANDO A COMARCA
SEM JUIZ SUBSTITUTO DEVIDAMENTE ENTROZADO NAS CAUSAS DA DESAPROPRIAÇÃO.
A REFERIDA REAVALIAÇÃO LEVOU MAIS OU MENOS UM ANO PARA SER CONCLUIDA,
PROCEDIDA POR DOIS PERITOS, JA QUE O PERITO DA UNIAO NAO ACOMPANHOU AS
REAVALIAÇÕES ALEGANDO NAO HAVER VERBA DISPONIVEL PARA AS DESPESAS DE LO-
COMOÇÃO E ESTADIAS. DEPOIS DE MUITO TEMPO OS PROCESSOS DE REAVALIAÇÃO
FORAM DESPACHADOS POR JUIZES DE OUTRAS COMARCAS E EM SEGUIDA REMETIDOS
PARA AS AUTORIDADES COMPETENTES EM FLORIANOPOLIS.
X - X - X - X - X - X
- 9º)- DURANTE OS ANOS QUE SE PROCEDIA AS REAVALIAÇÕES E APOS, OS ADVOGADOS RE-
TIRARAM 10% DOS DEPOSITOS FEITO PELA UNIAO REFERENTE AOS VALORES DO DE-
CRETO, OS QUAIS JA NAO SIGNIFICAVAM 2% DO VALOR DAS PROPRIEDADES CONFOR-
ME AS REAVALIAÇÕES, E DOS 80% DESCONTARAM 20% PARA HONORARIOS E ENVIAR-
AM AOS PROPRIETARIOS 60% DO DEPOSITO RETIRADO, QUE JA NAO SERVIU PARA
ADQUIRIR MAIS NADA COM REFERENCIA A PROPRIEDADES, AINDA QUE A INFLAÇÃO
NOS ANOS DE 1.963/64 ESTIMAVA-SE NUMA BASE DE APROXIMADAMENTE 100% AO
ANO, NO CASO DE VALORES DE BENS IMOVEIS.
X - X - X - X - X - X

16º) OS DESAPROPRIADOS EM GERAL, OU HERDEIROS DOS DIVERSOS QUE JÁ SÃO TANTO CIDADOS, ESTÃO DE BEM ACORDO E LEVANTAM AS MÃOS EM AGRADECIMENTO AO GOVERNO FEDERAL SE REVALIASSE O DECRETO Nº 40.570 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1959 E RESTITUISSE A POSSE DAS TERRAS AOS LEGÍTIMOS PROPRIETÁRIOS, OU ENTÃO NÃO NEGANDO AO MÉRITO DE QUE O GLORIOSO EXÉRCITO DA PÁTRIA, NO SENTIDO DE PRECISAR OCUPAR ESTA ÁREA PERMANENTEMENTE, QUE SEJA ALTERADO E EMENDADO O REFERIDO DECRETO, PARA UMA NOVA REAVALIAÇÃO ATUALIZANDO OS VALORES DA ÉPOCA, FAZENDO COM QUE SEJA CONCLUÍDO E PAGOS COM A MESMA BREVIDADE QUE ESTÃO SENDO FEITOS AS INDENIZAÇÕES DOS DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÕES, APÓS A REVOLUÇÃO DE 1964; CASO NÃO FOR RESOLVIDO DESTA FORMA OU POR OUTRAS FORMAS DE ACORDO COM ESTUDOS DO PRÓPRIO GOVERNO, OS PROCESSOS NÃO SERÃO ENCERRADOS, TALVEZ, NEM DAQUI A MAIS DE 10 ANOS, TORNANDO ASSIM CADA VEZ MAIOR O PREJUÍZO DOS PROPRIETÁRIOS.

X X X X X X X X X X

17º) NA CIDADE DE TRÊS BARRAS ESTÁ INSTALADO A SEDE DO CAMPO MARECHAL HERMES, O QUAL LOCALIZA-SE A 20 KM DO CAMPO DE MANOBRAS. NA SEDE EXISTE POUCAS E ANTIGAS INSTALAÇÕES DE MADEIRAS, E É COMPOSTO DE UM TENENTE-CORONEL E UM COMANDANTE, UM SARGENTO E UNS 4 A 6 SOLDADOS. AS MANOBRAS CONFORME DESTINA-SE O CAMPO SÃO RARAS, E FEITA ANUALMENTE UMA OU DUAS INSTRUÇÕES DE TIROS DE ALGUMAS COMPANHIAS DE QUARTEIS, E É USADO QUASE QUE SOMENTE PARTE DA ÁREA DE 1.700 HECTARES QUE PERTENCE A UNIDADE; AS ÁREAS DESAPROPRIADAS DE APROXIMADAMENTE DE 10.000 HECTARES, ESTÃO COMPLETAMENTE SEM SEREM UTILIZADAS PARA FINS DE INSTRUÇÕES MILITARES.

X X X X X X X X X X

18º) HOUVE PROCESSOS DE REAVALIAÇÕES QUE APÓS O JULGAMENTO DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, FORAM EM PRAZO LEGAL RECORRIDOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, HAVENDO EM SEGUIDA GANHO DE CAUSA; O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL APROVOU O TOTAL REAVALIADO, MANDANDO APLICAR A CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS; RECORRENDO A JUSTIÇA FEDERAL DE FLORIANÓPOLIS FORAM FEITOS OS CÁLCULOS, CORRIGINDO O VALOR DA REAVALIAÇÃO SOMENTE DE 1965 ATÉ A DATA DO JULGAMENTO, NESTE CASO OS ANOS DE 1963/1964 FICARAM SEM REAJUSTE DE VALORES, CAUSANDO UMA DIFERENÇA MUITO GRANDE, DEVIDO A INFLAÇÃO NA ÉPOCA; ALÉM DISSO, DEPOIS DO JULGAMENTO ESTÃO PASSANDO DIVERSOS ANOS SEM SEREM PAGOS E OS VALORES ESTÃO DIMINUINDO PERANTE A INFLAÇÃO AINDA EXISTENTE.

X X X X X X X X X X

19º) APÓS OS PROPRIETÁRIOS DESOCUPAREM OS SEUS LARES, HOUVE SAFRAS DE ERVATE FORA DE ÉPOCA O QUE CAUSOU A SECA DAS ÁRVORES, HOUVE VENDAS DE GRANDE NÚMERO DE PINHEIROS, DIVERSAS CASAS E INSTALAÇÕES FORAM CONSUMIDAS DO LOCAL, OUTRAS FORAM QUEIMADAS POR FOGO DOS BACHOS QUE GEROU NO TERRENO POR FALTA DE LIMPEZA; OS MESMOS FOGOS DE CADA ANO QUE JÁ DESTRUIAM CERCAS, CASAS, POMARES E PARTES DAS MATAS; PARTES DAS ÁREAS ESTÃO SENDO EXPLORADAS POR TERCEIROS, AGRICULTORES E PECUARISTAS, PESSOAS QUE NUNCA EMPREGARAM SACRIÉCIOS ALGUM NAS AQUISIÇÕES DAS TERRAS E INSTALAÇÕES DE BENEFICÍCIAS, NÃO SE SABE SE É A TÍTULO DE ARRENDAMENTO, PORCENTAGENS OU GRACIOSO.

X X X X X X X X X X

20º) MESMO ASSIM OS DESAPROPRIADOS PRETENDEM E ANSEIAM EM RECEBER DE VOLTA AS TERRAS, SEM INDENIZAÇÃO DA PARTE DO GOVERNO POR AQUILO QUE JÁ DESAPARECEU E DEPRECIOU DURANTE OS DOZE ANOS, PARA ASSIM PODEREM TRABALHAR, PRODUZIR E RECONSTRUIR UM LAR EM SUA PRÓPRIA TERRA, E OS VALORES RECEBIDOS REFERENTE O DEPOSITO SERÃO REEMBOLSADOS PARA O GOVERNO.

X X X X X X X X X X

SEGUÉ...

21) ENCONTRO A 85 PROCESSOS REFERENTE AS DESAPROPRIAÇÕES QUE ESTÃO SENDO FEITO E APODEGENDO NAS DIVERSAS REPARTIÇÕES DA JUSTIÇA BRASILEIRA, OS QUAIS NEM SE PODE TER NOÇÃO DO DESTINO QUE VÃO TOMAR, ALÉM DE PROCESSOS QUE COM AUSENCIA DO PROPRIETARIO E FALTA DE ADVOGADO NA CAUSA, NÃO HOUVE CITAÇÃO DE REAVALIAÇÃO, OS QUAIS AINDA IRÃO REQUERER OS DIREITOS CABÍVEIS.

X X X X X X X X X X X X X X X X

22) PELO QUE É COMENTADO O MINISTÉRIO DO EXÉRCITO NUNCA DESTINOU VERBAS / OFICIAIS PARA MELHORIA E MANUTENÇÃO DO CAMPO, PORQUE NADA TEM SIDO / FEITO, A NÃO SER ALGUMAS ESTRADAS QUE SÃO FEITAS E CONSERVADAS COM / MÁQUINAS E PESSOAS DAS PREFEITURAS, AS QUAIS MUITAS VEZES A PEDIDO DO COMANDANTE DO CAMPO, DEIXAM DE ATENDER ESTRADAS DE ACESSO AS LOCALIDADES DE PRODUÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

DANDO ESTE POR ENCERRADO, SEM TERMINAR OS COMENTÁRIOS, E COMO PROVA DA VERDADEIRA REALIDADE FIRMAMOS E ASSINAMOS O PRESENTE RELATÓRIO.

PAPANDUVA, 11º DE MAIO DE 1.975.

<u>Jacob Schadeck</u>	<u>Alfonso Ferraz Basso</u>
<u>Miguel Cortez</u>	<u>Francis Ferraz Basso</u>
<u>José Carlos de Oliveira</u>	<u>Francisco Lima</u>
<u>Miranda Pedroso</u>	<u>Osvaldo José Lima</u>
<u>Tarcisio C. Madruga</u>	<u>Paulo Roberto</u>
<u>Salomé de Almeida Guimarães</u>	<u>Roberto de S. Ribas</u>
<u>João Ribas de Saia</u>	<u>Roberto Lobato</u>
<u>Robustiano de Oliveira</u>	<u>Romário Pacheco</u>
<u>Miguel Thukka</u>	<u>Luiz Augusto</u>
<u>Y. Waskulka</u>	<u>Alfonso Ferraz Basso</u>
<u>Severina Kluska</u>	<u>Wilson Cajuchowski</u>
<u>Paulo Kluska</u>	<u>Roberto de S. Lima</u>
<u>Paulo Branco Pacheco</u>	<u>João Amador de Lima</u>
<u>João Amador de Lima</u>	<u>Roberto de S. Lima</u>
<u>Bruno Kozze</u>	<u>Roberto de S. Lima</u>
<u>Wesivaldo de S. Ribas</u>	<u>Roberto de S. Lima</u>
<u>Moacir de S. Lima</u>	<u>Roberto de S. Lima</u>

CONTINUA NO VERSO

A N E X O V

POSIÇÃO PROCESSUAL DAS AÇÕES DE DESAFRO-
PRIAÇÃO DOS IMOVEIS DO C I M H

POSICÃO PROCESSUAL NA JUSTIÇA FEDERAL DAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO DOS IMÓVEIS DO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES

Nº de Ordem	Autos nº Grau	Autos nº Grau	Expropriado(s)	Ano expd. Precatório	Valor indenização	Correção Monetária	Observações
01	1.836	20.684	Basilio Zappe	-	8.411	com	Pg. em 1974 ao dr. Avelino Dionisio Monn
02	1.790	21.913	Aristides Gubert 365.5-115	-	14.935	sem	Pg. em 1970 ao dr. Paulo João da Silva Medeiros
03	1.789	20.634	Niguel Henko	1973	3.266	com	Pg. em 1975 ao dr. João Amadeu Guiss
04	1.788	20.669	Nicolau Horatz	1973	71.697	com	Pg. ao dr. João Amadeu Guiss
05	1.771	20.757	Pedro Apolinário e filhos - sucedido por José da Silva Lima	1972	859	sem	Pg. em 1975 ao dr. João Amadeu Guiss
06	506	20.597	Silvestre Boiko	1972	3.725	sem	Pg. em 1975 do dr. João Amadeu Guiss
07	507	20.648	Ana Wolochate Boiko e Jacó João Cararo	1973	3.243 4.418	sem	Pg. em 1975 a parcela devida a Ana ao dr. João Amadeu Guiss
08	555	20.726	Firmino Pacheco dos Santos Lima Mario Andrade Saporiti Irmãos Zygman	1971	27.075 635 30.966	sem	Pg. em 1974 a parcela devida a Firmino ao dr. Aurelio Dionisio Monn.
09	1.748	-	João Maria de Lima 4.896-28.900-172-34.547-72		48.001	-	Recebeu diretamente em 1964
10	580	21.912	Herdeiros de Francisco dos Santos Sobrinho	1972	4.801	-	Pg. em 1974 ao dr. Avelino Dionisio Monn

POSIÇÃO PROCESSUAL NA JUSTIÇA FEDERAL DAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO DOS IMÓVEIS DO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERNES

Nº de ordem	Autos nº 1º Grau	Autos nº 2º Grau	Expropriado(s)	Ano expul. Precatório	Valor indenização	Correção Monetária	Observações
01	556	20.632	Basilio Boiko	1974	991	sem	-
02	504	20.671	Eugenia Zappe e outros Jacó João Cararo & Cia.	1973	537 2.394	sem sem	-
03	1.786	20.667	José Boiko	-	2.404	com	C.M. a partir de 1965
04	1.761	22.720	Herdeiros de Maria da Conceição Pacheco dos Santos Lima	-	2.609	sem	
05	3.535	20.780	José da Silva Lima	1975	142.383	com	C.M. a partir de 1974
06	2.324	20.668	Jacó Shadek	1974	128.539	com	C.M. a partir de 1972
07	1.831	20.738	Demétrio Andraski	1974	1.282	sem	-
08	2.825	20.736	Miguel Pietrowski	1975	4.648	com	C.M. a partir de 1974
09	1.833	20.663	Maria Rosa Cordeiro de Oliveira	1973	470	sem	-
10	1.832	20.564	Sofia Boiko Kogote	1974	15.516	com	C.M. a partir de 1971
11	1.791	20.596	João Ribas de Souza	1974	5.338	com	C.M. a partir de 1971
12	1.775	20.737	João Kluska e herdeiros	1974	5.641	sem	-
13	1.777	20.680	Walfredo da Silva Lima	1974	22.983	com	C.M. a partir de 1971
14	1.780	20.739	Alexandre Kuchener	1973	188	sem	-
15	1.781	20.562	Pedro Pacheco dos Santos Lima	1973	18.465	com	C.M. a partir de 1971

Ordem	Autos nº 1º Grau	Autos nº 2º Grau	Expropriado(s)	Ano exped. Precatório	Valor indenização	Correção Monetária	Observações
16	1.782	20.731	Maria Rita Sams - sucedida por Rolidan Mendes de Araujo	1974	2.243	sem	-
17	1.783	20.561	Sebastiana Munster	1974	2.924	com	C.N. a partir de 1971
18	1.784	20.649	Firmino Pacheco dos Santos e Rolidan Mendes de Araujo	1974	889	com	C.N. a partir de 1971
19	1.785	20.688	Herdeiros de Julia Boiko - sucedidos por Nivaldo de Lima	1974	7.022	sem	-
20	557	20.555	Boleslau Zappe	1974	4.126	sem	-
21	1.742	20.616	Otávio João Munsche	1974	1.319	com	C.N. a partir de 1972
22	1.762	20.709	Nigueł Dobraschinski	1972	48.565	com	C.N. a partir de 1971

Nº de ordem	Autos nº 1º Grau	Autos nº 2º Grau	Expropriado(s)	Ano exped. Precatório	Valor da indenização	Correção Monetária	Observações
40	1.778	20.670	João Cordeiro de Oliveira.	-	-	-	Anulado pelo T.F.R.
41	1.757	21.911	Ibrahim de Sá Ribas	-	1.882	com	C.M. a partir de 1973 - cálculo não homologado
42	1.753	-	Dorvalino de Sá Ribas	-	-	-	Não julgado
43	1.751	-	Clemente Zappe	-	-	-	Não julgado
44	1.741	20.602	Jacó Shotka e Wigando Olsen S/A	-	48.230 58.565	com com	C.M. a partir de 1975 - cálculo não homologado
45	1.787	20.594	Gizi Feger	-	399	com	C.M. a partir de 1965
46	1.752	-	Evelides Marques	-	-	-	Não julgado
47	1.834	20.689	Herdeiros de João Francisco Domingues	-	1.169	sem	-
48	2.843	20.732	Herdeiros de Leonarda Mikos	-	5.987	com	C.M. a partir de 1965
49	4.752	20.761	José Cordeiro de Oliveira	-	827	com	C.M. a partir de 1965

A N E X O VI

TERMO DE COMPROMISSO

Desapropriados do Campo de Instrução Marechal Hermes, após 29 anos do Decreto de Desapropriação, 23 anos fora da área em que residiam, 8 meses acampados do lado do Campo de Instrução e 39 dias acampados na praça em Florianópolis reivindicam do Exército Nacional solução definitiva para este conflito de terras. Reivindicam, como solução, a assinatura de Termo de Compromisso, conforme texto abaixo:

TERMO DE COMPROMISSO que firmam entre si a 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, delegacia de Santa Catarina e a Comissão de Desapropriados do Campo de Instrução Marechal Hermes.

Visando solução rápida e pacífica para o conflito de terras do Campo de Instrução Marechal Hermes, sediado em Papanduva e Três Barras, as partes envolvidas e acima relacionadas, se comprometem a:

I - INCRA

Considerando que o INCRA/MIRAD, após audiência do Presidente da República, José Sarney, com Parlamentares Catarinenses e Comissão de Desapropriados, foi incumbido de gestionar solução para este grave conflito,

o INCRA se compromete a apresentar ao Exército áreas de terra em Santa Catarina e no Paraná, próprias para o exercício de manobras militares, para onde o Exército transferirá seu Campo de Instrução Marechal Hermes.

O INCRA se compromete ainda, a acompanhar e contribuir na desapropriação desta nova área - aceita pelo Exército, após as análises técnicas necessárias.

II - EXÉRCITO

Considerando que publicamente o Ministro do Exército tem manifestado disposição em transferir o Campo de Instrução Marechal Hermes, sediado em Papanduva e Três Barras, para outra área em Santa Catarina ou no Paraná, que sejam propícias para o exercício das manobras ali realizadas e, considerando que os agricultores desapropriados precisam iniciar a preparação do solo para o plantio da safra agrícola 86/87 e, considerando ainda a disposição do INCRA em atender ao Exército com oferta de áreas necessárias às manobras militares,

o EXÉRCITO se compromete a permitir a volta das famílias para as terras, imediatamente após a constituição da Comissão formada por Técnicos da 5ª Região e por Técnicos do INCRA, que analisará as terras a serem negociadas para a transferência do Campo de Instrução Marechal Hermes.

III - DESAPROPRIADOS

Considerando que são 29 anos de um Decreto de Desapropriação cuja, justa e prévia indenização não ocorreu, por inúmeros vícios de irregularidades existentes em todo o processo, inclusive no próprio Decreto promotor da Desapropriação que se omitiu quanto a localização, características e confrontações dos imóveis, além de outros vícios de essência e forma que o tornam nulo de pleno direito". (Memorial Descritivo da Comissão Parlamentar Externa da Assembleia Legislativa de SC, entregue ao Presidente da República em 18/12/85.)

Os DESAPROPRIADOS se comprometem a não reivindicar benfeitorias, perdas, danos ou lucro cessante das propriedades, nestes 23 anos em que se encontram fora da área.

Curitiba, Maio de 1986.

ASSINAM: Representante da 5ª Região Militar
Representante do INCRA
Representante dos Desapropriados

APÓIAM ESTA PROPOSTA DE ASSINATURA DE TERMO DE COMPROMISSO, COMO PASSO CONCRETO PARA A SOLUÇÃO DEFINITIVA DESTES GRAVE CONFLITO, AS SEGUINTE ENTIDADES:

- Secretaria de Estado da Casa Civil - Governo do Estado de SC.
- Prefeitura Municipal de Florianópolis
- Prefeitura Municipal de Papanduva

- Prefeitura Municipal de Canoinhas
- Câmara de Vereadores de Papanduva
- Câmara de Vereadores de Canoinhas
- União de Vereadores do Planalto Norte Catarinense
- Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Santa Catarina
- Federação dos Empregados do Comércio de Santa Catarina
- Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário/SC
- Sindicato Rural de Papanduva
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas
- Bancada dos Parlamentares do PMDB na Assembleia Legislativa de SC
- Comissão Parlamentar Especial Externa da Assembleia Legislativa de SC.
- Diretório Regional do PMDB - SC
- Diretório Regional do PDT - SC
- Diretório Regional do PT - SC
- Diretório Municipal do PMDB - Florianópolis
- Diretório Municipal do PT - Florianópolis
- Diretório Municipal do PMDB - Papanduva
- Coordenação do Movimento de Mulheres do PMDB - SC
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador
- Central Única dos Trabalhadores - SC
- Central Geral dos Trabalhadores - SC
- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - SC
- Cooperativa Agropecuária de Canoinhas
- ACARESC - Canoinhas (Associação de Crédito Agrícola e Extensão Rural - SC)
- CIDASC - Canoinhas (Compania de Desenvolvimento Agrícola - SC)
- SESI - Caçador (Serviço Social da Indústria)
- Movimento Ecológico Livre - MEL - Florianópolis
- Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de SC
- Associação dos Engenheiros Agrônomos de SC
- Associação dos Professores da UFSC
- Diretório Central dos Estudantes - UFSC
- União Catarinense dos Estudantes
- Centro de Documentação e Informação Popular - Florianópolis
- Centro Acadêmico de Agronomia - UFSC
- Centro Acadêmico Livre de Letras - UFSC
- Centro Acadêmico de Serviço Social - UFSC
- Centro Acadêmico de Direito - UFSC
- Centro Acadêmico de Engenharia Mecânica - UFSC
- Centro Acadêmico Livre de Química - UFSC
- Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA/SC
- COPERNORTE - Cooperativa Agrícola Norte Catarinense - Papanduva
- Igreja Diocesana de Caçador
- CNBB - Regional Sul 4 - Santa Catarina
- Instituto Teológico de SC
- Seminário Diocesano de Caçador
- Comissão de Justiça e Paz - SC
- Pastoral Universitária - SC
- Coordenação Estadual das Comunidades Eclesiais de Base
- Paróquia São Judas Tadeu e São João Batista - Palhoça - SC
- Paróquia São Cristóvão - Cordeiros - Itajaí - SC
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Itajaí - SC
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Joinville - SC
- Paróquia Nossa Senhora de Lourdes - Itajaí - SC
- Paróquia São Virgílio - Nova Trento - SC
- Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré - Palhoça - SC
- Paróquia São Vicente - Itajaí - SC
- Paróquia N. Senhora das Dores - Angelina - SC
- Paróquia dos Sagrados Corações - Barreiros - São José - SC
- Paróquia Santa Terezinha - Brusque - SC
- Paróquia do Ribeirão da Ilha - Florianópolis - SC
- Paróquia São Francisco Xavier - Florianópolis - SC
- Seminário Pontifício Instituto das Missões - Palhoça - SC
- Paróquia Santo Amaro - Santo Amaro da Imperatriz - SC
- Paróquia de Leoberto Leal - SC
- Paróquia Santa Ana - Sant'Ana - São José - SC
- Paróquia São Francisco de Assis - Florianópolis - SC
- Paróquia São Judas Tadeu - Florianópolis - SC

- Associação Mensageiros do Evangelho - Estreito - Florianópolis - SC
- Paróquia Nossa Senhora de Fátima - Estreito - Florianópolis - SC
- Paróquia São João Evangelista - Biguaçu - SC
- Ação Social São João Evangelista - Biguaçu - SC
- Colégio Salesiano - Itajaí - SC
- Paróquia São Vicente - Luis Alves - SC
- Paróquia São Bonifácio - São Bonifácio - SC
- Paróquia São Joaquim - Gaopaba - SC
- Paróquia do SSm. Sacramento - Itajaí - SC
- Paróquia São Luis Gonzaga - Brusque - SC
- Paróquia Santo Antônio - Florianópolis - SC
- Comissão Diocesana - Florianópolis - Comunidades de Base
- Pastoral Vocacional - Arquidiocese de Florianópolis
- Comissão Pastoral da Terra - CNBB/SC
- Comissão Pastoral da Juventude - CNBB/SC
- Comissão Pastoral Operária - CNBB/SC
- Comissão Pastoral da Saúde - CNBB/SC
- Pastor William Schisler - Igreja Metodista de Florianópolis